

INSTITUCIONAL**DIREÇÃO DA MANTENEDORA**

Diretoria Gestão 2015 - 2017

Presidente: Emami Carlos Boeck

Vice-presidente: Ronaldo Fredolino Wenland

Secretária: Dalva Lenz de Souza

Vice-secretário: Nelson Moura de Oliveira

Tesoureiro: Waldemar Blum

Vice-tesoureiro: Lorita Baisch Korb

Conselho Fiscal:

Hordi Nubio Felten

Emami Ademir Krause

Flávio Huber

Mario Tesche

Mário Keinert

Conselho Deliberativo:

Marisa Sandra Allenbrandt

Fábio Rogério Tesche

Kedi Meuer Lopes

Diretor Geral: Sandro Ergang**Vice-diretor Ensino Superior e Ensino****Profissionalizante:** Sandro Ergang**Vice-diretora Administrativa:** Quedi Sônia Schmidt**Vice-diretora Educação Básica, Ensino Médio e Centro****de Idiomas:** Marilei Assini**Vice-diretora Educação Infantil:** Dagma Heinkel

Conselho Editorial: Ms Alexandre Chapoval Neto; Drdo Fauzi de Moraes Shubeita; Ms Gilberto Souto Caramão; Ms Jorge Antonio Rambo; Ms Márcia Stein; Ms Marcos Caraffa; Ms Paulo Vitor Daniel; Ms Sandro Ergang; Ms Valsenio Gaelzer; Ms Vera Lúcia Lorenset Benedetti.

Comissão Científica Interna (avaliadores - sistema *blind review*): Ms Alexandre Chapoval Neto; Dra Angélica Reolon da Costa; Dra Ana Paula Cecatto; Dra Cinei Teresina Riffel; Dra Cléia dos Santos Moraes; Ms Douglas Faoro; Ms Evandir Bueno Barasuol; Drdo Fauzi Shubeita; Ms Gilberto Souto Caramão; Ms Jorge Antonio Rambo; Dr Letícia dos Santos Holbig Harter; Ms Loana Wollmann Taborda; Ms Márcia Stein; Ms Marcos Caraffa; Ms Mauro Alberto Nüske; Ms Paulo Pereira; Ms Paulo Vitor Daniel; Ms Priscila Barth; Dra Regina Zanon; Ms Renati Fronza Chitolina; Ms Rudinei Barichello Augusti; Ms Rodrigo Soder; Ms Sandro Ergang; Ms Tiago Luis Cesa Seibel; Ms Vera Lúcia Lorenset Benedetti; Ms Vera Pinto Zimmermann Weber.

Comissão Científica Externa (avaliadores - sistema *blind review*): Dr Claudio Schepke - UNIPAMPA (RS); Dr Cristiano Henrique da Veiga - UFU (MG); Ms Gustavo Griebler - IFF (Uruguaiana - RS); Dr João Bosco Sobral - UFSC (SC); Dr João Leonardo Pires - EMBRAPA (RS); Dr José Antonio Martinelli - UFRGS (RS); Ms Lilian Winter - FISMA (RS); Dr Luciano Bedin da Costa - UFRGS (RS); Dr Luis Carlos Zucatto - UFSM (RS); Dra Márcia Soares Chaves - EMBRAPA (RS); Dr Mário Luis Santos Evangelista - UFSM (RS); Dra Marlene Gomes Terra - UFSM (RS); Dr Miguel Vicente Sellitto - UNISINOS (RS); Dr Rafael Marcelo Soder - UFFS (SC); Dr Roque da Costa Güllich - UFFS (RS); Dr Sedinei Nardelli Beber - PUC (RS); Dra Soraia Napoleão Freitas - UFSM (RS), Dr Valmir Heckler - FURG (RS).

Capa: Assessoria de Comunicação SETREM**Diagramação:** Assessoria de Comunicação SETREM**Editor-chefe:** Ms Alexandre Chapoval Neto**Revisão:** Carla Matzembacher**Ano XVI nº30 JAN/JUN 2017 - ISSN1678-1252****Revista SETREM:** Revista de Ensino e Pesquisa**Sociedade Educacional Três de Maio Três de Maio - SETREM:**

Publicação Semestral

EDITORIAL

Prezados autores, avaliadores, comissão científica e leitores!

É com grande satisfação que viemos apresentar ao público a edição nº 30 da Revista SETREM. A edição apresenta a publicação de 15 artigos, com temas nas diversas áreas de conhecimento, constituindo-se em um instrumento de pluralidade científica, considerando o tripé: ensino, pesquisa e extensão. Estamos sempre buscando incentivar o pensamento reflexivo, o aprendizado contínuo e a constante troca de experiências nas várias áreas do conhecimento da ciência.

A Revista SETREM tem como ideal, a busca constante pela qualidade dos trabalhos envolvendo os três eixos – ensino, pesquisa e extensão, aliados a pressupostos metodológicos e culminando no processo de divulgação desses resultados através de publicação científica.

Acreditamos que o conteúdo da Revista SETREM venha a atingir não somente o meio acadêmico, mas também organizações privadas e públicas, contribuindo tanto para a geração de conhecimentos quanto de soluções a problemas de natureza local, regional, estadual e nacional.

Em essência, a Revista SETREM é, sobretudo, um convite aos pesquisadores, docentes e estudantes, à exposição e divulgação de resultados de estudos, investigações e pesquisas, no sentido de realização da finalidade maior da academia: uma reflexão e debate que produza resultados fundamentados nos métodos científicos, contribuindo ao amadurecimento intelectual tanto dos autores quanto dos leitores, proporcionando desenvolvimento das instituições, organizações e da sociedade em geral.

A publicação de mais um número de uma revista científica - Revista SETREM nº30 - é sempre algo a ser saudado com entusiasmo e alegria, principalmente por ser mais uma contribuição dos pesquisadores, professores e acadêmicos, em um trabalho conjunto de produção do conhecimento e à difusão do que foram capazes de acumular e socializar com toda a comunidade acadêmica.

Esperamos que a confiança depositada nesta revista, como um dos meios para a socialização desses resultados de pesquisa, ensino e extensão, se renove, propiciando uma maior visibilidade à produção acadêmica, concorrendo para que ela se torne efetivamente pública, desde o nível de iniciação científica a pós-graduação. Afinal, entendemos que é aí, nesse processo, que os princípios éticos de responsabilidade para com o público começam a fazer um pouco mais de sentido, articulando-se a outras práticas formativas e alicerçando as bases para a vida do profissional e do futuro pesquisador.

Externamos nosso profundo agradecimento a todos que colaboraram para que fosse possível publicar mais uma edição da Revista SETREM. Desejamos a todos uma boa leitura.

Prof Msc Sandro Ergang
Diretor Geral da SETREM

SUMÁRIO

TÉCNICAS PROJETIVAS E A SUA IMPORTÂNCIA PARA OS ESTUDOS DO BRANDING SENSORIAL E CONSTITUIÇÃO DE IMAGEM DE MARCA: A UTILIZAÇÃO DO ZMET.....04

Alex Vinicius Soares do Nascimento
Lurdes M. Seide Froemming

ANÁLISE DE VIABILIDADE FINANCEIRA DE UMA CAFETERIA EM UM MUNICÍPIO DE PEQUENO PORTE DA REGIÃO NOROESTE DO RS.....12

Guilherme Jost Beras
Rubia Simon Bubolz
Mauro Alberto Nüske
Nelson José Thesing

REALISMO CRÍTICO NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS: UMA FERRAMENTA PARA MELHORAR A GESTÃO DAS ORGANIZAÇÕES.....22

Dedilhana Lamare Manjabosco Hübner
Juliana da Fonseca Capssa Lima Sausen
Nairana Radtke Caneppele Bussler
Sérgio Luís Allebrandt

ESTUDO DE IMPLANTAÇÃO DA LOGÍSTICA REVERSA NO MERCADO DE REPOSIÇÃO DE VIDROS AUTOMOTIVOS DA MESORREGIÃO DO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA.....33

Bruno da Mota Santos
Cristiano Henrique Antonelli da Veiga

COOPEROQUE: O MODELO DE GESTÃO COOPERATIVISTA E SEUS PERÍODOS ESTRATÉGICOS PARA A SUSTENTABILIDADE DOS ASSOCIADOS.....44

Edson Bolzan
Raquel Borghetti
Roberto Ajala
Luciana Scherer
Edio Polacinski

REDES DE COOPERATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO ÂMBITO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NOS MUNICÍPIOS MISSIONEIROS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL E SEUS IMPACTOS PARA O DESENVOLVIMENTO.....52

Louise de Lira Roedel Botelho
Luciana Scherer
Ronnie Schroeder
Jorge Schommer

A PERCEPÇÃO DO CLIENTE INTERNO COMO DIFERENCIAL COMPETITIVO: UMA AVALIAÇÃO DO ENDOMARKETING DE UMA INDÚSTRIA DE MANUFATURA.....60

Graciele Klein da Silva

CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS RURAIS ATENDIDAS PELO BRASIL SEM MISÉRIA NA REGIÃO CELEIRO DO RS.....70

Tarcísio Samborski
Vicente Celestino Pires da Silveira

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E A SUSTENTABILIDADE NO SETOR INDUSTRIAL.....79

Alexandre Chapoval Neto
 Jaciéli Rost
 Karine Raquel Reichert
 Martinho Luis Kelm

POLÍTICAS DE ATENÇÃO À SAÚDE DO ÍNDIO NO BRASIL.....88

Carine Eloise Prestes Zimmermann
 Ederson Nadir Pires Dornelles
 Daniela Signori
 Débora Pedroso

ENTRE OLIGARQUIAS E POVO: A EDUCAÇÃO BRASILEIRA A PARTIR DO MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA DE 1932 AOS DIAS ATUAIS.....94

Maria Carolina Magalhães Santos

LER, PARA QUÊ? O CONCEITO DE LEITURA E AS NOVAS REALIDADES CULTURAIS DO LEITOR.....101

Maurício Ferrari
 Ilse Maria da Rosa Vivian

O DESENVOLVIMENTO DO TUMOR CEREBRAL EM UM PACIENTE DE MEIA IDADE. PAPEL DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NO PROCESSO DO CUIDADO.....108

Aline Teichmann
 Darlene Aline Konzen
 Fernanda Engeroff
 Lisete Sander Kunzler

FADIGA DE PACIENTES EM TRATAMENTO QUIMIOTERÁPICO: CONHECIMENTO E MANEJO DA ENFERMAGEM ONCOLÓGICA.....114

Greice Klein da Silva
 Mirian Herath Rascovetzki

SEXUALIDADE NA ADOLESCÊNCIA: UMA INTERFACE COM A SAÚDE.....124

Berthiéli Aparecida Menegat
 Vera Beatriz Pinto Zimmermann Weber
 Gilberto Souto Caramão

TÉCNICAS PROJETIVAS E A SUA IMPORTÂNCIA PARA OS ESTUDOS DO BRANDING SENSORIAL E CONSTITUIÇÃO DE IMAGEM DE MARCA: A UTILIZAÇÃO DO ZMET

Alex Vinicius Soares do Nascimento¹
Lurdes M. Seide Froemming²

RESUMO

Muito utilizada durante as décadas de 40 e 50, durante o interesse na pesquisa motivacional, as técnicas projetivas (*projective techniques*) partem de um princípio bastante simples; por meio de um estímulo o indivíduo projeta seus aspectos subjetivos, atitudes, comportamento, opiniões, etc., o que, por alguma razão, não faria espontaneamente (PERRIEN; EMMANUEL; ZINS, 1984 *apud* MARCHETTI, 1995). O presente estudo pretende, através de uma *desk research*, compreender a formação da imagem de marca e suas relações em um contexto específico, por meio da utilização de um método sofisticado e pouco utilizado no Brasil, denominado *Zaltman Metaphor Elicitation Technique – ZMET*, e a sua importância na compreensão dos valores das associações na constituição da estratégia do *Branding Sensorial*. Identificar a construção dessas histórias e do mapa mental a partir deste, verificar quais são as ligações entre determinadas variáveis que uma marca proporciona e desvendar os desafios traçados entre corpo, mente, processos psicológicos e sociedade são novos problemas mercadológicos que surgem na vida do consumidor (ZALTMAN, 2000). Esta é uma técnica de pesquisa qualitativa capaz de identificar pensamentos e resgatar informações, muitas vezes desconhecidas ou esquecidas dos próprios sujeitos, mas potencialmente importante nas estratégias de *marketing* para mercados cada vez mais competitivos e commoditizados. Saber como recuperá-los, decodificá-los, interpretá-los e apresentá-los são algumas das respostas que a técnica *Zaltman Metaphor Elicitation Technique* (ZMET) pode proporcionar.

Palavras-chave: Branding sensorial. Técnicas projetivas. Zmet. *Branding*.

1. INTRODUÇÃO

Muito utilizada durante as décadas de 40 e 50, durante o interesse na pesquisa motivacional, as técnicas projetivas (*projective techniques*) partem de um princípio bastante simples; por meio de um estímulo, o indivíduo projeta seus aspectos subjetivos, atitudes, comportamento, opiniões, etc., o que, por alguma razão, não faria espontaneamente (PERRIEN; EMMANUEL; ZINS, 1984 *apud* MARCHETTI, 1995).

Elas são planejadas para acessar os motivos fundamentais dos indivíduos, apesar das racionalizações inconscientes ou dos esforços de encobrimento consciente (SCHIFFMAN; KANUK, 2000). Malhotra (2001, p.165) define a técnica projetiva como “uma forma

ABSTRACT

During the 40s and 50s, the interest in motivational research, projective techniques start from a very simple principle; through a stimulus the individual projects his subjective aspects, attitudes, behavior, opinions, etc., which, for some reason, he would not do it so spontaneously (Perrien, Emmanuel, Zins, 1984 apud Marchetti, 1995). This study intends, through desk research, understand the formation of the brand image and its relations in a specific context, through the use of a sophisticated method in Brazil, named Zaltman Metaphor Elicitation Technique – ZMET, and its importance in understanding the values of associations in the constitution of the strategy of Sensory Branding. Identify the construction of these stories and the mental map from it, verify what are the links between certain variables that a brand provides and to unravel the challenges traced among body, mind, psychological processes and society are new marketing problems that arise in the life of the consumer (ZALTMAN, 2000). This is a qualitative research technique able to identify thoughts and retrieve information, often unknown or forgotten by the subjects themselves, but potentially in marketing strategies for increasingly competitive and commoditized markets. Knowing how to retrieve, decode, interpret, and present them are some of the answers that the Zaltman Metaphor Elicitation Technique (ZMET) technique can provide.

Keywords: Branding sensorial. Projective techniques. Zmet Branding.

não estruturada e indireta de perguntar que incentiva os entrevistados a projetar sem suas motivações, crenças, atitudes ou sensações subjacentes sobre os problemas em estudo”.

A utilidade dessa técnica é evidenciada quando se observam as seguintes diretrizes: A) as técnicas projetivas devem ser utilizadas quando a informação desejada não pode ser obtida com precisão por métodos diretos. B) as técnicas projetivas devem ser usadas para pesquisa exploratória, para proporcionar entendimento e compreensão iniciais. C) em vista de sua complexidade, as técnicas projetivas não devem ser usadas ingenuamente.

Marchetti (1995, p. 21) alerta que mesmo aparentando “...simplicidade, a utilização das técnicas projetivas em *marketing* deve ser feita com bastante cuidado”, pois as dificuldades de se avaliar a validade e

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ) – alexpepo@gmail.com

² Doutora em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, docente do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ) – lurdesf@unijui.edu.br

a confiabilidade dos testes projetivos podem conduzir a resultados distorcidos.

Assim, o pesquisador deve possuir formação especializada e aptidão para conduzir as entrevistas e boa capacidade de raciocínio para gerar os debates. Além do mais, espera-se que saiba decidir entre os estímulos mais adequados (fotos, objetos, sons) a serem utilizados na entrevista. Outro ponto importante está na análise dos dados, sendo que a participação de antropólogos, psicólogos, sociólogos, terapeutas, etc., são fortemente recomendáveis ao pesquisador na técnica projetiva.

O presente estudo pretende, através de uma *desk research*, compreender a formação da imagem de marca e suas relações em um contexto específico, por meio da utilização de um método sofisticado e pouco utilizado no Brasil, denominado *Zaltman Metaphor Elicitation Technique – ZMET*, e a sua importância na compreensão dos valores das associações na constituição da estratégia do *Branding Sensorial*.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. O ZMET E A POSSIBILIDADE DE COMPREENDER UMA MARCA ATRAVÉS DAS SUAS RELAÇÕES ASSOCIATIVAS

Os recentes aperfeiçoamentos das tradicionais técnicas de pesquisa quantitativa e qualitativa têm intensificado a habilidade de coletar dados relevantes dos consumidores e interpretá-los com maior facilidade (Malhotra, 2016). Grande parte dessas melhorias advém dos avanços da informática e de novos procedimentos estatísticos. No entanto, apesar desses avanços, desafios ainda persistem; principalmente no que se refere ao entendimento dos pensamentos, sentimentos dos consumidores.

Com o objetivo de ir além da “voz” do consumidor, de desvendar o comportamento do consumidor considerando todos os seus sentidos e mecanismos cognitivos, foi desenvolvida pelo professor Gerald Zaltman a Técnica de Evocação de Metáforas: *ZMET (Zaltman Metaphor Elicitation Technique)*. Trata-se de uma técnica de pesquisa embasada em estudos multidisciplinares sobre a imagem e a mente, com o objetivo de evocar as metáforas que representam os pensamentos e sentimentos dos consumidores e a *ZMET (Zaltman Metaphor Elicitation Technique)* é uma ferramenta de pesquisa patenteada (Malhotra, 2016).

É uma técnica diferenciada, classificada como “não-tradicional”, tanto em seu processo quanto ao seu objetivo (Catchings-Castello, 2000). Quanto ao processo, ela se apresenta como uma miscelânea de outras técnicas, reunidas em etapas confeccionadas para mergulhar em diferentes áreas da mente humana. Quanto ao objetivo, a *ZMET* tem o propósito de ir além do simples “ouvir” a voz do consumidor.

Segundo o seu criador, o professor Gerald Zaltman, a maioria das técnicas tradicionais capta apenas o literal, deixando de obter muito mais informações dos consumidores. A *ZMET* trabalha com as metáforas dos consumidores, que são as imagens

sensoriais dos indivíduos. Com a técnica não apenas se ouve a voz do consumidor, mas também é possível “ver” a voz do consumidor (Zaltman & Coulter, 1995).

De acordo com os autores, essa diferenciação da técnica adveio da grande multiplicidade de conhecimentos reunidos que foram utilizados para construir a *ZMET*. Áreas que aparentemente não têm nada a ver com o estudo do comportamento do consumidor (neurociência cognitiva, neurobiologia, psicolinguística, sociologia visual, antropologia visual, semiótica, fototerapia, artes) foram pesquisadas para delinear as suas premissas teóricas.

Esta é uma técnica de pesquisa qualitativa capaz de identificar pensamentos e resgatar informações, muitas vezes desconhecidas ou esquecidas dos próprios sujeitos, mas potencialmente importante nas estratégias de *marketing* para mercados cada vez mais competitivos e commoditizados.

Apesar de revelar importantes *insights*, a observação de consumidores deve ser complementada por outras abordagens mais reveladoras em relação à interpretação que o próprio consumidor faz de suas escolhas. É comum, entre os profissionais de *marketing*, deduzir os pensamentos dos consumidores com base nas suas declarações orais ou escritas (como “eu nunca mudaria de marca”) ou em seus comportamentos (por exemplo, dar-se ao trabalho de procurar determinada marca ou apresentar reação psicológica inconsciente, como aumento da condutividade da pele ao ver uma marca familiar) (ZALTMAN, 2003).

Os gerentes e pesquisadores captam o que supõem serem os pensamentos subjacentes a essas afirmações ou comportamentos e lhes atribuem um rótulo ou nome como “fidelidade à marca”. “Tais constructos não são os pensamentos ou os comportamentos efetivos, mas antes representam a interpretação desses pensamentos ou comportamentos pelos profissionais de *marketing*” (ZALTMAN, 2003, p.169).

Um ponto de destaque neste tipo de entrevista, destacado por Kotler (2003), é a natureza reveladora das questões devido à característica das perguntas abertas, que se tornam fontes mais reveladoras comparadas às pesquisas quantitativas, que se limitam apenas às respostas dos entrevistados, geralmente obtidas por perguntas fechadas. Nesse ponto, o *ZMET* talvez seja a alternativa qualitativa mais completa, já que engloba várias técnicas e abordagens mais profundas permitindo um conhecimento melhor dos pensamentos dos indivíduos. Para tanto, necessita de entrevistadores capacitados para realização de conversas guiadas, uso de metáforas não verbais, elicitação de ideias e construção de mapas mentais.

2.2. PREMISSAS TEÓRICAS DA ABORDAGEM TÉCNICA-METODOLÓGICA

Zaltman (1997), ao desenvolver essa metodologia de pesquisa, baseou-se em nove premissas alicerçadas nas mais diversas áreas do pensamento como a antropologia, psicologia e sociologia. Tais premissas, apresentadas pelo autor, permitem a definição de um modelo lógico e mental para a interpretação dos dados obtidos a partir da técnica.

O pensamento é baseado em imagens, não em palavras. A primeira premissa afirma que o pensamento se origina a partir de imagens, isto porque a maioria das imagens são visuais. Cerca de 70% de todo o estímulo que chega ao cérebro vem através do sistema visual. Mas essas imagens não se resumem apenas às visuais; também podem ser auditivas, táteis, matemáticas e assim por diante. Poucas vezes as imagens são verbais. O que significa que a linguagem verbal está diretamente conectada com imagens (visuais, sonoras, etc); por isso, a combinação da linguagem verbal e não-verbal traduzem melhor o comportamento analisado (Zaltman, 1997).

Grande parte da comunicação é não verbal. De acordo com a segunda premissa, apesar de não haver pesquisas que comprovem, a regra é que cerca de 80% da comunicação humana é não verbal. Muito do significado da comunicação verbal é determinado pela comunicação não verbal, o que inclui as expressões faciais, gestos, paralinguagem, toque, sinais espaciais e contato visual (Zaltman & Coulter, 1995). Paradoxalmente, a grande maioria das técnicas de pesquisa são verbocêntricas, ou seja, centradas no literal. As metodologias verbocêntricas precisam ser complementadas com técnicas que conciliem expressões não verbais de percepção, que são criadas a partir das imagens sensoriais (Zaltman, 1996).

As metáforas são unidades centrais para o pensamento. A terceira premissa apresenta o conceito de metáfora e sua importância para a construção do pensamento. As metáforas são a representação de uma coisa em lugar de outra. Como no exemplo: “tempo é dinheiro”, o significado de “tempo” é compreendido pela representação da imagem “dinheiro”. As metáforas são fundamentais para a formação do pensamento e do conhecimento (Zaltman, 1996).

Elas não são só meios de expressão dos pensamentos, mas ativamente criam e modelam o pensamento. E não só ajudam a fazer sentido no que se percebe, mas direcionam a atenção e os processos perceptuais. Isso significa que o pensamento é mais figurativo do que literal e, portanto, as metáforas são mecanismos-chave para visualizar os pensamentos e sentimentos dos consumidores (Zaltman & Coulter, 1995). Para os autores, modelos mentais como representações de histórias. Esta premissa afirma que o consumidor tem modelos mentais que representam seu conhecimento e comportamento.

Histórias são metáforas do conhecimento. A quarta premissa afirma que as metáforas do conhecimento proporcionam as relações entre os construtos, que são capturados pelos pesquisadores e dispostos como diagramas, representando os modelos mentais que são ideias (conceitos e construtos) inter-relacionadas, sustentadas por um indivíduo ou grupo sobre algum problema de pesquisa. Um modelo mental do pensamento do consumidor contém construtos (fatores, variáveis) dominantes que direcionam o pensamento e a ação do consumidor. As inter-relações desses construtos representam os processos lógicos através dos quais um construto afeta o outro. Conhecer estas interações através de mecanismos lógicos permite saber quais construtos podem ser os melhores veículos para influenciar os outros e quais podem ser afetados intencionalmente (Zaltman & Coulter, 1995).

Estruturas profundas do pensamento podem ser acessadas. A quinta premissa enfatiza que todos os consumidores possuem tanto pensamentos conscientes quanto inconscientes, ideias que não reconhecem ter, mas que desejariam compartilhar, uma vez descobertas. No entanto, necessitam de auxílio especial para expressá-las. Para trazer essas informações à tona, acessando estruturas profundas, existem técnicas como a fototerapia. Nessa técnica, uma figura representa o espelho do mapa interno que a pessoa inconscientemente usa para organizar e entender os sentidos que são percebidos. Isso ocorre porque são os modelos mentais que dirigem o movimento do olho (*saccadic eye movement*) e que, portanto, determinam o que se enxerga (percepção) em uma figura (Zaltman, 1996).

Razão e emoção agem em conjunto. Raramente se considera a emoção nas tomadas de decisão e nos métodos de pesquisa, os quais são normalmente voltados para a razão. As pesquisas, em sua maioria, coletam e apresentam as informações como resultado dos processos conscientes e lógicos das pessoas. Além disso, as pessoas tendem a mostrar esse lado (a razão), porque é sobre o que são questionadas, podendo responder mais prontamente (Zaltman & Coulter, 1995).

Entretanto, razão e emoção não são independentes e devem ser tratadas como forças coadjuvantes. Assim, a afirmação de que os processos de tomada de decisão são comandados pela razão, é uma meia verdade. Estudos do neurologista Damasio (1994) demonstraram que razão e emoção não são opostos. Diante dessa constatação, ao evocar os pensamentos mais profundos, deve-se considerar razão e emoção em conjunto, ao invés de enfatizar um (geralmente a razão) em detrimento do outro (a emoção). As duas categorias devem ser consideradas como um sistema múltiplo, complementares e não opostas (Zaltman, 1997).

A cognição está embasada na experiência sensorial. O pensamento abstrato é moldado pelas experiências motoras e perceptivas, transformando-se em uma extensão das experiências sensoriais. Isto quer dizer que o pensamento abstrato é organizado pela projeção sobre os padrões de experiência sensorial. Exemplificando, para entender “quantidade” abstratamente, uma pessoa deve recorrer à experiência física de verticalidade, a qual tem uma associação diferenciada (para cima tem associações mais positivas do que para baixo) (Zaltman, 1997).

O pensamento não é domínio de um só indivíduo. A oitava premissa afirma que, apesar de o ser humano nascer com pré-disposições cerebrais que variam de indivíduo para indivíduo, a mente e o modo de pensar é inerentemente social, ou seja, fortemente influenciado pelas interações sociais e pelo ambiente que o cerca. Já a individualidade surge geralmente das diferenças do conjunto de pessoas e instituições com quem se interage durante o curso da vida.

A sociedade, portanto, tem uma presença marcante na evolução do cérebro como um órgão e no modo como ele se desenvolve após a concepção. Dada a natureza universal da estrutura e funcionamento do cérebro, a maior variação entre os indivíduos no seu

pensamento e comportamento é largamente o produto da diversidade nas suas interações. Quanto maior (ou menor) o número de pessoas com quem se interage durante a vida, maior (ou menor) será a diferença entre os indivíduos (Zaltman, 2000).

2.3. OZMET – DO OBJETIVO À METODOLOGIA

Segundo Zaltman e Coulter (1995), o uso de imagens metafóricas e metáforas sensoriais auxiliam os indivíduos no resgate de informações que, às vezes, nem os próprios indivíduos têm conhecimento. Além disso, por utilizar imagens que os próprios participantes coletaram, proporcionam aos sujeitos o controle dos estímulos durante as conversas guiadas.

Todas as entrevistas são gravadas e ocorrem, individualmente, proporcionando ao entrevistador treinado, uma oportunidade para obter, não somente pensamentos individuais, mas um aprofundamento no entendimento dos sujeitos. Para a correta aplicação e efetiva qualidade de dados, os pesquisadores devem seguir dez etapas, definidas a partir dos autores, e corroboradas a partir de conceitos desenvolvidos por outros pesquisadores.

1. *Story Telling*: após o período de uma semana a dez dias pensando sobre o assunto e coletando as imagens, é solicitado ao entrevistado que conte a sua história. Isso deve ser feito, pois a memória humana é baseada em sua história (SCHANK, 1990).

2. *Missed Issues and Images*: pede-se ao participante para descrever alguma questão para a qual ele não conseguiu encontrar alguma imagem, mas que gostaria de ter encontrado. Este procedimento permite ao participante relatar imagens que tenham surgido após o processo de coleta de imagens ou durante a entrevista.

3. *Sorting Task*: o participante deve distribuir suas imagens em pilhas que tenham algum significado e, posteriormente, rotular cada uma dessas pilhas. Isso será providencial na elaboração da maioria dos temas e construtos.

4. *Construct Elicitation*: utiliza-se uma versão modificada do *Kelly Repertory Grid Technique* e do *The Laddering Technique* (KELLY, 1963; SHAW; MCNIGHT, 1980; GUTMAN, 1982; LEWIS; KLEIN, 1985; REYNOLDS; GUTMAN, 1988; VALETTE-FLORENCE; RAPACCHI, 1991). Essas técnicas são efetivas para a construção de elicitaciones, identificando, dentre três figuras similares, como duas podem ser diferentes. Em outras palavras, tenta-se buscar variações que façam sentido ou que literalmente não tenham nada em comum referente ao assunto em questão.

5. *Most Representative Image*: o participante deve mostrar a imagem mais significativa para o tema que represente seus sentimentos.

6. *Opposite Image*: o entrevistador pede ao participante que descreva imagens que representariam o oposto à questão dada. Para entender o que algo é, é necessário saber o que ele não é.

7. *Sensory Images*: o participante é arguido sobre seus outros sentidos e solicitado a falar o que

representaria e o que não representaria o assunto da pesquisa. As pessoas pensam por meio de todos os seus sentidos e os seus pensamentos são imagens sensoriais (MACDOUGALL, 1992; BONE; JANTRANIA, 1992; DANESI, 1990; CLASSEN, 1993).

8. *The Mental Map*: o entrevistador revisa todos os construtos discutidos e questiona com o participante se esses construtos são representações precisas de seus pensamentos e se foi esquecido algum item. Então o participante cria um mapa ilustrando as conexões mais importantes relacionadas ao tópico.

9. *The Summary Image*: o participante cria uma imagem resumida ou uma montagem usando suas próprias imagens. Após a criação da imagem solicita-se ao participante descrever sua imagem.

10. *The Vignette*: solicita-se ao participante que crie uma vinheta ou um pequeno filme para ajudar na comunicação de importantes questões relacionadas ao tópico.

No fim das entrevistas, as mesmas são analisadas com o intuito de se verificar temas-chave para posterior construção do Mapa do Consenso, que deverá representar os pensamentos e os construtos da maioria. Com este tipo de abordagem fica possível verificar ligações entre determinadas variáveis que uma marca proporciona e desvendar os desafios entre corpo, mente, processos psicológicos e sociedade, recuperando, interpretando e apresentando com o auxílio do ZMET, conforme afirma VIEIRA e TIBOLA (2005).

Apesar da metodologia do ZMET ser largamente difundida nos Estados Unidos e utilizada para a compreensão dos consumidores, as mudanças mercadológicas interferem na natureza humana de tal forma, que obrigam os pesquisadores e profissionais de *marketing* a estarem sempre dispostos e atentos para revisar e testar novas metodologias a fim acompanhar as mudanças e transformações ocorridas com esses vetores mercadológicos.

Identificar o que o cérebro cria, quando este possui familiaridade com o produto, suas ideias, percepções, atitudes e preferências em relação a ele, verificar quais são as ligações entre determinadas variáveis que uma marca proporciona e desvendar os desafios traçados entre corpo, mente, processos psicológicos e sociedade são novos problemas mercadológicos que surgem na vida do consumidor (ZALTMAN, 2000). Saber como recuperá-los, decodificá-los, interpretá-los e apresentá-los são algumas das respostas que a técnica *Zaltman Metaphor Elicitation Technique* (ZMET) pode proporcionar.

A ZMET é uma técnica qualitativa, de caráter híbrido que direciona os entrevistados a coletar e edificar metáforas (imagens figurativas que representam alguma outra coisa) com produtos ou compras, baseados na técnica projetiva (KRAFT; NIQUE, 2002). Ela faz uso de gravações fotográficas e áudio para enriquecer as entrevistas normais.

Segundo seu criador, o professor Gerald Zaltman (1997, p. 428) da Harvard Business School, a técnica ZMET “envolve uma intensa exploração da geração própria de

metáforas por parte dos administradores e consumidores”. Sintetizando, “...ela revela o comportamento do consumidor não só ouvindo a sua voz, mas também vendo a voz do cliente” (SHETH; MITTAL; NEWMAN, 2001, p. 129).

Áreas que aparentemente não têm nada a ver com o estudo do comportamento do consumidor como: neurociência cognitiva, neurobiologia, psicolinguística, sociologia visual, antropologia visual, semiótica, fototerapia, artes foram pesquisadas para delinear as premissas teóricas da ZMET (KRAFT; NIQUE, 2002).

Na verdade, essa técnica pode ser utilizada por pesquisadores do consumidor como maneira para enriquecer o corpo dos dados qualitativos, providenciando uma perspectiva de ação (GOULD *et al.*, 1974 *apud* HEISLEY; LEVY, 1991).

Outra utilização da ZMET concentra-se na construção de um mapa de consenso dos pensamentos do entrevistado (COULTER; ZALTMAN, 1994). Esse mapa de consenso fornece uma visualização mais entendível dos construtos utilizados pelo entrevistado. Indo além, a ZMET providencia fundamental compreensão dos consumidores pela identificação de um conjunto de significados em vários níveis de experiência. Isso ajuda a compreender como o inconsciente e o consciente trabalham juntos em um processo de interação para: (1) criar necessidades; (2) influenciar o critério pela satisfação deles; (3) formar a experiência da satisfação das necessidades; e (4) expandir os julgamentos sobre essas experiências (ZALTMAN; OLSON).

A execução da *Zaltman Metaphor Elicitation Technique* não é uma obra fácil. Na realidade, um conhecimento das premissas teóricas que envolvem a técnica é fundamental para sua boa execução e validade. Kraft e Nique (2002: 4) salientam que cada etapa de execução deve ser “...cuidadosamente projetada para evocar aspectos racionais e emocionais dos participantes”.

2.4. O ZMET E A IDENTIFICAÇÃO DE ASSOCIAÇÕES MENTAIS COM A MARCA

De fato, uma característica de diferenciação do *marketing* moderno tem sido o seu enfoque sobre a criação de marcas diferenciadas. A pesquisa de mercado foi usada para ajudar a identificar e desenvolver as bases de diferenciação de marca. Associações únicas de marca estabeleceram-se por meio de atributos de produtos, nomes, embalagens, estratégias de distribuição e propaganda. A ideia foi ir além da área de *commodities* para a de produtos com marca, com a finalidade de reduzir a primazia do preço sobre a decisão de compra e acentuar as bases de diferenciação.

Para Aaker (1996), em primeiro lugar, dados os recursos necessários para se criar um elevado nível de notoriedade, uma presença significativa no mercado é geralmente um enorme ativo. Tal nível de presença pode decorrer de dois aspectos: quota de mercado e o tempo de vida da marca. Contudo, não basta estar presente no mercado. Mais do que isso, é necessário desenvolver associações fortes com a categoria de produto, seja através dos elementos de identidade da marca, seja de formas de comunicação apelativas (Keller, 2003).

De acordo com Brito (2010) a força da marca depende, pois, quer da quantidade de informação sobre a marca a que o cliente está exposto, assim como da sua qualidade. Ainda, segundo aquele autor, há dois fatores que, em particular, facilitam a força das associações para o consumidor e a consistência com que ela é apresentada ao longo do tempo. Segundo o autor, a imagem de uma marca é o conjunto de associações que os clientes a ela fazem. Numa perspectiva alargada, ou seja, não limitada aos sinais de identidade, a imagem depende das diversas formas de contato que cada cliente tem com a marca nas suas múltiplas facetas: produto, serviço, preço, comunicação, distribuição, etc. Em síntese, a imagem de cada marca resulta da interação que cada cliente estabelece com ela.

A segunda grande fonte de valor de uma marca é a sua imagem, ou seja, o conjunto de percepções acerca da marca resultantes das associações que o consumidor a ela faz (Keller, 1993, p.3). Para isso, contribui de forma direta toda a estratégia de *marketing* da empresa (nomeadamente, o modo como ela gere as principais variáveis do *marketing mix*), bem como aspectos não diretamente controláveis, tais como o passa-palavra, informação que é dada sobre a marca através dos órgãos de comunicação social, o país de origem, etc. Para se criar uma imagem positiva, é necessário que essas associações sejam fortes, favoráveis e únicas (Keller, 2003). A força das associações decorre, em larga escala, da forma como os programas de *marketing* da empresa afetam a experiência que os consumidores têm com a marca.

Uma imagem de marca é um conjunto de associações, usualmente organizadas de alguma forma significativa. Uma associação e uma imagem representam ambas as percepções que podem ou não refletir a realidade objetiva (Aaker, 1998). O posicionamento é estreitamente relacionado ao conceito de imagem e associação, exceto quando implica um quadro de referência no qual está a concorrência.

Para o autor, uma marca bem posicionada terá uma atraente posição competitiva, suportada por fortes associações. Ficará muito bem colocada com um atributo desejável, como serviço amigável, ou ocupará uma posição distinta daquela dos concorrentes. A posição de uma marca realmente reflete como as pessoas percebem a marca. Contudo, o posicionamento, ou uma estratégia de posicionamento, pode ser usado também para refletir como uma empresa está procurando ser percebida; o posicionamento exprime a personalidade da marca.

A personalidade de marca, as associações organizacionais, os benefícios emocionais, os benefícios de auto expressão e os benefícios sociais são fatores poderosos na fidelidade e nos relacionamentos de marca, tomando-os mais amplos e mais profundos do que os benefícios funcionais definidos pela oferta. Eles mexem com necessidades e motivações extremamente básicas. A capacidade dos concorrentes de perturbar um relacionamento baseado em um apelo de benefício funcional fica reduzida. Transcender os benefícios funcionais traz vantagens enormes para a organização (Aaker, 2015).

As associações podem assumir diversas formas, incluindo atributos, benefícios funcionais, aplicações imagem do usuário, personalidade de marca, programas e valores organizacionais e benefícios de auto expressão, emocionais ou sociais (Aaker,2015). As associações também devem criar um ponto de diferenciação que apoie a proposição de valor ou represente um ponto de paridade. A visão deve inspirar os funcionários e parceiros da empresa. Ela deve fazer com que eles se importem.

A criação de uma marca sensorial é um processo complexo. Cada passo é planejado de tal forma que a marca não perca sua identidade. Isso vai assegurar que as empresas não representem mal a marca e, mais importante ainda, que elas não vão terminar em uma situação em que a marca não consegue cumprir as promessas que faz (Lindstrom, 2012).

Essa sinfonia sensorial completa produz um efeito dominó. Da forma como as impressões são armazenadas no cérebro, se você aciona um sentido ele vai levar a outro, depois a outro... até o ponto em que um panorama inteiro de memórias e emoções vai se desdobrar instantaneamente. Criar uma sinergia com os sentidos é, ou deveria ser, o objetivo de toda marca na terra. (Lindstrom, 2012:38)

As associações podem assumir diversas formas, incluindo atributos, benefícios funcionais, aplicações imagem do usuário, personalidade de marca, programas e valores organizacionais e benefícios de auto expressão, emocionais ou sociais (Aaker,2015). As associações também devem criar um ponto de diferenciação que apoie a proposição de valor ou represente um ponto de paridade. A visão deve inspirar os funcionários e parceiros da empresa. Ela deve fazer com que eles se importem.

O objetivo final do *branding* sensorial é criar um vínculo forte, positivo e duradouro entre a marca e o consumidor para que ele volte à marca repetidamente, ao mesmo tempo em que mal nota o produto dos concorrentes (Lindstrom, 2012). Um benefício emocional relaciona a capacidade da marca de fazer o comprador ou usuário sentir algo durante o processo de compra ou experiência de uso (Aaker, 2015).

O *branding* sensorial oferece o potencial para criar a mais vinculadora forma de compromisso já vista entre a marca e o consumidor. O objetivo é construir uma relação muito legal em um longo período de tempo. No intuito de estabelecer esse vínculo, o apelo sensorial deve ter dois ingredientes essenciais: tem de ser característico da marca, assim como o habitual (Lindstrom, 2012). As identidades de marca mais forte têm benefícios funcionais e emocionais. As marcas que as pessoas gostam, admiram, discutem, compram e usam representam também um veículo para expressar uma autoimagem real ou ideal (Aaker, 2015).

O *branding* se empenha continuamente para alcançar autenticidade e construir uma relação com os consumidores que se estende do berço ao túmulo. Em razão da própria longevidade, a religião presume um relacionamento autêntico, leal e duradouro com seus

adeptos. As marcas colam rótulos em produtos e serviços físicos, enquanto a religião representa o intangível – fenômenos que são difíceis de descrever e impossíveis de mostrar ou provar.

Na concepção de Aaker (2015) marcas poderosas são construídas de dentro para fora. Para criar uma marca forte no mercado, funcionários e parceiros precisam conhecer a visão de marca e se importar com sua concretização. Uma marca interna clara e também motivante fornece a orientação e a motivação necessárias para criar programas que levarão a marca adiante e evitar programas que confundem ou contrariam promessas. Criar uma marca interna envolve três fases: APRENDER, ACREDITAR E VIVER a marca – direcionadas a participantes com funções cruciais, como altos executivos, funcionários que interagem com clientes e embaixadores de marca internos. Também é preciso reunir e alavancar histórias clássicas que apoiam a marca de formas autênticas e cheias de vida.

A personalidade de marca, as associações organizacionais, os benefícios emocionais, os benefícios de auto expressão e os benefícios sociais são fatores poderosos na fidelidade e nos relacionamentos de marca, tornando-os mais amplos e mais profundos do que os benefícios funcionais definidos pela oferta. Eles mexem com necessidades e motivações extremamente básicas (Aaker, 2015). A capacidade dos concorrentes de perturbar um relacionamento baseado em um apelo de benefício funcional fica reduzida. Transcender os benefícios funcionais traz vantagens enormes para a organização.

Quanto maior for a lealdade que uma marca inspira, maior será o potencial de sucesso, a longo prazo. Tão forte quanto a lealdade são as tradições. Mas, mesmo que muitas marcas reivindiquem um forte e leal séquito, poucas podem clamar serem partes de uma tradição.

A diferenciação é o segredo para vencer com ofertas novas e antigas. É preciso haver um ponto de diferença que crie um motivo para comprar e ser fiel. O grande caminho para a diferenciação é inovar, se não a oferta em si, então programas que apoiem ou estejam relacionados com ela, criando um “item obrigatório”. Ao doar uma marca à inovação, cria-se um “diferenciador de marca”; um recurso, ingrediente, tecnologia, serviço ou programa gerenciado ativamente e que recebe uma diferenciação de marca que cria um ponto de diferenciação significativo para uma oferta de marca durante um longo período de tempo (Aaker, 2015).

Será, então, o conjunto de associações mentais que um consumidor desenvolve com uma marca, o fator crucial para a constituição da imagem de marca. Como consequência, esse conjunto de associações define a sua experiência e o conjunto de lembranças que ele acumulou durante a sua trajetória de consumo, como manifestação e concretização da sua estratégia de diferenciação.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo final da estratégia de gestão de marcas é uma relação íntima e conectada entre a organização e o consumidor. Por isso, em tempos em que a competitividade instaurou tamanha homogeneidade nas propostas e formatações de produtos e serviços no

mercado, conhecer profundamente as relações e experiências desenvolvidas entre um consumidor e uma marca se tornam salutares para a permanência dessas marcas no mercado.

Deve-se compreender relação e experiência como um conjunto de memórias e associações que são desenvolvidas com determinada marca durante o ciclo de vida como consumidor, não apenas na sua relação direta de uso e consumo, mas também por todos os contatos iniciais, que intensificam a necessidade e desejo de consumo sobre o produto.

Técnicas projetivas como o ZMET permitem um aprofundamento na investigação dessas relações e dos modelos mentais que são assumidos com determinadas marcas no ciclo de vida de consumo. Elas permitem que o pesquisador evoque metáforas sensoriais, mecanismos de verbalização de sentimentos, lembranças, conceitos e significados projetados internamente pelos consumidores, e que dificilmente seriam externados através de pesquisas estruturadas ou de natureza quantitativas.

Uma vez que a percepção de marca dos consumidores tem tanto valor quanto à realidade, o *branding* sensorial tem por objetivo estimular o relacionamento com a marca. Pode-se dizer que ele desperta o interesse, amplia o comportamento impulsivo de compra e permite que as respostas emocionais dominem o pensamento racional. Assim como um holograma permite ver a mesma figura por diferentes ângulos, o *branding* sensorial permite que os consumidores vejam diferentes dimensões de uma única marca.

Nesse sentido, as premissas básicas que norteiam a aplicabilidade do ZMET se tornam mecanismos poderosos para a interpretação sobre a percepção de marca dos consumidores. Levando-se em consideração que: a) o pensamento é baseado em imagens, não em palavras; b) grande parte da comunicação é não verbal; c) as metáforas são unidades centrais para o pensamento; representa uma alternativa satisfatória para entender o processo de construção da marca com os consumidores, na medida em que permite uma maior penetração e imersão por regiões em que a subjetividade norteia as dimensões das relações.

A evocação de metáforas permite ao estudo um aprofundamento da história de conhecimento no entorno da marca. É um meio para que as lembranças, memórias e significados desenvolvidos durante o ciclo de consumo sejam mais bem apresentados aos investigadores por meio de projeções e exposições espontâneas, modo que garante legitimidade e autenticidade aos fatos apresentados.

Identificar a construção dessas histórias e do mapa mental a partir deste, verificar quais são as ligações entre determinadas variáveis que uma marca proporciona e desvendar os desafios traçados entre corpo, mente, processos psicológicos e sociedade são novos problemas mercadológicos que surgem na vida do consumidor (ZALTMAN, 2000). Esta é uma técnica de pesquisa qualitativa capaz de identificar pensamentos e resgatar informações, muitas vezes desconhecidas ou esquecidas dos próprios sujeitos, mas potencialmente importante nas estratégias de *marketing* para mercados cada vez mais competitivos e commoditizados.

Saber como recuperá-los, decodificá-los, interpretá-los e apresentá-los são algumas das respostas que a técnica *Zaltman Metaphor Elicitation Technique* (ZMET) pode proporcionar. Em tempos de superficialidade e liquidez (Bauman, 2000), técnicas projetivas como o ZMET representam um importante elo para o desvendar das relações mais íntimas que podem ser desenvolvidas a partir de uma experiência de consumo com uma marca.

Pois afinal, transcender os benefícios funcionais pode criar barreiras significativas. Os benefícios funcionais muitas vezes são copiados rapidamente, mas é muito mais difícil copiar benefícios de auto expressão, sociais e emocionais, e os valores e a cultura da organização ou a personalidade da marca (Aaker, 2015). Desse modo, a utilização de técnicas projetivas como a ZMET representam uma alternativa importante para conectar de modo mais efetivo o construtor da marca com os anseios e com as percepções do mercado consumidor. Informações raras e necessárias para a construção de marcas fortes e verdadeiras em mercados homogêneos e competitivos.

REFERÊNCIAS

AAKER, DAVID. **Marcas – Brand Equity. Gerenciando o Valor da Marca**. São Paulo: Negócio Editora, 1998.

_____. **Criando e Administrando Marcas de Sucesso**. São Paulo: Futura, 2001.

_____. **On branding - 20 princípios que decidem o sucesso das marcas**. Porto Alegre: Bookman, 2015.

BRITO, CARLOS – **Uma abordagem relacional do valor de marca**. Revista Portuguesa e Brasileira de gestão. 49 -63, Jan-Junho, 2010.

BAUMAN, ZYGMUNT – **Modernidade líquida**. São Paulo: Zahar, 2000.

BONE, P. F.; JANTRANIA, S. **Olfaction as a Cue for Product Quality**. *Marketing Letters*, v. 3, n. 3, pp. 289-296, 1992.

CLASSEN, C. **Worlds of sense: exploring the senses in history and across cultures**. New York: Routledge, 1993.

COULTER, R. H.; ZALTMAN, G. **Using the Zaltman Metaphor Elicitation Technique to Understand Brand Images**. In: ALLEN, C.T.; ROEDDER, D. J., (Eds.). **Advances in Consumer Research**, v.21, Provo, UT: Association for Consumer Research, p.501-507, 1994.

COULTER, R. A.; ZALTMAN, G.; COULTER, K. S. **Interpreting Consumer Perceptions of Advertising: An Application of the Zaltman Metaphor Elicitation Technique**. *Journal of Advertising*, Atlanta, v. XXX, n. 4, winter, p.1-21, 2001.

DAMASIO, ANTONIO – **O erro de Descartes**. São Paulo: Companhia das letras, 1994.

- DANESI, M. **Thinking Is Seeing: Visual Metaphors and the Nature of Abstract Thought.** *Semiotica* 80, 3/4, pp. 221-237, 1990.
- GOULD, L. C. *et al.* **Connections: From the Heroin World.** 1. ed. New Haven, CT: Yale University Press, 1974. p. 236.
- GUTMAN, J. A **Means-End Chain Model Based on Consumer Categorization Processes.** *Journal of Marketing*, 46, 2, 1982, pp. 60-72.
- HEISLEY, D. D.; LEVY, S. J. **Autodriving: a Photoelicitation Technique.** Chicago, *Journal of Consumer Research*, Chicago, IL, n. 18, p.257-272, dec. 1991.
- HEISLEY, D. D.; LEVY, S. J. **Visual Research: Currente Bias and Future Direction.** In: GILLY, M. C.
- KRAFT, S.; NIQUE, W. **Desvendando o Consumidor através das Metáforas: uma aplicação da Zaltman Metaphor Elicitation Technique (ZMET)** In: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, 26., 2002, Salvador. Anais...Salvador: ANPAD, 2002.
- KELER, K. L. **Conceptualization, Measuring and Managing Customer-Based Brand Equity,** *Journal of Marketing*, Vol. 57 (January), pp. 1-22, 1993.
- _____ - **Strategic brand management: building, measuring, and managing brand equity.** California University: Prentice Hall, 2003.
- KELLY, G. A. **A theory of personality.** New York, NY: Norton, 1963.
- KOTLER, P. **Administração de Marketing: a edição do novo milênio.** 10. ed. São Paulo: Prentice-Hall, 2000. p. 764.
- _____. **Marketing management: the millennium edition.** Upper Saddle River, NJ: Prentice-Hall, 2000.
- _____. **Marketing para o século XXI.** 13. ed. São Paulo: Futura, 2003.
- LEWIS, R. C.; KLEIN, D. M. **Personal Constructs: Their Use in the Marketing of Intangible Services.** *Psychology and Marketing*. v. 2, n. 3, pp. 201-215, 1985.
- LINDSTROM, MARTIN. **Brandsense - Segredos Sensoriais por Trás das Coisas que Compramos.** Porto Alegre: Bookman. 2ª ed. 2012.
- MACDOUGALL, D. **Films of Memory.** *Visual Anthropology Review*. v. 8, n. 1, pp. 29-37, 1992.
- MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de Marketing: uma orientação aplicada.** 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. p. 720.
- MARCHETTI, R. Z. **Diversidade e Tendências das Pesquisas Qualitativas de Marketing.** In: Caderno de Ciências Sociais Aplicada. p.15-24, Curitiba: Editora UFPR, 1995.
- REYNOLDS, T. J.; GUTMAN J. **Laddering Theory, Method, Analysis, and Interpretation.** *Journal of Advertising Research*, v. 28, n. 1, 1988, pp. 11-31.
- SCHANK, R. C. **Tell me a story: a new look at real and artificial memory.** New York, NY: Charles Scribner's Sons, 1990
- SHAW, M. L. G.; MCK NIGHT, C. **Think again: personal decision-making and problem solving.** Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, 1980.
- SCHIFFMAN, L. G.; KANUK, L. L. **Comportamento do Consumidor,** 6. ed. Rio de Janeiro: Editora LTC, 2000. p. 476.
- SHETH, N. J.; MITTAL, B.; NEWMAN, I. B. **Comportamento do Cliente: Indo além do comportamento do Consumidor.** 1. ed. São Paulo: Atlas, 2001. p.796.
- PERIN, M. G. *et al.* **A pesquisa survey em artigos de marketing no Enanpad na década de 90.** In: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, 24., 2000, Florianópolis. Anais... Florianópolis: ANPAD, 2000.
- VALETTE-FLORENCE, P.; RAPACCHI, B. **Improvements in Means-End Chain Analysis Using Graph Theory and Correspondence Analysis.** *Journal of Advertising Research*, v. 31, n. 1, pp. 30-45, 1991.
- VIEIRA, V. A.; TIBOLA, F. **Pesquisa qualitativa em marketing e suas variações: trilhas para pesquisas futuras.** *Revista de Administração Contemporânea*, Curitiba, v. 9, n. 2, abr./jun. 2005.
- ZALTMAN, G.; COULTER, R. H. **Seeing the Voice of the Customer: Metaphor-Based Advertising Research.** *Journal of Advertising Research, Advertising Research Foundation*, New York, v. 35, n.4, p.35- 51, 1995.
- ZALTMAN, G. **Metaphorically Speaking: New Technique uses Multidisciplinary ideas to Improve Qualitative Research.** *Marketing Research*, Chicago, IL, v. 8, n. 2, p. 13-20, summer 1996.
- _____. **Rethinking Market Research: Putting People Back in.** *Journal of Marketing Research*, Chicago, IL, XXXIV, p. 424-437, nov. 1997.
- _____. **Consumer Researchers: Take a Hike!** *Journal of Consumer Research*, Chicago, IL, v, 26, p. 423-428, mar. 2000.

ANÁLISE DE VIABILIDADE FINANCEIRA DE UMA CAFETERIA EM UM MUNICÍPIO DE PEQUENO PORTE DA REGIÃO NOROESTE DO RS

Guilherme Jost Beras¹
 Rubia Simon Bubolz¹
 Mauro Alberto Nüske²
 Nelson José Thesing³

RESUMO

O estudo teve por objetivo analisar a viabilidade financeira de uma cafeteria em um município de pequeno porte na região Noroeste do RS. A metodologia se baseou nas abordagens quantitativa, qualitativa e dedutiva. O procedimento foi de pesquisa exploratória, e as técnicas utilizadas foram de coleta e tratamento de dados. Identificaram-se os investimentos e custos fixos e variáveis, projetando-se três cenários. Os resultados encontrados demonstram que o empreendimento não é viável no cenário 1, uma vez que o mesmo apresenta prejuízo operacional ao longo de todo o período estudado, o que faz com que, além de o investimento não ser pago, o empresário ainda teria que custear o funcionamento do estabelecimento com recursos próprios. Os cenários 2 e 3, apresentaram-se viáveis, com lucro operacional, VPL e TIR positivos e com *payback* de aproximadamente três anos e dois meses e um ano e cinco meses respectivamente.

Palavras-Chave: Viabilidade Financeira. Cafeteria. Indicadores.

1. INTRODUÇÃO

A elaboração de um planejamento detalhado é uma etapa fundamental para o empreendedor que deseja criar uma empresa, não somente pela sua utilidade na busca de recursos, mas principalmente como forma de sistematizar suas ideias e planejar de forma mais eficiente o seu negócio.

É necessário ir além de simplesmente identificar e avaliar os negócios que possam ser promissores. Precisa-se também analisar as variáveis envolvidas e periodicamente revisar o planejamento, conforme emergirem novas situações para que seja possível readequar as estratégias.

Diante desta problemática, o presente estudo foi elaborado com o objetivo de se verificar a viabilidade financeira da instalação de uma cafeteria em um município de pequeno porte da região Noroeste do RS e, desta forma, avaliar se este empreendimento configura-se como um bom investimento a ser realizado nesta localidade.

Esta análise busca não somente identificar se este empreendimento é viável, como também entender quais são os fatores chaves que podem ser trabalhados

ABSTRACT

The research had as its main purpose to carry out the analysis of the financial viability about a coffee shop in a small town in the Northwest region of the state Rio Grande do Sul. The methodology was based on the quantitative, qualitative and deductive approaches. The procedure was exploratory research and the techniques were collecting and data processing. Investments and fixed and variable costs were identified, projecting three scenarios. The results showed that the project is not feasible in scenario 1, since it presents operating loss throughout the research period, which means that if the investment will not be paid, the businessman would still have to pay the operation of the commercial place with his own resources. Scenarios 2 and 3 showed that they were viable, with operating income, positive NPV and IRR and payback period of around three years and two months and a year and five months respectively.

Keywords: Financial Viability. Coffee Shop. Indicators.

para se atingir um resultado superior do ponto de vista de rentabilidade devido a sua maior influência no resultado financeiro.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

Segundo Groppelli & Nikbakth (2002) a administração financeira vem sendo uma ferramenta de importância crescente para as empresas de pequeno e médio porte. O sucesso empresarial demanda muito conhecimento e práticas financeiras adequadas. A partir disso, a administração financeira aplica uma série de princípios econômicos e financeiros para maximizar a riqueza ou o valor total de um negócio.

A administração financeira surge como aliada das empresas, pois projeta suas necessidades de caixa, estabelece diretrizes para controle de custos, estabelece vendas futuras e das metas de lucro, decisões sobre a melhor destinação aos recursos escassos e criação de estratégias alternativas para o caso de os planos existentes falharem.

2.2. DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS

Conforme Groppelli e Nikbakth (2002) existem diversas formas de avaliar o desempenho de uma

¹Especialista em Gestão Financeira, Controladoria e Auditoria pela Faculdade Três de Maio (SETREM), e-mail: guilhermeberas@hotmail.com

²Administrador e Especialista em Administração Financeira (SETREM), Mestre em Engenharia de Produção (UFSC), Doutorando em Desenvolvimento Regional (UNIJUÍ), Professor da Faculdade Três de Maio (SETREM), e-mail: mauronuske@gmail.com

³Doutor em Integração Regional pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Professor da Universidade Regional do Noroeste do RS (UNIJUÍ), e-mail: nelson.thesing@unijui.edu.br

empresa. Um deles é a análise de seus demonstrativos financeiros, que pode ser feito de três maneiras.

- Estudar o conteúdo da demonstração do resultado do exercício e do balanço patrimonial.

- Analisar o demonstrativo de fluxo de caixa.

- Examinar as relações entre o demonstrativo de resultado e o balanço patrimonial, realizando uma análise índices financeiros.

O propósito da análise financeira dos demonstrativos contábeis por meio desses três procedimentos é auxiliar o administrador a realizar um planejamento consistente. Pelo estudo desses demonstrativos, os administradores podem localizar pontos fracos nas operações financeiras e adotar medidas corretivas apropriadas. É por meio desta análise que os administradores estabelecem uma maneira mais eficaz de alocar fundos e recursos. Podem também controlar o rumo futuro das operações da empresa e ajudar a maximizar a sua riqueza.

Do ponto de vista de Padoveze e Benedicto (2004), a peça contábil por excelência, e a mais importante, é o balanço patrimonial. Sua função básica é evidenciar o conjunto patrimonial de uma entidade, classificando-o em bens e direitos, evidenciados no ativo, e em obrigação e valor patrimonial dos donos e acionistas, evidenciados no passivo. O ativo evidencia os elementos patrimoniais positivos, enquanto o passivo evidencia dois elementos até antagônicos: mostra, em primeiro lugar, as dívidas da empresa, consideradas elementos patrimoniais negativos e, em segundo lugar, complementando a equação contábil, o valor da riqueza dos acionistas, evidenciadas na figura do patrimônio líquido. Portanto, a figura central do balanço patrimonial e, da gestão econômica, é o patrimônio líquido.

2.3. ANÁLISE DE INVESTIMENTOS

O processo de decisão empresarial inicia-se quando existe um problema ou uma oportunidade. Quando se constata a existência de uma alternativa, através da análise delas e com o apoio de métodos objetivos, é tomada a decisão.

A escolha de melhor alternativa que, nas empresas, deve ser aquela que oferece a melhor relação entre custo e benefício (com risco aceitável), configura a tomada de decisão, a qual provocará uma ação específica. (BROM e BALIAN, 2007).

Ainda, segundo Brom e Balian (2007), o maior desafio da análise de investimentos refere-se à interpretação das ocorrências futuras. Tipicamente um projeto de investimento inicia-se com desembolso por parte do investidor com a expectativa de ganhos futuros.

A avaliação da viabilidade financeira dos investimentos é feita através da análise de investimentos ou orçamento capital. O orçamento capital consiste na análise de um projeto de investimento, com todas as futuras ocorrências previstas.

O lucro sempre foi considerado o elemento mais importante para realizar a análise de retorno financeiro

de uma empresa, porém ele pode apresentar uma deficiência do ponto de vista de um investidor, quando se fala do aspecto de liquidez do investimento: precisa haver recursos disponíveis no caixa da empresa, para não limitar ou reduzir o poder de decisão sobre o lucro.

Kassai *et al.* (2005) afirma ainda que muitos questionamentos e reflexões já foram feitos para tentar explicar as causas dos elevados índices de mortalidade das empresas brasileiras. As empresas garantem continuidade quando agem com eficácia empresarial, envolvendo questões de curto prazo, como produção, eficiência e satisfação, e de longo prazo que é a adaptabilidade e desenvolvimento.

2.4. GESTÃO DE CUSTOS

Define-se gestão de custos como sendo a menor unidade acumulada de custos indiretos; é o nível mais baixo da estrutura que se trabalha.

Quando for necessário, alguns departamentos são divididos em áreas distintas para a apuração de custos específicos. Nesse sentido, cada uma das áreas originadas da divisão de um departamento será um centro de custos distinto.

Conforme Dutra (2009), os custos podem ser divididos em variáveis e fixos. Os custos variáveis diversificam em função da variação do volume de atividade, ou seja, da variação da quantidade produzida no período. Quanto maior o volume de atividade no período, maior será o custo variável e, ao contrário, quanto menor o volume de atividade no período, menor será o custo variável. São exemplos de custos variáveis: matéria-prima, mão-de-obra direta combustíveis de máquinas, energia elétrica de acionamento de máquinas de produção (força), impostos proporcionais ao volume de atividade.

Para Hernandez (2008), os custos variáveis são aqueles que dependem diretamente da variação no volume de produção, tais como matéria-prima, mão-de-obra direta, encargos sociais, fretes, materiais secundários, comissões sobre vendas, energia elétrica, combustíveis. Custos variáveis são aqueles cujo valor total aumenta ou diminui direta e proporcionalmente com as flutuações ocorridas na produção e vendas.

Ainda, segundo Hernandez (2008), os custos fixos são aqueles que não dependem diretamente da variação no volume de produção, tais como mão-de-obra indireta, depreciação, pró-labore, seguro, refeições industriais, manutenção de máquinas e equipamentos, água, aluguel, imposto predial, iluminação.

Para Dutra (2009), supervisão, impostos periódicos, energia elétrica para iluminação são outros exemplos de custos fixos.

2.5. ANÁLISE DE CUSTO/VOLUME/LUCRO

Para Leone (2009), o melhor meio para analisar o desempenho de um segmento de distribuição é a análise tanto de sua margem de contribuição direta como indireta. Do mesmo modo como se analisam os custos e o desempenho dos segmentos da atividade

industrial, de outras atividades e até mesmo da empresa como um todo, é necessário analisar os custos dos segmentos de distribuição.

A margem de contribuição é calculada deduzindo-se da receita de vendas, os custos que são realizados diretamente pelo segmento para obter essa receita. Esses custos podem ser descritos como aqueles que não são realizados se o segmento que está sendo analisado não funcionar.

Já o ponto de equilíbrio é uma ferramenta que confere ao administrador a possibilidade de avaliar e, principalmente identificar, a partir de que momento a empresa começa a obter lucro, pois está gerando recursos suficientes apenas para remunerar seus fatores de produção. Esse ponto indica o mínimo de receita gerada pela produção para que a empresa não sofra prejuízo. Neste ponto, receitas e custos mais despesas se igualam, não existe lucro nem prejuízo. “Quanto mais próximo uma empresa estiver operando de seu ponto de equilíbrio, mais arriscada é sua situação. Em outras palavras, maior é a chance de deixar de ter lucros e passar a ter prejuízos.” (BRUNI E FAMÁ, 2008, p. 202).

2.6. INDICADORES DE VIABILIDADE

A figura do lucro empresarial é associada ao montante do investimento que pode ser identificado pelo cálculo do retorno do investimento. O lucro é a base para a análise das decisões de investimento, a pergunta é: Qual é o lucro ideal? O retorno sobre o investimento é equivalente a todo o investimento e não apenas aos lucros gerados nos períodos iniciais, ou de um período específico. Independente do objeto ou das dimensões de um investimento, é em relação ao prazo desejado para recuperar os valores aplicados.

Em qualquer projeto a avaliação constante do retorno do investimento é indispensável, uma vez que tais avaliações podem levar ao aumento ou diminuição do investimento em virtude de um cenário real melhor ou pior que o previsto inicialmente ou ainda a desistência do projeto.

“O valor presente líquido reflete a riqueza em valores monetários do investimento medido pela diferença entre o valor presente das entradas de caixa e o valor presente das saídas de caixa, a determinada taxa de desconto.” (KASSAI *et al.*, 2005, p. 64).

O VPL é um ótimo método para analisar projetos de investimento, pois o seu resultado é em valores de dinheiro, revelando a riqueza absoluta do investimento. A maior dificuldade no uso do VPL é identificar a taxa de desconto a ser utilizada, muitas vezes ela é obtida de forma complexa ou subjetiva.

Outra forma de avaliar o retorno é através do *payback*, que pode ser simples ou descontado.

O *payback* simples é o tempo necessário para que o investidor recupere o capital principal investido na empresa. Encontra-se o prazo de recuperação do capital somando os valores dos fluxos de caixa negativos (investimento) com os fluxos de caixas positivos (valores de caixa).

O *payback* descontado refere-se ao tempo necessário para que o projeto recupere o investimento realizado mais o retorno mínimo exigido pelo investidor, proporcionando uma análise mais elaborada que o *payback* original.

O *payback* total exprime um prazo de equilíbrio ao longo de todo o período do projeto. Para calcular o *payback* total utiliza-se a fórmula:

$$\text{Payback Total} = \frac{\text{PV (investimentos)}}{\text{PV (lucros)}} \times \text{Número de anos}$$

Fonte: KASSAI *et al.* (2005).

O *payback* é o período de recuperação de um investimento e consiste na identificação do prazo em que o montante do dispêndio de capital efetuado seja recuperado por meio dos fluxos de caixa gerados pelo investimento. É o período em que os valores de investimentos (fluxo negativo) se anulam com os respectivos valores de caixa (fluxos positivos). (KASSAI *et al.*, 2005, p. 88).

Pressuposto básico do modelo *payback* TIR parte do princípio que a Taxa Interna de Retorno (TIR) é uma taxa média de juros e que o prazo de recuperação do capital se dará quando a empresa dobrar o seu capital inicial. Utiliza-se a fórmula a seguir para calcular o *payback* TIR:

$$FV = PV \cdot (1+i)^n$$

Fonte: KASSAI *et al.* (2005)

A TIR representa a taxa média periódica de retorno de um projeto suficiente para repor de forma integral e exata o investimento realizado. É uma das formas mais sofisticadas de avaliar propostas de investimentos; ela representa a taxa de desconto que iguale, em um único momento, os fluxos de entrada com as saídas de caixa.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O método, para Lakatos e Marconi (2001), é o caminho a ser percorrido, demarcado, do começo ao fim, por fases ou etapas. Ele serve de guia para o estudo sistemático do enunciado, compreensão e busca de solução para o referido problema.

Este tópico visa explicitar as estratégias que foram aplicadas na execução do estudo. É o caminho metodológico que objetiva caracterizar o tipo de pesquisa que se utilizará da coleta, análise e interpretação dos dados obtidos e, por último, a elaboração do relatório como produto final deste trabalho.

O método utilizado caracteriza-se como uma abordagem quantitativa, em que os resultados encontrados na pesquisa serão traduzidos em números. Em um segundo momento serão feitas análises qualitativas relacionadas aos resultados encontrados, com o objetivo de se descrever o impacto e/ou alternativas presentes para cada aspecto do empreendimento e, por fim, foi utilizada a abordagem dedutiva, que, de acordo com a aceção clássica, é o método que parte do geral para um particular ou específico.

Segundo Lakatos e Marconi (2001), o procedimento pressupõe uma atitude concreta em relação ao fenômeno e está limitado a um domínio particular. O procedimento utilizado nesse estudo foi a pesquisa exploratória, com a finalidade de proporcionar mais informações sobre o assunto investigado.

As técnicas, para Lakatos e Marconi (2001), são consideradas um conjunto de preceitos ou processos que serve uma ciência; são também as habilidades para usar esses preceitos ou normas, na obtenção de seus propósitos. É a parte prática da coleta de dados.

As técnicas utilizadas foram de coleta de dados, através de pesquisa aplicada por intermédio de um formulário e análise de dados.

As técnicas de coleta de dados são uma tentativa de evidenciar as relações existentes entre o fenômeno estudado e outros fatores. Ela acontece em três níveis: interpretação, explicação e especificação. Na análise, entendem-se e aprofundam-se os dados estatísticos do trabalho, a fim de conseguir respostas às indagações feitas no estudo. (LAKATOS e MARCONI, 2001).

Primeiramente, as informações foram pesquisadas em referenciais bibliográficos, sendo essas utilizadas para o embasamento do estudo. Posteriormente, foram realizadas as análises financeiras para a verificação da viabilidade do investimento.

4. ANÁLISE E RESULTADOS

4.1. CAPITAL INICIAL

Investimento inicial é o montante necessário para começar as operações de uma empresa. Nesse valor estão os investimentos em máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, os quais são classificados como ativos permanente, pois são direitos da empresa e passíveis de depreciação.

Além desses gastos, é necessário fazer uma projeção de recursos disponíveis, que poderão compor o ativo circulante. Esses recursos financeiros são necessários para cumprir com as obrigações financeiras da empresa.

Para a empresa em estudo, após a análise detalhada do investimento inicial, chegou-se ao capital inicial da cafeteria, sendo que nesse ponto, foram considerados todos os investimentos necessários para a instalação do estabelecimento.

Os investimentos em instalações, descritos na tabela 1, são muito importantes, uma vez que são estes que garantem o conforto e bem-estar dos clientes que estarão consumindo no estabelecimento.

Tabela 1 - Investimentos em Instalações

Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Decoração	1	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00
Ar condicionado (35.000 btus)	1	R\$ 3.700,00	R\$ 3.700,00
Total			R\$ 6.700,00

É possível observar na tabela 1 que a decoração e o sistema de ar condicionado compõem os investimentos em instalações, sendo que estes somam

um montante de R\$ 6.700,00 reais a serem gastos antes do início das operações.

Além dos investimentos necessários para a instalação da cafeteria, existem também os gastos relacionados a móveis e utensílios, os quais são imprescindíveis para que o estabelecimento possa operar. Nesta categoria estão itens como mesas, cadeiras e louça, necessários para que cafés e lanches possam ser servidos aos consumidores. A lista de móveis e utensílios prevista, bem como a quantidade e valores associados a cada um dos mesmos podem ser verificadas na tabela 2.

Os itens descritos na tabela 2 são necessários a um estabelecimento comercial do ramo alimentício para que este possa atender de maneira rápida e prática seus clientes. É possível observar que mesas e cadeiras compõem o maior investimento a ser realizado, os quais são imprescindíveis para a instalação do empreendimento. O total de móveis e utensílios soma R\$ 7.971,70, os quais permitiriam que até 30 pessoas pudessem ser atendidas simultaneamente.

Tabela 2 - Investimentos em Móveis e Utensílios

Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Mesas 4 lugares	5	R\$ 300,00	R\$ 1.500,00
Mesas 2 lugares	5	R\$ 250,00	R\$ 1.250,00
Cadeiras	30	R\$ 90,00	R\$ 2.700,00
Prato Sobremesa	50	R\$ 7,90	R\$ 395,00
Xícara café/prato	50	R\$ 6,00	R\$ 300,00
Taças (sobremesa)	50	R\$ 2,75	R\$ 137,50
Copo água/refrigerante	50	R\$ 4,00	R\$ 200,00
Jogo americano	50	R\$ 0,80	R\$ 40,00
Garfo sobremesa	50	R\$ 1,08	R\$ 54,00
Colher sobremesa	50	R\$ 1,08	R\$ 54,00
Garfo mesa	50	R\$ 3,00	R\$ 150,00
Faca mesa	50	R\$ 5,50	R\$ 275,00
Colher mesa	50	R\$ 3,50	R\$ 175,00
Pegador (salgados)	4	R\$ 10,00	R\$ 40,00
Porta patê	3	R\$ 2,90	R\$ 8,70
Tigela	3	R\$ 4,70	R\$ 14,10
Petisqueira	9	R\$ 3,60	R\$ 32,40
Travessa para petiscos	9	R\$ 14,00	R\$ 126,00
Bandeja	10	R\$ 34,00	R\$ 340,00
Total			R\$ 7.971,70

Para que os produtos que serão comercializados na cafeteria possam ser preparados, são necessários equipamentos tais como fogão e cafeteira. A lista dos equipamentos necessários para a instalação deste tipo de empreendimento segue descrita na tabela 3, sendo que os valores expressos são compostos pela média de mercado praticada no ano de 2015.

Tabela 3 - Investimentos em equipamentos

Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Fogão 6 bocas com chapa	1	R\$ 1.370,00	R\$ 1.370,00
Liquidificador profissional	1	R\$ 490,00	R\$ 490,00
Fritadeira	1	R\$ 530,00	R\$ 530,00
Balcão Aquecido	1	R\$ 1.540,00	R\$ 1.540,00
Balcão Refrigerado	1	R\$ 1.730,00	R\$ 1.730,00
Cafeteira	1	R\$ 14.800,00	R\$ 14.800,00
Total			R\$ 20.460,00

Assim como os demais investimentos, os equipamentos são essenciais para que os produtos que serão comercializados possam ser preparados. O maior investimento é composto por uma cafeteira profissional, a qual possui uma caldeira com capacidade de preparação de vários tipos de café simultaneamente. Esta cafeteria tem um custo de R\$ 14.800,00, o qual também pode ser observado na tabela 3. O investimento total em equipamentos é de R\$ 20.460,00.

Antes de iniciar as atividades, é necessário investir em pontos que não são diretamente ligados à comercialização, mas que mesmo assim são fundamentais para que as atividades do estabelecimento corram bem e também garantam a qualidade no atendimento dos clientes. Na tabela 4, estão descritas de forma detalhada as despesas pré-operacionais.

Tabela 4 - Despesas pré-operacionais

Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Uniformes	4	R\$ 120,00	R\$ 480,00
Treinamento Garçom	1	R\$ 1.830,00	R\$ 1.830,00
Curso de barista	1	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00
Despesas Legais	1	R\$ 520,00	R\$ 520,00
Total			R\$ 4.330,00

As despesas pré-operacionais têm como principal função garantir o funcionamento do estabelecimento, assim como também garantir que a empresa trabalhe dentro dos requisitos legais. Os gastos estimados nesta categoria somam R\$ 4.330,00.

Ainda dentro dos gastos necessários para a instalação da cafeteria tem-se o capital de giro, o qual foi calculado a partir de dados coletados em diversos estabelecimentos do ramo alimentício, sendo que este é compreendido pelo somatório dos custos fixos e variáveis. Na tabela 5, encontra-se detalhado o cálculo do capital de giro. O valor encontrado é o suficiente para garantir um mês de funcionamento da cafeteria, sendo que para a análise foram criados dois cenários de comercialização. Cenário 1 composto por uma venda diária de 70 lanches e 35 bebidas e cenário 2, composto por uma venda diária de 150 lanches e 75 bebidas. Os custos dos lanches e bebidas, utilizados no cálculo dos custos variáveis, foram obtidos através de valores médios, os quais são apresentados adiante, neste capítulo.

Tabela 5 - Projeção do Capital de Giro

Custos Fixos			
Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Depreciação	R\$ 458,18	R\$ 458,18	R\$ 458,18
Aluguel	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00
Salário Garçom	R\$ 1.576,00	R\$ 1.576,00	R\$ 1.576,00
13°	R\$ 131,33	R\$ 131,33	R\$ 131,33
1/3 de férias	R\$ 43,78	R\$ 43,78	R\$ 43,78
FGTS	R\$ 140,09	R\$ 140,09	R\$ 140,09
Pró-labore	R\$ 788,00	R\$ 788,00	R\$ 788,00
Água	R\$ 100,00	R\$ 100,00	R\$ 100,00
Telefone	R\$ 55,00	R\$ 55,00	R\$ 55,00
Material de higiene e limpeza	R\$ 120,00	R\$ 120,00	R\$ 120,00
Total Custo Fixo Mensal	R\$ 4.912,38	R\$ 4.912,38	R\$ 4.912,38
Custos Variáveis			
Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Energia elétrica	R\$ 400,00	R\$ 628,57	R\$ 857,14
Estoques de lanches	R\$ 2.681,30	R\$ 4.213,47	R\$ 5.745,64
Estoque de bebidas	R\$ 1.635,88	R\$ 2.570,66	R\$ 3.505,45
GLP	R\$ 120,00	R\$ 188,57	R\$ 257,14
Total Custo Variável Mensal	R\$ 4.837,17	R\$ 7.601,27	R\$ 10.365,37
Capital de Giro	R\$ 9.749,56	R\$ 12.513,66	R\$ 15.277,76

O capital de giro é de extrema importância para a saúde financeira das empresas. No caso da cafeteria, o capital de giro foi calculado para cumprir as obrigações de um mês de funcionamento, levando-se em conta que as vendas a prazo desse tipo de estabelecimento são em média de 30 dias (cartão de crédito).

O capital inicial é o montante necessário para o início das atividades do restaurante, sendo que é representado pelo somatório dos investimentos em instalações, móveis e utensílios, equipamentos e despesas pré-operacionais. O valor encontrado para a instalação do empreendimento estudado, totalizou R\$

39.281,70 sendo que o mesmo não considera o valor do prédio, devido ao fato de o ponto comercial ser alugado e a projeção do capital de giro servir como garantia de cumprimento das obrigações do restaurante.

4.2. CUSTOS VARIÁVEIS E FIXOS

Conforme Dutra (2009), custos variáveis são aqueles que estão diretamente relacionados à produção, ou seja, quanto maior o volume de atividade no período, maior será o custo variável.

Conforme descrito na análise do capital de giro, para a realização do presente estudo, foram criados três cenários de comercialização: cenário 1, 2 e 3, com as mesmas quantidades descritas anteriormente. Na tabela 6 podem-se visualizar os custos variáveis mensais da cafeteria.

Tabela 6 - Custos variáveis mensais

Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Energia elétrica	R\$ 400,00	R\$ 628,57	R\$ 857,14
Estoques de lanches	R\$ 2.681,30	R\$ 4.213,47	R\$ 5.745,64
Estoque de bebidas	R\$ 1.635,88	R\$ 2.570,66	R\$ 3.505,45
GLP	R\$ 120,00	R\$ 188,57	R\$ 257,14
Total Custo Variável Mensal	R\$ 4.837,17	R\$ 7.601,27	R\$ 10.365,37

É possível observar que os custos variáveis são diretamente proporcionais à quantidade comercializada. Sabe-se que no que se refere à energia elétrica, existem os consumos associados à iluminação e refrigeração e que estes não são diretamente proporcionais ao volume comercializado; entretanto, para fins de cálculo, estes valores foram considerados proporcionais devido ao baixo impacto no resultado final.

Os custos fixos são os gastos que ocorrem no período, independentemente da variação do volume. Esses custos estão relacionados com a estrutura da empresa. Na tabela 7 se apresentam, de maneira discriminada, os custos fixos e seus respectivos valores.

Tabela 7 - Custos fixos mensais

Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Depreciação	R\$ 458,18	R\$ 458,18	R\$ 458,18
Aluguel	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00
Salário Garçom	R\$ 1.576,00	R\$ 1.576,00	R\$ 1.576,00
13°	R\$ 131,33	R\$ 131,33	R\$ 131,33
1/3 de férias	R\$ 43,78	R\$ 43,78	R\$ 43,78
FGTS	R\$ 140,09	R\$ 140,09	R\$ 140,09
Pró-labore	R\$ 788,00	R\$ 788,00	R\$ 788,00
Água	R\$ 100,00	R\$ 100,00	R\$ 100,00
Telefone	R\$ 55,00	R\$ 55,00	R\$ 55,00
Material de higiene e limpeza	R\$ 120,00	R\$ 120,00	R\$ 120,00
Total Custo Fixo Mensal	R\$ 4.912,38	R\$ 4.912,38	R\$ 4.912,38

Conforme visualiza-se na tabela 7, é possível verificar que os custos fixos não variam de acordo com a quantidade de produtos comercializados uma vez que os mesmos estão associados à estrutura da empresa.

4.3. CÁLCULO DO CUSTO UNITÁRIO

É fundamental que as empresas identifiquem quais são os custos que compõem seus produtos bem como a absorção destes custos nos mesmos. Esta informação precisa estar definida adequadamente para que as organizações possam identificar se as mesmas estão tendo lucro ou prejuízo.

A partir dos custos orçados em uma empresa que comercializa lanches para cafeterias, pode-se

definir a composição do custo unitário dos lanches servidos. Na tabela 8 constam todos os dados utilizados para calcular o custo unitário dos lanches.

Tabela 8 - Cálculo do custo unitário dos lanches

Descrição	Custo por embalagem	Custo por unidade
Empada de Carne (10 unid.)	R\$ 10,00	R\$ 1,00
Empada de Palmito (10 unid.)	R\$ 10,00	R\$ 1,00
Empada de Brócolis (10 unid.)	R\$ 10,00	R\$ 1,00
Empada de Calabresa com queijo (10 unid.)	R\$ 10,00	R\$ 1,00
Pastel folhado presunto e queijo (10 unid.)	R\$ 15,00	R\$ 1,50
Pastel folhado frango com requeijão (10 unid.)	R\$ 15,00	R\$ 1,50
Enrolado de salsicha (10 unid.)	R\$ 10,00	R\$ 1,00
Tortinha de Brócolis (10 unid.)	R\$ 12,00	R\$ 1,20
Tortinha de Frango com Requeijão (10 unid.)	R\$ 12,00	R\$ 1,20
Tortinha Quatro Queijos (10 unid.)	R\$ 12,00	R\$ 1,20
Tortinha Tomate Seco (10 unid.)	R\$ 12,00	R\$ 1,20
Croissant Goiabada (10 unid.)	R\$ 14,00	R\$ 1,40
Croissant Presunto e Queijo (10 unid.)	R\$ 14,00	R\$ 1,40
Croissant Frango e Requeijão (10 unid.)	R\$ 14,00	R\$ 1,40
Croissant Natural (10 unid.)	R\$ 11,00	R\$ 1,10
Croissant Chocolate Preto (10 unid.)	R\$ 14,00	R\$ 1,40
Croissant Chocolate Branco (10 unid.)	R\$ 14,00	R\$ 1,40
Pão de Batata Presunto e Queijo (10 unid.)	R\$ 15,00	R\$ 1,50
Pão de Batata Frango e Requeijão (10 unid.)	R\$ 15,00	R\$ 1,50
Pão de Batata Calabresa (10 unid.)	R\$ 15,00	R\$ 1,50
Pão de Batata Requeijão (10 unid.)	R\$ 15,00	R\$ 1,50
Calzone Cinco Queijos (10 unid.)	R\$ 18,00	R\$ 1,80
Calzone Filé e Queijo (10 unid.)	R\$ 18,00	R\$ 1,80
Calzone Napolitano (10 unid.)	R\$ 18,00	R\$ 1,80
Salgadinhos Aniversário Diversos (100 unid.)	R\$ 55,00	R\$ 0,55
Pastel Carne Moída (10 unidades)	R\$ 9,00	R\$ 0,90
Pastel Frango (10 unidades)	R\$ 9,00	R\$ 0,90
Pão de Queijo (50 unidades)	R\$ 20,00	R\$ 0,40
Torta Doce (30 pedaços)	R\$ 60,00	R\$ 2,00
Torta Salgada (30 pedaços)	R\$ 25,00	R\$ 0,83
Total		R\$ 37,88
Custo médio por lanche		R\$ 1,26

Para a realização do estudo, optou-se por comprar os lanches congelados, assim, não são necessários equipamentos para a produção dos mesmos, como também uma cozinheira. É possível verificar que o custo médio por lanche ficou estabelecido em R\$ 1,26.

A comercialização de bebidas é fundamental em um estabelecimento desse ramo. O custo destas foi obtido através de pesquisa em empresas de mesma atuação. Na tabela 9 estão descritos os custos das bebidas que serão comercializadas bem como o preço de venda, determinado por pesquisa em estabelecimentos comerciais do mesmo ramo.

Para o cálculo das bebidas, foram consideradas apenas aquelas que são habitualmente consumidas: café, cappuccino, chocolate quente, como também suco, refrigerante e água mineral. Foi considerado que cada cliente consumiria, em média, uma unidade destes produtos, sendo que é possível verificar que o preço e custo encontrados foram respectivamente R\$ 1,54 e R\$ 3,43.

Tabela 9 - Cálculo do custo e preço das bebidas

Descrição	Custo	Venda
Sucos	R\$ 1,00	R\$ 3,50
Água	R\$ 1,50	R\$ 3,00
Refrigerante lata	R\$ 2,00	R\$ 4,00
Café Expresso	R\$ 0,53	R\$ 2,00
Café com Leite	R\$ 0,88	R\$ 3,00
Capuccino	R\$ 2,68	R\$ 4,50
Chocolate Quente	R\$ 2,18	R\$ 4,00
Custo Médio por unidade	R\$ 1,54	R\$ 3,43

4.4. PROJEÇÃO DO PREÇO DE VENDA DOS LANCHES

Para calcular o preço de venda é necessário diluir os custos fixos e variáveis no valor do lanche. O cálculo realizado pode ser verificado na tabela 10.

Tabela 10 - Cálculo do preço de venda por prato

Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Custo Variável	R\$ 1,26	R\$ 1,26	R\$ 1,26
Custo Fixo Unitário	R\$ 2,31	R\$ 1,47	R\$ 1,08
Outros Custos Variáveis	R\$ 0,24	R\$ 0,18	R\$ 0,12
Custo unitário por prato	R\$ 3,82	R\$ 2,92	R\$ 2,46
Margem de lucro	50%	50%	50%
Preço de venda	R\$ 5,73	R\$ 4,37	R\$ 3,69

É possível verificar na tabela 10, através da análise dos dados, que no cenário 1, o preço de venda médio dos lanches ficou estabelecido em R\$ 5,73; no cenário 2, em R\$ 4,37; enquanto que para o cenário 3, o preço ficou em R\$ 3,69. Os menores preços nos cenários 2 e 3 se devem ao maior volume de vendas que são de 110 e 150 lanches respectivamente, comparado a 70 unidades no cenário 1, o que dilui de forma mais efetiva os custos fixos do estabelecimento. O item "Outros Custos Variáveis" é compreendida pela diluição do gás GLP e da energia elétrica sobre o volume de vendas. Para a realização do estudo, os custos fixos foram diluídos apenas sobre os lanches.

4.5. MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO

A margem de contribuição é calculada deduzindo-se da receita de vendas, os custos variáveis. Ela indica o quanto o valor de cada unidade produzida ou comercializada contribui para saldar os custos fixos ou para estabelecer o lucro da empresa.

O cálculo é feito através da fórmula:

$$MC = PV - CV$$

Fonte: LEONE (2009)

Legenda: MC = Margem de contribuição. PV = Preço de venda. CV = Custo Variável.

Na tabela 11 é possível verificar a margem de contribuição unitária média dos lanches em cada um dos cenários.

Tabela 11 - Margem de contribuição unitária média

Cenário	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Margem de contribuição unitária média dos lanches	R\$ 4,22	R\$ 2,93	R\$ 2,31
Margem de contribuição unitária média das bebidas	R\$ 1,89	R\$ 1,89	R\$ 1,89

Devido à diluição dos custos ocorrer de forma diferente nos cenários analisados, em decorrência dos diferentes volumes, é possível verificar na tabela 11 que no cenário 1 a margem de contribuição unitária média foi de R\$ 4,22, enquanto que no cenário 2 foi de R\$ 2,93 e no cenário 3 de R\$ 2,31. A margem de contribuição das bebidas permaneceu constante em todos os cenários em R\$ 1,89, uma vez que o preço de venda não foi estabelecido sobre os custos fixos, mas sim, pelo valor praticado no mercado.

4.6. PONTO DE EQUILÍBRIO

Uma ferramenta muito importante para avaliar a partir de que momento a empresa começa a obter lucro é o ponto de equilíbrio. Esse ponto indica o mínimo de receitas que a empresa precisa gerar para que não sofra prejuízo. É nesse ponto que as receitas e custos mais despesas se igualam, não existindo lucro e nem prejuízo.

Para a realização do cálculo, foi utilizada a fórmula:

$$PE=CF/MC$$

Fonte: BRUNI; FAMA, (2008)

Legenda: PE = Ponto de Equilíbrio. CF = Custo Fixo. MC = Margem de contribuição.

Na tabela 12 apresenta-se o ponto de equilíbrio para os cenários estudados.

Tabela 12 - Cálculo do ponto de equilíbrio

Cenário	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Margem de contribuição unitária média dos lanches	R\$ 4,22	R\$ 2,93	R\$ 2,31
Margem de contribuição unitária média das bebidas	R\$ 1,89	R\$ 1,89	R\$ 1,89
2 lanches + 1 bebida = 1 refeição	R\$ 10,34	R\$ 7,75	R\$ 6,51
Custo Fixo Total	R\$ 4.912,38	R\$ 4.912,38	R\$ 4.912,38
Ponto de Equilíbrio em refeições	475	634	754

Para que o ponto de equilíbrio pudesse ser calculado, obedecendo-se a proporção de venda de lanches e bebidas estabelecida para todos os cenários, que é de dois lanches para cada uma bebida comercializada, a margem de contribuição utilizada foi a de uma refeição, compreendida por 2 lanches mais uma bebida.

É possível verificar na tabela 12 que no cenário 1, é necessário comercializar 475 refeições, ou ainda, 950 lanches e 475 bebidas para se atingir o ponto de equilíbrio, enquanto que no cenário 2, este valor passa para 634 refeições, ou ainda, 1268 lanches e 634 bebidas para se atingir o ponto de equilíbrio. Já no cenário 3, a quantidade de refeições encontrada foi de 754 refeições, ou ainda 1508 lanches e 754 bebidas.

4.7. PROJEÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

O fluxo de caixa é uma ferramenta que permite ao empreendedor planejar, organizar, coordenar, dirigir e controlar os recursos financeiros da empresa durante um determinado período.

Na tabela 13 foi projetado o fluxo de caixa da cafeteria trabalhando com o cenário 1.

Tabela 13 - Projeção do fluxo de caixa do primeiro trimestre da cafeteria no cenário 1

Descrição	Capital Inicial	Mês 1	Mês 2	Mês 3
Investimento inicial	R\$ -39.281,70			
Saldo de Caixa Inicial		R\$ 9.749,56	R\$ 9.533,37	R\$ 9.317,19
Total das entradas		R\$ 15.810,62	R\$ 15.810,52	R\$ 15.810,52
Receitas de vendas		R\$ 15.810,52	R\$ 15.810,52	R\$ 15.810,52
Total das saídas		R\$ 16.026,70	R\$ 16.026,70	R\$ 16.026,70
(-) Despesas lanches		R\$ 8.113,68	R\$ 8.113,68	R\$ 8.113,68
(-) Despesas com bebidas		R\$ 1.635,88	R\$ 1.635,88	R\$ 1.635,88
(-) Despesas pessoal		R\$ 1.891,20	R\$ 1.891,20	R\$ 1.891,20
(-) Pró-labore		R\$ 788,00	R\$ 788,00	R\$ 788,00
(-) Impostos		R\$ 1.422,95	R\$ 1.422,95	R\$ 1.422,95
(-) Aluguel		R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00
(-) Água		R\$ 100,00	R\$ 100,00	R\$ 100,00
(-) Telefone		R\$ 55,00	R\$ 55,00	R\$ 55,00
(-) Material de Higiene e Limpeza		R\$ 120,00	R\$ 120,00	R\$ 120,00
(-) Energia Elétrica		R\$ 400,00	R\$ 400,00	R\$ 400,00
Saldo do Período	R\$ -39.281,70	R\$ -216,18	R\$ -216,18	R\$ -216,18
Fluxo Líquido de Caixa	R\$ -39.281,70	R\$ 9.533,37	R\$ 9.317,19	R\$ 9.101,00

O fluxo de caixa da cafeteria operando com o cenário 1, demonstra que o empreendimento não é lucrativo, tendo em vista que as receitas são menores do que as despesas. Nesta situação, é necessária a utilização do capital de giro para cumprir com as obrigações da empresa sendo que o prejuízo mensal é de R\$ 216,18.

Na tabela 14 é possível visualizar a projeção do fluxo de caixa da cafeteria trabalhando com o cenário 2 no qual os volumes passam de 70 lanches e 35 bebidas diários para 110 lanches e 55 bebidas.

É possível verificar na tabela 14 que, ao contrário do cenário 1, o cenário 2 apresenta lucro operacional mensal de R\$ 1.101,92. O lucro apresentado se deve a um maior volume de vendas, o que dilui de forma mais efetiva os custos fixos do estabelecimento. Nesta situação, gera-se um saldo positivo que irá contribuir para o abatimento dos investimentos que foram necessários para instalar o empreendimento.

Tabela 14 - Projeção do fluxo de caixa do primeiro trimestre da cafeteria no cenário 2

Descrição	Capital Inicial	Mês 1	Mês 2	Mês 3
Investimento inicial	R\$ -39.281,70			
Saldo de Caixa Inicial		R\$ 12.513,66	R\$ 13.615,57	R\$ 14.717,49
Total das entradas		R\$ 20.309,67	R\$ 20.309,67	R\$ 20.309,67
Receitas de vendas		R\$ 20.309,67	R\$ 20.309,67	R\$ 20.309,67
Total das saídas		R\$ 19.207,75	R\$ 19.207,75	R\$ 19.207,75
(-) Despesas lanches		R\$ 9.726,45	R\$ 9.726,45	R\$ 9.726,45
(-) Despesas com bebidas		R\$ 2.570,66	R\$ 2.570,66	R\$ 2.570,66
(-) Despesas pessoal		R\$ 1.891,20	R\$ 1.891,20	R\$ 1.891,20
(-) Pró-labore		R\$ 788,00	R\$ 788,00	R\$ 788,00
(-) Impostos		R\$ 1.827,87	R\$ 1.827,87	R\$ 1.827,87
(-) Aluguel		R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00
(-) Água		R\$ 100,00	R\$ 100,00	R\$ 100,00
(-) Telefone		R\$ 55,00	R\$ 55,00	R\$ 55,00
(-) Material de Higiene e Limpeza		R\$ 120,00	R\$ 120,00	R\$ 120,00
(-) Energia Elétrica		R\$ 628,57	R\$ 628,57	R\$ 628,57
Saldo do Período	R\$ -39.281,70	R\$ 1.101,92	R\$ 1.101,92	R\$ 1.101,92
Fluxo Líquido de Caixa	R\$ -39.281,70	R\$ 13.615,57	R\$ 14.717,49	R\$ 15.819,41

A tabela 15 demonstra a projeção do fluxo de caixa para o cenário 3, no qual os volumes de lanches e bebidas comercializados são de 150 e 75, respectivamente.

Tabela 15 - Projeção do fluxo de caixa do primeiro trimestre da cafeteria no cenário 3.

Descrição	Capital Inicial	Mês 1	Mês 2	Mês 3
Investimento inicial	R\$ -39.281,70			
Saldo de Caixa Inicial		R\$ 15.277,76	R\$ 17.648,43	R\$ 20.019,10
Total das entradas		R\$ 24.606,03	R\$ 24.606,03	R\$ 24.606,03
Receitas de vendas		R\$ 24.606,03	R\$ 24.606,03	R\$ 24.606,03
Total das saídas		R\$ 22.235,36	R\$ 22.235,36	R\$ 22.235,36
(-) Despesas lanches		R\$ 11.204,02	R\$ 11.204,02	R\$ 11.204,02
(-) Despesas com bebidas		R\$ 3.505,45	R\$ 3.505,45	R\$ 3.505,45
(-) Despesas pessoal		R\$ 1.891,20	R\$ 1.891,20	R\$ 1.891,20
(-) Pró-labore		R\$ 788,00	R\$ 788,00	R\$ 788,00
(-) Impostos		R\$ 2.214,54	R\$ 2.214,54	R\$ 2.214,54
(-) Aluguel		R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00
(-) Água		R\$ 100,00	R\$ 100,00	R\$ 100,00
(-) Telefone		R\$ 55,00	R\$ 55,00	R\$ 55,00
(-) Material de Higiene e Limpeza		R\$ 120,00	R\$ 120,00	R\$ 120,00
(-) Energia Elétrica		R\$ 857,14	R\$ 857,14	R\$ 857,14
Saldo do Período	R\$ -39.281,70	R\$ 2.370,67	R\$ 2.370,67	R\$ 2.370,67
Fluxo Líquido de Caixa	R\$ -39.281,70	R\$ 17.648,43	R\$ 20.019,10	R\$ 22.389,78

Assim como nos resultados encontrados no fluxo de caixa do cenário 2, as condições apresentadas geram lucro operacional, que, no caso deste cenário, são ainda superiores ao cenário anterior, com um saldo mensal positivo de R\$ 2.370,67.

4.8. DEMONSTRATIVOS DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE

Para que a análise de viabilidade seja completa, esta deve contemplar mais de um exercício. Para garantir a eficácia do estudo, as receitas e despesas foram projetadas para cinco anos consecutivos. A DRE é apresentada de forma simplificada e foi projetada nos cenários propostos para esse estudo.

No primeiro ano foi estipulada a captação de cada cenário; para os anos seguintes, busca-se alcançar o crescimento de 7,5% na captação de clientes. O valor desse crescimento foi calculado através da média do PIB nacional (5%), e o crescimento no setor alimentício (10%) conforme o site da internet Saber do Sabor.

Apesar dos fluxos de caixa terem sido calculados com projeções mensais, a DRE é apresentada com projeções anuais em vista de tornar mais prático o cálculo dos indicadores de viabilidade, TIR, VPL e *payback*.

Na tabela 16 podem-se visualizar as receitas e despesas projetadas para o cenário 1.

Tabela 16 - DRE projetada para o cenário 1.

Descrição	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
Receita Serviços	R\$ 189.726,22	R\$ 203.955,69	R\$ 219.252,36	R\$ 235.696,29	R\$ 253.373,51
Tributos	R\$ 17.075,36	R\$ 18.356,01	R\$ 19.732,71	R\$ 21.212,67	R\$ 22.803,62
(-) Custos Variáveis	R\$ 116.994,67	R\$ 125.769,27	R\$ 135.201,96	R\$ 145.342,11	R\$ 156.242,77
Lucro Bruto	R\$ 55.656,19	R\$ 59.830,41	R\$ 64.317,69	R\$ 69.141,52	R\$ 74.327,13
(-) Custos Fixos	R\$ 58.948,57	R\$ 63.369,71	R\$ 68.122,44	R\$ 73.231,62	R\$ 78.724,00
Lucro Operacional	R\$ -3.292,38	R\$ -3.539,30	R\$ -3.804,75	R\$ -4.090,11	R\$ 4.396,87
Lucro Acumulado	R\$ -3.292,38	R\$ -6.831,68	R\$ -10.636,43	R\$ -14.726,54	R\$ 19.123,41

É possível verificar na DRE da tabela 16 projetada para o cenário 1, que o primeiro ano de funcionamento da cafeteria chegou-se a um prejuízo de R\$ 3.292,38, enquanto que ao longo dos cinco anos de DRE o prejuízo chegou a R\$ 19.123,41, comprovando que o empreendimento é inviável neste cenário.

Na tabela 17 é possível se verificar a DRE projetada para o cenário 2.

Tabela 17 - DRE projetada para o cenário 2.

Descrição	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
Receita Serviços	R\$ 243.716,09	R\$ 261.994,79	R\$ 281.644,40	R\$ 302.767,73	R\$ 325.475,32
Tributos	R\$ 21.934,45	R\$ 23.579,53	R\$ 25.348,00	R\$ 27.249,10	R\$ 29.292,78
(-) Custos Variáveis	R\$ 147.565,35	R\$ 158.632,75	R\$ 170.530,21	R\$ 183.319,98	R\$ 197.068,97
Lucro Bruto	R\$ 74.216,29	R\$ 79.782,51	R\$ 85.766,20	R\$ 92.198,66	R\$ 99.113,56
(-) Custos Fixos	R\$ 58.948,57	R\$ 63.369,71	R\$ 68.122,44	R\$ 73.231,62	R\$ 78.724,00
Lucro Operacional	R\$ 15.267,72	R\$ 16.412,80	R\$ 17.643,76	R\$ 18.967,04	R\$ 20.389,57
Lucro Acumulado	R\$ 15.267,72	R\$ 31.680,52	R\$ 49.324,27	R\$ 68.291,31	R\$ 88.680,88

Nesse cenário mais otimista, pode-se verificar que o estabelecimento em seu primeiro ano de atividade obteria um lucro de R\$ 15.267,72 e um lucro acumulado de R\$ 88.680,88 ao final do quinto ano.

Na tabela 18 é possível se verificar os resultados encontrados para a projeção da DRE no cenário 3.

Tabela 18 - DRE projetada para o cenário 3.

Descrição	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
Receita Serviços	R\$ 295.272,36	R\$ 317.417,78	R\$ 341.224,12	R\$ 366.815,92	R\$ 394.327,12
Tributos	R\$ 26.574,51	R\$ 28.567,60	R\$ 30.710,17	R\$ 33.013,43	R\$ 35.489,44
(-) Custos Variáveis	R\$ 176.513,64	R\$ 189.752,16	R\$ 203.983,57	R\$ 219.282,34	R\$ 235.728,51
Lucro Bruto	R\$ 92.184,21	R\$ 99.098,02	R\$ 106.530,37	R\$ 114.520,15	R\$ 123.109,16
(-) Custos Fixos	R\$ 58.948,57	R\$ 63.369,71	R\$ 68.122,44	R\$ 73.231,62	R\$ 78.724,00
Lucro Operacional	R\$ 33.235,64	R\$ 35.728,31	R\$ 38.407,93	R\$ 41.288,53	R\$ 44.385,17
Lucro Acumulado	R\$ 33.235,64	R\$ 68.963,95	R\$ 107.371,88	R\$ 148.660,41	R\$ 193.045,57

No cenário 3, em que se tem uma venda mensal de 150 lanches e 75 bebidas, é possível verificar, através dos resultados da DRE da tabela 18, que o mesmo apresenta o maior retorno no final do primeiro ano e também ao final dos cinco anos estudados, alcançando R\$ 33.235,64 e R\$ 193.045,57, respectivamente.

4.9. INDICADORES DE VIABILIDADE: VALOR PRESENTE LÍQUIDO (VPL) E TAXA INTERNA DE RETORNO (TIR)

Conforme Brom e Balian (2007), o VPL proporciona uma comparação entre o valor do investimento e o valor dos retornos esperados, trazendo todos os valores considerados para o momento atual.

Para calcular o VPL usa-se a fórmula:

$$VPL = - I_0 + \frac{FCL_1}{(1+i)} + \frac{FCL_2}{(1+i)^2} + \frac{FCL_3}{(1+i)^3} + \dots + \frac{FCL_n}{(1+i)^n}$$

Fonte: BROM E BALIAN (2007)

Legenda: I0 = Investimento a ser realizado. FCL = Fluxos de caixas líquidos, esperados como retorno dos investimentos. i = Taxa de desconto ou de atratividade.

Segundo Brom e Balian (2007), a TIR representa a taxa periódica de retorno de um projeto suficiente para repor, de forma integral e exata, o investimento realizado.

Para se efetuar o cálculo da TIR utiliza-se a fórmula:

$$0 = - I_0 + \frac{FCL_1}{(1+TIR)} + \frac{FCL_2}{(1+TIR)^2} + \frac{FCL_3}{(1+TIR)^3} + \dots + \frac{FCL_n}{(1+TIR)^n}$$

Fonte: BROM E BALIAN (2007)

Na tabela 19, pode-se visualizar o VPL e a TIR calculados para o cenário 1, sendo que foram considerados os mesmos 5 anos de resultados da DRE para a análise.

Tabela 19 - Cálculo do VPL e da TIR no cenário 1.

Período	0	1	2	3	4	5
Investimento	R\$ -39.281,70	R\$ -3.292,38	R\$ -3.539,30	R\$ -3.804,75	R\$ -4.090,11	R\$ -4.396,87
TMA	14%	VPL	R\$ -52.166,50	TIR	#####	

O VPL indica o resultado do investimento trazido a valor presente e com uma taxa mínima de atratividade (TMA) de 14% ao ano. Nestas condições o valor presente líquido encontrado foi de R\$ -52.166,50, enquanto que a TIR não pode ser calculada devido à magnitude do prejuízo apresentada por este cenário. Ambos os indicadores demonstram que o empreendimento não é economicamente viável.

Na tabela 20 apresenta-se o VPL e a TIR para o cenário 2, sendo que neste caso, já no fluxo de caixa e na DRE, foi possível verificar resultado positivo (lucro).

Tabela 20 - Cálculo do VPL e da TIR no cenário 2.

Período	0	1	2	3	4	5
Investimento	R\$ -39.281,70	R\$ 15.267,72	R\$ 16.412,80	R\$ 17.643,76	R\$ 18.967,04	R\$ 20.389,57
TMA	14%	VPL	R\$ 20.468,89	TIR	33%	

Neste cenário, encontra-se um resultado mais otimista, em um período calculado de cinco anos, o VPL é de R\$ 20.468,89 e a TIR é de 33%, sendo que neste cenário o empreendimento fica viabilizado.

Na tabela 21 verificam-se os resultados dos indicadores calculados para o cenário 3, sendo que assim como no cenário anterior, o fluxo de caixa e a DRE apresentaram lucro.

Tabela 21 - Cálculo do VPL e da TIR no cenário 3.

Período	0	1	2	3	4	5
Investimento	R\$ -39.281,70	R\$ 33.235,64	R\$ 35.728,31	R\$ 38.407,93	R\$ 41.288,53	R\$ 44.385,17
TMA	14%	VPL	R\$ 90.786,79	TIR	87%	

Através da análise dos resultados é possível verificar na tabela 21 que no cenário 3, o VPL encontrado foi de R\$ 90.786,79 e a TIR de 87%, demonstrando uma excelente viabilidade para o investimento.

4.10. PAYBACK

O *payback* é um método que apura o tempo necessário para que um determinado investimento seja recuperado, ou seja, o tempo em que o investimento retorna ao investidor.

Assim como para as demais análises geradas neste estudo, o *payback* foi calculado para os três cenários de vendas de lanches e bebidas. Na tabela 22 apresenta-se a análise de *payback* para o cenário 1, em que o VPL e a TIR foram negativos, indicando prejuízo operacional ao final de cinco anos.

Tabela 22 - Payback no cenário 1

Período/Ano	Lucro/Prejuízo	VPL	Saldo a recuperar
0	-	-	R\$ -39.281,70
1	R\$ -3.292,38	R\$ -2.888,05	R\$ -42.169,75
2	R\$ -3.539,30	R\$ -2.723,38	R\$ -44.893,13
3	R\$ -3.804,75	R\$ -2.568,10	R\$ -47.461,23
4	R\$ -4.090,11	R\$ -2.421,67	R\$ -49.882,90
5	R\$ -4.396,87	R\$ -2.283,59	R\$ -52.166,50

No cenário 1, projetado para o cálculo do *payback*, pode-se verificar que no final de cinco anos de atividade, a empresa irá acumular um prejuízo operacional de R\$ -52.166,50, o que significa que além de não acumular saldo para pagar deduzir do investimento inicial de R\$ 39.281,70, a empresa terá um déficit operacional, indicando prejuízo.

Na tabela 23 verifica-se o resultado da análise de *payback* para o cenário 2, em que o VPL e a TIR calculadas demonstraram lucro operacional para as condições determinadas.

Tabela 23 - Payback no cenário 2.

Período/Ano	Lucro/Prejuízo	VPL	Saldo a recuperar
0	-	-	R\$ -39.281,70
1	R\$ 15.267,72	R\$ 13.392,74	R\$ -25.888,96
2	R\$ 16.412,80	R\$ 12.629,11	R\$ -13.259,85
3	R\$ 17.643,76	R\$ 11.909,03	R\$ -1.350,82
4	R\$ 18.967,04	R\$ 11.230,01	R\$ 9.879,19
5	R\$ 20.389,57	R\$ 10.589,70	R\$ 20.468,89

O resultado do *payback* projetado para o cenário 2, mostra-se mais otimista, sendo que após três anos e dois meses, o investidor teria o retorno de seu investimento.

No cenário 3, é possível verificar que devido aos maiores volumes de vendas e conseqüente rentabilidade, o *payback* ocorre de forma mais rápida. A tabela 24 demonstra os resultados encontrados para esta condição estudada.

Tabela 24 - Payback no cenário 3.

Período/Ano	Lucro/Prejuízo	VPL	Saldo a recuperar
0	-	-	R\$ -39.281,70
1	R\$ 33.235,64	R\$ 29.154,07	R\$ -10.127,63
2	R\$ 35.728,31	R\$ 27.491,77	R\$ 17.364,14
3	R\$ 38.407,93	R\$ 25.924,26	R\$ 43.288,40
4	R\$ 41.288,53	R\$ 24.446,12	R\$ 67.734,52
5	R\$ 44.385,17	R\$ 23.052,26	R\$ 90.786,79

É possível verificar na tabela 24 que no cenário 3, o *payback* ocorre já durante segundo ano de operação da cafeteria, aproximadamente no quinto mês, sendo que conforme verificado na DRE, após os cinco anos de operação, a cafeteria teria acumulado um VPL de R\$ 90.786,79.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou contextualizar com olhares administrativos, a viabilidade de uma cafeteria na cidade de Horizontina - RS. Para tanto, buscou-se analisar dados numéricos obtidos através de cálculos de indicadores de viabilidade financeira, os quais, por sua vez, utilizaram informações obtidas junto a empresas do ramo e fornecedores de produtos alimentícios.

Em um primeiro momento foi realizado o levantamento de todos os investimentos necessários para se instalar o empreendimento, sendo que se chegou a um valor total de R\$ 39.281,70. Dentre os investimentos, o maior valor é representado pela cafeteria profissional, a qual representa R\$ 14.800,00 (38%) do investimento total.

Para que a análise pudesse ser realizada de maneira ampla e consistente, foram realizados os cálculos de viabilidade para três cenários de operação, sendo o primeiro, denominado cenário 1, mais conservador, considerou uma venda diária de 70 lanches e 35 bebidas pelo estabelecimento. O segundo cenário, chamado cenário 2, considerou uma venda diária de 110 lanches e 55 bebidas, enquanto que o terceiro cenário, denominado cenário 3, considerou um volume diário de 150 lanches e 75 bebidas.

Em seguida foram calculados os custos fixos e variáveis, bem como o preço de venda esperado para cada produto, o que permitiu determinar a margem de contribuição média dos lanches e das bebidas para cada cenário de operação, que, devido a diferentes graus de diluição dos custos fixos, obtiveram-se diferentes margens de contribuição para os lanches em cada um dos cenários. No cenário 1, a margem média encontrada para os lanches foi de R\$ 4,22, enquanto que no cenário 2 e 3, em que se teve um maior volume de vendas considerado, a margem média ficou em R\$ 2,93 e R\$ 2,31,

respectivamente. O preço, custo e conseqüentemente margem de contribuição das bebidas foram mantidos iguais em todos os cenários devido ao fato destes valores serem ditados pelo mercado.

As informações sobre investimentos e margem de contribuição possibilitaram o cálculo da DRE, VPL, TIR e *payback*, os quais são essenciais para um estudo mais aprofundado sobre a viabilidade do investimento nos cenários estudados. Todas estas análises demonstraram, de forma conjunta, que o cenário 1 não é viável financeiramente uma vez que não há lucro operacional e que os cenários 2 e 3 são viáveis, ocorrendo o retorno do investimento em aproximadamente dois anos e três meses e um ano e cinco meses, respectivamente.

Os estudos realizados permitiram evidenciar que os investimentos necessários para se instalar este tipo de empreendimento não variam consideravelmente para os volumes de venda estudados e que a chave para o sucesso está justamente na diluição dos custos através de uma maior quantidade comercializada. A escala permite comercializar os produtos a um preço menor, mantendo o negócio competitivo e garantindo a lucratividade.

REFERÊNCIAS

BROM, L.; BALIAN, J. E. A. 2007. *Análise de Investimentos e Capital de Giro: conceitos e aplicações*. 1ª edição. São Paulo: Saraiva.

BRUNI, A.; FAMA, R. 2008. *Gestão de Custos e Formação de Preços*. 5 ed. São Paulo: Atlas.

Crescimento do Setor Alimentício. Disponível em <http://www.saberdosabor.com.br>. Acesso em 09/11/2015.

DUTRA, R. G. 2009. *Custos: uma abordagem prática*. 6ª ed. São Paulo: Atlas.

FRANCO, H. 2006. *Contabilidade geral*. 23. Ed. São Paulo: Atlas.

GROPPELLI, A. A.; NIKBAKTH, E. 2002. *Administração Financeira*. Tradução Célio Knipel Moreira. 2ª. Ed. São Paulo: Saraiva.

HERNANDEZ PEREZ Jr. J. 2008. *Gestão Estratégica de Custos*. 5ª. ed. São Paulo: Atlas.

KASSAI, J. R.; CASANOVA, S. P. de C.; SANTOS, A. dos; NETO, A. A. 2005. *Retorno de Investimento abordagem matemática e contábil do lucro empresarial*. 3ª edição, São Paulo: Atlas.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. 2001. *Metodologia do Trabalho Científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações de trabalhos científicos*. 6ª. ed. São Paulo: Atlas.

LEONE, G. S. G. 2009. *Custos: Planejamento, Implantação e Controle*. 3ª ed. São Paulo: Atlas.

PADOVEZE, C. L.; BENEDICTO, G. C. de. 2004. *Análise das Demonstrações Financeiras*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.

REALISMO CRÍTICO NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS: UMA FERRAMENTA PARA MELHORAR A GESTÃO DAS ORGANIZAÇÕES

Dedilhana Lamare Manjabosco Hübner¹
 Juliana da Fonseca Capssa Lima Sausen²
 Nairana Radtke Caneppele Bussler³
 Sérgio Luís Allebrandt⁴

RESUMO

Movimento emancipatório britânico tendo Roy Bhaskar como grande precursor, o Realismo Crítico considera a vida social um sistema aberto, construído por várias dimensões, cada qual com suas próprias estruturas distintivas, seus mecanismos particulares e poder gerativo, além de ser uma ampliação de uma filosofia para a ciência, que propõe uma comensurabilidade ontológica enquanto reconhece as especificidades epistemológicas e metodológicas requeridas por cada objeto e, portanto, para cada abordagem e área do conhecimento, com destaque nos estudos organizacionais (EOR's). O objetivo deste artigo foi verificar a repercussão do Realismo Crítico nos estudos organizacionais, com foco para a gestão das organizações. Como metodologia, este artigo utilizou-se de pesquisa bibliográfica em livros e artigos, sobre os conceitos e entendimentos do Realismo Crítico e sua aplicação e relevância nos estudos organizacionais, propondo a reflexão e discussão do espaço organizacional. A conclusão que se chega é a de que o Realismo Crítico traz profundas reflexões e interpretações, bem como efetivos benefícios para a transformação e o desenvolvimento das organizações, dos gestores e dos indivíduos nelas inseridos.

Palavras-chave: Realismo Crítico. Estudos Organizacionais.

ABSTRACT

British emancipatory movement with Roy Bhaskar as a great precursor, Critical Realism considers social life an open system, built by multiple dimensions, each with their own distinctive structures, their particular mechanisms and generative power, as well as being an extension of a philosophy science, which proposes an ontological commensurability while recognizing the epistemological and methodological specificities required by each object and, therefore, for each approach and area of knowledge, especially in organizational studies (EOR's). The aim of this paper was to investigate the impact of Critical Realism in organizational studies, with a focus for the management of organizations. As a methodology, this article used bibliographic research in books and articles on the concepts and understandings of Critical Realism and its application and relevance in organizational studies, proposing reflection and discussion of the organizational space. The conclusion reached is that the Critical Realism brings deep reflections and interpretations as well as effective benefits for the transformation and development of organizations, managers and individuals in them inserted.

Keywords: Critical Realism. Organizational Studies.

1. INTRODUÇÃO

Movimento emancipatório britânico tendo Roy Bhaskar como grande precursor, o Realismo Crítico considera a vida social um sistema aberto, construído por várias dimensões (física, química, biológica, psicológica, econômica, social), cada qual possuindo suas próprias estruturas distintivas, seus mecanismos particulares e poder gerativo.

Neste caso, as sociedades ou estruturas sociais não são produtos imediatos da agência humana (erro de voluntarismo de ação), mas ao mesmo tempo não existem sem a atividade dos homens (erro de retificação da estrutura ou da ordem).

O Realismo Crítico é, portanto, uma ampliação de uma filosofia para a ciência, que propõe uma comensurabilidade ontológica enquanto reconhece as especificidades epistemológicas e metodológicas requeridas por cada objeto e, portanto, para cada abordagem e área do conhecimento.

Neste contexto, cabe destacar a relevância e aplicabilidade do Realismo Crítico para os estudos organizacionais, com foco para a gestão das organizações, trazendo profundas reflexões e interpretações, bem como efetivos benefícios para a transformação e o desenvolvimento das organizações, dos gestores e dos indivíduos nelas inseridos.

Embora se reconheça que os experimentos em ambientes sociais não possuem as mesmas características de "controle" como nos ambientes naturais, o Realismo Crítico sustenta que a investigação deve começar pela perspectiva dos agentes. O principal argumento é que as "estruturas sociais, diferentemente das estruturas naturais, não existem independentemente da concepção dos agentes do que eles estão fazendo em suas atividades" (BHASKAR, 1989, p. 38).

¹Aluna do curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Unijuí/RS. Bolsista PROSUP/CAPES. dedilhana@gmail.com

²Aluna do curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Unijuí/RS. Bolsista PROSUP/CAPES. jucapssa@gmail.com

³Aluna do curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Unijuí/RS. Bolsista PROSUP/CAPES.

nacannepele@hotmail.com

⁴Doutor em Desenvolvimento Regional (Unisc/RS). Professor nos cursos de Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional da Unijuí/RS. allebr@unijuí.edu.br

2. METODOLOGIA

2.1. MÉTODOS

A pesquisa proposta constitui-se, em sua natureza, como uma pesquisa social, pois tem como campo de investigação a realidade social, envolvendo aspectos relativos ao ser em seus múltiplos relacionamentos com outros seres e instituições sociais (GIL, 2008).

Além disso, busca inventar e ratificar o caminho científico, abandonando certas vias, encaminhando-se para certas direções privilegiadas, aceitando critérios da historicidade e considerando que qualquer conhecimento é aproximado e construído (MINAYO, 2009). O objeto das ciências sociais é, portanto, histórico, promove uma consciência histórica e é instituído pela identidade entre sujeito e objeto, com foco em objetos de pesquisa em contextos ideológicos e subjetivos.

A pesquisa constitui-se, ainda, como construtivista, considerando-se que defende o papel ativo do sujeito em sua relação com o objeto de conhecimento e a construção da realidade, uma vez que o conhecimento é construído progressivamente pelas interações estabelecidas (GIL, 2008). Propõe ir além da realidade dada e apresentada, buscando investigar e permitir uma conversação entre múltiplas perspectivas, além de propor novos caminhos para a temática estudada e para as organizações hospitalares analisadas.

Quanto à finalidade, a pesquisa é aplicada, pois ela tem como característica fundamental o interesse na aplicação, na utilização e nas consequências práticas dos conhecimentos. Sua preocupação está voltada para a aplicação imediata em uma realidade circunstancial (GIL, 2008).

A fim de apresentar visões complementares de uma mesma realidade, o estudo será de abordagem qualitativa, pois busca aprofundar-se no mundo dos significados (MINAYO, 2009).

2.2. PROCEDIMENTOS

Quanto aos procedimentos, a pesquisa classifica-se como descritiva. No nível descritivo, busca descrever características de determinado fenômeno, estabelecendo relações entre variáveis, assim como a natureza destas relações (GIL, 2008).

“A pesquisa descritiva expõe as características de determinada população ou de determinado fenômeno. Pode também estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza. Não tem compromisso de explicar fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação” (VERGARA, 1998, p. 45).

2.3. TÉCNICAS

Para a realização deste estudo, partiu-se de pesquisa bibliográfica. Pesquisa bibliográfica é “o estudo sistematizado desenvolvido com base em material [...] acessível ao público em geral. Fornece instrumental analítico para qualquer outro tipo de pesquisa, mas também pode esgotar-se em si mesma” (VERGARA, 1998, p. 46).

A pesquisa bibliográfica trabalha com dados secundários que podem ser localizados de forma rápida, auxiliam na identificação e definição melhor do problema, permitem desenvolver uma abordagem da questão em estudo, responder a certas perguntas, testar algumas hipóteses e, ainda, interpretar os dados primários com mais critério.

2.4. MATERIAIS

Enquanto meio metodológico, partiu-se de pesquisa bibliográfica em livros e artigos, sobre os conceitos e entendimentos do Realismo Crítico e sua aplicação e relevância nos estudos organizacionais.

Portanto, através das informações coletadas na pesquisa bibliográfica, este artigo propõe a reflexão e consequente discussão desta importante temática do Realismo Crítico, seus conceitos e entendimentos do Realismo Crítico e sua aplicação e relevância nos estudos organizacionais, propondo a reflexão e discussão do espaço organizacional.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1. REALISMO CRÍTICO

O termo Realismo Crítico surgiu em 1887, na obra *Zur Wissenschaftslehre und Methaphysik*, do filósofo alemão Aloys Riehl (PAPA, 2009). No entanto, o Realismo Crítico só emergiu na década de 70, a partir da obra *A Realist Theory of Science*, de 1975 (BHASKAR, 1997), da autoria do grande teórico deste movimento, Roy Bhaskar, com o objetivo de construir uma descrição realista e propor uma ruptura metaepistemológica na filosofia contemporânea da ciência, com foco na dimensão ontológica, ou seja, no “ser”.

Movimento filosófico britânico emancipatório, o Realismo Crítico busca compreender a inter-relação dialética entre a sociedade e os indivíduos, contrapondo-se à filosofia dos lógico-positivistas, do *mainstream* econômico e da tradição neoclássica, uma vez que tais filosofias determinam um sistema fechado baseado na validade universal de experimentos e fenômenos, na regularidade/conjunção constante de eventos, na valorização das ciências físicas/naturais e na ação humana como essencialmente passiva aos estímulos externos.

Associa-se, ainda, com as ideias de Kant, que considera a filosofia transcendental como algo que vem independente da experiência. Com base nesta premissa, Bhaskar define o Realismo Crítico como o resultado da combinação de realismo transcendental (filosofia orientada para ciência) e naturalismo crítico (filosofia para o contexto específico das ciências sociais), baseada na existência de uma realidade exterior (PAPA, 2009). Desta forma, tem-se: a Ciência, enquanto dimensão ideológica que reflete a dinâmica das relações na sociedade, revelando sua dimensão transitiva; e a apreensão da realidade como objeto da ciência (BASSO, 2012), de natureza intransitiva e que distingue a ciência de outros produtos culturais e ideológicos da humanidade.

Os objetos da ciência (ou outros tipos de conhecimento proposicional), no sentido das coisas que estudamos - processos físicos ou fenômenos sociais - formam a dimensão intransitiva da ciência. As teorias e discursos, como meios e recursos da ciência, são parte de sua dimensão intransitiva, embora, como parte do mundo social, elas também possam ser tratadas como objetos de estudo (SAYER, 1992, p. 8).

Assim, segundo Basso (2012, p. 112), “o objetivo da ciência, segundo o Realismo Crítico, está em explicar os fatos que conformam os processos reais, de forma metódica e sistemática e não apenas descrevê-los ou fazer previsões”.

Bhaskar distingue não apenas o mundo e a experiência, mas a questão do Ser, representado pelos domínios da realidade: Real (propriamente dito), que contempla tudo que existe na natureza (objetos naturais e sociais); Realizável/Efetivo/Factual, que corresponde aos eventos ou atividades realizadas e que geram poder, podendo ou não ser observáveis (geralmente não são observáveis diretamente por meio dos sentidos), mas que se constituem em objetos comumente analisados pela ciência; e Empírico, ou ainda, a experiência, diretamente observável pelos sentidos (única "realidade" admitida pelos empiristas) (RADAELLI; NETO, 2009).

Desta forma, o tipo *bhaskariano* do Realismo Crítico suporta a ideia de que há uma realidade "lá fora" independente de pensamentos e de impressões (VIANA, 2013). Ou seja, a ideia central do Realismo é a de que há um mundo real, incluindo o mundo social, que existe independente das pessoas e de seu conhecimento, percepção ou concepção sobre ele. O conhecimento realista verdadeiro seria, então, a coincidência ou correspondência entre juízos e essa realidade (JAPIASSU; MARCONDES, 1993). Para o Realismo Crítico, conforme destaca Viana (2013), o mundo real, que existe independentemente do conhecimento das pessoas sobre ele, é um sistema aberto, mutável, e constituído por diferentes estratos (físico, biológico, semiótico, químico etc.) e domínios (real, atual e empírico), já comentados anteriormente.

Mais propriamente, o Realismo Crítico tenta estabelecer uma síntese entre agente e estrutura. Sendo assim, é preciso compreender as camadas mais profundas da realidade, nas quais se “escondem” os determinantes causais, incluindo os agentes causais e seus poderes, transcendendo os fatos e as aparências dos eventos, e desvelando a realidade e as estruturas, mecanismos e tendências geradoras dos eventos (PAPA, 2009). “A solução proposta pelo Realismo Crítico é a de que o mundo, em parte, é criado por seres humanos (o mundo não é “dado”) e que não há semanticamente uma língua indispensável (a língua não é “dada”), fornecendo fundamentos promissores para desenvolvimentos metodológicos das ciências sociais” (VIANA, 2013, p. 4).

O Realismo Crítico constitui-se, ainda, de inferências abduativas (abudção). Dependente do conteúdo das premissas, o esquema geral dos argumentos abduativos consiste do enunciado de uma evidência (um fato ou conjunto de fatos), de hipóteses alternativas para explicar tal evidência e da apreciação do valor dessas

explicações baseada nos seus conteúdos, em que a melhor explicação provavelmente é a verdadeira. De acordo com Chibeni (1996), a conclusão depende de seu conteúdo, não consistindo necessariamente em uma extensão uniforme das evidências, o que permite sua utilização mesmo em situações instáveis. Assim, as inferências abduativas são utilizadas na busca de explicações causais em situações não controladas (RADAELLI; NETO, 2009). Desta forma, este método essencial de investigação, também, denominado de retrodução, consiste em identificar as estruturas que potencialmente geram forças relevantes para influenciar fatos e fenômenos e discernir as tendências que se combinam e se efetivam (ou se anulam) para, em última instância, causar o realizado (MISSIO, 2011).

Seguindo esta lógica, Bhaskar concebe o Realismo Crítico para compreender as interfaces e inter-relações entre indivíduos, fenômenos e sociedade. “Para o Realismo Crítico, a sociedade não consistiria apenas de indivíduos, mas da soma das relações dentro das quais os indivíduos se situam” (PAPA, 2009, p. 142). Além disso, a emancipação (libertação) não pode ser alcançada só pela mudança da consciência. Deve ocorrer na prática, pressupondo também a transformação do próprio indivíduo, agentes ou participantes (autoemancipação). “A possibilidade de transformação está dada tanto pela ação dos agentes sobre as estruturas existentes, quanto pelos limites impostos por elas” (MISSIO, 2011, p. 16). Essa visão de realidade mutável pressupõe uma concepção transformacional da atividade social.

Meu ponto de vista é que aquele tipo especial e qualitativo de libertação que é a emancipação e que consiste na transformação, na autoemancipação dos agentes envolvidos, partindo de uma fonte de determinação indesejada e desnecessária para uma desejada e necessária, é, ao mesmo tempo, pressagiado causalmente e acarretado logicamente por uma teoria explanatória, mas só pode ser efetivada na prática (BHASKAR 1998 *apud* PAPA, 2009, p. 144).

Neste sentido, a sugestão de Bhaskar é que se considere o caráter dual tanto da práxis quanto da estrutura. A ação humana possui o potencial tanto de reproduzir quanto de produzir as estruturas sociais — dualidade da práxis. Quanto às estruturas sociais, estas são, ao mesmo tempo, condição e resultado do agir humano intencional — dualidade da estrutura. Desta maneira, a ação humana não ocorre em um vácuo estrutural e as estruturas não configuram um sistema imutável de posições que os sujeitos simplesmente reproduzem (CAVALCANTE, 2007).

Embora as estruturas sociais dependam, em parte, do conhecimento que as pessoas possuem dela, este conhecimento é sempre obtido sobre uma sociedade que existe anteriormente a este próprio conhecimento. Assim, o conhecimento não determina imediatamente a estrutura social, mas sim participa da sua "reprodução" (o que inclui sua eventual transformação, de forma progressiva ou não) (RADAELLI; NETO, 2009).

Portanto, o papel do conhecimento sobre a reprodução da sociedade depende de uma "práxis", isto é, da inserção na dinâmica social dos que o veiculam,

que está relacionada a uma série de fatores, desde as condições materiais de existência dos diferentes grupos sociais até a maior ou menor rigidez das estruturas políticas. Por outro lado, a existência de um aspecto cognitivo presente na reprodução e, sobretudo, na transformação da sociedade, leva alguns autores ligados ao Realismo Crítico a afirmar a possibilidade de um caráter emancipatório das Ciências Sociais.

3.2. REALISMO CRÍTICO NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

O foco do Realismo Crítico não é simplesmente espelhar ou descrever a realidade como ela é, mas sim, modificá-la. Novo paradigma filosófico e científico, capaz de fornecer explicações mais adequadas para os questionamentos levantados pelas práticas correntes de investigação científica, o Realismo Crítico, ao prover uma maior e mais aprofundada fundamentação filosófica sobre e para as ciências em diferentes níveis e formas, ressalta e potencializa a capacidade de explicação trazida pelas ciências em geral e mesmo de intervenção racional e emancipação, trazidas, em especial, pelas ciências sociais e humanas.

De fato, sua dispersão e crescimento têm sido observados em diferentes áreas das ciências sociais, conforme apontam Pimentel e Brito (2011). Do movimento a partir do Naturalismo Crítico (BHASKAR, 1989; 1998; HAMLIM; 2000; CORRALES, 2004; 2007; JESSOP, 2005), passou a ser estudado e aplicado nos mais diversos contextos, como: Economia (FLEETWOOD, 2005), Direito (PENSILVANIA LAW REVIEW), Sistemas de Informação (DOBSON, 2002), serviço social (HOUSTON; 2001), Enfermagem (McEVOY; RICHARDS, 2006), Linguística (CORSON, 1997), Estudos Interdisciplinares (DANERMARK, 2001), Estudos Organizacionais (REED, 2005), Estratégia (KWAN; TSANG, 2001), Treinamento e Formação em Administração (SAYED; MINGERS; MURRAY, 2009), Empreendedorismo (LECA; NACCACHE, 2006), História Econômica das Organizações (CLARCK; BLUNDEL, 2006), Métodos de Pesquisa (DOWNWARD; FINCH; RAMSAY, 2002), entre outros.

O Realismo Crítico está despontando como uma perspectiva filosófica, com ambição de relato metafilosófico integrador das ciências, e um denominador comum ontológico. "Mantendo a diferenciação epistemológica entre elas, tem sido capaz de fornecer um solo fértil para o florescimento de investigação científica renovada em diferentes domínios e campos do conhecimento, com destaque, nos estudos organizacionais, solucionando problemas que estão além do alcance do antigo paradigma" (PIMENTEL; BRITO. 2011, p. 1).

A forma organizacional que se percebe atualmente é oriunda de teorias que se completaram e perceberam de formas distintas a melhor forma de administrar as organizações e suas complexidades dentro de seus contextos históricos. Esta nova e promissora forma de se fazer ciência, cria um espaço e uma oportunidade intelectual significante em que a sociologia histórica da dinâmica das formas organizacionais e dos regimes de controle gerenciais (administrativos) pode ser redescoberta e renovada.

Base para o estudo das teorias das organizações, a Epistemologia da Administração teve seu surgimento e desenvolvimento consolidados pelo novo conceito da epistemologia geral (saber interdisciplinar baseado no conhecimento provisório de diversos pontos de vista) e pelo surgimento e desenvolvimento das epistemologias específicas.

Diversas são as contribuições da Epistemologia da Administração para Teoria Administrativa, tais como: maior reflexão dos pesquisadores, melhoria dos protocolos de pesquisa, aproximação entre teoria e prática, mapeamento realista do campo de atuação, diferentes pontos de vista e melhor visão de conjunto da administração pela interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, que vai além da coexistência entre as subáreas, promovendo um significativo diálogo e interação entre elas, transpassando a área da administração e promovendo sua interação com as demais áreas do conhecimento científico (SERVA, 2012).

Além disso, o paradigma da complexidade e o paradigma emergente - semelhantes e propostos, respectivamente, pelo sociólogo e filósofo francês Edgar Morin e pelo sociólogo português Boaventura Santos - nortearam grande parte das ideias e estudos epistemológicos e metodológicos que vieram depois. E do mesmo modo que trouxeram contribuições para a área administrativa, são de grande relevância para outras ciências sociais.

O paradigma da complexidade propõe a união da ciência e da filosofia e a multidimensionalidade, na medida em que busca distinguir, integrar e articular princípios e ideias, contextualizando-os e globalizando-os, além de aceitar o desafio da incerteza, trazendo prolongamentos existenciais ao postular a compreensão entre os homens. O paradigma emergente, por sua vez, fortalece a ideia de que o conhecimento científico deve fundamentar-se na inter-relação entre as ciências naturais e as ciências sociais, ao mesmo tempo em que busca a democratização do conhecimento científico (SANTOS, 2006).

Assim, o Realismo Crítico ou Teoria Crítica, apropria-se dos paradigmas e teorias que culminaram no surgimento e desenvolvimento das organizações, e contribui para o estudo das organizações, chamando a atenção em diferentes pontos associados às organizações e seus membros.

A base conceitual que fundamenta a Teoria Crítica faz questionamentos da realidade apresentada, construída ou em construção, que culminaram com as mudanças e evolução presente nas organizações e nos indivíduos, constantemente. Basso (2012, p. 124) afirma:

uma boa compreensão da realidade é importante não apenas para dar-lhe uma boa explicação, mas igualmente para identificar linhas estratégicas de desenvolvimento voltadas à melhoria das condições de reprodução social tanto do ponto de vista dos distintos tipos de atores ou grupos sociais quanto do ponto de vista da própria sociedade.

Os estudos organizacionais mantêm sua razão de serem atemporais, consistindo em prover ferramentas, instrumentos de gestão e modelos que simplificam extratos da realidade organizacional a fim de munir os

gestores de soluções empresariais concernentes ao acréscimo de desempenho em circunstâncias incertas e de aumento de competitividade. As demandas administrativas variam conforme as ininterruptas transformações no âmbito dos negócios, analisando essas demandas e transformações que se fazem necessárias para o bom resultado dos negócios.

Assim, ao longo das últimas décadas, surgiu o debate quanto à consistência da teoria das organizações, com base na ciência revolucionária kuhniana, de Thomas Kuhn, na qual os modelos existentes são expostos à crítica e reavaliação contínuas, podendo suscitar um processo de “desconstrução” e mudanças de paradigmas (BURRELL, 2006). Thomas Kuhn foi um pesquisador da Filosofia da Ciência que defendeu o contexto de descoberta, o qual privilegia os aspectos psicológicos, sociológicos e históricos como relevantes para a fundamentação e a evolução da ciência. Na ciência revolucionária kuhniana, a ciência é um tipo de atividade altamente determinada que consiste em resolver problemas (como um quebra-cabeça) dentro de uma unidade metodológica chamada paradigma. Este, apesar de sua suficiente abertura, delimita os problemas a serem resolvidos em determinado campo científico. É ele que estabelece o padrão de racionalidade aceito em uma comunidade científica sendo, portanto, o princípio fundante de uma ciência para a qual são treinados os cientistas.

A Teoria das Organizações é apresentada, então, como um campo de enfrentamentos históricos e de abordagens situacionais que encontram receptividade contextual e intelectual em um dado momento (REED, 2006). Não obstante, embora estejam alicerçados em contextos únicos e divergirem, não se pode subjugar um modelo em detrimento de outros, pois os mesmos têm interseções e são preâmbulos ao surgimento de novas matrizes teóricas. O campo de estudos organizacionais é constituído enquanto prática intelectual dinâmica, permeada de controvérsias teóricas e conflitos ideológicos em torno da questão de como a organização pode e deve ser, resultando em relações mutuamente exclusivas. Law define, de um lado, o conservadorismo com a imposição paradigmática representada pela ortodoxia do avançar a qualquer custo; do outro lado, o relativismo com a proliferação paradigmática sustentada pela assertiva de deixar que brotem mil flores (REED, 2006).

Vieira e Caldas (2005) afirmam que desde o final da década de 1980, vertentes de resistência têm surgido para enfrentar a ortodoxia funcionalista no campo dos estudos organizacionais. Ainda mais próximo do que Burrell e Morgan (1979) chamariam de “Sociologia da Regulação”, surge a alternativa interpretacionista, e afastando-se da Sociologia da Regulação, surge a Teoria Crítica das organizações mais orientada à mudança social e, mais recentemente, abordagens pós-modernas em estudos organizacionais, cuja alocação nos quadrantes de Burrell e Morgan é problemática, pois, embora surja da contradição à ortodoxia positivista, nega igualmente a Teoria Crítica e os modelos mais radicais.

No campo dos estudos organizacionais, as discussões epistemológicas são frequentemente realizadas a partir do texto *Sociological Paradigms and*

Organisational Analysis de Burrell e Morgan (1979). A despeito das críticas dirigidas a esse trabalho, nenhuma abordagem sobre epistemologia nos estudos organizacionais pode se isentar de citá-lo. O modelo proposto por Burrell e Morgan (1979), conforme Figura 1, recorre a duas dimensões: a Sociologia da Regulação e a Sociologia da Mudança Radical, que são perpassadas pela oposição entre objetividade e subjetividade, resultando em um diagrama com quatro paradigmas: o Funcionalismo, o Interpretativismo, o Estruturalismo Radical e o Humanismo Radical.

Figura 1: Diagrama de Gibson Burrell e Gareth Morgan



Fonte: Burrell e Morgan (1979, p. 22)

A organização é constituída de uma estrutura física (ambiente interno), de documentos e bancos de dados burocráticos e contábeis que permeiam a empresa, seus funcionários e demais relações comerciais e de negócios com seus *stakeholders*, de cargos e funções hierárquicas preestabelecidas, de produtos e serviços que a representam, de meios de comunicação que transmitem sua imagem e das relações formais e dos papéis desempenhados entre os mais diversos atores envolvidos em todo este cenário. Esta é a realidade aparente da organização e, além disso, para que uma organização tenha sucesso, a constatação do lucro financeiro, por meio da mera análise de seu balanço comercial da empresa, é insuficiente. Portanto, não é possível analisar as situações ou mesmo as empresas de formas isoladas através de quadrantes isolados, pois existem relações firmadas em cada negociação, seja com fornecedores, com vendedores, com os próprios funcionários, e isso reforça a ideia de que as organizações estão frente e introduzidas em várias dimensões.

A base da Teoria Crítica se afirma quando é impossível mostrar as coisas como realmente são, senão a partir da perspectiva de como elas deveriam ser. Na verdade, o “dever ser” se refere às possibilidades não realizadas pelo mundo social. Não tem caráter utópico, mas analisa o que o mundo poderia ter de melhor se suas potencialidades se realizassem.

A identificação das potencialidades permite entender mais claramente como o mundo funciona e para que se identifiquem os obstáculos à realização das suas potencialidades dentro das empresas, também é utilizada esta forma de identificação. Assim, a Teoria Crítica aponta para a prática a partir da realização desses potenciais, por meio da identificação e rompimento dos obstáculos. É a

teoria no ato. O ato é aquele da realização dos potenciais do mundo, e tais potenciais são de natureza necessariamente emancipatória (VIEIRA; CALDAS, 2005).

A Teoria Crítica não pode ser resumida em um conjunto de ideias ou de teses imutáveis, pois, de acordo com o próprio Marx, a verdade é temporal e histórica. O teórico crítico é, portanto, aquele que está sempre mudando, mas ao mesmo tempo orientado pelo princípio da transformação social e da emancipação.

Vieira e Caldas (2005) afirmam que uma vez difundida esta teoria em vários campos das ciências sociais, logo apareceram teóricos críticos em Administração, especialmente na área de estudos organizacionais, opondo-se ao *mainstream* funcionalista. Como qualquer grupo científico que tende a politizar-se, que busca definir territórios e excluir desavenças, alguns teóricos críticos acabaram se organizando em torno do grupo hoje conhecido como Estudos Críticos em Administração (*Critical Management Studies*, ou CMS). O CMS tornou-se hoje, depois de quase duas décadas de constituição, um grupo restrito e, até certo ponto, restritivo de teóricos, com suas próprias definições e parâmetros das fronteiras do que seria ou não crítico em estudos organizacionais.

A Teoria Crítica é um referencial importante para o pesquisador que tem uma percepção crítica sobre os estudos organizacionais. Ou seja, para aqueles que concordam que as teorias organizacionais contribuem para a manutenção de um homem unidimensional (FARIA; MENECHETTI, 2007), tanto em suas versões clássicas (taylorista/fordista), quanto, igualmente, em suas vertentes pós-fordistas ou flexibilizadas (TENORIO, 2000).

Vive-se em uma sociedade de mudanças complexas, com sujeitos querendo moldar as estruturas das organizações e as estruturas querendo se consolidar. Estruturas são instituições que ordenam o comportamento social, atendendo a uma sociedade baseada em regras, normas, leis e culturas que têm por finalidade condicionar a ação humana. O voluntarismo pleno da ação humana é utópico. Porém, é importante que se tenha em mente que se a humanidade quiser, muitas coisas podem ser diferentes, ou seja, as pessoas que vivem na sociedade, em princípio, podem ajudar a mudar e transformar a sociedade, considerando que a realidade é estratificada e deve-se ir progressivamente avançando.

Enquanto fenômeno emancipatório metodológico, o Realismo Crítico tem trazido esta possibilidade nas mais diversas abordagens e áreas das ciências sociais, inclusive no estudo das organizações, uma vez que uma organização é uma estrutura e um sistema complexo, e interpretar o que está por trás dela, contribuindo para sua efetiva transformação e desenvolvimento, é função do Realismo Crítico.

Uma visão realista crítica baseia-se na perspectiva ontológica de compreender nos níveis mais profundos, os elementos que ajudam a constatar fatos, mas principalmente a compreender novas perspectivas. O Realismo Crítico exige, portanto, que se vá além da aparência e do que se consegue observar pelos sentidos humanos da apreensão. Exige que o pesquisador não se contente apenas com o que está visto, indo fundo no

processo investigatório procurando, neste caso, compreender profundamente os contextos interno e externo da organização com base no que, quanto, como e porque ela produz.

O Realismo Crítico defende que o cientista deve buscar "campos de conhecimento" ou "níveis de realidade" que estão além daqueles possíveis pelas experiências/ observações empíricas. Ou seja, existe uma realidade que não é transparente, mas que precisa ser conhecida para haver uma melhor compreensão do mundo. Existem, portanto, no mundo estruturas não empíricas subjacentes aos fenômenos, que delimitam e possibilitam os estados das coisas e eventos verificados em nível empírico (MISSIO, 2011, p. 1)

O Realismo Crítico busca, no entanto, explicar o fenômeno a partir dele mesmo, ou seja, a partir da realidade e não da epistemologia, não por meio de dados secundários, mas sim de dados primários. Para Malhotra (2002), os dados secundários já foram coletados para objetivos que não os do problema em pauta. Eles podem ser localizados de forma rápida e barata. Por um lado, auxiliam na identificação e definição melhor do problema, permitem desenvolver uma abordagem da questão em estudo, responder a certas perguntas, testar algumas hipóteses e, ainda, interpretar os dados primários com mais critério. Por outra ótica, podem não estar atualizados e serem limitados quanto à sua relevância e exatidão. Já os dados primários, são gerados por um pesquisador para a finalidade específica de solucionar o problema em pauta. Desta forma, a realidade básica precisa ser compreendida, para depois ser interpretada e agrupada, produzindo inferências, através dos dados e indicadores levantados.

A cultura organizacional é uma dimensão dinâmica que se revela por meio de várias expressões ou elementos culturais próprios de cada organização. Segundo a concepção de Smirch (1983), são regras, normas e rotinas que servem de guia aos comportamentos humanos, mas também que agem como elemento de comunicação e consenso, a ocultar e instrumentalizar as relações de dominação. É, ainda, resultante de uma construção social da realidade, carregada de significado sócio histórico, em que o contexto sócio histórico e os elementos subjetivos interferem diretamente na cultura organizacional. E nas ações do sujeito e no discurso semelhante da maioria, é que se identifica a cultura organizacional predominante (SHADECK; GRZYBOVSKI; BELTRAME; MOZZATO, 2015).

A cultura organizacional tem influência direta na aprendizagem organizacional. O que as pessoas aprendem são significados intersubjetivos inseridos na cultura. A aprendizagem é uma característica implícita e progressiva no processo organizacional. É aquisição, sustentação e mudança, mediante ações coletivas, dos significados inseridos nos artefatos culturais da organização. A medida que a organização se revela e que sua cultura fica mais evidente, criam-se condições que possibilitam a aprendizagem. Neste sentido, a aprendizagem ocorre quando a organização se desorganiza. "Aprender é desorganizar e aumentar a variedade. Organizar é esquecer e reduzir a variedade" (WEICK, WESTLEY, 2012, p. 361). A

partir daí, o esquecimento, o secreto e o silêncio ocultam um novo conjunto de continuidades que, com a dúvida e a curiosidade cultivadas, trazem à tona novas categorias, novos significados e, conseqüentemente, mais organização.

O que distingue a organização que efetivamente aprende é justamente o fato dela resultar de compartilhamentos e interações entre os indivíduos, de conseguir mover-se simultaneamente em direções múltiplas e de deter-se no oxímoro da aprendizagem organizacional, ponto de aprendizagem ótimo, tanto para o indivíduo como para a organização, mantendo a organização e a aprendizagem conectadas, no qual se justapõem ordem suficiente para sustentar uma entidade de aprendizagem e desordem suficiente para mobilizar material esquecido e novas alternativas, em um misto de inovação e identidade. Essa justaposição dinâmica representa uma janela transitória de oportunidade. O humor (cultura como linguagem), a improvisação em torno de uma rotina (cultura como ação rotineira) e a ordem em ambiente de caos (cultura como artefato) são exemplos de ocasiões de justaposição de ordem e de desordem (WEICK; WESTLEY, 2012).

Identificar se os princípios da empresa (missão, visão e valores) estão em sintonia com as práticas organizacionais cotidianas, por meio da análise das relações de poder entre todos os envolvidos, pelas propostas de produtos e serviços que atendam efetivamente às necessidades e expectativas dos clientes e consumidores e, ainda, através das estratégias e ações implementadas. Enfim, encontrar objetividade no mundo real e compreender, interpretar, explicar e contribuir qualitativamente por meio de informações quantitativas, os fenômenos que estão por trás disso tudo, interpretando e refletindo sobre a realidade além do que se vê, buscando a diversidade de conhecimentos e novas alternativas de desenvolvimento. Esta é o cerne do Realismo Crítico.

Nessa concepção, em contraposição ao realismo empírico, o mundo não é composto somente de eventos e da experiência e impressão deles resultantes, mas também de (irredutíveis) estruturas e mecanismos, poderes e tendências que, embora talvez não sejam diretamente observáveis, ainda assim governam, produzem e estão na base dos eventos atuais da nossa experiência (MISSIO, 2011, p. 14).

A ideia é, também, vislumbrar novas perspectivas, indo além da Teoria dos Custos de Transação - centralizada na hierarquia como resolução de problemas de governança de mercado - passando a Teoria da Agência - que busca compreender as causas e conseqüências das metas conflitantes entre os atores envolvidos nas organizações (BARNEY; HESTERLY, 2012)

“Para a ciência social e, de acordo com o Realismo Crítico, são de particular importância as relações internas que se mantêm entre as posições sociais, pois todo sistema e estrutura social dependem ou pressupõem essas relações” (MISSIO, 2011, p. 18). Há que se considerar que os membros da organização têm, cada um, o seu *habitus*, ou seja, “... a própria formação cultural individual, derivado do meio social e

organizacional. Nestes espaços é que se formam crenças, mitos, tabus, normas, estórias e pressupostos” (SHADECK *et al.*, 2015, p. 175). A cultura organizacional é, portanto, reflexo dinâmico das relações harmônicas de todo um conjunto de subsistemas e de possíveis subculturas e é preciso estar ciente de que não existe uma cultura fixa com a mesma representação simbólica para todos e sim uma expressão cultural dos membros de uma organização.

A realidade, porém, retrata que o ambiente organizacional é um campo de poder no qual formas de perceber, pensar e sentir o espaço, são determinadas de acordo com pressupostos construídos. Nesses espaços, encontram-se sujeitos com diferentes *habitus*, competindo, expressando-se e sendo representados por variados símbolos, inseridos contraditoriamente em um *habitus* cultural que constrói e mantém esta cultura (SHADECK; GRZYBOVSKI; BELTRAME; MOZZATO, 2015).

Quanto à efetiva aplicabilidade do Realismo Crítico no estudo eficaz de uma organização, o ideal é que o pesquisador realize um processo de imersão na realidade da empresa, buscando conhecer e compreender como funcionam todos os processos e ações implementados ao longo de um ano na organização, por meio de sua racionalidade (lógica) típica. Analisando um ramo ou setor de empresas, o pesquisador deve analisar cada racionalidade separadamente, uma vez que cada empresa tem uma sistemática de trabalho diferente. Para agregar conhecimentos e experiências e para que se constitua uma ideia geral da organização, sugere-se que cada etapa da pesquisa seja realizada com informantes diferenciados. Entender a lógica de produção destes diferentes atores é, portanto, fundamental.

A cultura organizacional é identificada pelo modo como os sujeitos se organizam, e representada pela imagem organizacional, que é identificada pelos sistemas simbólicos. A cultura é entendida por meio de elementos simbólicos, podendo ser codificados por metáforas (mais que um recurso literário, um caminho para a compreensão), que tornam possível a apreensão do sentido pela linguagem (por meio da qual o sujeito se constitui e apresenta as marcas resultantes do processo ideológico), visando transmitir valores, crenças, normas, costumes que representam as particularidades da organização. Tais imagens, símbolos e ideias de mundo guiam o comportamento humano, estabelecem contratos coletivos, constroem novas orientações aos que ocupam o espaço social e ajudam a atribuir sentido às práticas organizacionais e a definir qual delas é a principal e determinante da cultura organizacional (SHADECK; GRZYBOVSKI; BELTRAME; MOZZATO, 2015).

“O simbolismo dos valores depende de um sistema de esquemas individuais, socialmente constituído de disposições estruturadas (no social) e estruturantes (nas mentes), adquirido nas e pelas experiências práticas (em condições sociais específicas de existência), constantemente orientadas para funções e ações do agir cotidiano” (SHADECK *et al.*, 2015, p. 178). Desta forma, os elementos simbólicos estão presentes em cada discurso, diálogo e ação no espaço organizacional, ou em qualquer outro lugar, pela subjetividade que trazem, revestindo-se de um poder simbólico de manter a ordem ou de subvertê-la, constituindo os sistemas simbólicos,

enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação que exercem o poder estruturado.

A Análise do Discurso Crítica (ADR) é uma ferramenta que tem sido bastante utilizada pelos pesquisadores que aderem ao Realismo Crítico, inclusive, no estudo das organizações. Modelo analítico organizado por Chouliaraki e Fairclough (1999) e em conformidade com os pressupostos de Bhaskar, a ADR possibilita identificar problemas sociais materializados em textos orais ou escritos, entendendo que as pesquisas que utilizam este método devem estar voltadas para problemas práticos da vida social, vislumbrando a descoberta, a interpretação e a construção de significados destas práticas sociais e de seus problemas, buscando soluções para a sua superação, permitindo aos pesquisadores uma compreensão cada vez mais ampliada da vida social, e contribuindo para o crescimento da pesquisa social crítica, uma vez que a ADC dá ênfase na relação dialética entre discurso e outros elementos das práticas sociais, como linguagem corporal, imagens visuais, etc. (PAPA, 2009).

Portanto, a fonte de informações para a investigação destas questões mais profundas imbricadas no ambiente organizacional varia desde a simples observação – por meio de gestos, ações e falas - dos processos, relações, relacionamentos e poderes envolvidos, até questionários e entrevistas/conversas de aproximadamente 2 horas com as pessoas que fazem parte e que se relacionam com a empresa. O pesquisador deve, portanto, procurar identificar – através da escrita, da fala, das gestões e ações e das relações humanas – elementos que explicam a realidade, mas que não são aparentes nem palpáveis, interpretando-os de maneira profunda e peculiar.

Durante o processo de realização da pesquisa, o pesquisador deve, ainda, ter a inquietude, mas, ao mesmo tempo, a confiança de que se for consistente encontrará justificativas coerentes para a explicação dos processos organizacionais, identificando formas e indicadores diferenciados para a gestão e o desenvolvimento e apresentando estas explicações bem como as estratégias e ações de melhoria nos processos organizacionais como resultado para o gestor da organização. O foco nos resultados remete à afirmação de Missio (2011), de que Realismo Crítico dá um respaldo ontológico a teorias e análises, cabendo à ontologia desenhar um sistema aberto, à teoria explicar a relação estrutura agente e indicar suas tendências e à análise explicar os resultados contingentes frente às alternativas.

Contudo, diferentes tipos de agentes, empresas e empresários, adotam uma postura diferenciada dependendo do que é proposto. Dialogando e mostrando os resultados, os gestores poderão dizer se estes resultados se aproximam ou não da realidade da empresa, concordando ou discordando com o pesquisador. Nesta última situação, cabe ao pesquisador a habilidade de aceitar a não apreensão do que foi proposto e procurar rever a validação dos dados, socializando com os próprios responsáveis pela informação.

3.3. UTILIZANDO O REALISMO CRÍTICO PARA DEFINIR ESTRATÉGIAS NAS ORGANIZAÇÕES

A ontologia do Realismo Crítico permite a aproximação do pesquisador aos propósitos mais

elevados da área de estratégia por estar preocupado não com a pluralidade de significados, mas sim com a descoberta de estruturas e mecanismos causais que efetivamente façam a diferença. Tentar descobrir o que causa algo significa tentar descobrir “o que faz com que aconteça, o que produz, gera, cria, ou determina isso ou aquilo, ou, mais fracamente, o que permite ou leva a isso ou aquilo” (SAYER, 1992, p. 104).

A escolha teórica pela perspectiva da estratégia como prática social, uma abordagem que surgiu a partir do movimento de virada para a prática no campo da estratégia, se deu pelo fato de dar enfoque às práticas cotidianas que produzem a estratégia (WHITTINGTON, 1996). A estratégia como prática social se apresenta como uma alternativa às perspectivas macro que relegavam a dimensão micro ao segundo plano e não consideravam como centrais as relações entre as pessoas e suas práticas desempenhadas no cotidiano das organizações. Com esse movimento, o pesquisador procura entender não apenas “o que” os atores fazem, mas como e por que fazem aquilo, assumindo a estratégia como consequência de um conjunto de atividades sociais, governadas por estruturas sociais, em constante estado de transformação.

Conforme proposto por realistas críticos, o principal desafio para o pesquisador é transcender as bagagens teóricas e tentar redescobrir e transformar a realidade. Não existem organizações sem estratégias e são elas que determinam o andamento e encerramento das atividades das empresas, pois através de sua elaboração e condução, as condições para resultados e lucros poderão ser efetivas.

A estratégia é um plano, um método ou uma manobra usada para alcançar um objetivo ou resultado específico. O Realismo Crítico pode ser utilizado em todas as fases da estratégia, desde o encontro com o cliente, a conquista, a forma de manter e aumentar as vendas, posteriormente o lucro e, poderá ser utilizado como fonte para análise e interpretação de todos os fatos e dados obtidos no processo.

Portanto, para que o Realismo Crítico seja efetivamente implementado na práxis organizacional e para que as organizações, de fato, se desenvolvam, evoluam e prosperem de maneira mais dinâmica e assertiva, são necessárias ações construtivistas/coletivistas, em detrimento de ideologias estritamente funcionalistas/individualistas que se percebe em boa parte das organizações atuais.

As ideias do destacado sociólogo e economista alemão Max Weber ganharam notoriedade nas teorias social e administrativa, por seu poder analítico e explicativo das organizações e instituições modernas e pelo seu agudo diagnóstico e leitura da modernidade. Para ele, a burocracia é inerente à sociedade moderna e capitalista e, inserida no tipo ideal de dominação racional legal, configura-se pela obediência ou imposição de uma norma através de um quadro administrativo, na figura de uma autoridade legitimada por tal regra estabelecida, via ordenamento jurídico. A burocracia e suas representações de poder são importantes na ordem, estrutura e organização de uma sistemática nas relações corporativas e sociais (FERRADOR, 2011).

Baseado no Taylorismo – desenvolvido pelo engenheiro norte-americano Frederick Taylor e primeira grande ideologia gerencial, considerada a única forma correta de se administrar –, o gerencialismo, modelo burocrático de gestão formalmente adotado por muitas organizações, pauta-se na racionalização extrema e metódica como melhor maneira de se administrar e gerar resultados em organizações, na pretensão de uma aplicação universal, na proposta de uma solução única para diversos problemas, na neutralidade política e na valorização do conhecimento do gestor em detrimento dos demais, em que organizações de todos os tipos devem ser eficientes, eficazes e seus trabalhadores devem ser avaliados e cobrados constantemente (REED, 2006).

Ao utilizar a exposição de Sadri, Ferrador (2011) afirma que os tipos ideais – e, neste contexto, o modelo burocrático descrito por Weber – são indispensáveis para a ciência na formação de conceitos, porém epistemologicamente limitados enquanto modelos empíricos de caráter ficcional baseado nos valores conferidos pelo cientista que não assumem concretamente a realidade, uma vez que é a realidade que se aproxima desses. Não se pode negar, portanto e, segundo Motta (1984) e Alcadipani (2011), as limitações deste modelo burocrático de gestão que, potencializado pelos avanços tecnológicos e adotado de forma desenfreada, valoriza o ter, o consumo, a produção em série, o padronizado, a mercadoria, a alienação (conceituada por Marx), enquanto o ser, o humano, o trabalho, a originalidade, o ensino, o aprendizado, a reflexão e a dignidade são, muitas vezes, fadados ao esquecimento.

Desta forma, o Realismo Crítico implica que o gestor, inserido em um novo contexto, apresentando-se mais flexível e aberto a inovações, e, diante dos resultados apresentados e em concordância com o pesquisador, esteja abertamente disposto a entender a fundo todo o processo produtivo da organização, além de incorporar e transmitir a postura proposta pelo pesquisador junto aos demais envolvidos e colaboradores, contribuindo, inclusive, para profundas e positivas transformações no ambiente organizacional.

Contrariando a forma equivocada com que a aprendizagem e a cultura organizacional estão sendo empregadas nas organizações, para transformar os discursos da organização e da mídia, minimizar conflitos organizacionais e seus efeitos, e para que o Realismo Crítico seja efetivamente bem aplicado às organizações, em muitos casos, faz-se necessária uma repaginação na aprendizagem organizacional, através de um ambiente que possibilite que os conhecimentos e competências adquiridos e desenvolvidos estejam associados a uma cultura organizacional baseada em uma hierarquia amena, na descentralização de cargos e funções, na flexibilidade e autonomia para assumir atividades e tarefas, mas, acima de tudo, baseada na autogestão, na democratização, em estratégias baseadas na inovação, na cooperação e interação entre os agentes, no conxionismo pleno em redes, na busca por soluções conjuntas, respeitando e valorizando habilidades, competências e particularidades de cada envolvido, contribuindo para o bem e o desenvolvimento da organização e de todos que a constituem.

Tais fundamentações estão em conformidade com os pressupostos de Motta (1984) e Alcadipani (2011)

de propor o equilíbrio e um maior discernimento para as gestões burocráticas, além de incentivar a reflexão sobre o surgimento de novos modelos eficazes de organização, coerentes com a realidade e necessidade contextual das organizações em sua singularidade, pautados em uma sociedade autogestionária e mais democrática.

Neste sentido, apresenta-se a Teoria do Desenvolvimento Endógeno, que reforça a ideia da Teoria da Dependência de Recursos de que as organizações devem olhar para dentro, para a sua essência, descobrindo seu valor e singularidades, porém valoriza o fortalecimento da identidade local e o desenvolvimento das pequenas e médias empresas, através de aglomerações produtivas e cooperações e interações sólidas, duradouras, positivas, proativas e eficazes (*clusters*, arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais e *Milieux* inovadores), minimizando riscos e oportunismos e promovendo oportunidades coletivas de desenvolvimento, através da valorização das relações, de gestões estratégicas de diferenciação e vantagem competitiva saudável, por meio de ações proativas e de capacidades inovativas e dinâmicas (Teoria da Inovação/Schumpeter), na ampliação do emprego, do produto e da renda local/regional (CAMPOS; CALLEFI; SOUZA; 2005). Assim, a dimensão local/regional é um importante exemplo a ser seguido, inclusive por grandes organizações.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Realismo Crítico é extremamente importante na medida em que proporciona o conhecimento e a reflexão de diferentes olhares sobre o estudo e entendimento das organizações, seus perfis, visões de mundo que refletem sua relevância, possibilitando a reflexão de novas perspectivas e novos desafios.

Com suas práticas adotadas há um bom tempo e por grande parte das organizações, a Teoria da Contingência Estrutural, consolidada no fim dos anos 60 e início dos 70, estabelece que não há uma estrutura organizacional única para todas as organizações e que, para ser efetiva, uma organização precisa adequar sua estrutura a seus fatores contingenciais (incerteza da tarefa, estratégia, tamanho e tecnologia) e ao ambiente (DONALDSON, 2006).

Contudo, e de acordo com Reed (2006), torna-se importante o surgimento de novos paradigmas, pois se está em um ambiente dinâmico e em constante evolução, em que a dualidade de debates organizacionais é uma constante e no qual as contestações determinam a evolução e supremacia das diferentes narrativas e teorias através da história, indispensáveis para a renovação e reconstrução do desenvolvimento intra e inter organizacional, em nível local, regional e, inclusive, em um contexto maior.

Diante destas possibilidades, educadores, pesquisadores, empresários e empreendedores que almejam alcançar uma ciência emancipatória e de transformação social no contexto das organizações, não podem ficar indiferentes à relevância e aplicabilidade do Realismo Crítico, bem como a suas profundas reflexões, interpretações e seus efetivos benefícios no desenvolvimento das organizações e de seus sistemas de gestão, enquanto agentes transformadores da realidade social.

E, apesar dos diversos estudos já realizados, é preciso continuar conhecendo e estudando o Realismo Crítico em sua profundidade e nas suas mais diversas abordagens, buscando além da teoria e incorporando sua postura metodológica, compreendendo que se vive em um mundo intransitivo e, ao mesmo tempo, aberto e que a finalidade das pesquisas é conhecer e, também, compreender e interpretar as estruturas, mecanismos, forças e poderes causais que determinam os fenômenos sociais. A exemplo disto e para além do estudo das organizações, a incoerência do mundo acadêmico com foco na exacerbada produtividade e superficialidade das pesquisas, vem a ser um campo de estudo promissor, envolvendo o Realismo Crítico e sua aplicabilidade.

REFERÊNCIAS

ALCADIPANI, Rafael. **Academia e a Fábrica de Sardinhas**. Revista O&S. Salvador (BA). v. 18, n. 57, Abr./Jun. 2011. p. 345-348.

BARNEY, Jay B.; HESTERLY, William. **Economia das Organizações: Entendendo a Relação entre as Organizações e a Análise Econômica**. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W. (Org.). **Handbook de Estudos Organizacionais: Ação e Análise Organizacionais**. v. 3. São Paulo: Atlas, 2012. p. 131-179.

BASSO, David. **Fundamentos Teóricos e Procedimentos Metodológicos para a Análise de Processos Reais de Desenvolvimento**. In: SIEDENBERG, Dieter Rugard (org). **Desenvolvimento sob Múltiplos Olhares**. Ijuí: Unijuí, 2012, p. 101-137.

BHASKAR, Roy. **The Possibility of Naturalism: A Philosophical Critique of the Contemporary Human Sciences**. *Harvester Wheatsheaf. Heml Hempstead*. 1989.

_____. **A Realist Theory of Science**. Londres: Verso, 1997.

BURRELL, Gibson. **Ciência Normal, Paradigmas, Metáforas, Discursos e Genealogia da Análise**. In: CLEGG, Stewart R.; HARDY, Cynthia; NORD, Walter R. (Org.). **Handbook de Estudos Organizacionais: Modelos de Análise e Novas Questões em Estudos Organizacionais**. v.1. São Paulo: Atlas, 2006.

BURRELL, Gibson; MORGAN, Gareth. **Sociological Paradigms and Organizational Analysis. Elements of the Sociology of Corporate Life**. *Vermont: Ashgate*, 1979.

CAVALCANTE, Carolina Miranda. **Realismo Crítico e Abordagem da Regulação: Da Possibilidade de Colaboração Entre Ciência e Filosofia**. *Ensaio FEE*. Porto Alegre (RS). n. 2, 2007. p. 353-374.

CAMPOS, Antônio Carlos de; CALLEFI, Patricia; SOUZA, João Batista da Luz. **A Teoria do Desenvolvimento Endógeno como Forma de Organização Industrial**. *Acta Sci. Humana Soc. Sci. Maringá (PR)*. v. 27, n. 2, 2015. p. 163-170.

DONALDSON, Lex. **Teoria da Contingência Estrutural**. In: CLEGG, Stewart R.; HARDY, Cynthia;

NORD, Walter R. (Org.). **Handbook de Estudos Organizacionais: Modelos de Análise e Novas Questões em Estudos Organizacionais**. v. 1. São Paulo: Atlas, 2006. p. 105-133.

FARIA, José Henrique de; MENEGETTI, Francis Kanashiro. **As Organizações e a Sociedade Unidimensional**. *Análise Crítica das Teorias e Práticas Organizacionais*. São Paulo: Atlas, 2007.

FERRADOR, Tiago Mathias. **O Estatuto Epistemológico e Ontológico do Conceito Weberiano de Burocracia**. I Colóquio de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração. UFSC. Florianópolis (SC). 24-25 Mar. 2011. p. 1-10.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HAMLIN, Cynthia Lins. **Realismo Crítico: Um Programa de Pesquisa para as Ciências Sociais**. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 43, n. 2, 2000.

JAPIASSU, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Realismo**. *Dicionário Básico de Filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de Marketing: Uma Orientação Aplicada**. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MISSIO, Fabrício José. **Metodologia e Filosofia da Ciência, Realismo Crítico e Teoria Pós-Keynesiana**. *Anais do XVI Encontro Regional de Economia/Fórum BNB (Banco do Nordeste do Brasil)*. Fortaleza (CE). 18-19 jul. 2011. p.1-26.

MOTTA, Fernando Cláudio Prestes. **Organização, Automação e Alienação**. *RAE*. Rio de Janeiro (RJ). v. 24, n. 3, Jul./Set. 1984. p. 67-69.

PAES DE PAULA, Ana Paula. **Teoria Crítica nas Organizações**. São Paulo: Thomson Learning, 2008.

PAPA, Solange Maria de Barros Barra. **Realismo Crítico e Análise de Discurso Crítica: Reflexões Interdisciplinares para a Formação do Educador de Línguas em Processo de Emancipação e Transformação Social**. *Polifonia*, v. 15, n. 17. Cuiabá/MT, 2009. p.141-154.

PIMENTEL, Thiago Duarte; BRITO M. J. de. **Realismo Crítico nos Estudos Organizacionais: Notas Introdutórias sobre seus Fundamentos Filosóficos**. *Artigo XXXV Encontro da ANPAD*. Rio de Janeiro (RJ). 04-07 set. 2011. p. 1-17.

RADAELLI, Tânia Maria; NETO, Benedito Silva. **Contribuições da Teoria da Complexidade e do Realismo Crítico para a Promoção do Desenvolvimento Sustentável em uma Área de Proteção Ambiental no Município de Ipaçu (SC)**. *Artigo XII Conferência Anual da IACR – Realismo e Emancipação Humana: Outro Mundo é Possível*. Universidade Fluminense. Niterói (RJ). 23-25 jul. 2009. p. 1-17.

REED, M. **Teorização Organizacional: Um Campo Historicamente Contestado**. In: CLEGG, Stewart R.; HARDY, Cynthia; NORD, Walter R. (Org.). **Handbook de Estudos Organizacionais: Modelos de Análise e Novas Questões em Estudos Organizacionais**. v. 1. São Paulo: Atlas, 2006. p. 61-97.

SANTOS, Baocventura de Souza. **Um Discurso sobre as Ciências**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SAYER, Andrew. **Method in Social Science: a Realist Approach**. 2.ed. London: Routledge, 1992.

SERVA, Maurício. **O Surgimento e o Desenvolvimento da Epistemologia da Administração - Inferências sobre a Contribuição ao Aperfeiçoamento da Teoria Administrativa**. Artigo XXXVI Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro (RJ). 22-26 set. 2012. p. 1-16.

SHADECK, Marise; GRZYBOVSKI, Denize; BELTRAME, Betina; MOZZATO, Anelise Rebelato. **Cultura Organizacional e os Sete Pecados Capitais: Uma Proposta para Compreender os Sistemas Simbólicos**. Artigo Cad. EBAPE.BR. Rio de Janeiro (RJ). v. 14, n. 1, Jan./Mar. 2016. p. 164-181.

TENORIO, Fernando Guilherme. **Flexibilização Organizacional: Mito ou realidade?** Rio de Janeiro: FGV, 2000.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1998.

VIANA, Marcelo Ferreira; SILVA, I. C. da; MOZAR, José de Brito. **Realismo Crítico Aplicado à Estratégia como Prática Social: Discussões Teórico-Metodológicas**. VI Encontro de Estudos em Estratégia. Bento Gonçalves (RS). 19-21 mai. 2013. p. 1-14.

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; CALDAS, Miguel P. **Teoria Crítica e Pós-Modernismo: Principais Alternativas à Hegemonia Funcionalista**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v46n1/v46n1a06>> Acesso em 27 jun. 2016.

WEICK, Karl E.; WESTLEY, Francis. **Aprendizagem Organizacional: Confirmando um Oxímoro**. In: CLEGG, Stewart R.; HARDY, Cynthia; NORD, Walter R. (Org.). **Handbook de Estudos Organizacionais: Ação e Análise Organizacionais**. v. 3. São Paulo: Atlas, 2012. p. 361-388.

WHITTINGTON, Richard. **Strategy as Practice. Long Range Planning**. v. 29, n. 5, 1996, p.731-735.

ESTUDO DE IMPLANTAÇÃO DA LOGÍSTICA REVERSA NO MERCADO DE REPOSIÇÃO DE VIDROS AUTOMOTIVOS DA MESORREGIÃO DO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA

Bruno da Mota Santos¹
Cristiano Henrique Antonelli da Veiga²

RESUMO

O objetivo do presente trabalho foi investigar o problema de descarte da sucata de vidros automotivos, atendidos pelo centro de distribuição da cidade de Uberlândia e apresentar o estudo de caso do processo de logística reversa testado, aproveitando os recursos já existentes na logística convencional de uma empresa distribuidora de vidros automotivos. Para tanto, foram dimensionadas as rotas alvo do projeto para mensurar a demanda do canal reverso, para confrontar com a capacidade dos veículos de coleta dos produtos sucateados durante o processo convencional. A capacidade de estocagem na filial e possibilidade de aproveitamento das transferências para a matriz, onde é vendido o produto sucateado para empresas fabricantes de vidro. Foram analisados os seguintes aspectos do canal reverso: Recaptura de Valor, Tipo de produto que retorna, Localização das fontes pós-venda, Sistema de Informação, Imprevisibilidade do Retorno, relação Preço X Peso, se produtos heterogêneos retornam, relação Peso X volume, a qualidade do Nível de Serviço e a relação entre forma e embalagem. Com a longa duração da análise do projeto foi necessária a atualização de dados e contexto do projeto; portanto, foi possível analisar os resultados do projeto por dois anos e meio, verificando seus benefícios e as dificuldades para sua efetiva implantação.

PALAVRAS-CHAVE: Logística Reversa. Reciclagem. Vidros Automotivos.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta um estudo tendo como objetivo coletar dados para análise da viabilidade operacional e planejamento da implantação de Logística Reversa no sistema de distribuição na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba de um centro de distribuição de vidros automotivos para mercado de reposição.

Foi realizado um único estudo prévio da coleta reversa de vidros automotivos danificados até o centro de distribuição da empresa com delimitação para o mercado de reposição em Uberlândia – MG. Os resultados coletados neste teste servem de base para um estudo mais detalhado, principalmente para as questões jurídicas e contábeis, que a empresa está realizando para verificar a possibilidade de sua implantação futura.

A logística reversa tem sido tema de debate em artigos internacionais e nacionais, demonstrando sua aplicabilidade e interesse em diversos setores empresariais

ABSTRACT

The objective of the present work was to investigate the problem of automotive glass scrap, served by the distribution center of the city of Uberlândia, Brazil and present the study case of the reverse logistics process which taking advantage of resources already existing in the conventional logistics of a company distributor of automotive glass. To this end, the project's target routes were measured to measure the demand of the reverse channel to confront the capacity of the collection scrapped glass of vehicles during the conventional process. This study analysed the storage capacity at the subsidiary and the possibility of taking advantage of the transfers to the parent company, where the product is sold to scrap glass companies. The following aspects of the reverse channel were analyzed: Recurrence of Value, Type of product that returns, Location of post-sale sources, Information System, Return Unpredictability, Price Price X Weight, if heterogeneous products return, Weight X volume relation, Quality of Service Level and the relationship between Shape and packaging. With the long duration of the project analysis, it was necessary to update the data and context of the project, so it was possible to compare the results of the project for two and a half years and verifying its benefits and the difficulties for its effective implementation.

KEYWORDS: Reverse Logistics. Recycling. Automotive Glasses.

e apresentando novas oportunidades de negócio. No Brasil, mais recentemente, seu interesse empresarial tem sido demonstrado por inúmeras palestras, seminários e consultas que têm sido realizados em associações, empresas e universidades e o interesse acadêmico pela sua inclusão como disciplina curricular em cursos de especialização em Logística Empresarial (LEITE, 2003).

Há alguns anos o setor automobilístico vem estudando seus impactos ambientais e, sabe-se hoje, que esta é uma das indústrias com maior potencial poluidor e, ao mesmo tempo, maior potencial mitigador de seus impactos, através do reuso, remanufatura e reciclagem dos materiais, peças e componentes dos veículos produzidos (CURY *et al.* 2008).

De acordo com Campos e Brasil (2014, p83.), frente ao mercado atual a logística reversa se tornou um diferencial competitivo para companhias “uma vez que aspectos referentes à reciclagem, ao reaproveitamento de materiais e ao tratamento de resíduos estão sendo cada vez mais valorizados pelos consumidores no

¹Bacharel em Administração - motasantos.bruno@gmail.com

²Doutor em Educação nas Ciências, Mestre em Engenharia de Produção e Administrador. Professor Adjunto da Universidade Federal de Uberlândia – MG – chadaveiga@ufu.br

momento da escolha da empresa em que irão comprar os produtos e/ou os serviços que utilizarão”.

Esse subsistema logístico, responsável por dar respostas principalmente às demandas sociais voltadas ao contexto ecológico, possui uma gama de definições dada por estudiosos e organizações em várias partes do mundo. Contudo, mesmo frente a uma possível disparidade dos conjuntos que formulam as ideias, o princípio básico – minimização dos impactos ambientais através da reutilização de materiais – pode ser percebido em todas as definições.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. CONCEITOS DE LOGÍSTICA EMPRESARIAL

A logística empresarial se desenvolveu gradualmente e evoluiu de uma área de estocagem de materiais para uma área estratégica no cenário concorrencial (LEITE, 2009). Esta importância e responsabilidade adicionada à logística gradualmente é oriunda da necessidade de eficiência dos processos logísticos, da necessidade de redução das perdas no processo, ganhos de agilidade e lucratividade, comunicação e atitude ligadas e coordenadas conforme estratégia de mercado das organizações e clara elevação dos níveis de serviço prestados pela logística, que pode concretizar condições ofertadas pelas organizações; logo, o alinhamento da logística com toda a organização é fundamental para o sucesso no mercado.

Ballou (2006) conceitua logística empresarial como sendo todas as atividades de movimentação e armazenagem, que permitem facilitar o fluxo produtivo dos produtos desde a aquisição da matéria-prima até ao consumo final, ressaltando a fim de providenciar os níveis de serviço adequados aos clientes a um custo razoável considerando também os fluxos de informações que colocam os produtos em movimento. A relação de nível de serviço adequado e custo razoável aqui citada é o grande desafio dos administradores logísticos, oriunda claro da grande questão de todos os administradores, fazer mais com menos. Formalmente propor o nível de serviço adequado ou contratado utilizando o mínimo de recurso possível ou no máximo recursos que compensem a operação gerando a lucratividade planejada.

Para o *Concil of Supply Chain Management Professionals* o conceito de logística é definido como o “processo de planejamento, implementação e controle eficiente e eficaz do fluxo e da armazenagem de mercadorias, serviços e informações relacionadas desde o ponto de origem até o ponto de consumo, com o objetivo de atender às necessidades do cliente” (CSCMP, 1995, p. 27). Este conceito ressalta a necessidade de controle das movimentações e armazenagens e traz o dilema de eficiência e eficácia nas atividades da logística. É claro que o equilíbrio entre a eficiência e eficácia parece a decisão ideal, mas na verdade é importante observar os níveis de serviço contratados pelo cliente. Alguns clientes vão exigir e contratar motoristas uniformizados e com certo manejo de tratativa, pois isso pode influenciar na imagem do negócio dos mesmos, mas outros clientes não vão precisar que os entregadores tenham uniformes. Normalmente, prazo de entrega e manutenção da

qualidade de entrega são os pontos chaves de muitas negociações, pois não adianta promover diversos tipos de serviços, caso o produto movimentado não esteja disponível dentro do prazo necessário.

Por sua vez, o Instituto de Movimentação e Armazenagem de Materiais a compreende como “um processo que integra, coordena e controla a movimentação de materiais, o inventário de produtos acabados e as informações relacionadas (dos fornecedores), através de uma empresa para satisfazer às necessidades dos clientes” (IMAM, 2000, p. 15). A integração se torna em parte sinônimo de logística, pois a logística busca integrar unidades de uma empresa, ou empresas diferentes, parceiros e clientes, mas não só por integrar a logística tem sentido de integração, e sim devido à necessidade da logística ser integrada, da importância das informações e movimentações estarem alinhadas e conformes. Caso um produto atrase no centro de distribuição, o mesmo poderá atrasar um carregamento, acarretando em problemas subsequentes, conforme um efeito dominó. Inventário também é uma atividade de grande importância para a assertividade dos controles de armazenagem e movimentação; portanto, foi felizmente citado neste conceito.

Mais uma vez o fluxo de informações é relacionado à importância das movimentações e armazenagens; portanto, é algo que fica claro no entendimento, a logística deve se preocupar com as informações tanto quanto as ações. Outro ponto importante na logística é a visão estratégica, que proporciona a coordenação entre as ações através das informações e decisões tomadas, que são ligadas aos canais de *marketing* já que a logística deve atender as condições ofertadas pelo *marketing*, por isso, ambos devem conversar e estar sintonizados. Maximizar a lucratividade é objetivo e oportunidade da logística, que estrategicamente consegue armazenar produtos adquiridos com menor preço de mercado e deixá-los disponíveis no momento apropriado para a venda, além de outras atividades como *cross docking* em que o modal logístico é modificado após armazenagem no centro de distribuição para redução dos gastos com cada rota final (CHRISTOPHER, 1997).

Esta simples definição e não recente já mostra uma grande abrangência das atividades e responsabilidade da logística, reforça a importância do controle e fluxo das informações e busca pelo nível de serviço adequado; claro que a um custo razoável, já que a logística também tem como objetivo de suas atividades o aumento da lucratividade. O mesmo autor ainda completa sua definição com o sendo o “estudo de como a administração pode prover melhor nível de rentabilidade nos serviços de distribuição aos clientes e aos consumidores” (BALLOU, 1993, p.273)

“É um esforço integrado com o objetivo de ajudar a criar valor para o cliente ao menor custo total possível” (BOWERSOX *et al.*, 1986, p. 35). Esta citação, embora seja, à primeira vista, bem simples, relata uma necessidade inicial do mercado de entregar seus produtos aos clientes agregando valor e aumentando suas possibilidades de venda; portanto, segue um foco importante tanto da logística como da logística reversa, aumentar as possibilidades de venda, acarretando em valor agregado ao produto e serviço.

2.2. CONCEITOS DE LOGÍSTICA REVERSA

A logística reversa busca solucionar os problemas causados pela grande demanda de consumo que tem e a geração de resíduos constante. Desta forma, as organizações empresariais e governamentais buscam formas sustentáveis de negócios, melhorando sua imagem corporativa e ambiente em que atuam.

É a área da logística empresarial que planeja, opera e controla o fluxo e as informações logísticas correspondente, do retorno dos bens de pós-vendas e de pós-consumo ao ciclo de negócio ou ao ciclo produtivo, por meio dos canais de distribuições reversos, agregando valores a natureza: econômico, ecológico, legal, logístico, de imagem corporativa, entre outros (LEITE, 2003, p. 143).

Abordando assim todos os aspectos atualmente conhecidos da logística reversa, adequadamente evidenciando as crescentes responsabilidades e oportunidades agregadas aos serviços e operações realizadas pela logística reversa. Redução dos custos, aumento da lucratividade e melhoria da imagem das organizações, além de aumentar a sustentabilidade dos processos e adequar os mesmos à legislação vigente ou futuras exigências legais.

Em C.L.M. (1993, p. 07) “logística reversa é um amplo termo relacionado às habilidades e atividades envolvidas no gerenciamento de redução, movimentação e disposição de resíduos de produtos e embalagens”. Esta primeira definição foca apenas na movimentação de retorno dos resíduos e sobras, sem noção de valor agregado aos produtos carregados pela logística e serviços prestados pela logística. Não há também enfoque da destinação do resíduo retornado. No caso, se será reutilizado, reciclado ou apenas armazenado de forma correta.

Logística Reversa: em uma perspectiva de logística de negócios, o termo refere-se ao papel da logística no retorno de produtos, redução na fonte, reciclagem, substituição de materiais, reuso de materiais, disposição de resíduos, reforma, reparação e remanufatura. Termo utilizado para referir-se à logística na reciclagem, “...descarte e gerenciamento de materiais contaminantes que inclui atividades logísticas de redução de emissão, reciclagem, substituição, reutilização de materiais e descarte” (STOCK, 1998, p.19).

Esta segunda definição é mais abrangente, pois começa a definir o valor agregado ao produto carregado e serviço prestado pela logística, mas ainda não revela o valor ambiental e a sustentabilidade gerada pelo processo; o senso ambiental não é abordado como deve. A destinação é mais bem definida, já há a preocupação e modos da destinação do resíduo retornado. A redução na fonte ainda é o maior objetivo e foco do conceito da logística reversa.

A logística reversa é mais abrangente quanto ao dever da organização em relação aos resíduos sólidos resultantes de suas atividades (ROGERS; TIBBEN-LEMBKE, 1999). A visão de eficiência do processo para evitar a geração do resíduo e redução do desperdício da matéria prima no processo é um grande avanço, pois

liga a responsabilidade da logística reversa com a qualidade do processo em um objetivo comum de melhor aproveitamento dos recursos; logo, será economicamente favorável para a organização. O conceito de recapturar valor e destinação também é parte fundamental do avanço da visão do conceito de logística reversa. O valor ambiental e de responsabilidade sustentável agregado pela logística reversa ainda não é totalmente explorado neste conceito, mas a cada dia será mais importante, devido à conscientização dos consumidores e da evolução da legislação ambiental em todo o mundo.

Segundo Leite (2005), a logística reversa é a área da logística empresarial que por meio de canais de distribuição reversos, agregando-lhes valores de diversas naturezas (econômico, ecológico, de imagem corporativa, entre outros) planeja, opera e controla o fluxo e as informações logísticas correspondentes, do retorno dos bens de pós venda e pós-consumo ao ciclo de negócios ou ao ciclo produtivo. Finalmente, este recente conceito aborda de forma adequada o valor socioambiental agregado pela logística reversa. Claro que ainda há muito que avançar neste sentido, já que as tecnologias de transporte, redução, reutilização e reciclagem irão evoluir e os próprios conceitos de sustentabilidade também.

Já Mueller (2007) traz que ela é apenas uma versão contrária da logística como é conhecida e recurso para a lucratividade, pois trata de nível de serviço e estoque, armazenagem e transporte, fluxo de materiais e sistema de informação, assim como a logística convencional. Este conceito já simplifica as ideias já existentes e pouca informação nova traz ao fluxo de logística reversa. Há ausência de relevar a importância dos impactos e fatores da logística reversa, estes que estão sempre crescentes e em evolução. O conceito de nível de serviço, citado, é importante. Se a logística reversa está alguns anos de desenvolvimento atrás da logística convencional e o produto vendido é claramente mais importante que o material retornado é possível ter mais ocorrências e menores níveis de serviço para a logística reversa; claro que todo processo deseja promover melhor qualidade com menor utilização de recursos; logo, quanto mais importante for o material retornado, mais valioso for o serviço de destinação e mais rígidas forem as leis quanto aos resíduos sólidos mais investimentos e necessidade de eficiência terão na logística reversa.

Brito (2005) relata que alguns aspectos condicionam os processos e recursos utilizados no gerenciamento dos fluxos reversos: o interesse na recaptura de valor nos retornos; as quantidades envolvidas; o tipo de produto que retorna; a localização das fontes de pós-venda; os sistemas de informação; a imprevisibilidade do retorno. O retorno de produtos de pós-venda é geralmente heterogêneo em sua natureza, qualidade, forma e embalagem, com relações entre peso x volume e preço x peso geralmente baixas.

Esses aspectos citados pelo autor encaixam e detalham bem a questão abordada neste trabalho; portanto, serão detalhados e utilizados os conceitos dos aspectos Recaptura de valor; Tipo de produto que retorna; Localização das fontes pós-venda; Sistemas de

Informação; Imprevisibilidade do Retorno; Produtos heterogêneos retornam; Qualidade; Forma e Embalagem; Relação entre peso x volume e Preço x Peso. Claro que em caso da análise se tornar genérica e, se for preciso, será realizado o detalhamento de um novo aspecto devido à especificidade do produto e mercado alvo deste trabalho.

Além do rico histórico relacionado por Leite (2005), tem outros conceitos de logística reversa, bem recentes, que individualmente sempre trazem um foco, análise ou aspecto diferente, enriquecendo o entendimento sobre o assunto, buscando novas reflexões para assunto tão evolutivo e que possui grande espaço de crescimento em todo o mundo.

Semelhante ao conceito de Mueller (2007), recentemente debatido, há a abordagem de controle do fluxo e das informações e a importância deste controle é vista em alguns casos, principalmente onde o rastreamento do produto utilizado é importante, bem como a prova de que houve o retorno e destinação adequada e em que há grande dificuldade de retorno do mesmo. Portanto, o controle se torna fundamental para bom nível de serviço prestado, eficiência do papel do retorno, para resguardar a todos os envolvidos e comprovar ao fisco ou demais envolvidos que o processo foi realizado com assertividade.

“Cuida dos fluxos de materiais que se iniciam nos pontos de consumo dos produtos e terminam nos pontos de origem, com o objetivo de recapturar valor ou de disposição final”. (NOVAES, 2004, p. 95) Definição simplificada de toda a cadeia de processos que envolve a logística reversa em uma organização, mas evidenciando a importância de recapturar valor durante o processo e oportunidade de dispor ao final um novo produto.

2.3. PROCESSO DE FABRICAÇÃO E TIPOS DE VIDROS

Processo de Fabricação: A fabricação do vidro pode ser dividida em três partes principais: a fusão, moldagem e têmpera. Esse vidro é a base para o processamento de todos os demais vidros planos: laminado, temperado, curvo, serigrafado e usado em duplo envidraçamento em cuja fusão a matéria-prima para a produção do vidro é colocada dentro de um forno, que pode ser um forno de cadinho ou um forno tanque, e a mistura é aquecida até que o material fique líquido o suficiente para a moldagem. Após este processo é realizada a moldagem, o vidro é resfriado até uma temperatura de 800°C para a moldagem. Há várias maneiras de se moldar o vidro desde a moldagem por flutuação até a moldagem por sopro. A moldagem por *float* foi inventada por fundadores da empresa; a massa é derramada em um banho de piscina de estanho líquido, em um processo chamado "*Float Bath*" (Banho *Float*). Devido à diferença de densidade entre os materiais, o vidro flutua sobre o estanho, ocorrendo um paralelismo entre as duas superfícies. Essa é a condição para que a qualidade óptica superior do vidro *float* seja atingida. A partir desse ponto é determinada a espessura do vidro, através da velocidade da linha. Quanto maior a velocidade, menor a espessura resultante. Na última fase, a têmpera em que ele é resfriado gradualmente até uma temperatura que possa ser manejado e depois armazenado para a venda.

O vidro comum (*float*) é resultante do processo anteriormente descrito e é o mais utilizado e mais barato que os demais, além de ser base para a fabricação dos demais tipos que serão descritos.

O laminado é o vidro fabricação através da colagem de duas lâminas de vidro monolítico (vidro plano sem beneficiamento) através de uma película de PVB, acarretando em maior segurança ao vidro, pois este não irá estilhaçar. Este tipo de vidro é bastante utilizado na construção civil e nos para-brisas dos carros.

O vidro temperado sofre processo de choque de temperatura para aumento de sua rigidez, por isso suporta maior quantidade de força sem trincar, porém quando trinca, se estilhaça; fato que compromete a segurança de quem estiver próximo a este no momento de sua quebra. É utilizado nas janelas laterais e traseira dos veículos, além de Box de banheiros e saunas.

O vidro curvo é fabricado através da chapa de vidro plano, com processo de aquecimento e moldagem bastante utilizado na construção civil.

A serigrafia torna o vidro colorido muito utilizado em ambientes sofisticados. O processo é realizado no forno.

O vidro duplo ou insulado possui uma esquadria que veda o espaço entre duas lâminas de vidro, tornando assim um ótimo isolante térmico e acústico, economizando energia em ambientes que dependem de ar-condicionado para manutenção de boa temperatura.

2.4. RELAÇÃO DA RECICLAGEM COM TIPOS DE VIDRO

Reciclar tem como objetivo transformar materiais usados em novos produtos para o consumo, reaproveitando o que anteriormente seria desperdiçado e traria trabalho ou problema para armazenagem. Esta necessidade foi despertada pelos seres humanos a partir do momento em que se verificaram os benefícios que este procedimento propicia para o planeta Terra (FONSECA, 2013). Logo, pode-se extrair que reciclar é cuidar do meio ambiente, buscando sempre o melhor aproveitamento e continuidade do uso dos recursos do planeta.

A ideia de que se está em um sistema fechado ajuda a compreender que o produto de atividades no meio ficará permanente no meio, dentro deste sistema; logo, deve-se preocupar com o que se tira e o que se entrega ao planeta. A reciclagem ajuda a reduzir as mudanças que se fazem na natureza; portanto, retira-se menos do meio e devolve-se menos ao meio. Este conceito da necessidade de reciclagem, de nada perder, de nada destruir, de tudo usar de novo desta cápsula de recursos constantes despertou para a ameaça da poluição, que interrompe o processo de reciclagem pelo não aproveitamento do recurso ou pelo envenenamento.

No caso do vidro, que possui tempo indeterminado para decomposição, a importância deste trabalho cresce quando esta análise é realizada, além de saber que o vidro é 100% reciclável.

A produção de vidro no Brasil atinge uma média de 800 mil toneladas por ano, sendo que apenas 27,6%

do total gerado, aproximadamente 220 mil toneladas, são recicladas (LÓPEZ; AZEVEDO; BARBOSA NETO, 2005). O vidro é obtido pela fusão de componentes inorgânicos a altas temperaturas, e resfriamento rápido da massa resultante até um estado rígido, não cristalino. O processo de produção do vidro utiliza como matérias-primas, basicamente, areia, barrilha, calcário e feldspato. Um procedimento comum do processo é adicionar-se à mistura das matérias-primas cacos de vidro gerados internamente na fábrica ou adquiridos, reduzindo sensivelmente os custos de produção.

O vidro é um material não poroso que resiste a temperaturas de até 150°C (vidro comum) sem perda de suas propriedades físicas e químicas. Esse fato faz com que os produtos possam ser reutilizados várias vezes para a mesma finalidade. A reciclagem de vidro significa enviar ao produtor de embalagens o vidro usado para que este seja reutilizado como matéria-prima para a produção de novas embalagens (BY ECYCLE, s.d.).

O vidro é 100% reciclável, não ocorrendo perda de material durante o processo de fusão. Para cada tonelada de caco de vidro limpo, obtém-se uma tonelada de vidro novo. Além disso, cerca de 1,2 tonelada de matéria-prima deixa de ser consumida. Além da redução do consumo de matérias-primas retiradas da natureza, a adição do caco à mistura reduz o tempo de fusão na fabricação do vidro, tendo como consequência uma redução significativa no consumo energético de produção.

Também proporciona a redução de custos, por exemplo, conforme Bussons *et al.*, (2012) consegue-se reduzir 4% da energia utilizada quando é reciclado 10% do volume de caco de vidros, de limpeza urbana e diminuição do volume do lixo em aterros sanitários. Neste sentido, todo o vidro pode ser aproveitado como produto, seja por razões de processo como as bordas do vidro plano, ou por algum defeito ou quebra, retorna ao forno para ser refundido. Teoricamente, todos os vidros são 100% recicláveis, porém existem alguns aspectos que devem ser observados.

No caso do vidro, se estiver misturado com outros produtos dificulta o processo de reciclagem. Existem vidros que não são recicláveis, pois precisam ser fundidos a altas temperaturas, bem maior que a de vidro comum, necessitando mais energia. Fatos que não ocorrem no caso aplicado, pois há apenas dois tipos de vidros temperados, das portas laterais e traseira e laminados dos para-brisas. E ambos não necessitam de níveis tão altos de temperatura. Hoje já é possível a reciclagem do vidro laminado. Esse tipo de vidro passa por um processo de moagem, no qual o PVB é removido e, normalmente, descartado em aterros sanitários. Depois desse processo, o vidro pode, então, retornar como outro objeto, por exemplo: isolante e verniz para piso de madeira. Existem empresas que reciclam o vidro temperado. Nelas, os vidros desse tipo passam por um processo de trituração e moagem, a fim de que o material tenha uma granulometria menor; isto é, partículas pequenas, e se torne matéria-prima para outros produtos, como lâ de vidro, na composição de fusão de vidro e outros produtos que contenham vidro. Porém, o vidro temperado reciclado não é muito utilizado como matéria-prima, pois algumas pesquisas apontam que esse tipo de vidro altera a viscosidade do produto final.

3. METODOLOGIA

3.1. PLANEJAMENTO DA METODOLOGIA

O procedimento metodológico utilizado neste trabalho foi uma pesquisa exploratória, tendo como principais características a informalidade, a flexibilidade e a criatividade, procurando obter um primeiro contato com a situação a ser explorada e um melhor conhecimento sobre o objeto em estudo. A natureza exploratória permite maior familiaridade ao tema, através de levantamentos bibliográficos e entrevistas com as pessoas que convivem com o objeto, visando assim identificar hipóteses que possam vir a resolvê-lo (GIL, 1991).

O método de estudo de caso único foi utilizado, em que a metodologia busca informações através de entrevistas individuais e análise oriunda da pesquisa de registros. O estudo foi realizado desta forma por abordar um projeto pré-experimental desde a análise do problema, proposta, testes, implementação e finalização. Todas as informações analisadas ajudaram a entender alguns eventos e suas causalidades, bem como os processos envolvidos.

O trabalho é organizado inicialmente pela introdução, seguido da metodologia, referencial teórico levantamento do cenário atual da empresa em relação à logística, reciclagem, necessidade e viabilidade operacional do projeto, análise da estrutura do canal reverso já existente. Observou-se, a partir do levantamento do espaço ocupado nas 10 amostras de rotas, que há viabilidade operacional de retorno dos produtos sem rotas extras rotineiramente. Na conclusão do trabalho evidencia-se a importância de uma futura implantação de um processo de recolhimento reverso dos para-brisas uma vez que estes são resíduos sólidos que podem ser reciclados reduzindo os impactos inerentes ao descarte destes produtos em aterros comuns.

3.2. APLICAÇÃO DOS ASPECTOS DA LOGÍSTICA REVERSA A MERCADO DE VIDROS AUTOMOTIVOS DO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARNAÍBA

Conforme citado anteriormente foram escolhidos os aspectos relacionados por Brito (2005) para planejamento e análise dos resultados do trabalho. Neste momento será percorrida a metodologia utilizada para mensurar cada aspecto antes e depois do projeto. Desta forma, o projeto buscará eficiência em todos os aspectos e será possível prever alguns problemas e preparar prováveis soluções.

Para cálculo da Recaptura de Valor será pesquisado o preço do kg de vidro temperado e laminado vendido na matriz da empresa ou em outras possíveis opções de compra. Este aspecto se relacionará com a relação entre Peso X Volume, Forma e Embalagem, Preço X Peso e Localização das fontes de pós-venda, pois para o cálculo dos custos do projeto será necessária a análise de todas estas variáveis. Em função disso, haverá numericamente dados referentes ao valor retornado ou investido no projeto de retorno.

O Tipo de produto que retorna será analisado de acordo com a destinação do retorno; caso a empresa

tenha interesse em aproveitar comercialmente os produtos com avarias leves o retorno destes deve ser mais bem acondicionado que o da sucata. Na situação que a empresa considerar os produtos avariados como sucata, a relação de Forma e embalagem será dividida e apenas duas para todos os retornos, pois o vidro temperado se estilhaça e ocupa o espaço mínimo, já o laminado depois de quebrado pode se dobrado ocupando pouco espaço também. Os produtos que retornam depois de tipificados devem observar quando os Produtos Heterogêneos retornam, pois a cubagem modifica e o transporte deve sofrer adaptações.

Quanto ao Sistema de Informação será preciso rastrear a quantidade de vidro expedida e considerá-la para necessidade da capacidade de retorno. Este sistema também será muito importante para a comprovação de que tudo está sendo realizado de acordo. O fornecimento de informações quanto aos custos e receitas do projeto para a organização também serão fatores de análise deste sistema. A Imprevisibilidade do retorno deverá ser prevista pelo sistema de informações, para que a cadeia de retorno se prepare. As informações serão analisadas para saber se o retorno está atendendo aos níveis de serviço necessários, para mensurar a Qualidade do trabalho prestado no retorno.

4. ANÁLISE DA IMPLANTAÇÃO DA LOGÍSTICA REVERSA

4.1. CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA EM ESTUDO E SUAS ATIVIDADES

A empresa utilizada como unidade de análise neste estudo é uma central de distribuição de uma fabricante multinacional de vidros automotivos. A sede mundial está localizada em St Helens, Reino Unido e com uma subsidiária integral da sede está localizada no Japão. Fundada em 1826 pelo fato de seus fundadores desenvolverem um processo de vidro *float*, um método até então revolucionário que possibilitou a produção de vidro flutuante por vidro derretido sobre um banho de fundição de estanho, evitando a necessidade dispendiosa de polimento das placas de vidro. Atualmente o grupo possui mais de 32,5 mil funcionários em todo o mundo.

A empresa está atuando no mercado nacional desde 1974, por meio de parcerias locais, tendo em torno de 6 mil funcionários no Brasil, sendo uma das principais fornecedoras de vidros para a indústria automotiva, bem como para a construção civil e eletrodomésticos. Sua matriz fica em Caçapava/SP, possui plantas produtivas em São Paulo/SP, Jacareí/SP e Barra Velha/SC. Possui uma unidade de beneficiamento terceirizado em Uberlândia/MG, além de unidades dentro das montadoras de automóveis, como na FIAT de Betim/MG e centros de distribuição de vidros automotivos em Votorantim/SP, Araçatuba/SP, Sorocaba/SP, Contagem/MG, Uberlândia/MG, Jaboatão dos Guararapes/PE, São José dos Pinhais/PR, Foz do Iguaçu/PR, Caxias do Sul/RS e Vigário Geral/RJ.

O *Service Center* do AGR (*Automotive Glass Replacement* ou Reposição de vidro automotivo) como é nomeado pela empresa, iniciou suas atividades em

Uberlândia/MG em Janeiro de 2012 em um galpão de 1.363m² de área coberta, 893m² de área aberta para expedição, armazenamento de embalagens e 171m² de área administrativa (FIGURA 1). Conta também com dois caminhões $\frac{3}{4}$ como veículos de entrega, uma empilhadeira a gás para logística interna.

4.2. PROBLEMA DE DESCARTE DOS VIDROS AUTOMOTIVOS PÓS-VENDA NA MESORREGIÃO DO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA E A POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS (LEI Nº12305)

No caso estudado, a Logística Reversa segue após a coleta dos produtos nas lojas varejistas, pelo próprio veículo da empresa, onde os produtos serão inspecionados a quantidade de para-brisas separados com a proporção da última compra realizada, para que um pequeno comprador não utilize o canal reverso para expedir grande quantidade de vidro do concorrente. O vidro automotivo laminado representado pelo para-brisa frontal, quando é quebrado, em muitos casos, não há o seu estilhaçamento por completo, fato este que possibilita a sua fácil visualização e conferência em termos de quantidade retornada. Quanto ao transporte do vidro tipo temperado (vigias e janelas) ocorre o estilhaçamento, possuem valor bem mais alto na recicladora e também fica impossível a identificação de quantidade de peças.

O produto recolhido deve ser acomodado nas caixas de madeira previamente preparadas no espaço vazio do caminhão, pois esta será a única etapa manual durante a coleta. Quando o veículo chegar ao CD apenas a empilhadeira irá movimentar a carga de sucata. A carga ficará próxima à expedição esperando um frete de vinda com mercadorias para o CD, para retornar para a Matriz em Caçapava/SP; esta carga será montada pela empilhadeira no veículo tipo carreta *sider*. Após a descarga da sucata na matriz o produto fica estocado, esperando a coleta da fábrica B que irá pesar e avaliar se o produto está devidamente separado, pois se o temperado estiver separado do laminado, este primeiro será avaliado por quase quatro vezes mais e se estiver misturado será adquirido pelo menor valor.

No caso da empresa investigada existem apenas dois tipos de produto reverso, em duas naturezas: temperado ou laminado. Há dispersão das lojas que revendem os produtos pode ser visto como um problema; no entanto, todas estão incluídas nas rotas semanais, o que facilita a coleta e leva a uma necessidade de consolidação para adensamento de carga, ou seja, faz-se necessária uma série de condições que exigem gerenciamento especializado e pouco automatizado.

Já quanto à Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) visualiza-se a necessidade de preparação das empresas para recolhimento do seu produto após o uso. Apesar de não possuir seu produto dentre os seis tipos obrigatórios, a execução de logística reversa poderá, em 4 anos ou pouco mais, após a aprovação da lei, ser obrigada a realizar a logística reversa completa e o participante de mercado que estiver mais estruturado irá levar vantagem, pois a política, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente, envolve e se articula com órgãos e entidades governamentais para

facilitar o cumprimento das metas previstas, além de predeterminar revisões a cada quatro anos participando toda a sociedade, desde fabricantes, distribuidores, comerciantes, estados, municípios e consumidores.

A literatura permitiu identificar uma série de elementos que podem ser observados nas fases de coleta, consolidação, seleção e destino da rede reversa, a saber: existência de procedimentos definidos, eficiência dos fluxos, troca de informações entre os elos de retorno, recursos colocados especificamente à disposição da logística reversa (pessoal, equipamentos, armazéns), quantificação dos retornos, controles e rastreabilidade nas diferentes fases, revalorização, treinamento de pessoal especializado, capacidade de acerto financeiro, controles de custos das operações, dentre outros (ROGERS; TIBBEN-LEMBKE, 1999; STOCK, 1998; LEITE, 2003; DEKKER; DE BRITO, 2003).

O fluxo do processo reverso se inicia no momento em que o varejista recolhe o vidro danificado e armazena em sua loja como sucata. O que seria um problema para descartar se torna oportunidade de reciclagem. Quando o veículo finaliza a entrega convencional na loja, ele irá recolher os vidros sucateados de acordo com a proporção entregue na rota anterior; caso haja espaço em abundância e tempo hábil, o veículo pode recolher acima desta proporção, pois ajudará o lojista e será lucrativa para a empresa distribuidora que está realizando o processo reverso. Após a realização de todas as entregas da logística convencional e coleta do processo reverso os veículos retornam à filial de Uberlândia – MG onde é descarregada e armazenada toda a sucata recolhida. Quando a filial solicitar frete de retorno de embalagens e produtos para a matriz, o estoque de sucata será adicionado à carga, pois é conhecido que há espaço abundante no veículo de retorno. Caso o estoque sucateado esteja com capacidade máxima ocupada e exista imprevisibilidade do retorno de embalagens, a filial deve solicitar um retorno custeado pelo processo reverso. No estudo de caso em questão, durante dois anos e meio de aplicação do projeto, não foi necessário solicitar frete de retorno com objetivo principal o estoque de sucatas. O estoque de vidro sucateado armazenado na matriz em Caçapava – SP é vendido para a recicladora que busca o vidro sucateado e realiza o processo de reciclagem.

4.3. ENTREVISTAS COM FUNCIONÁRIOS E CLIENTES SOBRE A ESTRUTURA DA LOGÍSTICA REVERSA

Segundo entrevista realizada com a engenheira ambiental e o técnico de segurança da empresa, todos os produtos sucateados são 100% reciclados quando enviados para a matriz, em Caçapava/SP. Estas sucatas são separadas em caçambas em vidros limpos, vidros mistos e vidros laminados. Os vidros limpos sucateados sem nenhum tipo de beneficiamento são destinados à fábrica A, que utiliza o vidro monolítico e são reaproveitados na produção de novos vidros; já as sucatas de vidros mistos e temperados são recolhidas à outra empresa denominada de fábrica B, que compra esse material para reciclagem. No processo de reciclagem os custos da empresa pesquisada se restringem em direcionar o material até a planta de Caçapava/SP, reduzidos pela venda deste material à empresa recicladora, que se encarrega de buscar o material na planta e continuar o processo, assumindo custos e faturamentos a seguir.

Segundo o setor fiscal da empresa, a sucata precisa de nota fiscal emitida por quem expede; portanto, deve ser faturada uma simples remessa do cliente para o CD de Uberlândia e uma transferência entre filiais de Uberlândia/MG para Caçapava/SP, ambas com valor de R\$ 20,00 por Tonelada e serão pagos 12% do valor em ICMS. O total deste valor não será expressivo em nenhuma operação, mas o respaldo da NF é importante e simples de ser realizado.

O manuseio da sucata é um processo que exige enorme cuidado, pois na falta da integridade do produto, o vidro se torna perigoso; portanto, necessita de embalagem que reduza o contato manual em todas as etapas para se evitar principalmente acidentes de trabalho.

A fábrica B, cliente da empresa, compra a tonelada do vidro laminado por um valor bem inferior ao vidro temperado; portanto, é importante que a sucata chegue separada, pois se tudo estiver misturado será avaliado pelo menor valor. Também é importante que não haja acúmulo, pois o processo de organização da sucata na matriz para coleta da fábrica B é trabalhoso e perigoso, por isso a redução das quantidades dos lotes aumenta a segurança da operação.

No que trata da visão dos clientes, observou-se que, segundo a gerente da cliente A localizada em Uberlândia/MG, os produtos trocados são deixados na frente da loja com uma periodicidade de 3 vezes por semana e a Limpebraz (terceirizada da prefeitura municipal), recolhe normalmente. O volume médio de cada carga que a loja deixa para a Limpebraz é de 20 unidades, totalizando 60 unidades semanais, sendo que a loja é atendida por outras marcas, mas nem todo o volume é oriundo de compras da empresa pesquisada. Na visão da gerente a intenção do projeto é boa, mas não interessa muito à loja; segundo a mesma, a loja somente iria aderir se tivesse coleta pelo menos 2 vezes na semana e recolhesse todo o material.

A cliente A é uma loja de grande porte (para o segmento de vidros), situada na cidade de Uberlândia/MG onde a prefeitura possui bom sistema de recolhimento dos resíduos sólidos, mas ainda ineficiente na coleta seletiva e reciclagem dos resíduos produzidos pela cidade.

Já o cliente B, localizado em Ituiutaba/MG, comentou que os produtos trocados são deixados no aterro da cidade pela própria equipe da empresa, pois a prefeitura não recolhe os vidros na loja. O volume semanal médio é de 20 para-brisas e é transportado uma vez na semana. Ao dono seria interessante se a empresa buscasse o vidro, pois mesmo sem muita dificuldade em levar a sucata para o lixão o dono acredita que a destinação seria melhor.

4.4. LEVANTAMENTO DE ESPAÇO OCUPADO

Durante 11 dias úteis foi levantado o espaço livre útil dos veículos e convertido na capacidade de transporte de para-brisas (laminados) e vidros laterais e traseiros (temperados), conforme Figura 1, para se verificar a capacidade de logística reversa dos produtos; claro que se alguma cidade tiver um volume acumulado grande e for interessante para a empresa recolher este

volume, a agenda de rotas oferece espaço para uma rota extraordinária focada no recolhimento das sucatas.

Figura 01 - Relação de amostras

Amostras						
Veículo	PLACA	ROTA	Espaço livre útil	Cap. Lam.	Cap. Temp.	OBSERVAÇÃO
04/12/2013	A	EG7344	UBERABA - ARAXÁ	9,00%	30	
05/12/2013	B	DBLS444	ITUMBARA - ITUIUTABA	48,30%	90	30
06/12/2013	B	DBLS444	FRUTAL - ITURAMA	43,60%	90	30
09/12/2013	A	EG7344	UBERLÂNDIA - ARAGUARI	30,00%	30	30
10/12/2013	B	DBLS444	MONTE CARMELO - PATOS DE MINAS	0,00%	0	
11/12/2013	A	EG7344	UBERABA - ARAXÁ	0,00%	0	
12/12/2013	B	DBLS444	CALDAS NOVA - CATALÃO	NULA		Cidades fora do campo de estudo
12/12/2013	A	EG7344	ITUMBARA - ITUIUTABA	31,52%	30	30
13/12/2013	A	EG7344	FRUTAL - ITURAMA	12,21%	25	
16/12/2013	B	DBLS444	UBERLÂNDIA - ARAGUARI	100,00%	120	30
17/12/2013	A	EG7344	MONTE CARMELO - PATOS DE MINAS	14,36%	30	
TOTAL				288,99%	435	130

Fonte: Elaborado pelos autores

O espaço livre útil, espaço do veículo que não é ocupado na saída do veículo do centro de distribuição, foi satisfatório na maioria das rotas, considerando que esse espaço cresce ao longo da rota considerou-se que todas as rotas possuem oportunidade de retorno para vidros sucateados que ocupam um espaço bem menor que o produto inteiro.

A capacidade de retorno do laminado (Para-brisas) foi calculada com base no espaço livre útil. Na amostragem foram realizados testes com o uso de embalagens de madeira, oriundas das entregas de vidro no centro de distribuição nas transferências da matriz, e quantos para-brisas caberiam nessas caixas. Considerando que o vidro sucateado não precisa voltar inteiro, pode-se ter uma flexibilidade neste espaço.

Os veículos possuem uma caixa de madeira pequena que transporta o vidro temperado. Considerando que este sempre estilhaça e seu espaço ocupado após o uso é bem menor que o laminado tem-se a capacidade mínima de 30 temperados. Observou-se que não ocorreu nenhum retorno maior do que este para necessidade de ideias novas que alavancassem o espaço destinado ao retorno de temperado, mas não é algo difícil devido o vidro temperado ficar em pedaços granulados e ser transportado até em sacolas resistentes.

4.5. ESTRUTURADO CANAL REVERSO

Para uma melhor visualização da importância do processo de Logística reversa, a seguir segue relato do caso, pelo qual se apresenta o processo de estruturação da Logística Reversa no setor de reposição automotiva como algo novo. Portanto, a maior estrutura segue do CD para a Matriz. As ferramentas, funcionários e canais da logística reversa são os mesmo do fluxo convencional, necessitando apenas de adequações.

Com base na teoria foram montados quadros com classificações de zero a cinco, em que nota zero – não é considerado, nota 1 – em fase de avaliação, nota 2 – já avaliado; contudo, em fase de planejamento para a execução, nota 3 – com o cronograma e orçamentos aprovados; contudo não se iniciou a execução ou aquisição, nota 4 – em execução ou processo de aquisição já realizado, nota 5 – já implementado com sucesso.

Quanto a aspectos gerais, o fluxo do retorno é único e utiliza o mesmo caminho do fluxo convencional,

mesmo porque, independente da seleção, a recicladora é a mesma que utiliza o produto para fabricar o pó de vidro que é vendido para a fornecedora da cadeia de suprimento ou outras fabricantes. Isso pode ser identificado no quadro 1.

Quadro 1 – Estrutura do Canal Reverso: Aspectos Gerais da logística reversa

Procedimentos de retorno definidos, fluxos de retorno mapeados.	1
O destino final dos produtos está claramente definido.	5
Políticas pré-estabelecidas orientam o processo de devolução.	1
Importância dada ao fabricante à atividade reversa.	2
Relatórios específicos para controle dos produtos retornados.	4

Fonte: Elaborado pelos autores

Quanto ao recebimento e seleção de destino, destaca-se apenas um destino. Ou seja, é a Recicladora anteriormente denominada de fábrica A, que, a partir da seleção, agrega valor a uma parte separada do produto pós-venda.

Quadro 2 – Estrutura do Canal Reverso: recebimento e seleção de destino

Controle do recebimento de retornos.	2
Classificação dos produtos retornados de acordo com seu tipo.	5
Quantificação total dos produtos retornados.	5
Quantificação individualizada dos retornos de acordo com seu tipo.	2
Codificação de produtos retornados e controles eletrônicos.	1

Fonte: Elaborado pelos autores

Quanto à consolidação e armazenagem, o quadro 3 apresenta:

Quadro 3 – Estrutura do Canal Reverso: Consolidação e Armazenagem

Modo de armazenagem do retorno.	3
A consolidação do retorno envolve <u>reembalagem</u> .	3
Áreas específicas nos armazéns para produtos retornados.	4
Controle dos custos de armazenagem dos produtos retornados.	5
Pessoal dedicado ao retorno em que nas fases de retorno.	2
Equipamentos para movimentação (empilhadeiras).	5
Sistemas de informação.	2

Fonte: Elaborado pelos autores

Quanto ao transporte, os veículos possuem espaço comprovado. Os trajetos de retorno são definidos de acordo com as rotas que são fixas e semanais, e, para maior capacidade, segurança e eficiência são necessários investimentos nos veículos e em embalagens, seguindo um processo de evolução da logística reversa.

Quadro 4 – Estrutura do Canal Reverso: Transporte

Veículo de transporte definido.	5
Utilização de formas combinadas.	1
Frequência de coleta definida.	5
Trajetos definidos.	5
Pleno aproveitamento do veículo.	2
Forma de acondicionamento dos retornos é padronizada.	2

Fonte: Elaborado pelos autores

Os quadros mostram pontos de melhoria no projeto e pontos com implementação concluída. Na maioria dos casos os pontos de melhoria dependem de aprovação ou aquisição da empresa, o que é coerente com o ponto relacionado à importância dada pelo fabricante à atividade reversa. Por isso, o processo reverso possui a parte de planejamento e orçamento consolidada, mas não correspondida pela aprovação e aquisições, mesmo que todo o processo tenha baixíssimo custo inicial, a motivação para atividades de treinamento, engajamento, sistema de informação, certificação,

manutenção das atividades, controle e replicação não foram fomentadas para o sucesso do processo reverso.

4.6. ANÁLISE DOS ASPECTOS DA LOGÍSTICA REVERSA DOS VIDROS AUTOMOTIVOS DO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA

A Recaptura de valor neste projeto acontece quando a Empresa realiza a venda de todo o material recolhido pela filial para a fábrica B, empresa que compra vidro sucateado para reciclagem.

Existe uma diferença de valores para vidros laminados e temperados; portanto, é importante que o processo separe e identifique os dois tipos, objetivando evitar a perda de valor em qualquer etapa. Os custos ficam por conta dos impostos de transporte da sucata, R\$ 20,00 por tonelada, e caso não aconteça frete de retorno para embalagens da filial para a matriz tem-se que absorver o custo de um retorno de R\$ 800,00. Todos os custos são mensais e variáveis de acordo com a demanda de retorno, sem necessidade de investimento inicial.

A relação Preço x Peso, conclui-se que em alta demanda de retorno o frete de R\$ 800,00 é facilmente pago pelos 15 toneladas de capacidade de peso e cubagem. Entretanto, na fase inicial do projeto com a demanda realista é possível um investimento mensal de R\$ 551,28, caso seja necessário o pedido de um retorno por mês frente à demanda prevista. Em caso de impossibilidade de pedir o retorno, o estoque de sucata pode ser estocado na filial por dois meses sem prejuízos para as atividades.

O Tipo de produto que retorna são vidros laminados oriundos de para-brisas usados e vidros temperados originados de janelas laterais e traseiras usadas de veículos. Os para-brisas podem ser quebrados, mas não estilhaçados, necessitando espaço maior do que os vidros temperados. A separação dos tipos de vidro deve ser mantida para maior segurança e manutenção de valor agregado do vidro temperado.

As fontes de recolhimento (Localização das fontes pós-venda) alvo deste projeto são as lojas de varejistas, já que as mesmas já recolhem os vidros usados e participam da rota de logística convencional; portanto, para aproveitamento do retorno da logística convencional este é o ponto em que se inicia o retorno.

O Sistema de Informação utilizado oportuniza o registro de quantidade vendida para cada cliente, que dará o direito ao mesmo de carregar no retorno da empresa a mesma quantidade, para que os custos do projeto não aumentem com retorno de sucata referente à venda de concorrentes. Para o caso da quantidade de vidro temperado retornada seja maior que a vendida, isto irá reduzir o custo do projeto; além de não ser muito fácil mensurar a quantidade vendida em sucata retornada, também é importante o registro para resguardar o cliente e a empresa fornecedora que estão reciclando o vidro vendido.

A Imprevisibilidade do Retorno ao cliente deixa de ser um problema para se tornar incentivo ao cliente para comprar com constância, já que o retorno constante irá ajudar na organização de sua loja e seu

estoque. Quanto à imprevisibilidade do retorno de embalagem para a matriz o projeto se resguarda com a reserva de um retorno por conta do próprio projeto; neste caso, o custo será de R\$ 800,00 para um retorno mensal, mais do que suficiente para rodar o projeto.

A preocupação relativa a Produtos heterogêneos retornam não se aplica neste processo, pois se tem apenas vidros retornando que não são impedidos de serem transportados em caso de mistura, nem precisa de cuidados diferenciados. A separação entre vidros temperados e laminados apenas aumenta o aproveitamento na cubagem e agrega valor à sucata retornada.

A Qualidade da sucata não interfere no sistema de coleta reverso, podendo ser inclusive quebrada para redução de espaço. A Forma e Embalagem, que se encaixa no processo convencional, em que serão reutilizadas embalagens do fluxo convencional para o retorno, sendo também acrescentadas embalagens extras para folga no processo.

Apesar da Relação entre peso x volume ser desfavorável para os recicladores urbanos, no caso do processo convencional e reverso o peso não é um problema. O volume do produto sucateado é bem menor que o fluxo convencional, acarretando em folga para o processo. Através das amostras conseguiu-se mensurar a capacidade de retorno de cada carga, caso precise ser recolhido sucata antes da entrega de produtos.

4.7. ANÁLISE DOS DADOS

Seguindo a ideia de que a otimização de uma logística reversa depende da análise do ciclo de vida de um produto, bem como da responsabilidade compartilhada entre os diversos integrantes e setores envolvidos no processo tradicional de logística, e partindo-se do pressuposto de que cabe ao consumidor dispor seletivamente seu resíduo em locais identificados pelos comerciantes e distribuidores, facilitando sua coleta e segregação, fica claro que uma das medidas a ser proposta, após a realização deste trabalho é a criação de ecopontos alocados em uma rede de venda e distribuição dos produtos que, por si só, podem estar inseridos em diversos municípios, ou até mesmo estados brasileiros, facilitando assim a expansão dos negócios da empresa.

Assim, a empresa poderá negociar a periodicidade de recolhimento destes materiais de acordo com o espaço disponível para alocação temporária de cada sede ou filial desta rede de distribuição parceira.

No entanto, a realidade apresentado afirma que assim como Stock (1998) mostra nos EUA, a logística reversa no Brasil ainda está muitos anos atrás da logística empresarial, portanto o projeto inicial contempla apenas como opção aos clientes interessados em melhor descarte de suas sucatas.

Logo, para implantação desse projeto faz-se necessário os cálculos, os quais são apresentados a seguir. Ou seja, deve-se considerar 80% do potencial mensal que a amostra nos fornece, portanto serão aproximados 700 para-brisas e 240 temperados, acarretando em peso médio acumulado de 12,5 Kg por

para-brisa e 3,5 kg por temperado, gerando um total de 8750 kg de vidro laminado sucateado e 840 Kg de vidro temperado sucateado. A receita da empresa com a venda da sucata em Caçapava será de R\$ 440,53 (8,75 toneladas de laminado X R\$ 37,80/tonelada + 0,84 toneladas de vidro temperado X R\$ 130,68/tonelada). Os custos com o projeto são formados pelo acréscimo do contrato de um retorno mensal à matriz (R\$ 800,00). As embalagens utilizadas são reaproveitadas dos produtos enviados à unidade, portanto não acrescentam custos e os custos fiscais ficam em R\$ 191,80 em ICMS (9590Kg X R\$20,00/1000Kg). O saldo do investimento do projeto básico é de R\$ 551,27 (R\$ 800,00 + R\$ 191,80 – R\$ 440,53).

O resultado das amostras é que a empresa possui a capacidade de recolher 435 para-brisas e 150 temperados em metade de um mês o que gera oportunidade de se recolher 870 para-brisas e 300 temperados mensais, o que é proporcional ao expedido para a Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

4.8. ATUALIZAÇÃO DOS DADOS

Os dados apresentados nos itens anteriores foram coletados na fase inicial de testes da proposta, em julho de 2013. Assim, foi realizada uma atualização para dezembro de 2015, logo, os números de demanda e valores recebidos pela sucata retornada e custos do projeto se alteraram, acarretando em nova análise.

Foi observado que a demanda convencional da unidade aumentou em 30%. A região abordada continuou fixa e os novos valores da sucata foram corrigidos. Segundo todas as variáveis atualizadas, observou-se que o aumento na demanda e receita da sucata favoreceu, já que o frete de segurança e impostos tiveram aumento.

Outro acontecimento que merece nova análise é a suspensão do projeto piloto que funcionou apenas na unidade de Uberlândia, nos períodos de julho de 2013 a dezembro de 2015, fato que oportuniza a reflexão dos ganhos e perdas durante o projeto.

A suspensão ocorreu ao final de dezembro/2015, devido à orientação do departamento jurídico da empresa para não fornecer uma análise que resguardasse a empresa do processo de que a coleta atenderia aos critérios legais estabelecidos. Também não foi analisada a possibilidade de emissão de certificados para os clientes que o vidro recolhido estava sendo reciclado. Assim, os motivos para a descontinuidade da coleta reversa foram pela falta de análise e aprovação do jurídico para continuidade principalmente no que se refere à emissão de certificados para os clientes de que o vidro estava sendo reciclado. Além de processo de redução de custos que a empresa adotou, acarretando em menor capacidade operacional de suas filiais, o processo reverso se tornou pesado para a capacidade operacional. A mudança de liderança na filial piloto do processo de retorno não acompanhou a motivação necessária para aplicação e sucesso do projeto, fato que corroborou para o insucesso das atividades.

A prática operacional do projeto que durou dois anos e meio na filial de Uberlândia foi analisada para embasamento da conclusão, se o projeto foi e possivelmente será favorável para a empresa caso retorno, foram apontados os benefícios, acertos e erros.

O volume de vendas aumentou no período. Pode haver outros fatores, mas este processo poderia ter impulsionado a compra dos produtos da empresa; de toda forma, o retorno dos clientes foi positivo. O problema no descarte das sucatas é um fato real dos clientes das cidades da região analisada. O projeto não necessitou de investimento de capital, pois neste período todos os retornos aproveitaram fretes para o retorno de embalagens e outros materiais para a matriz onde a empresa busca a sucata. Esta operação provocava o aumento no trabalho operacional, sendo que neste período o quadro operacional diminuiu para redução de custos, fato que também pode ter dificultado a continuidade do projeto.

Outro fato a ser observado foi que a liderança da filial foi trocada; portanto, o interesse na manutenção do projeto reduziu, sem o apoio e reconhecimento da gestão geral, a desmotivação prejudicou o interesse em sua continuidade.

Outro ponto a ser analisado está no fato da falta de fiscalização das empresas fabricantes de vidro em relação ao cumprimento da lei de resíduos sólidos brasileiras. Embora seja um fato legal, a falta de uma atuação efetiva do governo neste aspecto legal neste cenário poderia ser outro.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificou-se neste trabalho que os fluxos da Logística Reversa podem melhorar o aproveitamento das cargas expedidas por uma empresa fabricante de vidros automotivos em sua unidade de Uberlândia, solucionando problemas de alguns clientes, oferecendo opções de destinação da sucata dos clientes, o que melhora a imagem da empresa.

O mercado local ainda não possui uma visão focada quanto ao assunto da sustentabilidade. A reciclagem também não é a maior preocupação e vários participantes da cadeia logística enxergam este processo como muito trabalhoso e perigoso, mas, para manter seu pioneirismo e liderança de mercado, a empresa investigada deve pensar mais à frente, enxergar os avanços da legislação e não atuar apenas quando da efetiva ação da fiscalização.

Há exemplos de setores com fabricação nacional que foram afetados com importados baratos, responderam com uma estrutura de sustentabilidade que os importadores não teriam tão cedo, o mercado de vidros automotivo, principalmente reposição, já sofre com esta importação com liderança em custo, portanto uma ideia é se estruturar para que possa cobrar legislações mais rigorosas quanto à responsabilidade ambiental.

Com a adoção da sistemática observou-se que houve uma coleta de vidros de aproximadamente 375 toneladas, que eram enviados para os lixões ou aterros, sendo estes encaminhados para a reciclagem, fato este que não vem mais ocorrendo a partir do início deste ano.

Como oportunidades para estudos posteriores, sugere-se que seja feito um estudo dos impactos mercadológicos e de imagem que a empresa poderia se

utilizar para demonstrar sua preocupação com o cumprimento legal e ambiental em vez de pensar apenas nas questões relacionadas com o retorno financeiro. Também se pode estudar o risco financeiro oriundo de multas inerentes ao não cumprimento da legislação em vigor.

Neste sentido, este trabalho conclui que o projeto enriquece a organização, possui pontos de melhoria e oportunidade de crescimento e melhoria da imagem da empresa em relação aos clientes, que possuem um problema, a sociedade que busca melhorar do meio ambiente e governo que possui uma legislação vigente que cobra a responsabilidade sobre os resíduos sólidos. A fiscalização ainda está focada no varejo do mercado de vidros automotivos, mas há possibilidade de atingir o âmbito do distribuidor e, neste caso, quem não estiver atuando de forma correta será punido e os custos com multas com certeza serão maiores do que o investimento no retorno e reciclagem dos resíduos.

O projeto terminou devido ao desinteresse da organização em mobilizar seus departamentos para que as ações acontecessem; portanto, fica claro que a redução de custos é mais importante do que a oportunidade mercadológica fornecida pelo mesmo. A fidelização dos clientes que possuem problemas com destinação dos vidros sucateados é algo que ficou claro durante a análise do estudo de caso. A oportunidade de melhoria da imagem da empresa com a sociedade também poderia ser mais bem explorada pelo setor de *marketing*, bem como a promoção das seguradoras atendidas pela empresa, que forneceriam serviços sustentáveis. Outro fato que compromete a imagem da empresa, que é multinacional, é a incoerência de ações de acordo com o país em que atua, pois é conhecido que o rigor elevado quanto à destinação dos resíduos na Europa e Ásia, continentes de origem e atuação da multinacional, portanto para alinhamento das ações da empresa é necessária a mesma preocupação com os processos de destinação dos resíduos no Brasil, tanto na produção quanto na distribuição e comercialização.

REFERÊNCIAS

ABIPET 4º **Censo da Reciclagem de PET no Brasil**. São Paulo, 2009

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. **Lei Federal nº 12.305**, de 02 de agosto de 2010. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305/>. Acesso em: 20 jan. 2014.

BUSSONS, Maria Ivone Gonçalves, *et al.* Cacos de vidro: Uma visão abrangente no mercado da reciclagem e da sustentabilidade. **Cadernos UNISUAM**, v.2,n.1,p.98-105, Jun.2012.

CAMPOS, Luiz Fernando Rodrigues; BRASIL, Caroline V. de Macedo. **Logística: teia de relações**. Curitiba: Ibpex, 2007.

CURY, R. M.; RODRIGUEZ, A. M.; DUARTE, P. C. & MENDES, K. B. Recuperação de Valor em Peças de Veículos em Fim de Vida. Resultados de um Estudo Exploratório. **XXVIII Encontro Nacional de Engenharia de Produção**. Rio de Janeiro, 2008.

Definição de Logística. - Disponível em: <https://www.priberam.pt/DLPO/Acesso> em 06 de abril. 2016

DITZEL, I. C. R. **Logística Reversa e a Política Nacional de Resíduos Sólidos**. Disponível em: <<http://www.conselhos.org.br/Arquivos/Download/Upload/19.pdf/>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

E-cycle sd **Tipos de Vidros** - <http://www.ecycle.com.br/component/content/article/44-guia-da-reciclagem/1876-vidro-tipos-reciclagem-temperado-laminado-reflexivo.html> acessado em 27/03/2016

FONSECA, Lúcia Helena Araújo. **Reciclagem: O primeiro passo para a preservação ambiental** - <Disponível em: [Http: >](http://www.conselhos.org.br/Arquivos/Download/Upload/19.pdf/) Acessado em 07 Abr. 2016.

História do vidro Float - Disponível em: <<http://www.pilkington.com/>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

LEITE, P. R.; BRITO, E. P. Z.; MACAU, F.R. A importância da Logística Reversa em canais com alta taxa de retorno – Um estudo em empresa do setor editorial brasileiro. In: **Encontro da ANPAD - ENANPAD**, 2005, Brasília. Anais do XXIX v. 1. p. 1-10

LEITE, Paulo R. **Logística Reversa**. São Paulo: Prentice Hall, 2003.

LÓPEZ, D. A.; AZEVEDO, C. A. P.; BARBOSA NETO, E. Avaliação das propriedades físicas e mecânicas de concretos produzidos com vidro contínuo como agregado fino. **Cerâmica** n. 51, p. 318-324, 2005.

RAZZOLINI FILHO, Edelvino. **Transportes e modais: com suporte de TI e SI**. 3. ed. Curitiba: Ibpex, 2011.

RAZZOLINI FILHO, Edelvino; BERTÉ, Rodrigo. **O reverso da logística e as questões ambientais no Brasil**. Curitiba: Ibpex, 2009.

RONALD H. BALLOU. **Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos/Logística Empresarial** (Editora Bookman, 2006)

VEIGA, C.H.A. ; LIMA, J. M. ; RIBEIRO, R. P. ; Zucatto . **Atividade Didática em comércio exterior: Uma abordagem entre custos e sustentabilidade**. Administração: Ensino e Pesquisa (RAEP), v. 16, p. 179-207, 2015.

COOPEROQUE: O MODELO DE GESTÃO COOPERATIVISTA E SEUS PERÍODOS ESTRATÉGICOS PARA A SUSTENTABILIDADE DOS ASSOCIADOS

Edson Bolzan¹
Raquel Borghetti²
Roberto Ajala³
Luciana Scherer⁴
Edio Polacinski⁵

RESUMO

O objetivo do estudo foi definir o modelo de gestão através do caso da Cooperativa Agrícola Mista São Roque – COOPEROQUE e identificar alguns períodos estratégicos marcantes para a sustentabilidade dos associados. As referidas estratégias foram definidas considerando o estudo da história da cooperativa. A pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso de natureza qualitativa e o objeto de estudo foi a COOPEROQUE, localizada na Vila Santa Catarina, no Município de Salvador das Missões, Estado do Rio Grande do Sul. Os dados foram coletados por meio de pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas, com sujeitos que apresentam envolvimento direto com a cooperativa. Como principais resultados de pesquisa, apresentam-se, a partir do estudo de caso e com base na literatura pertinente, o estudo do modelo de gestão adotado pela cooperativa e como este contribuiu para a sustentabilidade dos associados.

Palavras-chave: Estratégia. Cooperativismo. Gestão. Sustentabilidade.

ABSTRACT

The objective of the study was to define the management model through the case of the Cooperativa Agrícola Mista São Roque - COOPEROQUE and to identify some strategic periods for the sustainability of the associates. These strategies were defined considering the history of the cooperative. The research is characterized as a case study of a qualitative nature and the object of study was COOPEROQUE, located in Vila Santa Catarina, in Salvador das Missões, State of Rio Grande do Sul. The data were collected through documental research and semistructured interviews, with subjects that present direct involvement with the cooperative. As the main research results, from the case study and based on the relevant literature, presents the management of cooperatives, The study of the management model adopted by the cooperative and how it contributed to the sustainability of the members.

Keywords: Strategy. Cooperativism. Management. Sustainability.

1. INTRODUÇÃO

Tem sido crescente a busca de novas alternativas que corroborem com o processo de sustentabilidade. Essas alternativas, em muitos espaços geográficos, já existem, mas geralmente não têm sido objeto de estudos mais detalhados sobre suas potencialidades e dificuldades. O presente estudo buscou maiores informações sobre o sistema cooperativista e sua contribuição com o desenvolvimento local em seu espaço de atuação. Nesse sentido, destaca-se que nas cooperativas agrícolas, têm sido priorizadas as atividades que levem a organização dos agricultores, renda das famílias, baixos índices de poluição, preservação das culturas e tradições locais e a manutenção das pequenas propriedades rurais.

Mesmo em sociedades competitivas existe um mínimo de cooperação entre indivíduos e organizações; caso contrário, seria impossível a convivência entre as pessoas. Essa cooperação mínima não significa sempre uma prática intencional que pode surgir de uma simples atitudes de acomodação à convivência e podem mudar devido à circunstância ou interesses do momento, tanto de indivíduos, como de grupos. Tal cooperação pode

acontecer de maneira informal e esporádica ou formal, quando um grupo de indivíduos resolve organizar-se e criar uma sociedade cooperativa para satisfazer suas necessidades (RICCIARDI, 1996, p. 15).

Neste cenário estão inseridas as cooperativas, as quais, ao longo do tempo, vêm demonstrando que estão cada vez mais adaptadas ao ambiente empresarial. As cooperativas são organizações de grande influência nacional, atuando em diversos setores da sociedade e, principalmente, no setor agrícola.

O contexto em que a maioria das organizações compete é dinâmico, e as rápidas mudanças que nele ocorrem, requerem constantemente estratégias e operações que possam refletir essas circunstâncias ambientais. Considerando essas novas estratégias, muitas empresas vêm aplicando recursos em tecnologias, informação e novas práticas de gerências para sobreviver no mercado atual e conquistar novos mercados. Dentre essas organizações estão as cooperativas, mais especificamente as cooperativas agrícolas, as quais vêm ganhando grande destaque neste contexto, atuando com uma postura ofensiva na busca pelo aumento da produtividade e qualidade de seus produtos e processos.

¹Mestrando em Gestão Estratégica das Organizações (URI). Professor e Diretor Geral da URI Cerro Largo. Mail: bolzanedson@via-rs.net

²Mestra em Desenvolvimento (UNIJUÍ). Professora da URI Cerro Largo Mail:borghettiadministrativo@via-rs.net

³Mestre em Gestão Estratégica das Organizações (URI). Professor e Coordenador do Curso de Administração da URI Cerro Largo. Mail: roberto@uricl.com.br

⁴Doutoranda em Desenvolvimento Regional (UNIJUÍ). Mestra em Ciências Sociais (PUCRS). Professora da URI Cerro Largo Mail: lucianascherer@yahoo.com.br

⁵Doutor em Engenharia da Produção (UFSC). Professor da URI, Cerro Largo Mail:edio.pk@gmail.com

Cada empresa tem seus métodos para levantar informações, planejar, organizar, dirigir e controlar suas ações, ou seja, cada uma trabalha estrategicamente conforme suas peculiaridades e o mercado em que atua. As cooperativas agrícolas são organizações que concorrem diretamente com outras cooperativas e também qualquer empresa que esteja no mercado no mesmo ramo de atividade; por esse motivo, precisa ser altamente competitiva e apresentar uma grande capacidade de desenvolver estratégias.

Nesse contexto, buscou-se investigar qual o modelo de gestão adotado pela COOPEROQUE e como o mesmo contribui com a sustentabilidade dos associados.

O objetivo de pesquisa visa analisar o modelo de gestão cooperativista adotado pela COOPEROQUE e sua contribuição com o desenvolvimento dos associados.

Assim se suscita a curiosidade de entender as condições segundo as quais uma cooperativa poderia desenvolver-se, posicionando-se, ainda, como um importante propulsor de desenvolvimento local, de forma a poder compreender e buscar orientações para a promoção do desenvolvimento em outros contextos cooperativistas.

2. METODOLOGIA

O presente trabalho trata de um estudo de natureza qualitativa, configurado em um estudo de caso, com o intuito de identificar uma estrutura cooperativista e sua contribuição com o desenvolvimento local, baseada na percepção dos atores sociais de uma cooperativa agrícola localizada em Salvador das Missões, nas Missões do Rio Grande do Sul.

Esse estudo foi caracterizado com relação aos seus objetivos como descritivo e exploratório. Descritivo, porque será necessário o levantamento de informações utilizando conceitos teóricos a respeito do tema, com vistas a identificar os componentes necessários para a elaboração do processo. A pesquisa descritiva tem como objetivo principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre as variáveis (GIL, 2002).

Uma das técnicas utilizadas para a coleta de dados foi a análise documental, sobre a qual Richardson (2008), ressalta que pode ser definida como a observação que tem como objeto as manifestações que registram estes fenômenos e as ideias elaboradas a partir deles. Outra técnica foi a realização de entrevista semiestruturada com as pessoas que participam do sistema cooperativista, como: Presidente, Superintendente e o Diretor Administrativo e alguns cooperados, que foram escolhidos de forma aleatória. As entrevistas foram realizadas numa amostra diversificada com o intuito de perceber as diferentes representações sobre a COOPEROQUE e sobre a sua trajetória de desenvolvimento. Richardson (2008) comenta que “a entrevista é uma técnica importante que permite o desenvolvimento de uma estreita relação entre pessoas”.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

Conforme Baldus e Willens, citados por Pinho (1966, p. 7), do ponto de vista sociológico, “cooperação

é uma forma de integração social e pode ser entendida como ação conjugada em que pessoas se unem de modo formal ou informal, para alcançar o mesmo objetivo”. A Cooperação pressupõe, necessariamente, a liberdade de trabalhar em comunidade.

Segundo Rodrigues (2002), o Cooperativismo, analisado de uma forma doutrinária, é a reunião de um conjunto dogmático de princípios que compõem a doutrina, ou ainda, é um sistema econômico-financeiro que objetiva a transformação e consolidação social. A sociedade cooperativa é a reunião de pessoas para a realização de atividades econômicas em comum por meio de uma organização coletiva e democraticamente controlada, que busca, em conjunto e mediante objetivos comuns, a obtenção de melhorias de condições de vida e de renda dos integrantes do grupo.

O cooperativismo caracteriza-se por ser um sistema “econômico-social” que visa ao bem-estar e à paz social, por meio da defesa dos interesses dos produtores e dos consumidores. Qualquer que seja o cooperado, independente de seu poder econômico e político, tem direito a apenas um voto nas assembleias. As sobras, ao final de cada exercício social, são distribuídas aos cooperados, na razão direta de sua participação na entrega da produção e consumo. Esses fatores tornam o cooperativismo um sistema econômico-social que procura o interesse coletivo da produção e distribuição (PINHO, 2000).

Para Nunes (2003), a prática cooperativista é definida como a unidade essencial, a ferramenta principal da economia solidária. Nesse contexto, o cooperativismo pode ser entendido como o movimento mundial com o objetivo de instituir uma sociedade igualitária, livre e fraterna, por meio da organização social e econômica da comunidade em termos democráticos, para atender suas reais necessidades, remunerando adequadamente o trabalho de cada um dos sócios/cooperados. É o cooperativismo, então, mais uma doutrina, um sistema ou forma de livre associação que, baseado em valores e princípios de autoajuda, busca benefícios socioeconômicos para seus participantes.

Isso é possível porque a cooperativa se organiza por meio de um “acordo voluntário de colaboração empresarial.” Desse modo, os cooperados buscam satisfazer seus interesses econômicos e sociais em uma cooperativa quando verificam que a ação solidária é mais vantajosa do que a ação individual. Valadares (1995) ressalta que o interesse individual jamais é priorizado em detrimento do coletivo, pois cada um tem sua importância na cooperativa.

Com base nas ideias apresentadas, infere-se que é de fundamental importância para a cooperação e/ou para a cooperativa de um modo geral, independentemente de sua tipologia, uma vez que é constituído para atender interesses econômicos e sociais, o delineamento para atender interesses coletivos e administrar interesses individuais. Entretanto, alguns problemas podem ser destacados no tocante às organizações cooperativistas e suas formas de gestão, visto que há várias divergências entre essas formas. Podem-se apontar o oportunismo dos agentes, a rejeição dos cooperados a estratégias de longo prazo,

quando os benefícios não são integrais, limitação de projetos para alcance de recursos próprios e, ainda, a falta de estrutura de controle do negócio.

Situações mais complexas ainda podem ser exemplificadas, mas trabalhando uma gestão eficiente tudo leva a acreditar que a organização está seguindo assim a busca pela melhoria da qualidade de desenvolvimento da cooperativa e de seus associados.

As cooperativas podem ser consideradas organizações com características singulares. Além da intermediação dos coopera; dos com o mercado, sem a presença de terceiros, ela representa a união entre aspectos competitivos e cooperativos dentro de uma mesma organização.

Para analisar as perspectivas das organizações cooperativas é fundamentalmente necessário acompanhar os processos de gestão, as imposições instituídas pelas forças externas. Empreender a gestão é contribuir para a continuidade de atuação destas organizações no mercado. Para que isso ocorra, as organizações cooperativas devem fundamentar-se em boas práticas de gestão, direcionadas pela realização de planejamento adequados e possíveis de serem atendidas, sintonizando-se aos anseios dos seus cooperados.

Fabris (2012), afirma que os impactos causados pelo modelo econômico capitalista modificam as rotinas administrativas exigindo dos gestores a busca por práticas gerenciais mais eficazes. Isto significa que o uso de ferramentas ou modelos de gestão está sendo posto à prova diariamente. Levados pelas tendências atuais de mercado desafiam os modelos mais tradicionais de gestão e a busca pela qualificação e pela profissionalização tem sido constante. O uso de mecanismos fundamentais para o desenvolvimento das instituições, tanto nas relações internas (capital-trabalho), como nas relações destas com o mercado externo (produto-mercado), tem direcionado as organizações de diferentes segmentos.

O SESCOOP (2008) apresenta a ideia de Jank, de que as cooperativas necessitam profissionalizar a gestão, mas ainda existe uma incerteza por parte das cooperativas em diferenciar propriedade e controle. A propriedade, de fato, é dos associados, porém o controle precisa ser exercido por equipes competentes, capazes de tomar decisões no longo prazo baseadas no comportamento do mercado.

Quando está em questão a profissionalização da gestão nas cooperativas, existem dois aspectos importantes: um está relacionado à profissionalização da direção da cooperativa e outro está ligado à contratação de profissionais especializados para auxiliarem no processo decisório dos dirigentes. A necessidade de profissionalização dos dirigentes das cooperativas é uma questão de sobrevivência para o futuro. As cooperativas não podem mais ser administradas por amadores, curiosos ou aprendizes em um mundo em que os negócios estão extremamente complexos (HAAS; REISDORFER, 2012).

Discutindo o modelo de gestão proposto pela legislação cooperativa brasileira Lauschner e

Schweinberguer (1989), observam que ele permite que as pessoas merecedoras de confiança dos associados, que não são necessariamente as mais capacitadas para dirigir e administrar uma cooperativa ou para contratá-la adequadamente ocupem os cargos.

É possível dizer que a complexidade das transformações de mercado exige dos gestores novas habilidades e competências e sabendo que o sucesso das organizações depende essencialmente da qualificação de seus administradores, as cooperativas requerem diretores, gerentes, líderes, enfim, uma equipe administrativa qualificada, capaz de administrar adequadamente a organização da qual faz parte.

A gestão de cooperativas consiste em observar e descrever sobre a lógica interna de funcionamento das organizações. Portanto, gestão cooperativa será o somatório da gestão empresarial e da gestão social destas organizações. Para Fabris (2012), a gestão de modo geral, tanto para pequenas e grandes empresas, quanto para as cooperativas de agroindústria familiar tem se moldado às tendências do cenário global e assume posicionamento conforme a orientação econômica, política, social e ambiental, em consonância da promoção de bens, serviços, pessoas, informações, oportunidades e organizações. Assim, apesar das cooperativas serem organizações diferenciadas das empresas de capital, elas devem implementar estratégias individuais para atuarem com sucesso no mercado competitivo; todavia, devem sempre preservar suas particularidades.

Analisando a gestão empresarial, Oliveira (2011), propõe que a eficiência de uma estrutura organizacional depende da qualidade intrínseca, do valor e da integração das pessoas que são parte integrante da estruturação da cooperativa. Portanto, no desenvolvimento de uma estrutura organizacional eficiente, eficaz e efetiva, devem-se levar em consideração o comportamento, os conhecimentos e a capacitação das pessoas que terão de desempenhar as funções que lhe são atribuídas. O autor continua, afirmando que os principais problemas identificados de gestão das cooperativas são a falta ou esquecimento da educação cooperativa, a falta de cooperação entre as cooperativas, a aplicação de desatualizados, inadequados e centralizados modelos de gestão, o fato de não saber trabalhar com a concorrência, bem como a desagradável confusão entre propriedade de gestão e propriedade da cooperativa.

Em vista disto, o envolvimento de cooperados, funcionários e gestores, favorece na formação do planejamento adequado e ações concretas, a organizações dos processos internos e externo com maior eficácia, o direcionamento e o posicionamento de acordo com as tendências do mercado e, sobretudo, a busca por resultados satisfatórios.

O modelo de gestão proposto por Oliveira (2011) pode ser conceituado como o processo estruturado, interativo e consolidado de desenvolver e operacionalizar as atividades de planejamento, organização, direção e avaliação dos resultados, visando ao crescimento e ao desenvolvimento da cooperativa. O modelo está ancorado em sete componentes que, em sintonia com as funções de gestão como: o planejamento estratégico, a estrutura

organizacional, o posicionamento nos processos diretivos envolvendo a liderança das cooperativas possam contribuir nos processos decisórios e, por fim, a inclusão do processo de acompanhamento através da avaliação.

Sob a ótica administrativa Oliveira (2011) propõe a integração entre as partes, não sendo esta aplicada isoladamente. Necessariamente, os componentes apresentados pelo autor devem ser conhecidos, compreendidos e praticados em todas as esferas hierárquicas das organizações o que, desta forma, integra toda a organização. O autor salienta que vários componentes e partes apresentados no modelo não representam a totalidade dos instrumentos administrativos que os gestores das cooperativas devem considerar, mas são os que o autor considera mais comuns e atualizados nos debates em assuntos em administração. Alguns exemplos de outros instrumentos administrativos que podem ser considerados são: finanças, logística, produção. A extrapolação do modelo e a posterior complementação dos outros instrumentos administrativos a serem considerados dependem da realidade dos negócios da cooperativa a aplicar esse modelo.

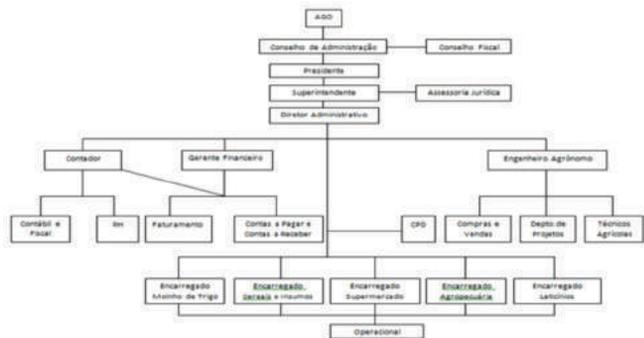
4. RESULTADOS

A cooperativa é uma empresa que pode ser analisada a partir de suas características organizacionais, de capacidade de coordenação de um complexo sistema de relações entre agentes econômicos, os produtores e as cooperativas, cooperativas e distribuidores, e/ou cooperativas e consumidores (BIALOSKORSKI, 1997).

Para Schulze (1987), que trata a estrutura organizacional como estrutura de poder, é montada com o objetivo de permitir que o conjunto de associados possa regularmente apresentar seus problemas e necessidades para definir ou redefinir os objetivos e metas da cooperativa, para que os serviços por ela prestados sejam avaliados, os recursos nela alocados sejam eficientemente empregados nas suas relações sociais e mercadológicas e sua demonstração formal seja feita por meio do organograma.

Ao estudar sobre a estrutura organizacional da Cooperoquete, identificou-se a existência de um organograma organizacional, que é apresentado na Figura 1.

Figura 1 - Organograma da Cooperoquete



Fonte: Cooperoquete (2014)

4.1. MODELO DE GESTÃO DA COOPEROQUETE

Para Oliveira (2011), o modelo de gestão pode ser conceituado como processo estruturado, interativo e

consolidado de desenvolver e operacionalizar as atividades de planejamento, organização, direção e avaliação dos resultados, visando o crescimento e desenvolvimento da cooperativa.

Quanto à gestão adotada pela Cooperativa, para os gestores, o modelo é tradicional, pois a estrutura da gestão é composta pelo Conselho de Administração, Conselho Fiscal e o Presidente, que são eleitos pelos associados em assembleia. O presidente Sr. Otmar Afonso Langer ocupa o cargo de presidente há 20 anos e atua na Cooperativa no dia a dia exercendo suas funções e quinzenalmente reúne-se com o Conselho de Administração. O Conselho de Administração contrata os profissionais para gerenciar os negócios da Cooperativa. Os profissionais contratados ocupam os cargos de Superintendente e Diretor Administrativo e eles são responsáveis por levar os planos de curto, médio e longo prazo para o conselho e esse tem a função de analisar e discutir estas propostas e aprová-las ou não. Os gestores afirmam que na grande maioria das vezes as propostas são aprovadas. O cargo de Superintendente é ocupado pelo Sr. Elmar Strake, “filho do primeiro sócio fundador, Vice Presidente e Diretor Gerente da Cooperoquete”, que atua como colaborador da cooperativa há 53 anos e há 32 anos ocupa o cargo de Superintendente.

A administração da cooperativa é realizada pelo Superintendente e pelo Diretor Administrativo. O Sr. Elmar Strake afirma que além das atividades rotineiras é responsável pelas grandes negociações como a comercialização de grãos, fertilizantes, agrotóxicos e a busca de recursos financeiros, e que aos poucos está delegando algumas responsabilidades dessas atividades ao Diretor Administrativo, Sr. Mauro Resch.

Cabe ressaltar que na COOPEROQUETE, quando são eleitos novos membros do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração através da AGO, a diretoria executiva permanece a mesma. Segundo os dirigentes, essa é uma estratégia para dar continuidade ao desenvolvimento da cooperativa, estratégia que se aculturou à Cooperativa, pois é adotada há 62 anos. A Cooperoquete nunca enfrentou disputa eleitoral ao longo dos seus 62 anos. A diretoria sempre foi eleita por aclamação na AGO. Segundo os dirigentes, “isso é muito bom, pois quando há disputa dentro da cooperativa isso acaba dividindo os associados, e isso não é bom”.

Para os associados, o modelo de gestão adotado pela Cooperativa é satisfatório, pois afirmam que a gestão é séria e transparente. Vários entrevistados citam diversas qualidades profissionais ao Superintendente Sr. Elmar Strake. Assim percebe-se que o mesmo é a referência para os associados na gestão da Cooperativa.

4.2. PERÍODOS ESTRATÉGICOS E EVENTOS

Nesta fase da pesquisa serão identificados, a partir da caracterização histórica da trajetória da organização, os eventos críticos de maior relevância que possibilitaram os resultados alcançados pela COOPEROQUETE. Entende-se por eventos críticos “as mudanças estratégicas de uma organização” (WBATUBA, 2004, 162). Para Sausen (2003), estudar as mudanças pressupõe, então, não apenas adotar um modelo de referência, nem tão pouco procurar unidade e coerência entre modelos, mas, e

principalmente, enriquecer-se no conhecimento de suas diferenças e complementariedades. Considerar a simultaneidade de perspectivas é de fundamental importância para construir o entendimento do real significado da mudança estratégica.

Os eventos críticos levantados foram separados por períodos estratégicos. “O período estratégico é caracterizado por um conjunto de decisões que cria um padrão de comportamento estratégico caracterizado por período” (Wbatuba, 2004 p. 162). Assim, para período estratégico importante será feita uma descrição de eventos críticos que caracterizaram as mudanças estratégicas processadas naquele período. Essa descrição foi possível a partir das entrevistas realizadas pelo pesquisador durante o trabalho de campo.

A seguir reúnem-se em dois quadros os períodos estratégicos que foram definidos juntamente com a alta direção da Cooperativa estudada e os eventos críticos que foram definidos a partir da análise documental e das entrevistas, com seu respectivo ano ou períodos de acontecimento a serem detalhados posteriormente.

Tabela 1 - Períodos Estratégicos

Períodos Estratégicos	Descrição
I – 1951 a 1980	Adaptação e Identidade
II – 1981 a 2014	Estruturação e Consolidação

Fonte: Autor (2014).

Tabela 2 - Eventos Críticos

Eventos Críticos	Ano
1. Fundação da Cooperativa	1951
2. Tentativa de expansão	1959
3. Suínos a base da economia	1951 - 1990
4. Recessão	1970 - 1980
5. Implantação do repasse agrícola	1981
6. Estruturação da Cooperativa	1984
7. Impulso agroindustrial	1993
8. Investimentos em construções e qualidade	1997
9. Fomento à bacia leiteira	2007
10. Agricultura de precisão	2008
11. Prêmio Mérito Empresarial Gaúcho	2013

Fonte: Autor (2014).

Uma vez que a COOPEROQUE tem suas bases voltadas à gestão cooperativa, em sua essência, segundo teve seu significado já detalhado, percebe-se que os períodos não são determinados por sequência cronológica, uma vez que as ações não são limitadas, sobrepondo suas características nesta trajetória, tendo como primeira fase 1951 a 1980, e segunda fase 1981 a 2014. A cooperativa sempre empreendeu estratégias que iam ao encontro de dois componentes da gestão cooperativa (gestão empresarial e gestão social). O que lhe proporcionou desenvolvimento no sentido mais amplo por combinar ações diversas e complementares para desenvolver a organização e a localidade. A seguir serão apresentados os períodos estratégicos da cooperativa.

Primeiro período estratégico: fase de “adaptação” e “identidade” foi voltada à constituição da Cooperoquê.

As ações empreendidas nesse período demonstraram necessidade de buscar a independência comercial. Esse período foi constituído pelos seguintes eventos críticos: fundação da cooperativa, tentativa de expansão, suínos a base da economia e a recessão.

Em 1º de novembro de 1951, 33 agricultores fundaram a Cooperativa Agrícola Mixta São Roque Ltda, na comunidade hoje Vila Santa Catarina. Esses agricultores integralizaram Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), como capital inicial, sob a liderança do Professor Seno Marcos Stracke, seu 1º Gerente. O principal objetivo do grupo era a compra de insumos e venda da produção em comum, para fugir dos intermediários no comércio particular que, na época, já era forte na região.

Em 1960 a cooperativa adota uma estratégia de expansão com a instalação de um Posto de Recebimento de Mercadorias, no município de Roque Gonzáles, que logo após foi transformado em filial. Esta ação que visava o crescimento da cooperativa não teve sucesso e, logo em 1962, ocorre o desmembramento da filial de Roque Gonzáles. Após esta tentativa de expansão frustrada, a cooperativa não demonstrou mais interesse em expandir com novas filiais. Os dirigentes atuais afirmam que a cooperativa não tem intenção de crescer horizontalmente, mas sim verticalmente, sempre prestando mais serviços aos seus associados.

A suinocultura foi a base de sustentação da cooperativa durante várias décadas. Considerada como Alicerce da Cooperativa, a criação de suínos exerceu um papel de grande importância econômica para a região. Atuando nas áreas de fomento, assistência e comercialização, a cooperativa, ao longo desses anos, sempre garantiu insumos básicos e comercialização da produção aos criadores associados que se dedicaram a essa atividade. Atividade que na década de 90 perdeu forças e foi absorvida por grandes empresas, que adotaram o sistema de integração com os produtores, sistema que hoje ainda é adotado pelo setor. Devido a essa condição de mercado, a cooperativa se viu obrigada a buscar outras alternativas, que serão descritas nos próximos períodos. Outro fator importante que lembra a época, foi a construção da 1ª Sede, em 1954, com 402 m², que hoje ainda é utilizada e abriga parte da agropecuária da cooperativa.

As maiores dificuldades, porém foram sentidas na década de 70, com o surgimento das grandes Cooperativas Triticolas, que com suas estruturas faraônicas foram dominando as Cooperativas Agrícolas Mistas de pequeno porte. Nesse período, muitas dessas cooperativas foram incorporadas e outras acabaram encerrando suas operações. Período em que a Cooperoquê relutou para não ser incorporada.

Apesar do período difícil enfrentado pela Cooperoquê, a direção da cooperativa e seus associados nunca deixaram de confiar no desenvolvimento da mesma que conseguiu se manter independente. Nesse período percebeu-se a necessidade de mudança. Era preciso buscar um diferencial. O sistema adotado pela cooperativa atendia as principais dificuldades dos associados, mas isso ainda não era suficiente.

Segundo período estratégico: fase de “estruturação” e “consolidação” caracterizada por ações voltadas ao crescimento da Cooperoque. As diversas ações empreendidas demonstraram a necessidade de articular a organização. Buscar e criar articulação e bases sólidas. Esse período foi constituído pelos seguintes eventos críticos: implantação do repasse agrícola, estruturação da Cooperativa, impulso agroindustrial, investimentos em construções e qualidade, fomento à bacia leiteira, agricultura de precisão de Prêmio Mérito Empresarial Gaúcho.

Percebendo a dificuldade que os produtores rurais enfrentavam na época, em relação ao acesso aos recursos financeiros para cultivar suas lavouras, a direção da cooperativa buscou uma alternativa que realmente suprisse essa necessidade, a direção optou pela implantação do repasse agrícola. Foi uma estratégia que fortaleceu a parceria entre cooperativa e associados, e marca o início da segunda fase da cooperativa.

Com a implantação do repasse agrícola, a cooperativa adotou um sistema que vinculou a venda dos insumos e o recebimento da produção do associado. Com isso, a cooperativa passou a vender mais insumos e receber mais produção. O repasse agrícola é adotado até os dias de hoje pela cooperativa. O agricultor não precisa procurar o banco para efetuar o seu financiamento. Ele vai até a cooperativa e a mesma encaminha sua proposta de financiamento para o banco e a cooperativa é aval de todos os financiamentos contratados neste sistema. Esse período lembra a revolução do campo pela mecanização agrícola e exploração comercial de cereais, caracterizado pelo binômio trigo e soja.

Foi na década de 80 que a Cooperoque mais cresceu e se estruturou para absorver o aumento da produção proporcionada pelo sistema de repasse agrícola adotado pela cooperativa na fase anterior. Esse período registra os investimentos: a cooperativa investiu em assistência técnica através de agrônomos e técnicos agrícolas. Essa estratégia foi fundamental para o desenvolvimento do associado, pois levou até ele conhecimento e tecnologia que refletiram no aumento da produtividade; construção de um escritório novo com 88,53 m², junto à antiga sede; construção de 02 moegas de descarga para cereais e balança de capacidade para 60.000 kg; construção do armazém graneleiro com 1.250 m² e capacidade 120.000 sacas de cereais; instalação do secador de cereais 40kwa, e do posto de recebimento de suínos com 377,3 m²; instalação de 02 silos metálicos e moega com 619 m² com capacidade de 60.000 sacas de cereais; construção da nova Sede Administrativa com 1.464m²; construção de 02 silos metálicos com 390 m² capacidade de 60.000 sacas de cereais; instalação do Supermercado e Magazine junto à Sede Administrativa.

O impulso agroindustrial foi marcado pela construção e instalação do moinho de trigo com capacidade de moagem de 120 mil sacas por ano e registro da patente da primeira marca Farinha Missões. O incentivo dado pela cooperativa e a garantia de comercialização da cultura de trigo, deu um novo impulso num momento em que esse e outros setores foram fortemente penalizados. A política econômica globalizada e a ausência de um plano agrícola regional, praticamente inviabilizaram a cultura de trigo no Brasil.

Para o superintendente da cooperativa,

O moinho proporcionou a nossa região, a posição de região que mais planta trigo, em proporção à área, no Rio Grande do Sul. Devido a nossa política do trigo, a cooperativa garante a comercialização, paga melhores preços pela produção, então isso beneficia toda a região onde a cooperativa está inserida e também para ajudar o produtor se manter na atividade, isso fortalece a comunidade e fortalece o município com o retorno do ICMS quando maior a produção primária, mais retorno para o município de origem”. (Entrevista)

O trigo é uma cultura de inverno e, além de ser mais uma fonte de renda ao associado, ele também tem uma fundamental importância no ciclo de produção do agricultor, pois serve como cobertura de solo e também a sua palha como adubação para o solo que beneficiarão as outras culturas.

Busca pela qualidade e investimento em construções foi marcado pelos investimentos em programa de qualidade e em construções. Importante momento para a cooperativa, pois o trabalho da mesma foi reconhecido por um órgão externo. A cooperativa aderiu ao Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade/ RS em 1997 e, em 1999 a Cooperoque foi congratulada com o Diploma de Distinção ao Mérito, concedido por reconhecimento às organizações que se destacaram.

Em relação às construções, deram-se os seguintes investimentos: instalação de mais 04 silos metálicos com capacidades de 120.000 sacas e mais 02 moegas; cercado e pavimentação dos silos e armazéns área total 10.000 m²; ampliação do Supermercado 432 m²; comemorações alusivas aos cinquenta anos de atividades; construção de garagem para caminhões junto ao moinho (165 m²), cobertura para estacionamento do setor de administração (153,75 m²), cobertura metálica para carga e descarga do Supermercado (72 m²); construção de um depósito de insumos e agrotóxicos (1.265 m²); pavimentação em torno do depósito (3.008 m²); construção de 02 silos metálicos com capacidade para 100.000 sacas de grãos.

O fomento à bacia leiteira surgiu após, confirmada a tendência de centralização do setor suinícola, limitado cada vez mais a poucos produtores e plantéis maiores, o setor de produção primária traça um novo panorama. Produtores que no passado faziam da suinocultura uma atividade paralela à produção de cereais, para completar a renda familiar, estão hoje se estruturando cada vez mais para a atividade leiteira e muitos desses transformaram a produção de leite como atividade principal. A cooperativa acreditou ser esta a atividade capaz de viabilizar a pequena propriedade, evitando o abandono do campo pelo produtor. Baseado nesta tendência, a cooperativa elaborou um estudo técnico de viabilidade econômica, para a elaboração de um projeto de industrialização do leite e traçou metas para os anos seguintes.

Para o início do projeto, foi construída uma plataforma com capacidade para 240.000 litros/dia, para recebimento, resfriamento e após comercialização do leite, e foram adquiridos 03 caminhões/tanque Mercedes

Benz novos para coleta de leite e 02 camionetes VW Saveiro para o departamento técnico.

Para o associado produtor de leite a cooperativa iniciou um projeto de assistência técnica para o fomento da atividade leiteira. Esse projeto é pioneiro no estado do Rio Grande do Sul e iniciou com a participação de 40 produtores. O projeto oferece assistência técnica gratuita para os produtores. No primeiro ano da implantação deste projeto, conseguiu-se aumentar em 100% a produção leiteira. Além deste aumento da produção, também aumentou a qualidade. Além da assistência técnica aos associados produtores da cooperativa, a cooperativa presta assistência em projetos, que visem à compra de implementos, ordenhadeiras, resfriadores e auxilia na busca de financiamentos com juros e condições mais acessíveis. Atualmente o leite é comercializado com a CCGL. As obras de instalação da indústria de processamento de leite serão iniciadas neste ano de 2014, conforme relato da direção da cooperativa.

A Cooperoque, percebendo a necessidade de aumentar a produção agrícola e adequar a o produtor associado às novas tecnologias proporcionadas pelo mercado, inicia um novo projeto, projeto de implantação da agricultura de precisão, tecnologia que permite uma valorização da variabilidade espacial dos atributos do solo e a possibilidade de manejá-lo, visando aumentar a eficiência técnica e econômica do uso de insumos. Para Santi (2012), a utilização do conjunto de tecnologias da agricultura de precisão deve ser vista como uma moderna técnica de gerenciamento dos atributos do solo em uma determinada área, fornecendo subsídios para o adequado aprimoramento do manejo e maximização da eficiência dos recursos produtivos, alicerçado no manejo localizado e no respeito à variabilidade existente no campo.

A cooperativa adotou o sistema de agricultura de precisão completo. Ela disponibiliza para seus associados a coleta e análise de solo, faz o mapeamento da lavoura, disponibiliza um caminhão especial (Twitter), que distribui os corretivos para o solo. Outro caminhão distribui calcário, todos esses serviços sem custos aos associados. A cooperativa também realizou uma parceria com Bayer Leva onde foram realizados investimentos de R\$ 2.108.000,00, com a implantação de um sistema de tratamento de sementes. Esse é um sistema inovador para proteção contra pragas e doenças que resulta em qualidade na produção de trigo, milho e soja.

Outros investimentos importantes realizados no período: instalação de sistema de climatização em todo prédio da sede; aquisição e instalação de mais 01 secador/cereais Joscil e tombadores de cereais para carretões e caminhões; aquisição de 02 geradores de energia mais potentes; construção de casa de máquinas para gerador de energia em anexo à agropecuária; construção do depósito de tratamento de sementes em anexo à área do calcário; construção de 06 silos de concreto armado com capacidade de 350.000 sacas de grãos; construção de um prédio com balança para pesagem de caminhões no setor de laticínios; aquisição de um caminhão para coleta e um silo para armazenagem de leite com capacidade de 50.000 litros; aquisição de um caminhão com basculante graneleiro bi trem; construção de uma moderna unidade de recebimento/armazenagem de cereais em substituição

ao antigo armazém graneleiro (demolido), com tombador para carretas, novo secador, gerador, transformador, máquina de limpeza, tulhas, elevadores e sistema de captação de partículas e resíduos. Os gestores afirmam que a Cooperativa criou uma equipe própria de construção, devido às constantes obras.

Para coroar a trajetória desta Cooperativa sexagenária, no dia 03 de julho de 2013 a Cooperoque recebe em Novo Hamburgo – RS o Prêmio Mérito Empresarial Gaúcho 2013, concedido às empresas que se destacaram em seu segmento em 2012, no cenário estadual. As empresas participantes são avaliadas por critérios como a condição financeira, histórico de contribuições sociais e fiscais e ação dos gestores. São também consideradas as ações regionais de apoio a questões sociais e ambientais, com destaque ao fortalecimento dos agricultores em suas propriedades.

Sobre a conquista do prêmio os gestores afirmam que o mesmo veio coroar um trabalho que é resultado do respeito e aplicação dos valores da cooperativa, “trabalho, credibilidade, honestidade e prudência”.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse artigo que foi “analisar o modelo de gestão cooperativista adotado pela Cooperoque e sua influência na sustentabilidade dos associados”. Para tanto, conclui-se que o modelo de gestão na cooperativa que é composto pelo conselho de administração, presidente, vice-presidente, superintendente e diretor administrativo. O conselho de administração se reúne quinzenalmente, juntamente com a diretoria executiva, para discutir as propostas apresentadas pelo superintendente e pelo diretor administrativo, que são profissionais contratados pela cooperativa para administrá-la. As grandes negociações como a comercialização de grãos, compra de fertilizantes e captação de recursos financeiros estão centralizadas no superintendente que atua há 32 anos na função e afirma aos poucos estar delegando alguns negócios importantes ao diretor administrativo. Para os associados, o modelo de gestão utilizada pela cooperativa tem sido de fundamental importância para o desenvolvimento da mesma, pois parte significativa dos entrevistados tangerem elogios aos gestores. Quanto à forma de planejamento utilizada pela cooperativa pode-se observar que o método adotado é através da realização de reuniões semanais com a presença do presidente, secretário, superintendente e diretor administrativo em que são discutidos e avaliados todos os aspectos importantes relevantes a todos os setores da cooperativa. Nessas reuniões são propostas as ações a serem tomadas a curto, médio e longo prazo, e posteriormente, muitas dessas serão avaliadas pelo conselho de administração. Pode-se observar que o planejamento em longo prazo desenvolvido pela Cooperoque está basicamente relacionado a investimentos em infraestrutura. Quanto à participação dos associados na tomada de decisão e acesso à direção da cooperativa, percebe-se que a participação no processo de tomada de decisão se dá nas Assembleias Gerais Ordinárias, com a participação de grande número de associados cujos resultados do exercício anterior e planos futuros que requeiram investimentos maiores, são apresentados pela direção e

postos em votação. Ainda sobre a participação dos associados na tomada de decisão, alguns entrevistados contestaram a maneira que a votação é conduzida, pois é utilizada a votação por aclamação e os mesmos acreditam que os associados sentem-se constrangidos a manifestar-se, e defendem que o método de votação ideal seria através do procedimento de contagem e divulgação dos votos. Quanto ao acesso à direção, observou-se tanto pelas declarações dos gestores como dos associados da cooperativa que o acesso à direção pelos associados é facilitado. Deve-se ressaltar que, para a gestão cooperativista, a forma de administração deve ser conjunta, com atuação mútua entre os cooperados. O desenho organizacional deve dar apoio e suporte que as pessoas necessitam para alcançar tanto os objetivos organizacionais como para obter satisfação em seu trabalho. Para auxiliar no processo de gestão é importante que haja interação do maior número possível de associados com a diretoria da cooperativa.

O processo de planejamento na Coopero que é contemplado com planos de curto, médio e longo prazo. Esse, porém, delimita-se a investimentos em infraestrutura, sendo de fundamental importância o desenvolvimento de um planejamento estratégico que envolva a diretoria da Cooperativa e associados. Quanto à sustentabilidade dos associados, pode-se perceber que todas as estratégias adotadas ao longo da existência da Coopero que convergiram na busca pela sustentabilidade dos associados. Portanto, para que as cooperativas promovam a sustentabilidade dos seus associados, entendido como melhoria qualitativa e quantitativa das condições de vida, caracterizado a partir das perspectivas teóricas que o enfatizam como processo, onde os indivíduos se posicionam como sujeitos e não objetos das políticas e ações é essencial que se realize uma gestão cooperativa eficaz, combinando a gestão empresarial com a gestão social.

REFERÊNCIAS

FABRIS, A. J. **Cooperativas da Agricultura Familiar: O caso das cooperativas do território médio alto Uruguai e sua Contribuição para o Desenvolvimento Regional.** (Dissertação de mestrado). Santa Cruz do Sul: UNISC, 2012.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.

HAAS, F. R.; REISDORFER, V. K. **Estudos de casos: Modelos de gestão e políticas adotadas nas cooperativas de produção e comercialização da agricultura familiar na microrregião de Cerro Largo RS – Brasil.** In: II Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo. Porto Alegre, 2012.

LAUSCHNER, R.; SCHWEIBERGUER, G.A. **Eficiencia y eficacia de la empresa cooperativa y estructura de poder.** Perspectiva Econômica, São Leopoldo, v. 24, n. 65, p. 11-26, abr./maio, 1989.

NUNES, R. E. S. de S. **Socioeconomia solidária enquanto alternativa sistêmica.** Revista Âmbito Jurídico, p. 17, nov. 2003.

OLIVEIRA, D. de P. R. de **Manual de gestão das cooperativas: Uma abordagem prática.** 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

PINHO, D. B. **A doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista.** São Paulo: Ed. PIONEIRA, 1966, p.272.

PINHO, D. B. **Gênero e desenvolvimento em cooperativas: compartilhando igualdade e responsabilidades.** ESETec. Brasília: SESCOOP/OCB, 2000.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3. ed. Sao Paulo: Atlas, 2008.

RICCIARDI, L. **Cooperativismo: Uma solução para os problemas atuais.** Vitória: Coopermídia, 1996. 96p.

SAUSEN, J. O. **Adaptação estratégica organizacional: o caso da Kepler Weber S/A.** Ijuí: UNIJUI, 2003.

SESCOOP – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo. **Diagnósticos e Recomendações. Série Desenvolvimento em Cooperativas.** SESCOOP, 2008.

SCHULZE, E. **Estrutura do poder em cooperativas. Perspectiva Econômica,** São Leopoldo, v. 22, n. 59, p. 49-76, jun./dez. 1987.

VALADARES, J. H. **Participação e poder: o comitê educativo na cooperativa agropecuária.** Lavras: UFLA, 1995. 81 p. (Dissertação - Mestrado em Administração Rural).

WBATUBA, B. R. *et al.* **Mudança Estratégica Organizacional: Análise de um período histórico estratégico da Cooperativa Triticola Serrana LTDA – Cotrijui.** In: Desenvolvimento em questão – Revista do programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Gestão e Cidadania. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Ano 2, n.3 (Jan/ Jun. 2006). Ijuí: Editora Unijui, 2004.

REDES DE COOPERATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO ÂMBITO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NOS MUNICÍPIOS MISSIONEIROS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL E SEUS IMPACTOS PARA O DESENVOLVIMENTO

Louise de Lira Roedel Botelho¹
Luciana Scherer²
Ronnie Schroeder³
Jorge Schommer⁴

RESUMO

O presente estudo tem como objeto de análise a Rede de Cooperativas, Associações e Agroindústrias do Território Missões – Rede Missioneira da Agricultura Familiar – REMAF. Essa rede constitui-se como fruto de uma construção social do Território Missões no estado do Rio Grande do Sul, formada por 10 empreendimentos de economia solidária da agricultura familiar, situados em 10 municípios distintos. O objetivo aqui é analisar a REMAF sob a luz da teoria de redes, focando especialmente em redes de economia solidária. A pesquisa pauta-se tanto por esforços epistemológicos – no sentido de entender o conhecimento transitivo sobre redes – quanto ontológicos – no intuito de conhecer a realidade de cada um dos integrantes. Para essa dimensão ontológica, foram realizadas visitas *in loco*, caracterizando uma pesquisa de observação participante, aos 10 empreendimentos integrantes da rede. Com isso, a partir de uma caracterização, foi possível conhecer a realidade, aspectos da história da formação e apontar algumas fragilidades em cada realidade. Consta-se que a REMAF, mesmo apresentando algumas dificuldades em razão de escassez de recursos humanos e financeiros para uma melhor operacionalização, desempenha um papel importante na organização da atuação dos empreendimentos e assume um compromisso significativo com o desenvolvimento regional da Região das Missões, por meio do fortalecimento de empreendimentos da agricultura familiar.

Palavras chave: Rede de Economia Solidária. Agricultura Familiar. Desenvolvimento Regional.

1. INTRODUÇÃO

Crises econômicas nas décadas de 80 e 90 no Brasil culminaram por acentuar na população o surgimento de uma lacuna de desigualdades econômicas e sociais, sobretudo com a tendência da aplicação de políticas neoliberais por parte dos governos. Para sobreviver a essa realidade, a partir de 2000 surgem projetos organizados por comunidades carentes. Esses projetos trazem um novo tom para superar os problemas econômicos e sociais da população, eles assumiram a forma da economia popular.

ABSTRACT

The present study has as object of analysis the Network of Cooperatives, Associations and Agroindustries from Território Missões - Missionary Network of Family Agriculture – REMAF. This network is a result of a social construction of the Território Missões in Rio Grande do Sul, formed by 10 projects of solidarity economy of family agriculture, located in 10 different cities. The objective here is to analyze REMAF in the light of network theory, focusing especially on solidarity economy networks. The research is oriented both by epistemological efforts - in the sense of understanding transitive knowledge about networks - and ontological - in the intuition of knowing the reality of each one of the members. For this ontological dimension, on-site visits were carried out, characterizing a participant observation survey, to the 10 enterprises that are part of the network. With this, from a characterization, it was possible to know the reality, aspects of the history of the formation and to point out some fragility in each reality. It's important to note that REMAF, although presenting some difficulties due to a shortage of human and financial resources for a better operationalization, plays an important role in the organization of the activities of the companies, and makes a significant commitment to the regional development of the Region of the Missions, through the strengthening of family agriculture enterprises.

Keywords: Solidary Economy Network. Family farming. Regional development.

A economia popular passa a tratar temas referentes e fundamentais para pessoas desprovidas de capital possam melhorar sua situação social e econômica. Nesse amálgama a ajuda mútua torna-se uma constante, isso porque a alternativa seria o fato de que alguns membros da comunidade assumiriam o papel de capitalistas e assalariariam os demais. Hipótese que era e ainda é improvável pela falta de recursos. Além disso, comprovado está, na prática, em diversos lugares que o desenvolvimento que combate à pobreza é solidário (SOTO, 2011).

O trabalho em rede de empreendimentos de economia solidária tem por objetivo unir esforços garantindo a produção em escala e a comercialização conjunta para

¹Pós Doutora, Doutora e Mestre em Engenharia e Gestão do Conhecimento (UFSC). Administradora. Docente no curso de Administração e no mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Cerro Largo. coordenadora da ITCEES (Incubadora Tecnossocial de Cooperativas e Empreendimentos Econômicos Solidários) Campus Cerro Largo – RS. Email: louisebotelho@uffs.edu.br

²Doutoranda em Desenvolvimento Regional (Unijuí). Mestrado em Ciências Sociais (PUC/RS). Administradora (UFRGS). Docente no curso de Administração da URI Cerro Largo – RS. E-mail: lucianascherer@yahoo.com.br

³Especialista em Recursos Humanos (FDRH/PUC-RS). Administrador (UFRGS). Servidor Público Federal na Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS. Integrante e do Conselho da Incubadora Tecnossocial de Cooperativas e Empreendimentos Econômicos Solidários da UFFS – ITCEES. E-mail: ronnie.schroeder@uffs.edu.br

⁴Mestrando em Desenvolvimento e Políticas Públicas na Universidade Federal da Fronteira Sul. Administrador pela URI. Docente no curso de Administração da URI Cerro Largo. Email: jorge@agaltur.com.br

negociar diretamente com terceiros. Embora existam essas experiências da atuação em rede, o sucesso depende do desenvolvimento de cada um dos empreendimentos que a formam. O grande desafio é a maneira como eles se posicionam competitivamente no mercado.

Com este trabalho busca-se, a partir de uma realidade social, aprofundar a visão teórica e a prática da economia solidária, abordando a Rede de Cooperativas, Associações e Agroindústrias do Território Missões – Rede Missioneira da Agricultura Familiar – REMAF. Essa rede constitui-se como fruto de uma construção social do Território Missões no estado do Rio Grande do Sul. A presente investigação objetiva conhecer evidências acerca da atuação em rede de cooperativas, Associações e Agroindústrias do Território das Missões e como essa rede solidária impacta no processo de desenvolvimento.

O presente trabalho está dividido em três partes, além dessa introdução e das considerações finais. A primeira discute o referencial teórico sobre as Redes e Redes de Economia Solidária. A segunda aborda os procedimentos metodológicos e a terceira, um referencial descritivo sobre o objeto de análise, a REMAF e seus impactos no processo de desenvolvimento.

As questões teórico-metodológicas pautam-se, principalmente, nos seguintes pressupostos: uma pesquisa interpretativa no sentido de tentar entender as relações entre a REMAF, SEUS ASSOCIADOS E A SOCIEDADE, em relação à formação de uma Rede de Economia Solidária com uma atuação voltada para o desenvolvimento da Região das Missões. A metodologia utilizada foi a das ciências sociais, sendo o estilo qualitativo, com as seguintes técnicas: leitura e análise de documentos e observação participante.

Neste trabalho entende-se que o desenvolvimento é um fenômeno multifacetado, envolvendo a dimensão social, pela inclusão social dos cooperados agricultores familiares no mercado de trabalho, garantindo sua sobrevivência; e na sua dimensão econômica, como membros de uma categoria profissional de trabalho, gerando novos empregos e renda. A atuação produtiva organizada em redes de cooperativas amplia a abrangência dessas dimensões: social e econômica, e permite que o trabalho conjunto anule a ação do atravessador, adquira poder de barganha e negocie diretamente com a clientela. Para isso, este estudo pretende contribuir com a construção da teoria e a formulação prática da constituição e do fortalecimento das redes solidárias.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho adota a abordagem qualitativa de pesquisa por entender que essa abordagem preocupa-se com o mundo real e a realidade dos sujeitos; preocupa-se com o universo de significados, motivos e valores, correspondendo à natureza mais profunda das relações, dos processos e dos fenômenos em um contexto. Além do mais, com a pesquisa qualitativa, podem-se extrair valores, atitudes e significados correspondentes às relações que não podem ser discutidas como variáveis (PRONADOV, 2013).

A pesquisa qualitativa pode ser compreendida como a busca constante de apreender mais detalhadamente e em

profundidade os significados e características evidenciadas nas particularidades das experiências dos sujeitos, tendo em vista estabelecer respostas a aspectos presentes nas relações sociais da sociedade e que não podem ser quantificados. Para tanto, a fim de apresentar os resultados do estudo, quanto à classificação da pesquisa, será descritiva, já que possibilita o melhor entendimento sobre a temática, bem como facilita aos pesquisadores a interpretação dos acontecimentos referentes ao fenômeno estudado.

O caráter descritivo configura-se como o próprio nome diz, busca descrever alguma coisa, função ou característica de algo (MALHOTRA, 2012). O pesquisador apenas transcreve os acontecimentos observados sem interferir neles, bem como investiga, observa e analisa os dados sem alterar; isto é, sem intervenção do investigador (PRONADOV, 2013). Essa modalidade de disposição dos dados que será apresentada no estudo é de suma importância, pois o olhar do pesquisador sobre o objeto de estudo contribui para que se estabeleça uma relação das variáveis que surgem da realidade dos sujeitos da pesquisa e como isso se configura no processo em que se estabelece a relação com o objeto pesquisado.

Os dados foram coletados de fontes secundárias e, através do uso de observação participante, por meio de visita *in loco*, aos empreendimentos cooperados da REMAF e conversas informais junto a membros da diretoria, no período de outubro de 2016 a março de 2017. Essas técnicas – análise de documentos, conversas informais e visita *in loco* foram destacadas no sentido de propiciar um conhecimento baseado em uma perspectiva ontológica, de busca da realidade de cada um dos empreendimentos que compõem a REMAF.

Ressalta-se que a postura metodologia desse estudo é realizá-lo com cuidado, especialmente em relação às generalizações, ou seja, aqui a intenção metodológica é realmente conhecer os casos estudados e aspectos pertinentes das suas realidades para, a partir daí, propiciar a possibilidade de futuramente realizarem-se estudos mais generalizáveis sobre o da formação de redes de agricultura familiar.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1. REDES

A ideia de redes não é nova e apresenta inúmeros significados, e segundo Abramovay (2000), a popularidade do termo rede e sua difusão contrastam com o sentido vago que assume nas Ciências Sociais. Segundo Motta (1999), as concepções desse fenômeno podem levar a crer que uma rede é algo complicado e nebuloso, o que o autor considera equivocado, pois a rede em si seria algo simples. Stern (1979) diz que “uma rede é um construto conveniente para organizar a análise de um grande número de atores ocupados com objetivos similares”. Para Schon (1973), “uma rede é um conjunto de elementos relacionados uns com os outros através de interconexões múltiplas”. Naisbitt (1990), tentando demonstrar a simplicidade da rede, afirmou: “redes são pessoas falando umas com as outras, partilhando ideias, informações e recursos”. Concorda-se que os conceitos de redes podem ser elaborados de forma mais ou menos simplificada, porém a simplicidade

exposta por esses autores reside apenas nos seus conceitos. A complexidade do fenômeno encontra-se nas relações existentes no interior das redes e na forma como pensam os indivíduos. Conforme Jacobi (2000) a maioria das pessoas continua pensando como e considerando-se indivíduos isolados e não como parte de múltiplas redes de interações: familiares, de amizades, de trabalho, recreativas. Essa dificuldade pode mudar através de uma melhor percepção do significado das relações e um melhor entendimento da metáfora de redes, a qual tem se mostrado apta para pensar e construir novas formas de convivência.

A difusão e a diversificação do conceito de redes demonstram que, nas sociedades complexas, existem variados espaços de contato, trocas e intercâmbios sociais e relacionais, que se opõem à ideia de um ator, um indivíduo. A rede, como um emaranhado de relações das quais os indivíduos constituem os “nós”, transforma as ideias sobre sociedade, pois, como afirma Castells (1999), as redes conectam indivíduos, grupos, regiões e organizações.

As redes são movimentos com uma estrutura segmentada, com elos que se tornam mais ou menos explícitos, dependendo do período, e os elos podem tornar-se mais claros e identificáveis em situações de mobilização. Estes vínculos possuem naturezas diversas e são construídos intencionalmente, ou não, e estão em constante interação e transformação (JUNQUEIRA, 2000).

Na rede, o ideal é que os indivíduos busquem compreender e empreender de forma compartilhada, e os objetivos são definidos de forma coletiva, articulando pessoas, seus conhecimentos, problemas e vivências, existindo o respeito às autonomias e às diferenças dos membros, mesmo reconhecendo-se que cada participante possa ter objetivos específicos. As redes vêm sendo idealizadas com um formato participativo, no qual as relações se caracterizam pela não centralidade organizacional e não hierarquização do poder (SCHERER-WARREN, 1997), o que sugere não necessariamente a busca da igualdade, mas o respeito à diversidade cultural, à complementaridade de oportunidades e de conhecimentos e ao pluralismo de ideias.

Motta (1999) lembra que a constituição de uma rede não se dá de forma imediata e estática. É uma construção social e coletiva que se consolida através dos vínculos pessoais e da comunhão de objetivos, que se define à medida em que é realizada. Os membros se motivam a formar a rede a partir do momento que sentem que, combinados de forma coletiva, terão condições mais concretas de alcançar seus objetivos. Assim, ela não é um objetivo em si, mas torna-se um mecanismo, ou uma metodologia para criar as alternativas desejáveis.

Um aspecto importante tem sido colocado de lado nas definições elaboradas de forma mais simplificada: a problemática do poder. Entende-se poder como: “a troca desequilibrada de possibilidades de ação, ou seja, de comportamentos entre um conjunto de atores individuais ou coletivos” (FRIEDBERG, 1996). O poder deve ser entendido como uma relação e não como um bem que possa ser possuído. Na rede, poder é tratado como um dos recursos que cada membro tem a oferecer.

Está claro que as redes têm uma lógica diferente das organizações, já que, como explorado anteriormente, as redes têm um caráter bem mais horizontalizado e descentralizado, no qual os atores atuam de forma coordenada. Isso não implica que a estrutura de rede esteja livre do poder e da dominação. A influência e a importância de cada membro estariam relacionadas à capacidade e aos recursos que cada ator tem para oferecer, que podem ser status e prestígio até recursos mais mensuráveis, como dinheiro e informação (MANDELL, 1990; MARQUES, 1999; JUNQUEIRA, 2000). Alguns autores chegam a afirmar que um dos principais obstáculos para a formação de redes é a redução do poder nas organizações sobre o controle das decisões (ALDRICH, 1979), pois muitos membros não sabem conviver e produzir sem uma estrutura verticalizada, hierarquizada e burocrática.

Elaborando uma síntese das ideias apresentadas, trata-se rede como: uma construção social baseada na ação de membros interligados que se comunicam e interagem na busca de um objetivo ou de uma realização em comum, os quais seriam dificilmente alcançados de forma isolada. A rede é caracterizada pela condição de interdependência das partes, que produzem uma visão compartilhada da realidade, articulam diferentes tipos e recursos e agem de forma, predominantemente, coordenada. Mesmo que as redes sejam analisadas sob uma ótica de pluralismo e equilíbrio, é importante lembrar que recursos de poder estão presentes e que alguns membros têm mais importância que outros, devido ao seu grau de influência e de capacidade para determinar que os objetivos sejam alcançados.

Julga-se que essa definição seria mais completa, já que contempla e combina uma multiplicidade de fenômenos existentes nas redes, não ficando, assim, preso a uma ou duas dimensões desta forma de organização.

3.2. REDES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

A economia solidária para SINGER (2002) é conceituada como uma nova forma de produção, ou seja, uma “outra economia”. Para esse autor, os princípios da Economia Solidária estão pautados na propriedade coletiva, no direito à liberdade individual e no empoderamento coletivo, em que cooperativas e empresas autogeridas são suas unidades básicas de sustentação.

As Redes solidárias, foco deste trabalho, são aquelas que integram empreendimentos que agem de acordo com os princípios da economia solidária. Nessas redes, além dos empreendimentos ligados a ela diretamente para a produção, estão entidades de apoio técnico e financeiro, entidades não governamentais, entidades de ensino superior, etc. essas redes têm por meta ultrapassar as barreiras econômicas dos empreendimentos solidários, fazendo com que se construam pontes de acesso a novas possibilidades de cooperação e intercâmbio com outras unidades produtivas, além de parcerias com distintos setores da sociedade.

Assim, nascem as Redes de Colaboração Solidária (RCS) que, de acordo com MANCE (2002), são uma estratégia para potencializar conexões já existentes e integrar os EES – produção comercialização, financiamento, consumo – e outras organizações

populares em um movimento de realimentação e de crescimento conjunto e autossustentável.

Dessa forma, pode-se definir, para fins deste estudo, que uma rede de EES atende aos princípios da economia solidária e está configurada sob as características de uma rede organizacional horizontal, em que todos os membros integrantes têm igualdade de direitos e deveres, atendem a mecanismos de coordenação social e fundamentalmente atendem às demandas da qualidade de vida e de desenvolvimento humano (SOTO, 2011).

4. ANÁLISE DE RESULTADOS: A REMAF e o Desenvolvimento Social e Econômico das Missões

A Rede de Cooperativas, Associações e Agroindústrias do Território Missões – Rede Missioneira da Agricultura Familiar – REMAF é uma construção de Economia Solidária social na Região das Missões, no Estado do Rio Grande do Sul. O processo de idealização da REMAF iniciou-se entre 1999 e 2002, no período do Governo Olívio Dutra, com a construção de algumas políticas públicas afirmativas para agricultura familiar. A principal política nesse sentido foi o programa RS RURAL, fruto de acordo de empréstimo do Estado do Rio Grande do Sul com o Banco Mundial – BIRD com o objetivo combater a pobreza, a degradação dos recursos naturais e o êxodo da população rural do Estado do Rio Grande do Sul, melhorando sua qualidade de vida e sua capacidade produtiva. O foco principal era promover ações integradas de infraestrutura familiar e comunitária, geração de renda e de manejo e conservação dos recursos naturais. A partir dessa experiência, aliada à extensão rural focada na pequena propriedade e na agroecologia, fomentou-se, na Região das Missões, diversas iniciativas de produção e alimentos, agregação de valor e organizações associativas e cooperativas. Esse processo ganhou força, ainda, nas políticas do governo federal a partir de 2003, através dos Programas Fome Zero e o Programa de Aquisição de Alimentos e a Política de Desenvolvimento Territorial, reconhecendo a Região das Missões como território de identidade rural para a agricultura familiar.

Os Empreendimentos da Economia REMAF dispõem hoje de 11 pontos diretos de comercialização da agricultura familiar, feiras de produtores e serviço do café colonial missioneiro. A rede que compõe a REMAF por meio das 10 cooperativas associadas possui cerca de 1000 associados, o que demonstra o potencial de capilaridade dessa rede em termos de alcance regional junto a atores da agricultura familiar da Região das Missões.

Após a visita aos empreendimentos associados à REMAF, análise de documentos disponibilizados, aliada a conversas informais com membros da diretoria da REMAF procede-se uma descrição dos mesmos, a fim de entender o mundo real e a realidade dos sujeitos envolvidos nesse processo de construção de uma rede de empreendimentos de economia solidária, que serão apresentados na sequência desse texto.

A APAM - Associação de Produtores e Artesãos Missioneiros, localiza-se no município de Santo Antônio das Missões/RS. Essa associação foi fundada em 2007 e possui 50 sócios, sendo que 45 são atuantes na

associação e a maioria deles é composta por mulheres. Os sócios caracterizam-se como pequenos produtores rurais, sem carro próprio, dependentes de ônibus para transportar seus produtos e que antes da APAM possuíam dificuldades para comercializar seus produtos. A APAM conta com parceria da Prefeitura Municipal de Santo Antônio das Missões, que viabiliza o repasse de um valor fixado em 01 salário mínimo para custos de pagamento de funcionário para atender no ponto de venda. Os produtos que comercializa caracterizam-se pela especificidade, considerados como únicos e diferenciados, como a “farinha de cachorro”, o café de inhame e a morcilha preta.

Uma das dificuldades enfrentadas pela associação em relação à comercialização dos produtos é a falta de regularidade na sua oferta, ocasionando na perda de clientes. Outra questão identificada é em relação a não padronização dos produtos, que se estão sem rótulos e sem embalagem adequada para uma boa apresentação.

Na visita *in loco* foi possível denotar que os produtos possuem demanda, sendo a agricultura familiar visada como uma possibilidade real de consumo agricultura familiar é visada, porém os agricultores necessitam de mais assistência, apoio e organização para conseguirem criar produtos e manterem estoque. Muitos sócios reconhecem os benefícios financeiros gerados pela APAM, sendo que se identifica uma relação importante com o programa de fornecimento de merenda escolar municipal, que é responsável por boa parte da receita da associação, trazendo possibilidades econômicas para os associados. Um aspecto que chama atenção é o fato de a associação contar com poucos jovens em seus quadros de sócios; porém, já demonstrou ter identificado o fato e almeja um aumento no número de jovens da agricultura familiar que venham a integrar a APAM.

A COOPACEL - Cooperativa de Produção e Comercialização da Agricultura Familiar de Cerro Largo localiza-se no município de Cerro Largo/RS e conta com um total de 64 sócios; destaca-se por ser o único empreendimento que possui dois pontos de vendas: um no centro da cidade e outro próximo ao pórtico de entrada do município, na BR 392.

Na visita *in loco* dos dois pontos de venda, percebeu-se uma variedade bastante grande dos produtos da agricultura familiar: pães, laticínios, embutidos, frutas, legumes, geleias, conservas, etc. Uma das percepções foi a falta de rótulos e embalagens padronizadas para imprimir uma melhor apresentação aos produtos ali comercializados. Identificou-se, também, no momento da observação, que existem questões em relação à regularidade da oferta de produtos na Cooperativa, já que alguns clientes chegaram para adquirir um item específico e não o encontraram. Isso remonta a necessidade de realizar um trabalho com os sócios da cooperativa, tratando de questões a respeito de confiabilidade e oferta regular de produtos à COOPACEL, estimulando os sócios a venderem seus produtos no mercado da cooperativa, criando uma relação de confiabilidade com os clientes.

A Coopacel também possui uma relação importante no fornecimento de insumos para a merenda escolar no município de Cerro Largo. Uma oportunidade

significativa para esse empreendimento é a parceria com o restaurante universitário da Universidade Federal da Fronteira Sul *campus* Cerro Largo/RS, que possui uma demanda diária de, em média, 500 refeições.

A COOPAF - Cooperativa dos Agricultores Familiares de São Miguel das Missões - localiza-se no município de São Miguel das Missões/RS e foi fundada em 2006, a partir da necessidade de regularização das atividades oriundas das agroindústrias familiares do município. Hoje, integram a cooperativa 56 sócios, mas nem todos são atuantes na comercialização de produtos no dia a dia do empreendimento, sendo que alguns participam das feiras ali promovidas.

Os produtos comercializados são diversificados: leite, o queijo colonial, iogurte, mandioca, frango, pães e hortifrúti. Esse último item notou-se apresentar uma limitada variedade de culturas; como causa, constatou-se que existe uma dificuldade na obtenção de assistência técnica no município para esse tipo de cultivo, o que acaba influenciando na oferta final desses produtos. É importante destacar que a COOPAF conta com uma agroindústria de frango, uma de laticínios e uma de embutidos (que está se adequando às legislações pertinentes).

As dificuldades enfrentadas pela cooperativa, observada na visita *in loco* e em conversa informal com a diretoria da mesma, é destacada em dois aspectos principais: a regularidade da produção e a falta de assistência técnica. A maioria dos sócios identificou-se no perfil dos mesmos, é de maioria composta por pessoas de meia idade que não possuem formação técnica ou superior; portanto, não dominam outras técnicas de plantio, precisando de ajuda para plantar e manter culturas diversificadas, o que realmente afeta a variedade e quantidade de produtos disponibilizados para comercialização pela cooperativa.

A COOPAF Vida Nova - Cooperativa dos Produtores da Agricultura Familiar Vida Nova Ltda. localiza-se no município de Salvador das Missões/RS, e foi fundada em março de 2007 contando hoje com 87 sócios – pequenos agricultores, sendo que 45 são identificados como mais atuantes na cooperativa. Esses sócios são pessoas com idade em torno dos 50 anos e uma das preocupações explicitadas pela diretoria da cooperativa no momento da visita *in loco*, diz respeito a sua continuidade ao longo do tempo, já que quase não possui associados considerados “jovens”.

Outro aspecto denotado diz respeito à legalização das pequenas agroindústrias (familiares), já que muitas das pequenas unidades não têm condições financeiras suficientes de se adequarem à legislação vigente, deixando de produzir.

Em relação aos produtos comercializados, a oferta é bastante diversificada, diversos tipos de produtos. Um ponto muito positivo observado é que a COOPAF exercita um tipo de segmentação de produtos agroalimentares entre os sócios, com o objetivo de que cada um ofereça um tipo diferente, com regularidade. Os produtos principais vendidos pela cooperativa são o frango, a rapadura, queijo, salame, derivados de carne no geral. A cooperativa já se estruturou em relação à

importância de embalagens e rótulos padrão, possuindo ambos nos produtos comercializados.

A cooperativa conta com o apoio da prefeitura municipal e da Emater/RS, que acompanham com assessoria técnica nas questões pertinentes à produção e comercialização de produtos da agricultura familiar.

A COOPARTE- Cooperativa Agroindustrial de Artesãos Ltda. - localiza-se no município de São Luiz Gonzaga/RS e foi fundada em 2007. Hoje conta com 64 sócios, em que 30 deles são identificados como atuantes no fornecimento de produtos a serem comercializados pelo empreendimento. A maioria dos sócios vive da agricultura familiar, comercializando seus produtos no Quiosque da cooperativa e para o governo estadual e municipal e, nesse contexto, também se identificou uma relação importante com o fornecimento de produtos para programa de merenda escolar.

Os principais produtos da COOPARTE são os panificados (bolo, bolacha, pão) e produtos hortifrúti. Fazem parte da cooperativa pequenas agroindústrias de panificados (Quitutes, Marizete e Dona Lara) legalizadas e aptas a venderem seus produtos para fins da merenda escolar. Uma percepção dentro da cooperativa é que falta diversidade de produtos ofertados, o que poderia ser resolvido com mais sócios ou maior organização entre os sócios, já que um acordo entre os sócios, para que cada produtor ofertasse pelo menos um produto diferente, seria uma solução viável.

A COOPERBUTIÁ- Cooperativa Agrícola Butiá Ltda.- localiza-se no município de São Pedro do Butiá/RS, foi fundada em 2001. O quadro de associados conta com cerca de 400 sócios, sendo que 200 deles são atuantes na cooperativa, sendo esse o maior empreendimento de economia solidária integrante da rede.

A cooperativa começou desenvolvendo uma linha de leite para que os sócios tivessem um posto próprio de coleta e, em determinado momento da atuação da cooperativa, os associados chegaram a recolher em torno de um milhão de litros de leite em um mês. Essa atividade não teve continuidade devido a problemas internos e estruturação da produção; por isso, deixou de trabalhar com esse nicho de mercado. Após esse episódio, a cooperativa voltou suas ações para o Programa de Aquisição de Alimentos, o que propiciou ajuda aos agricultores a organizarem sua produção. Assim, os sócios vendiam seus produtos (hortifrúti, panificados, derivados do leite, embutidos, outros) no mercado da COOPERBUTIÁ. Um aspecto interessante observado, que pode ser destacado como uma ação de fortalecimento da rede entre a cooperativa e os cooperados, é o fato de que, assim como os cooperados aferiam renda na comercialização de seus produtos, os mesmos gastavam, segundo relatos da diretoria cerca de 50% de seus ganhos na própria cooperativa, retornando a renda para a mesma.

A Cooperativa enfrentou sérios problemas, sendo o maior e mais desafiador, uma quebra no seu caixa, no ano de 2006 e os sócios, em conjunto com a diretoria, decidiram parar suas atividades de comercialização até reestruturarem suas capacidades de fluxos de contas a pagar /contas a receber. Esse fato

não significou a extinção da COOPERBUTIÁ; ao contrário, a cooperativa existe e conta com seus sócios. Segundo informações da atual diretoria, obtidas em conversa informal quando da visita *in loco*, os mesmos consideram a retomada das suas atividades, voltando com seu mercado e comercializando novamente, mas ainda sem previsão de início das atividades.

A COOPERG- Cooperativa de Produção e Comercialização da Agricultura Familiar de Roque Gonzales localiza-se no município de São Luiz Gonzaga/RS e foi fundada em 2005. Com recursos do Programa Nacional da Agricultura Familiar – Pronaf, os sócios conseguiram construir um ponto de comercialização dos seus produtos em 2005, o que hoje se constitui em supermercado que comercializa os produtos da agricultura familiar.

Segundo observado, com outros projetos aprovados em favor da cooperativa, os sócios conseguiram produzir mais, crescendo como agricultor e como produtor de grande escala. Assim, à medida que os projetos foram dando resultado e os sócios começaram a lucrar com seus produtos, eles foram adquirindo confiança na COOPERG e estimulando outras pessoas a se associarem. Atualmente, a cooperativa conta com mais de 200 sócios. Cerca de 70 são atuantes.

O diferencial da COOPERG é que seu mercado não conta com produtos somente da agricultura familiar, sendo que a cooperativa tem um mercado com outros tipos de produtos. Essa foi uma tática adotada pela diretoria com o apoio dos sócios, pois eles creem que um estabelecimento completo, com vários produtos, atrairia mais clientes, já que “a maioria das pessoas prefere poder comprar tudo que precisa em um local, em vez de ter que ir a vários”, segundo a explicação do presidente da cooperativa, o sr. Jorge Luis Luft Scheeren. Ainda, de acordo com o presidente da COOPERG, é esse diferencial que sustenta a organização e dá fôlego para os associados, o que eles acreditam ser fundamental para que a cooperativa consiga se manter sozinha.

Um ponto observado que pode ser destacado como uma melhoria a ser realizada no empreendimento é uma maior oferta de produtos hortifrúti, com mais variedade de culturas, sendo apresentadas em embalagens com o rótulo da cooperativa. Isso consistiria em um avanço em relação à qualidade dos produtos coloniais ofertados, já que eles são o diferencial do mercado e o foco dos cooperados.

A COOPADEN - Cooperativa de Produtores Agroindustriais e Artesãos de Dezesseis de Novembro Ltda., localizada em Dezesseis de Novembro, foi fundada em 2005, com 20 associados e já conta hoje com 32. Os principais produtos comercializados são oriundos da agricultura familiar, como pães, bolachas, melado, queijos, entre outros.

Observou-se que os produtos não possuem embalagens padronizadas, tampouco estão rotulados com uma marca da cooperativa. Existe certa diversificação na oferta de produtos, mas essa ainda pode ser trabalhada no sentido da regularização de entregas, com o intuito de fortalecer a confiança do consumidor que procura a cooperativa como opção de compras desses produtos.

A COOPASA - Cooperativa de Produção Agroindustrial de Santo Ângelo Ltda. – está localizada no município de Santo Ângelo - RS e foi fundada em 2003. Conta hoje com 81 sócios. Esta cooperativa é responsável pela fabricação de produtos derivados do leite (área de processamento do leite e derivados).

O principal ponto a ser destacado é que a cooperativa não possui uma oferta diversificada de produtos, focando apenas nos produtos acima mencionados. Isso acaba gerando uma dependência em relação a um único tipo de produto e também de associados.

A COOPERMISSIONEIRA- Cooperativa Missioneira de Agricultores e Artesãos, situada em São Nicolau - RS, foi fundada em 2007 com 29 associados. Hoje, conta com 40 associados em sua rede de atuação.

Os principais produtos são hortifrúti, oriundos da agricultura familiar do município. É possível observar uma pequena variedade de produtos, o que acaba comprometendo a atuação como um todo, pois com uma oferta tímida, a demanda também acaba diminuindo, já que os consumidores acabam procurando outros locais para a aquisição desses produtos. Ainda, a apresentação dos produtos e a forma como estão expostos é outra questão a observar. Os produtos, em sua maioria, estão expostos em caixas, alguns no chão, e não estão acomodados em embalagens apropriadas. Os produtos também não possuem rótulos. Essa apresentação certamente influencia no resultado da cooperativa como ponto de comercialização de produtos da agricultura familiar.

As informações destacadas anteriormente, obtidas com a técnica de observação participante por meio das visitas aos empreendimentos de economia solidária integrantes da REMAF estão sintetizadas na figura 1.

Figura 1 – Empreendimentos integrantes da Rede

EMPREENHIMENTO	LOCALIZAÇÃO	NÚMERO DE SÓCIOS
APAM Associação de Produtores e Artesãos Missioneiros	Santo Antônio das Missões - RS Rua Ricardo Sant'ana de Godoy, s/n. Trevo de Acesso	50
COOPAFACEL Cooperativa de Produção e Comercialização da Agricultura Familiar de Cerro Largo	Cerro Largo - RS Rua Sen. Pinheiro Machado, nº 603 sala B - Centro	64
COOPAF Cooperativa dos Agricultores Familiares de São Miguel das Missões	São Miguel das Missões - RS Av. Borges do Couto, 600, Centro	56
COOPAF Vida Nova Cooperativa dos Produtores da Agricultura Familiar Vida Nova Ltda	Salvador das Missões - RS BR 392, KM 668 S/N	87
COOPARTE Cooperativa Agroindustrial de Artesãos Ltda	São Luiz Gonzaga - RS Acs Barão 285 Km 569 - KM 569 - Subúrbios	64
COOPERBUTIÁ Cooperativa Agrícola Butiá Ltda	São Pedro do Butiá - RS Rua Dr. Eugênio Frantz, nº 530 - Centro	400
COOPERG Cooperativa de Produção e Comercialização da Agricultura Familiar de Roque Gonzales	Roque Gonzales - RS Rua Pe. José Anchieta, nº 27 Centro	200
COOPADEN Cooperativa de Produtores Agroindustriais e Artesãos de Dezesseis de Novembro Ltda	Dezesseis de Novembro - RS Rua 8 de Maio, nº 1000	32
COOPASA Cooperativa de Produção Agroindustrial de Santo Ângelo Ltda	Santo Ângelo - RS Rua Marques do Herval, nº 1184, sala 2, Centro	81
COOPERMISSIONEIRA Cooperativa Missioneira de Agricultores e Artesãos	São Nicolau - RS Rua Prof. Ma Seggiano Hoffman, nº 35 Centro	40

O ramo de atuação das empresas que participam da REMAF volta-se aos serviços e venda de produtos oriundos da agricultura familiar e economia solidária. O papel da REMAF no processo de desenvolvimento da Região das Missões está bastante atrelado ao entendimento da construção de uma rede de economia solidária. A atuação dessa rede, por meio da REMAF,

está atrelada a ações que visam o desenvolvimento regional no território das Missões e as principais ações oferecidas aos empreendimentos consistem em assessoria quanto ao planejamento estratégico, orientação técnica (formalização das agroindústrias da agricultura familiar, por exemplo), projetos de vendas (para reunir os documentos necessários à venda de merenda escolar) e mobilização para as feiras.

Atualmente a REMAF é representada por Maria Lisiane Quevedo Cunha e possui instalação física de apoio no Laboratório da ITCEES (Incubadora Tecnossocial de Cooperativas e Empreendimentos Econômicos Solidários), localizada na unidade seminário da UFFS, campus Cerro Largo. Uma grande e importante questão sobre a relação da REMAF junto aos seus empreendimentos integrantes é pensar em alternativas para que em longo prazo os seus sócios possam desenvolver nas diversas dimensões: social, cultura e econômica. Vale ressaltar que conforme se amplia a rede, é o mercado consumidor dos produtos das cooperativas, associações e agroindústrias que também encontra espaço para crescimento.

A REMAF vai ao encontro dos seus clientes, mas sem políticas públicas de apoio à economia solidária e à agricultura familiar os clientes terão de ir ao encontro da rede. A inovação no serviço prestado pela rede se dá no sentido de buscar vencer obstáculos de forma conjunta e futuramente trabalhar com compras coletivas, com o grupo se fortalecendo como rede. O mercado que engloba a REMAF ainda não se encontra consolidado, porém é um mercado crescente, com grande demanda de produtos orgânicos e com grande potencial para continuar crescendo, uma vez que cada vez há mais consumidores desses produtos.

A atuação da REMAF trabalha para aumentar sua participação e de seus empreendimentos integrantes no mercado através do planejamento de uma logística organizada e uma oferta constante de produtos. Constata-se que, através da rede e da cooperação e entre associados, consegue-se abastecer seus consumidores, como nos programas de alimentação escolar dos municípios, nos mercados e outros pontos de vendas e na atuação pioneira junto ao Restaurante Universitário da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Para o seu consumidor, a organização produtiva (ajudar aos agricultores a entrarem no mercado) e a organização do mercado são os fatores que os estimulam a participar da rede. Nesse sentido, uma dificuldade enfrentada pela REMAF é destacada no sentido de haver uma certa impaciência por parte dos associados para que a REMAF consiga sanar suas demandas. Outra dificuldade encontrada pela rede e também nas cooperativas é a falta de jovens trabalhando com a agricultura familiar, devido à evasão do campo. Para os empregados, fornecedores, sócios e comunidade em geral, é importante a credibilidade e seriedade no trabalho desempenhado pela diretoria da REMAF.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No atual contexto em que a globalização e as mudanças ocorrem de forma rápida, a REMAF tem atuado como integradora, por meio de 10 empreendimentos de

economia solidária, os quais possuem uma grande capilaridade em seus respectivos municípios, junto aos atores da agricultura familiar. A cooperação entre as empresas pode trazer uma alavancagem para esses empreendimentos e para os municípios em que estão inseridos. Sabe-se que em uma rede todos os atores envolvidos têm o objetivo específico e certamente tentam impor tais objetivos aos demais integrantes e à própria figura da REMAF (que aqui transita como um ator central de coordenação). Isso não compromete a rede, já que mesmo a teoria admite que os interessados tenham cada um seu objetivo específico e tentam barganhar conforme seus recursos para atingi-lo. Embora cada um possa ter seu objetivo, o importante é construir uma situação em que todos estejam reunidos em prol de um objetivo maior: o desenvolvimento da Região das Missões por meio do fortalecimento da agricultura familiar.

Esse estudo possibilitou uma nova verificação da realidade da região, por meio da tentativa do conhecimento da realidade dos envolvidos: todos os empreendimentos de economia solidária foram visitados *in loco*. Os pesquisadores desenvolveram um olhar bastante voltado para o entendimento da situação atual na qual os mesmos se encontram. Olhares analíticos quanto aos produtos disponibilizados, quanto à apresentação dos mesmos, quanto às possíveis percepções dos consumidores finais em relação à maneira como os empreendimentos posicionam-se junto ao mercado.

Fica claro que, dentre os 10, existem disparidades e níveis de maturidade diferenciados. Mas isso é inerente de qualquer realidade social e, portanto, da atuação de empreendimentos atuando em rede. Alguns, mais desenvolvidos, com uma parceria bem construída com os produtores, com uma oferta diversificada e constante, com boa apresentação dos produtos, destacam-se em relação a outros que ainda apresentam condições bastante fragilizadas nas relações com os associados, com a obtenção de produtos e, principalmente, na disposição e apresentação dos mesmos para o consumidor final.

Essas fragilidades devem servir como os pontos a serem tratados, tanto no âmbito da Rede, como no âmbito específico do empreendimento. A rede propicia a oportunidade de atuar na coletividade, organizando as demandas e as questões a serem trabalhadas. Essas oportunidades podem ser verificadas na possibilidade de encaminhamentos de solicitação de projetos e convênios com governos municipais, estaduais e federais, no sentido de captação de recursos para a viabilização das ações necessárias. As questões referentes à apresentação de produtos, embalagens, rótulos e marcas específicas dos empreendimentos podem constituir-se em uma ação a ser trabalhada junto a programas de qualificação e desenvolvimento de governos nas diversas esferas. Para tanto, a principal sugestão nesse sentido é o investimento em capacitação de recursos humanos para a elaboração de projetos e atuação em processos de captação de recursos públicos por meio de convênios. Outro ponto importante a ser trabalhado é a relação entre o ponto de venda e os produtores associados, com vistas tanto à diversificação de produtos como a regularidade da oferta, para que o consumidor final sinta confiança no

empreendimento como um possível ponto de venda para os produtos a serem adquiridos.

Fica claro que a atuação da REMAF na Região das Missões, mesmo com suas limitações em relação a questões de recursos humanos e financeiros, constitui-se como um processo legítimo de integração e de fortalecimento da agricultura familiar com vistas ao desenvolvimento local e regional. Em uma região em que a agricultura familiar representa parte importante do PIB, atuar no sentido de melhorar, fortalecer e enriquecer as possibilidades dessa produção é uma estratégia bastante promissora, que deve estar engajada com os mais diversos atores da sociedade: a esfera pública, em todos os níveis; a sociedade como um todo, tanto no papel de consumidora, como de produtora na agricultura familiar da região missioneira.

Assim, constatados fatos, dificuldades e fragilidades dos envolvidos é necessário buscar causas, novos conhecimentos e maiores entendimentos acerca dessa realidade. Conhecer os desafios da formação de uma rede de empreendimentos da agricultura familiar, faz-se muito importante para o caminhar no sentido de superação de barreiras, de preconceitos, dificuldades quanto à operacionalização dos empreendimentos. Esse é um dos desafios lançados nesse estudo. Embora não seja tarefa simples, é importante fazer-se cruzar as fronteiras disciplinares, percorrer técnicas e métodos que possibilitem um olhar multi e interdisciplinar para entender mais esses desafios das formações de rede e do fortalecimento da agricultura familiar. Posiciona-se aqui que, através de conhecimento, contribui-se para a mudança da realidade.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **A Rede, os nós, as teias: tecnologias alternativas na agricultura**. In Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro; FGV, No. 34, nov 2000.

ALDRICH, Howard. *Organizations & environments*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1979.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede. A Era da Informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FRIEDBERG, Erhard. **O Poder e a Regra**. Lisboa: Piaget, 1996.

JACOBI, Pedro. **Meio Ambiente e Redes Sociais: Dimensões Intersetoriais e complexidade na articulação de práticas coletivas**. In Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro; FGV, No. 34, nov 2000.

JUNQUEIRA, Luciano. **Intersetorialidade, transetorialidade e redes sociais na saúde**. In Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro; FGV, No. 34, nov 2000.

LISBOA, A., **Economia solidária hoje: significado e perspectivas**. In: Texto para Discussão, Universidade de Santa Catarina-Centro Socioeconômico, 2004

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de Marketing. Uma**

orientação aplicada. Tradução de Lene Belon Ribeiro, Monica Stefani. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.

MANCE, E., 2000, **A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual**. Petrópolis, Editora Vozes.

MANCE, E., 2002, **Redes de colaboração solidária: aspectos econômico-filosóficos: complexidade e libertação**. Petrópolis, Editora Vozes.

MANDELL, Myrna. **Network Management: strategic behavior in public sector**. In: GAGE, Robert and MANDELL, Myrna. *Strategies for Managing Intergovernmental Policies and Networks*. New York: Praeger, 1990.

MARQUES, Eduardo. **Redes Sociais e Instituições na Construção do Estado e da sua Permeabilidade**. In Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol 14. São Paulo, out 1999.

MOTTA, Paulo. **A Contribuição da Teoria das Redes (Networking) para o Estabelecimento e a Operacionalização de Programas Participativos**. In: ENANPAD. 19ª ed., 1999.

NAISBITT, Jonh. **Megatrends**. São Paulo: Amaná-Key, 1990.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de, **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**, 2ª Ed., Novo Hamburgo - RS, Associação Pró-Ensino Superior em Novo Hamburgo - ASPEUR Universidade Feevale, 2013.

SCHERER-WARREN Ilse. "Redes e espaços virtuais: uma agenda para a pesquisa de ações coletivas na era da informação". UFSC/PPGSP, Cadernos de Pesquisa, n. 11, jul, 1997.

SCHON, Donald. **Beyond the Stable State**. New York; Norton, 1973.

SINGER, Paul. **A recente ressurreição da economia solidária no Brasil**. SANTOS, B. S. (org.) Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002

SOTO, Magda Martina. **Análise e formação de redes de cooperativas de catadores de materiais recicláveis no âmbito da economia solidária/ Magda Martina Tirado Soto** – Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE, 2011.

A PERCEÇÃO DO CLIENTE INTERNO COMO DIFERENCIAL COMPETITIVO: UMA AVALIAÇÃO DO *ENDOMARKETING* DE UMA INDÚSTRIA DE MANUFATURA

Graciele Klein da Silva¹

RESUMO

Percebem-se atualmente as numerosas mudanças que ocorrem em âmbito comunicacional nas organizações. Dentro de várias características revolucionárias, as empresas necessitam fazer muito mais pelo mundo do que somente produzir bens de consumo. Precisam reconhecer também que os colaboradores inseridos nelas são seres com desejos e necessidades que precisam ser considerados e serem instigados a trabalhar em prol da organização para que todos estejam satisfeitos, inclusive o cliente final. Utilizar a motivação e força humana de dentro da organização para satisfazer o cliente, faz a diferença. E este é o assunto abordado na organização objeto deste estudo, uma empresa de manufatura, em atividade há mais de vinte anos. Deste cenário surgiu o problema da pesquisa: o foco no planejamento de ações de *endomarketing* proporcionará à organização um diferencial competitivo? O objetivo geral deste trabalho foi conhecer a percepção do público interno acerca de variáveis do *endomarketing*. O método de estudo caracteriza-se pelas abordagens dedutiva, qualitativa e quantitativa, com procedimentos descritivos e de estudo de caso. Para a coleta de dados foram utilizadas técnicas de observação, questionário com os colaboradores da empresa e pesquisa documental e bibliográfica. A análise dos dados foi efetuada através das técnicas de análise de conteúdo, Excel para tabulação de dados dos questionários e população e amostra. Os resultados do estudo mostram que a percepção dos colaboradores acerca do conceito de *endomarketing* existe, porém, a empresa possui vários elementos que necessitam ser aprimorados, e muitos em caráter de urgência.

Palavras-chave: *Marketing. Endomarketing. Companhia.*

1. INTRODUÇÃO

É possível perceber nos dias atuais as alterações que ocorrem no mundo corporativo em função das novas tecnologias, facilitando a comunicação e o acesso às informações. Assim como os negócios tiveram alterações, a forma de trabalho também mudou. O trabalho passa a ser mais humanizado, as pessoas não são apenas peças de uma engrenagem. Passam a ser percebidos conceitos muito importantes para a sustentabilidade das organizações; entre eles, está o *Endomarketing*.

Torna-se de exímia importância às empresas analisarem a forma como trabalham o *Marketing* Interno para o primeiro público, seus colaboradores. A empresa objeto deste estudo, localizada em Santa Rosa, na região

ABSTRACT

Nowadays, the numerous changes that happen in communication of organizations are noticed. Within several revolutionary characteristics, companies need to do more for the world than only produce consumer goods. They also need to recognize that the employees that are inside the companies are human beings, with desire and needs and they are instigated to work for the company so that everyone is satisfied, including the end customer. Using human strength within the organization makes the difference. This is a subject addressed in the organization object of this study, a manufacturing company, in activity for more than twenty years. From this scenario, the research problem arose: will the focus on the planning of endomarketing actions give the organization a competitive advantage? In this way, the general objective of this work was to know the perception of the internal public about endomarketing variables. The study method is characterized by the deductive, qualitative and quantitative approaches, with descriptive and case study procedures. Data were collected using observation techniques, a questionnaire with company employees, and documental and bibliographic research. The analysis of the data was through the techniques of content analysis, Excel for tabulation of data of the questionnaires and population and sample. The results of the study show that the employees' perception about the concept of endomarketing is correct, however, the company has many elements that need to be improved, and many as a matter of urgency.

Keywords: *Marketing. Endomarketing. Company.*

nordeste do Rio Grande do Sul, até então não havia desenvolvido atividades diretamente relacionadas ao *endomarketing* com claros objetivos. Atuante no mercado há vinte e um anos, há cerca de dois anos passou a fazer parte de um grupo alemão, mas não teve nenhum planejamento formal que abrangesse o público interno. Entende-se que seu potencial não está sendo totalmente aproveitado, visto que ações de *endomarketing* poderiam engrandecer os objetivos gerais da empresa e pessoais dos colaboradores, motivando-os a se interessar cada vez mais pelos produtos da empresa, podendo assim, chegar a melhorias incontestáveis tanto no processo, como no produto final.

Deste cenário surgiu o problema de pesquisa: o foco no planejamento de ações de *endomarketing* proporcionará à organização um diferencial competitivo?

Então, o objetivo geral deste estudo é conhecer a percepção do público interno acerca de variáveis do

¹Pós-graduada em Gestão de Marketing e Comunicação pela Faculdade Três de Maio – SETREM, e-mail: graci.klein@hotmail.com

endomarketing, e os específicos desenvolver o histórico organizacional relacionado às ações de *endomarketing*, estruturar instrumentos para a coleta de informações e subsídios que possibilitem um melhor entendimento sobre a percepção do público interno acerca de elementos de *endomarketing* a fim estabelecer melhorias neste elemento, apresentar um diagnóstico da situação atual da empresa e relacionar estes aspectos ao atendimento de elementos do *endomarketing*, verificar a possibilidade de enaltecer diferenciais competitivos exclusivos da organização e, por fim, sugerir ações de *endomarketing* para a organização a partir do diagnóstico realizado.

Este artigo possui sua primeira parte apoiada no referencial teórico, de onde foi embasado todo o estudo, conceitos como gestão da comunicação, comunicação interna, cultura e clima organizacional, *marketing* interno, *marketing* externo e instrumentos de um programa de *endomarketing* são abordados. Em seguida, apresenta-se a metodologia da pesquisa, com a abordagem utilizada, procedimentos, técnicas de coleta e de análise de dados. Posteriormente, o artigo possui a apresentação, análise e discussão dos resultados obtidos com a pesquisa, e, finalmente, as considerações finais do estudo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. GESTÃO DA COMUNICAÇÃO

O processo de gerenciamento em uma organização envolve diversos fatores que contribuem com o sucesso ou fracasso de qualquer organização. O papel de um gestor é de exímia importância e requer muitas características cruciais para desenvolvimento da equipe.

Relacionando ao conceito de *Endomarketing*, pode-se verificar a importância de um gestor que, além de administrar conflitos, desenvolve o papel motivacional para a equipe. Conforme cita Santana (2013), talvez essa seja a tarefa mais difícil dentre as atividades do gestor, pois pessoas diferentes sentem necessidades distintas, e suprir necessidades individuais não é nada fácil.

Segundo cita Lucatto (2011), entre as diversas definições de gestão, a mais prática é "ter controle sobre os processos da empresa".

Quando o processo de comunicação é bem gerenciado dentro da organização, a empresa possui colaboradores bem informados, objetivando sempre o conhecimento de todos e esta é uma ferramenta exímia para o andamento do processo como um todo.

2.2. COMUNICAÇÃO INTERNA

Podem-se perceber atualmente os grandiosos reflexos provenientes do acelerado processo de mudanças que as organizações passaram, em função da convergência de um conjunto de fatores da natureza econômica, geopolítica e sociocultural. Em consequência dessas drásticas mudanças, o universo da comunicação também é alterado, tanto por fatores de mercado, quanto por fatores tecnológicos.

Segundo Bueno (2005), pode-se citar vários atributos que se impõem à organização moderna e extrapolam a sua condição de fabricante. São as

condições de trabalho adequadas, remuneração justa, preservação do meio ambiente, valorização da diversidade, oportunidades de realização pessoal e profissional e parceria com os grupos sociais e a comunidade com quem ela interage. Ainda, segundo o autor, esta nova postura fará com que haja também uma nova postura na Comunicação Empresarial, pois ela irá refletir estes novos atributos, incorporando-os em suas ações e estratégias.

Todos estes atributos demonstrarão uma nova postura da comunicação empresarial, pois a organização deverá refletir sobre estes em suas ações estratégicas e as estratégias devem estar vinculadas à cultura da organização.

2.3. CULTURA E CLIMA ORGANIZACIONAL

As organizações, independentemente do tamanho ou ramo em que atuam, possuem cultura organizacional. Assim como as pessoas possuem personalidades diferentes umas das outras, as organizações também possuem estas características que as tornam peculiares e as diferenciam.

Segundo Mendes (2010), a cultura organizacional é um sistema de valores compartilhados pelos seus membros, e isso em todos os níveis. Trata-se de um sistema que diferencia uma organização das demais. Ainda, segundo o autor, trata-se de um conjunto de características-chave que a organização valoriza, compartilha e utiliza para atingir seus objetivos e adquirir a imortalidade.

O clima organizacional faz parte e é criado pela cultura organizacional. Fundamenta-se no ambiente corporativo e é vivido no contexto organizacional, podendo influenciar positiva ou negativamente a produtividade da empresa.

Clima organizacional é um conjunto de propriedades mensuráveis do ambiente de trabalho percebido, direta ou indiretamente, pelos indivíduos que vivem e trabalham neste ambiente e que influencia a motivação e o comportamento dessas pessoas. (CHIAVENATO 1994 *apud* KUNSCH, 2003, p.271-2).

O estudo do clima permite a identificação de indicadores capazes de subsidiar ações de acompanhamento, intervenção e criação de melhorias para a empresa. Através da pesquisa de clima, o corpo gestor terá *feedback* com relação às ações implantadas e ideias a serem realizadas.

Existem alguns fatores internos e externos influenciadores no clima organizacional, citados por Silva (2001 *apud* SUSIN, 2003): comunicação, objetivos, responsabilidade, benefícios, participação, criatividade, liderança, motivação, reconhecimento, padrões de qualidade, dentre outros.

2.4. MARKETING INTERNO

Pode ser considerada uma grande dificuldade para as organizações atualmente conhecer seus valores, sua cultura. Para a empresa tornar-se competitiva, além de entregar produtos de qualidade (esta característica tornou-se uma obrigatoriedade frente à vasta

concorrência), precisa possuir um diferencial, algo que esteja intrínseco, junto a seu DNA. Para que a organização se torne competitiva, é necessário saber exatamente de onde ela vem, quais são seus objetivos e para onde vai, ou seja, conhecer sua missão, visão e valores. Mais do que isto, é necessário que o cliente interno saiba e englobe estes conceitos em seus serviços.

Figura 1 – Marketing visão global



Adaptação de: FERREIRA, 1994, p. 18 (apud ALMEIDA FRANCO e MENDES, 2001, p. 5)

É possível perceber, na figura 1, os fatores que potencializam o alcance do objetivo da organização. O marketing interno, juntamente ao marketing externo, formando o marketing integrado são exímios para que a empresa possa prestar o serviço da melhor forma, alcançando seus objetivos.

A palavra *endomarketing*, segundo Giuliani (2003, apud José e Rosa, 2012), tem origem no prefixo "endo" que significa "ação interior ou movimento para dentro".

O termo *endomarketing* é utilizado no Brasil para designar o marketing interno, para descrever a aplicação do marketing dentro das organizações públicas, instituições de ensino, empresas de serviços e organizações em geral, reafirmando, como define Bekin (1995), as ações de marketing para o público interno – funcionários – das empresas e organizações. (RAMEZANALI, 2003, p. 21).

O conceito apresentado por Kotler define o *endomarketing* de uma forma bastante ampla, “como um triângulo estratégico que une empresa, funcionário e cliente” (BRUM, 2000, p. 54), ou seja, a organização em si troca informações com os colaboradores, e estas, por sua vez, acabam por beneficiar o cliente.

Segundo Brum (1998, p. 15), “o objetivo do *endomarketing* é fazer com que todos os funcionários tenham uma visão compartilhada sobre o negócio da empresa, incluindo itens como gestão, metas, resultados, produtos, serviços e mercados nos quais atua.”

A autora ainda destaca que *Endomarketing* pode ser definido também como o conjunto de ações utilizadas por uma empresa para vender a sua própria imagem a funcionários e familiares.

Vive-se um momento em que o “homem” deve ser visto como elemento principal de todo e qualquer processo

de mudança e de modernização empresarial. Percebe-se claramente que as mudanças, quando implementadas, esbarram em formas de trabalho tradicionais de conservadoras, capazes de desencadear um estresse organizacional que dificulta ou impede o desenvolvimento pleno de qualquer atividade. Muitas vezes, a organização não percebe este tipo de falta.

É preciso que o marketing se volte para dentro da empresa, para o chão de fábrica, para o terminal de cargas, enfim, para o lado de dentro do balcão, preocupando-se verdadeiramente em motivar aquele que faz o dia-a-dia da empresa através da intuição, da persuasão, da criatividade, ou seja, através da comunicação. (BRUM, 1998, p. 17).

Conforme cita Campos (2012), o *Endomarketing* pode ser considerado um instrumento que completa o esforço de uma organização, pois ele mobiliza o público interno e aprimora a cultura interna para prestar bom serviço.

2.5. MARKETING E ENDOMARKETING

Conforme cita Campos (2012), da mesma forma que o marketing vende produtos e serviços, o *endomarketing* busca a melhor forma de entregar esses produtos e serviços ao mercado, e assim fomenta a imagem da empresa e “comercializando-a” a seus colaboradores. Por isso, assim como o marketing, o *endomarketing* também possui um composto de atributos para atingir os seus objetivos.

As organizações se utilizam do chamado “marketing mix” como variáveis para produzir a resposta desejada no seu mercado-alvo. Para estimular a demanda de seus produtos e serviços, estas ações são operacionalizadas através de decisões referentes a produto, definição de preços, canais de distribuição e promoção. (KOTLER, 2000 apud ZAMBERLAN, FROEMMING, SPAREMBERGER, BUTTEMBERGER e SAVOLDI, 2007, p.4).

Segundo Inkotte (2000), para efeitos de análise do marketing interno, os 4 P’s, definições amplamente conhecidas nos meios acadêmico e empresarial, transformam-se nos 4 C’s – companhia, coordenação, custo e comunicação.

Segundo cita Campos (2012), o produto corresponde à companhia ou empresa, o preço tem seu equivalente em custos, a praça são os coordenadores de *endomarketing* e finalmente a promoção, que se correlaciona à comunicação.

Figura 2: Comparativo do marketing e endomarketing

Marketing - 4 P's	Endomarketing - 4 C's
Produto	Companhia
Preço	Custo
Promoção	Comunicação
Praça	Coordenação

Adaptação de: INKOTTE, 2000 apud INKOTTE, 2003, p. 5)

Conforme se verifica na figura 2, cada uma das variáveis do *marketing* externo, voltado ao público mercadológico (consumidor), possui uma variável correspondente ao público interno.

Ainda, segundo o Inkotte (2003), os 4 C's podem ser definidos da seguinte forma:

- **Companhia:** é o produto que pode ser percebido pelo cliente interno não apenas pelas suas características físicas, mas também pela imagem que transmite. Para o autor, a companhia sofre adaptações contínuas para oferecer motivação e bem-estar aos seus funcionários e estabelecer, a partir de então, diferencial competitivo.

- **Custo:** inclui a política de remuneração da empresa, investimentos em treinamento e aperfeiçoamento dos clientes internos e, também, a confecção de material e implementação de ações de *endomarketing*.

- **Coordenadores:** responsabilizam-se pela implementação das ações. Podem ser as chefias intermediárias, líderes de opinião ou qualquer outro indivíduo que voluntária ou involuntariamente disseminam a nova cultura.

- **Comunicação:** é o principal elemento de motivação para a "compra" do produto-empresa pelo cliente interno. Abrange as diversas atividades de disseminação e coleta de informações, ferramenta básica do *endomarketing*.

Conforme cita Campos (2012), tendo em vista a existência de outras várias propostas para contemplar o composto de *endomarketing*, entende-se que o mix de *endomarketing* pode ser adaptado a cada tipo de organização. Afirma ainda que, assim como o estudo de suas variáveis, é importante ressaltar que a adequação deve ser muito bem planejada e deverá contar sempre com a participação do maior número de pessoas na empresa. O autor cita que o importante é que a organização esteja realmente preparada para inserir em sua cultura a filosofia do *endomarketing*.

2.6. INSTRUMENTOS DE UM PROGRAMA DE ENDOMARKETING

Existem vários instrumentos utilizados nas organizações para realização de programas de *Endomarketing*. Segundo Bekin (1995 *apud* Inkotte, 2000, p. 50), os pontos essenciais que integram um programa de implantação de *endomarketing* são:

- treinamento sob a ótica da educação e desenvolvimento;
- processos de seleção;
- planos de carreira;
- motivação, valorização, comprometimento e recompensa;
- sistema de informações e rede de comunicação interna;

- segmentação de mercado de clientes internos;
- cenários para novos produtos, serviços e campanhas publicitárias.

As empresas visionárias têm uma característica muito peculiar: nunca se sabe o que será delas, mas é certo que continuarão a existir porque possuem mais do que simplesmente boas ideias. São empresas que não concentram os seus esforços apenas na comunicação mercadológica e trabalham a sua imagem de marca interna e externamente associando o *marketing* interno ao *marketing* cultural, social e comunitário. (BRUM, 2000, p. 101).

Desta forma, as empresas garantem sua sustentabilidade. Ainda, segundo Brum (2000, p. 147), o *endomarketing* é capaz de despertar no funcionário um sentimento de propriedade com relação à empresa. E esse é o sonho de qualquer empresário.

3. METODOLOGIA DE PESQUISA

Para a realização desta pesquisa, os métodos utilizados foram baseados naqueles apresentados por Göllich, Lovato e Evangelista (2007) e Lovato (2013).

3.1. ABORDAGEM

Esta pesquisa teve abordagens: 1) dedutiva, consulta de literaturas de teorias de *Endomarketing*, como ocorrem nas organizações, para após verificá-las na organização do objeto de estudo; 2) qualitativa, visto que obtém informações descritivas. O estudo foi embasado em informações de roteiros e instrumentos não formais na coleta de informações e os resultados puderam ser interpretados e atribuídos significados a partir da análise dos dados; e 3) quantitativa, uma vez que para realização da pesquisa de *endomarketing*, foi realizada uma pesquisa com o público interno, que, através dos dados recebidos, com a informação de quantidade x informações recebidas, pode ser diagnosticado de que forma este conceito é trabalhado, percebido, e como é esperado pelo público interno. Foi realizada uma coleta sistemática de informações com procedimentos estatísticos.

3.2. PROCEDIMENTOS

Este estudo caracteriza-se como: 1) descritivo, pois muitas das informações da situação real da organização foram descritas pelo pesquisador. É possível citar as características do público em questão, que foram algumas das características descritas, para que se pudesse analisar os efeitos destas características no estudo, e se algo relacionado a elas interferia nos resultados; e 2) estudo de caso, visto que o estudo restringiu-se apenas à empresa em questão, bem como às ações estratégicas sugeridas, aplicam-se exclusivamente a esta organização e não devem ser utilizados como base para outras empresas sem prévia análise do contexto em que elas se encontram.

3.3. TÉCNICAS

3.3.1. Técnica de Coleta de Dados

Neste estudo foram utilizadas três técnicas de coleta de dados: 1) observação do ambiente em que a empresa está inserida e dos seus processos diários; 2)

questionário aplicado aos colaboradores, para a obtenção de dados reais e assertivos com relação à situação do *endomarketing* nesta organização. Este foi utilizado como a ferramenta decisiva para levantamento de dados; 3) pesquisa documental e bibliográfica, pois foi realizado um levantamento de ações já realizadas pela empresa e como ela trabalhou e trabalha essas variáveis de *marketing* e *endomarketing* atualmente. A partir da pesquisa bibliográfica, então, foram verificadas ações que podem ser implantadas ou melhoradas dentro da organização em questão.

3.3.2. Técnica de Análise de Dados

As técnicas de análise de dados adotadas foram: 1) planilha eletrônica para cruzar as informações, verificando a importância das variáveis de *endomarketing* para o cliente interno e como ele as percebe dentro da empresa. Para avaliação, os dados foram cruzados e, a partir daí, pode obter-se um diagnóstico de *endomarketing*, que, através de uma matriz gerada e dos resultados obtidos, pode-se verificar quais pontos carecem de mais atenção e quais estão sendo demasiadamente atendidos. A análise e a interpretação dos dados foram embasadas a partir da matriz de importância versus concordância proposta por Slack (1993). Desta forma, foi possível verificar visualmente, a partir dos gráficos gerados, a percepção das variáveis de *endomarketing* na Lintec-Ixon, que ficaram classificadas em quatro faixas: Região Apropriada. Região a Aprimorar. Região de Urgência. Região de Excesso. 2) análise de conteúdo; para analisar os dados qualitativos, foi realizada a análise de conteúdo a fim de averiguar o comportamento dos colaboradores durante a aplicação da pesquisa. Esta análise também auxiliou na compreensão da realidade da organização.

3.3.3. População e amostra

A população alvo, também chamada população estudada, é composta de elementos distintos possuindo certo número de características comuns. A população para a qual foi dirigida a pesquisa foram os 86 colaboradores que integravam e estavam em atividade na organização em questão. A população se refere a todos os casos ou situações as quais o pesquisador quer fazer inferências ou estimativa; por isso, a pesquisa será realizada com todos os colaboradores em atividade dentro da *Lintec-Ixon*.

4. APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1. A EMPRESA

Fundada em 1995, a *Lintec-Ixon* inicialmente compreendia a realização de serviços metalúrgicos terceirizados para outras empresas. Com o passar dos anos, a organização evoluiu e seu ramo de atuação alterou. Em 2009, a organização definiu como foco estratégico dois segmentos relacionados à construção civil e indústria de sementes. A partir daí, então, criou-se uma marca específica para os equipamentos fabricados por ela, a marca denominada IXON.

Neste período, a empresa realizou seu primeiro (e único até o momento) Planejamento Estratégico, que,

dentre muitas ações relacionadas ao crescimento contínuo da organização, estava o PCPI – Programa de Capacitação Profissional Ixon. Esta foi a primeira ação diretamente ligada às questões estratégicas e de crescimento do público interno (uma grande ferramenta de *endomarketing* gerada pela organização). Os gestores formados ministravam cursos de módulos básicos para os colaboradores. Essa interação foi muito positiva para todos os setores, aliando crescimento pessoal e corporativo à integração entre eles. Mas com o tempo, o programa foi extinto por carência de recursos humanos.

No ano de 2014, a organização passou a fazer parte de um grupo alemão do mesmo segmento (Lintec GmbH & Co.), em que diversos itens da organização tiveram de ser ajustados, inclusive a marca e razão social. Quando este fato importantíssimo para o crescimento da empresa ocorreu, a empresa já não possuía mais ações relacionadas ao *marketing* interno. E, assim, perpassaram os anos sem haver ferramentas específicas que trabalhassem diretamente com este primeiro público da organização.

4.2. CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO

A média de idade dos respondentes é de 34 anos, variando entre 22 a 53 anos. Com relação ao gênero, 73 respondentes são homens e 13 são mulheres. Com relação à formação, 7 pessoas possuem Ensino Fundamental Incompleto; 8 pessoas possuem Ensino Fundamental Completo; 9 possuem Ensino Médio incompleto; 32 possuem Ensino Médio; 15 possuem Superior Incompleto; 15 Superior Completo.

4.2.1. Análise das Dimensões de *Endomarketing Mix*

A pesquisa foi aplicada em forma de questionário para 86 respondentes. O mesmo possuía 80 questões, 40 questões relacionadas à importância dos itens listados para os respondentes e, em seguida, 40 questões relacionadas à concordância do que é vivenciado dentro da empresa por eles. As questões eram as mesmas, porém alterou-se a forma de fazê-las, para que ficasse claro que primeiramente, era necessário o respondente dar sua opinião acerca do item e, na segunda parte, responder de acordo com o ocorrido no cotidiano dentro da empresa.

As 40 questões de cada uma das duas partes, foram divididas de acordo com as 4 variáveis do *Endomarketing*. O respondente precisava atribuir um grau de importância ou concordância (dependendo em qual das duas partes do questionário estava), entre 1 e 7 – atribuía a nota 1 para mínima importância ou discordo totalmente, e assim sucessivamente de acordo com sua percepção, até 7 para máxima importância ou concordo totalmente, sendo válida apenas uma resposta para cada questão.

Depois de respondidas as questões e tabulados os resultados, as 80 questões foram dispostas em uma planilha do Excel. Para que pudesse ser passado pela matriz de Slack, era necessário obter-se uma média aritmética ponderada de cada questão, pois era necessário levar em consideração a relevância (peso) de cada termo, existindo termos que contribuíam mais que outros no ato de calculá-los.

Desta forma, foram somadas as quantidades de respostas de cada peso (1 até 7) de cada questão.

Após, em outra coluna, dispostos os pesos de 1 a 7 novamente, com o resultado de quantidades de respostas de cada peso, multiplicou-se cada um dos resultados pelo peso correspondente. O resultado dessa multiplicação de cada peso (1 a 7) da questão fora somado no final da linha e dividido pela quantidade de respostas (86). O resultado foi a média aritmética ponderada de cada questão.

Essa média foi transformada em porcentagem e foi esta porcentagem utilizou-se para atribuir a matriz conforme Slack. Após definir os pesos mínimo e máximo, e incluir as médias aritméticas ponderadas de cada questão (resultados), pode-se verificar no gráfico gerado pelo Excel onde cada uma ficou localizada – região de excesso, região apropriada, limite de desempenho, região a aprimorar ou região de urgência, e assim obtiveram-se os resultados que serão analisados a seguir, divididos pelas variáveis do *Endomarketing*.

A Figura 3, referente à dimensão Companhia, analisou treze (13) atributos, sendo que sete se encontram na “região a aprimorar”: *Proporcionar segurança aos colaboradores em termos de estabilidade no emprego. Possuir infraestrutura adequada para o trabalho (prédios/instalações). Equipamentos modernos e de ótima qualidade. Ter ideias e sugestões ouvidas pela empresa. As pessoas, de maneira geral, devem sentir-se bem trabalhando na empresa. Oferecer um bom ambiente de trabalho para o desenvolvimento das atividades. Auxílio de colaboradores na definição da identidade e reputação organizacional.* As variáveis relacionadas à estabilidade e infraestrutura adequada ao trabalho são as que requerem maior atenção para aprimoramento.

De fato, a estabilidade é um fator preocupante na empresa. De uma importância de 87%, a concordância resultou em 53,9%. É de conhecimento que neste último ano, a crise econômica que assolou o país foi alarmante e esta atingiu de forma intensa e direta a área de atuação da *Lintec-Ixon*. Sendo assim, nos últimos anos, as demissões, por corte de custos, têm acontecido com frequência. Fator perturbante para os colaboradores, que se sentem inseguros em meio a esta crise.

O fato de haver razoável descontentamento com o ambiente de trabalho é um dado que deve preocupar os gestores em função deste ser um ponto importante da atuação do *endomarketing*. Na escala de importância de 90,1% este item possuiu concordância de apenas 66,5%. Conforme afirma Bekin (1995), o bem-estar dos colaboradores reflete-se diretamente na satisfação dos clientes externos e na expansão dos negócios e na produtividade da empresa.

Quanto às estruturas prediais, avalia-se que, também por falta de recursos, muitas ferramentas acabam por ter suas compras adiadas. A empresa está sediada em uma instalação que compreendia um armazém de rações. Prédio de grandes dimensões, com localização não muito adequada atualmente para uma indústria. O fato é que a instalação, principalmente no verão, torna-se muito quente, o que faz com que os colaboradores que trabalham dentro da fábrica sintam-se desconfortáveis.

A direção já verifica a viabilidade, pois também para outros processos a localização da empresa não é adequada pelo seu ramo de atuação. Desta forma, sugere-se colocar em pauta as discussões relacionadas à mudança das instalações da empresa para a área industrial da cidade. Essa é uma necessidade verificada também pela direção, pois a expedição de equipamentos acaba por ser complicada, visto que as ruas são estreitas com relação ao tamanho dos equipamentos.

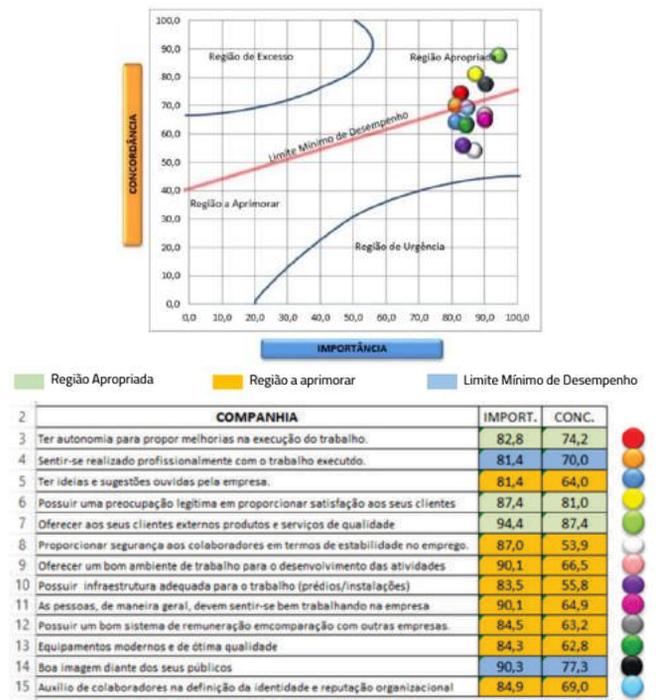
Ter ideias e sugestões ouvidas pela empresa é um fator que chama atenção também, apresentando 81,4% de importância e 64% de concordância. Os colaboradores não se sentem ouvidos. Sugere-se um sistema de captação e avaliação de sugestões realizadas pelos colaboradores.

As sugestões são primordiais para a melhoria contínua dos processos da organização. Elas podem vir em forma de crítica, de sugestão, de elogio, mas o importante é que venham e que realmente sejam analisadas e avaliadas. Muitas vezes, destas sugestões podem surgir ideias interessantes para melhoria também do produto e, conseqüentemente, acarretar na satisfação do cliente final.

A pesquisa demonstra que os colaboradores estão comprometidos com a satisfação do cliente, e que a companhia, apesar dos pontos a aprimorar, *oferece aos seus clientes externos produtos de qualidade* (94,4% de importância, 87,4% de concordância), *possui preocupação legítima em proporcionar satisfação aos seus clientes* (87,4% de importância, 81% de concordância) e *que possui boa imagem diante de seus públicos* (90,3% de importância, 77,3% de concordância).

Importante também destacar que os colaboradores reconhecem que a organização possibilita a eles propor melhorias na execução do trabalho. Com 82,8% de importância atribuída pelos pesquisados, o item obteve 74,2% de concordância.

Figura 3 – Diagnóstico da variável Companhia



Além das variáveis destacadas, existem outras variáveis que necessitam serem mais bem trabalhadas pela empresa para que o *endomarketing* possa efetivamente acontecer.

A figura 4 avaliou 10 atributos relacionados ao *endomarketing* da organização. Nesta variável, pode-se observar pelo diagnóstico uma situação alarmante, pois todos os itens constam na região a aprimorar e de urgência.

Apesar de existir necessidade de se trabalharem os itens de maneira geral por estarem na região de urgência, pode-se citar *recompensas de acordo com os resultados obtidos pela empresa* (87% de importância, 28,3% de concordância); *outras formas de recompensa além do salário* (83,1% de importância, 23,5% de concordância); *plano de carreira bem definido* (84,7,4% de importância, 32,6% de concordância); *programas de treinamento suficientes* (86,1% de importância, 36,1% de concordância); *benefícios oferecidos por minha empresa são satisfatórios* (84,9% de importância, 39% de concordância); *incentiva a qualificação constante* (85,7% de importância, 40,8% de concordância) e *recompensas de acordo com os resultados obtidos pela empresa* (87% de importância, 28,3% de concordância); como sendo os itens com caráter de maior urgência e que devem ser trabalhados o quanto antes.

Analisando a real situação financeira da empresa pode-se, de certa forma, entender que o resultado deste diagnóstico é real, trata-se de um retrato da política organizacional, que prioriza ações mercadológicas e, diversas vezes, acaba deixando ações de *endomarketing* em segundo plano. Necessário à empresa, em tempo de crise, equilibrar investimentos em todas as áreas, para que todas sejam, dentro das possibilidades, consideradas e ajustadas.

A empresa não possui outras formas de recompensa além do salário. Também ainda não fora criado plano de carreira. Os programas de treinamento foram significativamente diminuídos em função do corte de despesas. Dentre os benefícios oferecidos pela *Lintec-Ixon* estão plano de saúde, almoço, entre outros. A insatisfação dos colaboradores neste item pode ser caracterizada pela falta de benefício alimentício ou outro benefício comumente utilizado pelas organizações. Há alguns meses, a empresa contava com este benefício de auxílio alimentação, mas por redução de custos, extinguiu o mesmo.

Os itens *claro sistema de remuneração adotado*; *investimento em programas de treinamento para os colaboradores* e *salários compatíveis com responsabilidade e trabalho* são itens para a organização aprimorar, porém necessitam de atenção pois estes resultados demonstram que os colaboradores estão sentindo-se sobrecarregados e pouco valorizados financeiramente.

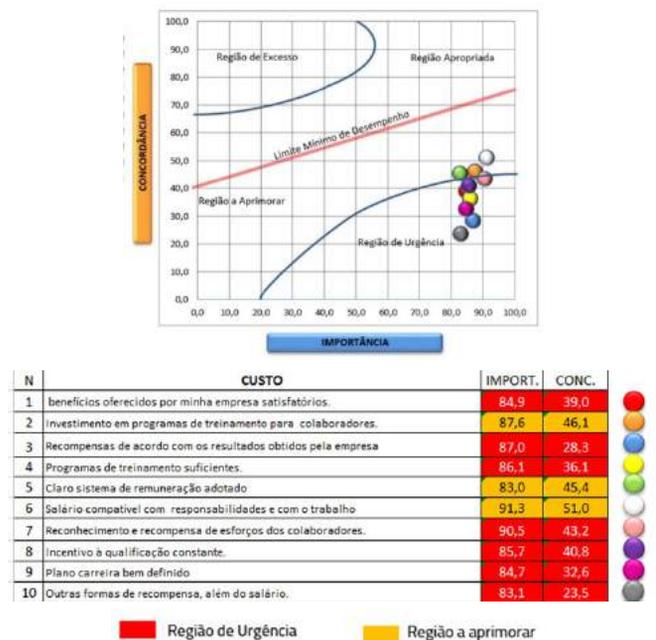
Para Las Casas (1948 *apud* BEKIN, 1995, p. 53), a implantação do *marketing* interno deve atender aos seguintes requisitos: pesquisar os funcionários; estabelecer uma descrição do cargo e o perfil do candidato; tornar o emprego atraente e programar treinamento para todos os colaboradores. Então, para que o cliente interno possa trabalhar com afinco e sentir-se motivado, é de exímia necessidade que fatores relacionados à variável custo sejam trabalhados.

De todas as variáveis, a mais urgente, a partir do grau de importância atribuído (83,1%) e da concordância apurada (23,5%) é *outras formas de recompensa, além do salário*, sendo esta a maior diferença apurada em todo o diagnóstico. Este item faz parte do composto da remuneração estratégica (DUTRA, 2002 *apud* DALPIAZ, KUHN, PIZOLOTTO, ZAMBERLAN, 2013, p. 10), que é cada vez mais adotada por grandes organizações e pode ser atribuído em viagens, presentes, etc. Assim como o *Plano de carreira bem definido* e *claro sistema de remuneração adotado* que também fazem parte do composto da remuneração estratégica.

Bekin (1998 *apud* Inkotte, 2000) sugere o plano de participação de resultados como sendo uma ferramenta interessante. Segundo ele, é sem dúvida um dos fatores que contribui para a melhoria contínua da empresa, incentivando o desenvolvimento das pessoas e do negócio como um todo. Como forma incentivadora, os planos de participação de resultados têm influenciado muito na vida de funcionários de todos os níveis.

As variáveis do item Custos são as que mais chamaram a atenção durante a pesquisa. Itens considerados muito importantes, mas pouco valorizados na realidade vivida pelos colaboradores da organização. Dentre todas as variáveis trabalhadas, esta necessita de um plano claro e urgente para que se possa obter o real diferencial competitivo da organização frente à concorrência.

Figura 4 – Diagnóstico da variável Custo



A figura 5 refere-se à dimensão Coordenação. Esta teve 9 itens avaliados, em que pode-se observar que os colaboradores sentem liberdade para solicitar ou oferecer ajuda aos colegas, obteve 91,3% de importância e 85,9% de concordância. Um fator positivo, pois a sinergia faz diferença nas organizações. Segundo Ignácio (2013), “quando há sinergia, existe a chance de se acelerar e garantir o sucesso de um empreendimento. Os trabalhos e as forças de trabalho se complementam, as responsabilidades são divididas de forma adequada, o diálogo é constante e fluido”.

Porém, nesta variável há alguns quesitos que precisam ser aprimorados. O item *superiores procuram constantemente formas de motivar a equipe* é o mais crítico, que, considerado em um grau de 89,2% de importância, a concordância com a realidade ficou em 54,5%.

Os itens *recebimento de feedback de colegas e/ou superiores* (90,5% de importância e 57,2% de concordância); *reconhecimento por parte de superiores e colegas* (90,5% de importância e 61,6% de concordância); *superior é referência em nível profissional e transmite confiança* (89% de importância e 69% de concordância) e *claras atribuições relativas ao cargo e responsabilidades* (88,6% de importância e 70,2% de concordância); são itens que necessitam de aprimoramento. Todos eles são relacionados à forma de gestão, fator muito importante, pois o gestor assume um papel fundamental sobre o clima organizacional.

Estes itens, intensamente relacionados à gestão, devem ser mais bem avaliados pela empresa. A mesma tem passado por transformações em seu quadro funcional, em que os gestores que acabam por assumir as áreas talvez não estejam totalmente preparados/capacitados para gerenciar uma equipe. Sendo assim, itens como *feedback*, reconhecimento, ser referência para o colaborador, transmitir confiança e deixar claras as atribuições dos cargos, não são trabalhados com a intensidade necessária.

Sugere-se à organização investir em cursos de capacitação aos novos líderes, para que estes conceitos sejam de fato trabalhados e contribuam na cultura organizacional.

Bekin (1998 *apud* Inkotte, 2000) sugere *marketing* de incentivos: programas internos relacionados a incentivos devem ser tratados como importantes geradores de receita. Deve ser estruturado a partir do planejamento financeiro global da empresa. O mesmo deve ser criado com filosofia e políticas claras de incentivo. O programa deve ser criativo, emocional e desafiador. Deve ser de fácil entendimento, de duração de até 60 dias, divertido e descontraído, criativo, rentável e também deve ser divulgado. A autora reitera que o sucesso de um programa de incentivos está no planejamento, na ética, na transparência e na simplicidade do processo.

Outro item a aprimorar nesta variável refere-se ao *bom relacionamento da empresa com a comunidade em que atua*, onde obtendo importância de 86,4%, a concordância fora de 70,2%. Para que a empresa não seja vista apenas realizando ações reativas, o seu relacionamento com a comunidade deve ser constante e estruturado, e, neste caso, pode-se observar que a organização não trabalha o relacionamento com a comunidade na qual está inserida.

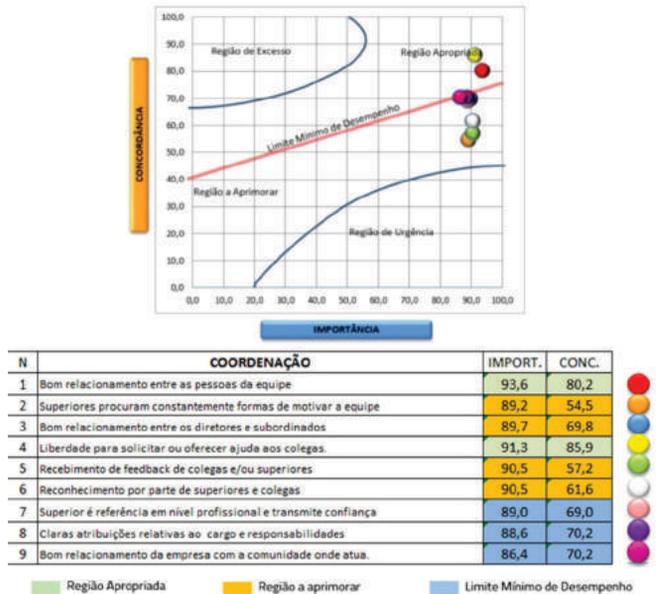
Uma forma de se trabalhar com a sociedade é sugerida por Bekin (1998 *apud* Inkotte, 2000): O Balanço social. Trata-se de permitir o acesso ao público geral dos indicadores de relacionamento da empresa com seus funcionários, com a comunidade, além do trabalho que desenvolve para a preservação ambiental (no caso de existir). Segundo Brum (2000), a elaboração e divulgação do balanço social conferem visibilidade à atuação das empresas neste aspecto. Mostra que estão

sendo transparentes em suas ações, preocupam-se com o ambiente em que vivem, com a questão ecológica e sustentabilidade, exercendo um papel social.

Acredita-se também que a empresa se encontra “fechada” para a comunidade. Percebe-se que, apesar da empresa contribuir para a economia local, as pessoas que moram em volta da empresa não a conhecem e não sabem o que ela faz, qual o produto produzido por ela. Sugere-se à *Lintec-Ixon* realizar um programa de visitação. Este item gera poucos custos e a integração entre a comunidade começará a ocorrer, objetivando o melhor relacionamento.

Bekin (1998 *apud* Inkotte, 2000) também sugere *marketing* social e comunitário: A empresa que possui participação comunitária consciente e generosa produz um sentimento de orgulho muito grande em seus funcionários. Conforme cita Brum, atualmente, a qualidade, serviç os, preç os e estratégias de *marketing* de produto deixaram de ser diferenciais para as empresas. Ou elas têm ou estão mortas. Então   necessário fazer tudo isso e ainda fazer com que as pessoas gostem da empresa na qual trabalham, identifiquem-se com a marca. Necessário adquirir uma “cidadania empresarial”, pois não é apenas uma unidade econômica de produção e consumo. Neste sentido, surge a filantropia, como uma grande vantagem competitiva para as empresas. *Marketing* social é uma questão de postura e de valores de uma corporação, e por isso contribuiu para influenciar positivamente o comportamento do público interno.

Figura 5 – Diagnóstico da variável Coordenação



A figura 6, por sua vez, referente à comunicação da organização, possuiu 8 itens avaliados. Este, novamente necessita de maior atenção, pois todos os itens diagnosticados requerem aprimoramento, todos estão abaixo do limite mínimo de desempenho.

Existência de canais de comunicação para receber e gerar informações (84,1% de importância e 53,1% de concordância); *Informação sobre os lançamentos de novos produtos e campanhas* (83,1% de importância e 54,9% de concordância); *Comunicação interna repassa informações aos colaboradores* (86,2%

de importância e 57,2% de concordância); são itens relacionados à comunicação interna. A organização não possui sistemas (exceto mural de recados), com informações periódicas relacionadas aos novos produtos. *Benefícios dos colaboradores são plenamente conhecidos* (90,3% de importância e 60,1% de concordância); *informações confiáveis e atualizadas* (90,9% de importância e 64,5% de concordância); *superior imediato é um canal de informação sobre decisões tomadas* (81,2% de importância e 63,4% de concordância); *recebimento de informações para o desenvolvimento das atividades* (86,2% de importância e 65,9% de concordância); *conhecimento dos referenciais estratégicos, objetivos e metas* (83,1% de importância e 68,2% de concordância).

Estes itens devem ser observados criticamente, pois demonstram que a comunicação interna não flui normalmente, os colaboradores estão desmotivados e não estão sendo considerados no repasse de lançamentos de produtos e notícias relacionadas à empresa. Alguns deles relataram, durante a pesquisa, que acabam sendo os últimos a saber do que acontece dentro da empresa, pois muitas vezes as atualizações são divulgadas em meios digitais e é através deles que acabam tendo acesso às informações antes de que a empresa repasse a informação para os colaboradores (e muitas vezes não repassa) – esse fator é muito grave.

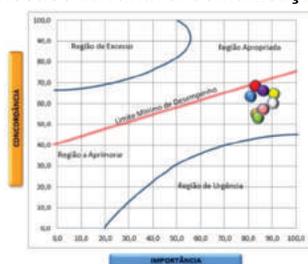
No quadro a seguir, pode-se observar alguns critérios para a criação de um bom processo de motivação. Esses critérios servem como sugestão à *Lintec-Ixon* para melhorar alguns pontos que precisam ser aprimorados com urgência.

CRITÉRIOS PARA A CRIAÇÃO DE UM PROCESSO DE MOTIVAÇÃO	
1	Prioridade para a motivação do grupo de trabalho, com chamamento à parceria, cooperação e lealdade.
2	Valorização do indivíduo dentro de seu grupo.
3	Integração baseada nos valores e objetivos da empresa.
4	Reforço contínuo de uma atitude baseada em valores compartilhados.
5	Recompensas e prêmios dirigidos ao grupo para que todos se beneficiem dos resultados positivos.
6	Criação de um ambiente de interação dentro da empresa.
7	Envolvimento dos funcionários no planejamento e na tomada de decisões.
8	Estímulo à iniciativa e à atitude criativa.
9	Delegação de poderes de acordo com a natureza da função exercida.
10	Remuneração adequada.

Adaptação de: BEKIN (1998 apud INKOTTE, 2000, p. 53

O sistema de informações é o conjunto de meios que a organização escolhe para repassar as informações e se comunicar com o público interno. Reiterando que a informação é unilateral e a comunicação ocorre com interlocutores. Conforme ainda cita Bekin, saber ouvir com atenção é valorizar o indivíduo e esta é a essência do *Endomarketing*, “que trata o funcionário como cliente e sabe que todo cliente é importante” (BEKIN, 1998 apud INKOTTE, 2000, p. 54). Este sistema deve fazer parte do cotidiano da empresa, para que possa existir o *feedback* de ambas as partes.

Figura 6 – Diagnóstico da variável Comunicação



N	COMUNICAÇÃO	IMPORT.	CONC.
1	Conhecimento dos referenciais estratégicos, objetivos e metas	83,1	68,2
2	Informação sobre os lançamentos de novos produtos e campanhas	83,5	54,9
3	Superior imediato é um canal de informação sobre decisões tomadas	81,2	63,4
4	Informações confiáveis e atualizadas	90,9	64,5
5	Existência de canais de comunicação para receber e gerar informações	84,1	53,1
6	Benefícios dos colaboradores são plenamente conhecidos	90,3	60,1
7	Comunicação interna repassa informações aos colaboradores.	86,2	57,2
8	Recebimento de informações para o desenvolvimento das atividades.	86,2	65,9

Região a aprimorar
 Limite Mínimo de Desempenho

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme se pode observar através dos referenciais teóricos apresentados, as ações de *endomarketing* são cruciais atualmente para as organizações possuírem diferencial competitivo. Para conseguir evidenciar essas ações de *endomarketing* como real diferencial competitivo, é necessário que elas realmente existam. Através do diagnóstico que possuímos da *Lintec-Ixon*, pode-se concluir que as ações de *endomarketing* não são utilizadas, a situação é alarmante para a empresa, caso seu objetivo seja possuir este diferencial.

Em seus mais de 20 anos de atividade, a organização em estudo nunca teve um programa específico de *endomarketing* e, mesmo sobrevivendo todos estes anos no mercado, conclui-se que nunca aproveitou totalmente suas potencialidades. Dentro desta perspectiva, surgiu o problema: o foco no planejamento de ações de *endomarketing* proporcionará à organização um diferencial competitivo?

Então, o objetivo geral deste trabalho foi conhecer a percepção do público interno acerca das variáveis do *endomarketing*. Para auxiliar a atingir o objetivo geral, o primeiro objetivo específico foi desenvolver o histórico organizacional relacionado às ações de *endomarketing* para se verificar o que já havia sido realizado pela empresa neste sentido.

O segundo objetivo específico foi estruturar instrumentos para a coleta de informações e subsídios que possibilitassem um melhor entendimento sobre a percepção do público interno acerca de elementos de *endomarketing*, a fim estabelecer melhorias neste elemento. Através da pesquisa, e explicação de cada item, os colaboradores puderam conhecer de melhor forma os elementos de *endomarketing* e tomarem conhecimento de que a importância e a concordância precisam estar próximas.

O terceiro objetivo específico foi apresentar um diagnóstico da situação atual da empresa e relacionar estes aspectos ao atendimento de elementos do *endomarketing*, e isto pode ser feito com a pesquisa, em que, pontuados os itens com maior carência, a empresa tenha em mãos as variáveis mais urgentes de serem trabalhadas para que se estabeleça um real e significativo diferencial competitivo.

Neste estudo ainda há um quarto e quinto objetivos específicos, que são verificar a possibilidade de enaltecer diferenciais competitivos exclusivos da organização e sugerir ações de *Endomarketing* para a organização a partir do diagnóstico realizado. Durante a análise de dados, pode-se procurar, no referencial teórico, sugestões de como a organização pode trabalhar determinados itens dentro das variáveis. Ao longo do trabalho foram colocadas as sugestões possíveis de serem realizadas pela organização, a fim de que possam mudar o cenário atual.

Com o resultado deste estudo foi possível identificar que, mesmo que hoje a empresa não se encontre na posição mais favorável, com predominância de itens a aprimorar, seus problemas não são complexos de serem resolvidos. É necessária à organização criar um programa de *endomarketing* para que os colaboradores se sintam considerados. O diagnóstico da pesquisa demonstra um público desmotivado, que sente ser deixado em segundo plano pela organização.

É possível a empresa constituir um diferencial competitivo com foco nas ações de *endomarketing*. Pode-se dizer que é até mesmo necessário pela situação atual em que a empresa se encontra. Para isso, é exímio o planejamento das ações e possível inclusão das sugestões listadas neste estudo. Acredita-se que, com foco, um bom plano de *endomarketing* e persistência, facilmente a empresa poderá ter esse diferencial competitivo, acarretando cada vez mais em satisfação do cliente final e principalmente dos colaboradores. E, como proposta para trabalhos futuros, sugere-se que dentro de um ano, quando o programa de *endomarketing* estiver em andamento ou em fase de implantação, esta mesma pesquisa seja aplicada novamente para avaliar o diagnóstico, se as ações propostas estão surtindo efeito, ou devam ser readequadas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Anabela; FRANCO, Mario; MENDES, Luis. **Marketing Interno: Uma abordagem teórica**. 2001. Covilhã, Portugal: Universidade da Beira Interior.
- BEKIN, S. F. **Conversando Sobre ENDOMARKETING**. São Paulo: Makron Books, 1995.
- BRUM, Analisa de Medeiros. **Um olhar sobre o marketing interno**. 2000. Porto Alegre: L & PM.
- BRUM, Analisa de Medeiros. **Endomarketing como estratégia de gestão**. 1998. Porto Alegre: L & PM.
- BUENO, Wilson da Costa. **A comunicação interna competente depende de uma autêntica cultura de comunicação**. Disponível em: <http://www.blogdowilson.com.br/ler_mens.asp?m=345&PN=1&i=25#.VGk3OPnF9WV> Acessado em: 15/08/2016.
- BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação Empresarial e processo de gestão**. 2005. Disponível em: <<http://www.sinprorp.org.br/clipping/2005/122.htm>>. Acessado em 26/08/2016.
- CAMPOS, Ana Claudia Pereira de. **Endomarketing: O cliente interno é a chave do sucesso**. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/mobile/artigos/marketing/endomarketing-o-cliente-interno-e-a-chave-do-sucesso/64749>> Acessado em: 01/11/2016.
- CAZORLA, Irene Mauricio. **O papel da estatística na pesquisa científica**. Disponível em: <<http://www.trabalhosfeitos.com/ensaios/Papel-Da-Estat%C3%ADstica/550833.html>> Acessado em: 01/09/2016.
- DALPIAZ, Laura Scheren; KUHN, Ivo Nei; PIZOLOTTO, Maira Fátima; ZAMBERLAN, Luciano. **O Endomarketing em instituição de ensino superior: uma avaliação na perspectiva dos colaboradores da Unijui**. 2014. Florianópolis. XIX Colóquio Internacional de Gestão Universitária.
- ELABORAÇÃO DE UM PROJETO DE PESQUISA. Disponível em: <http://sites.unisantabr/teiadossaber/apostila/matematica/ELABORACAO_DE_UM_PROJETO_DE_PESQUISA-A-Ines2808.pdf> Acessado em: 01/09/2016.
- FREITAS, Ernani Cesar; PRODANOV, Cleber Cristiano. **Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2 ed. 2013. Novo Hamburgo: Feevale.
- GÜLLICH, R. I. C.; LOVATO, A.; EVANGELISTA, M. L. S. 2007. **Metodologia da pesquisa: normas para apresentação de trabalhos: redação, formatação e editoração**. Três de Maio: Editora SETREM.
- INKOTTE, Alexandre Luis. **Endomarketing: Elementos para construção de um marco teórico**. 2000. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.
- KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Planejamento de Relações Públicas na Comunicação Integrada**. 4 ed. São Paulo: Sumus, 2003.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 2003. 5 ed. São Paulo: Atlas
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico**. 1991. 3 ed. São Paulo: Atlas.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 2001.
- LUCATTO, Rodrigo. **Afinal, o que é gestão?** Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/noticias/negocios/afinal-o-que-e-gestao/48847/>> Acessado em: 12/10/2016
- MENDES, Jerônimo. **O que é cultura organizacional?** Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/negocios/o-que-e-cultura-organizacional/46093/2010>>. > Acessado em: 15/08/2016.
- RAMEZANALI, Mehran. **Endomarketing: Aplicação de Marketing Interno nas Instituições de Ensino Superior de Santa Catarina, Brasil**. 2003. Blumenau: Universidade Regional de Blumenau.
- SANTANA, Flávio Dias. **O Papel do gestor dentro de uma organização**. Disponível
- SILVA, Juliano Schimiguel. **Definições e Características sobre Gestão da Comunicação**. Disponível em: <<http://www.devmedia.com.br/definicoes-e-caracteristicas-sobre-gestao-da-comunicacao/21546>> Acessado em: 14/10/2016.
- SLACK, N. **Vantagem Competitiva em Manufatura**. São Paulo: Atlas, 1993.
- SUSIN, Leandro José. **Endomarketing: Um estudo de caso na gerência de análise de crédito do banco do brasil**. 2003. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.
- WESTWOOD, John. **O plano de marketing**. 3 ed. 2007. São Paulo: M Books.

CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS RURAIS ATENDIDAS PELO BRASIL SEM MISÉRIA NA REGIÃO CELEIRO DO RS

Tarcísio Samborski¹
Vicente Celestino Pires da Silveira²

RESUMO

O artigo apresenta a importância do Plano Brasil Sem Miséria para a população rural da região Noroeste do RS. Caracteriza as famílias beneficiárias da ação de Inclusão Produtiva em oito municípios dessa região. A tabulação dos dados obtidos em questionários aplicados pela entidade de execução de ATER e registros oficiais sobre a execução do Brasil Sem Miséria são os principais instrumentos utilizados. As informações mostram o número de pessoas residentes, divisões entre sexo e idade desses beneficiários, as condições de suas moradias e os indicadores sociais como mobília, acesso à energia, transporte e educação. Sabe-se que embora a pobreza estivesse presente no discurso extensionista há muito tempo, há um não reconhecimento da pobreza também na Extensão Rural. Espera-se com esse artigo não apenas mostrar as "condições" em que se encontram, mas sim dar uma concretude maior para essas existências, mostrando um pouco mais sobre a pobreza extrema rural.

Palavras-chave: Pobreza extrema. Extensão Rural. ATER.

1. INTRODUÇÃO

Esse artigo faz parte do projeto de pesquisa Pobreza e Extensão Rural: a ATER no programa Brasil Sem Miséria na Região Ceileiro do RS, vinculado ao programa de Pós Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria. A pesquisa tinha por objetivo analisar a experiência de assistência técnica e extensão rural (ATER) na Inclusão Produtiva do programa Brasil Sem Miséria em municípios atendidos da região Ceileiro do Rio Grande do Sul – RS. Durante a pesquisa foi possível conseguir um conjunto de informações que permitiram caracterizar o público beneficiário de oito municípios que foram pioneiros na execução dessa política na região. Embora a pobreza estivesse presente no discurso extensionista há muito tempo, não é possível identificar em nenhum período a prioridade aos mais pobres. Vários fatores podem explicar essa indiferença, como a crença no progresso, a invisibilidade derivada das distorções do agente externo a essas comunidades e mesmo a ideia de responsabilidade exclusiva pela condição de pobreza pelos próprios pobres.

Dedecca (2013) avalia que a crença na tese da progressiva homogeneização das estruturas produtivas e sociais e no adensamento urbano, principalmente no período entre 1930-1980, determinava que os problemas sociais no campo pudessem ser resolvidos através da

ABSTRACT

The article presents the importance of the Brazil Without Misery Plan (BSM) for the rural population of the Northwest region of RS. It characterizes the beneficiary families of the Productive Inclusion action in eight cities of this region. The tabulation of the data obtained in questionnaires applied by the ATER executing entity and official records on the execution of the BSM are the main instruments used. The information shows the number of people residing, the gender and age of these beneficiaries, the conditions of their housing and social indicators such as furniture, access to energy, transport and education. It is known that although poverty was present in the extensionist discourse long ago, there is a lack of recognition of poverty also in the Rural Extension. It is hoped that this article will not only show the "conditions" in which they are, but rather give a greater concreteness to these existences, showing a little more about rural extreme poverty.

Keywords: Extreme Poverty. Rural Extension. ATER.

distribuição de terras ou pela regulação do mercado de trabalho setorial. Entretanto, os últimos anos mostram que o que ocorreu foi uma heterogeneidade que se traduz em grandes diferenciais de produtividade e incorporação do progresso técnico no meio rural, com reflexos na estrutura social e nas formas de inserção produtiva. Esse processo mantém uma população próxima a 30 milhões no campo, que estão, em sua maioria, em situação de pobreza. Estima-se que essa expressiva população rural deverá se manter nas próximas décadas, ao menos até 2050, pois se é verdade que há um decréscimo na taxa vegetativa também há uma desaceleração do êxodo rural. Dessa forma, "um possível esvaziamento do campo não parece ser a válvula de escape para os problemas sociais que hoje marcam o meio rural brasileiro" (DEDECCA, 2013, p. 20). Empiricamente, pode-se observar, durante a pesquisa, um crescimento das vilas rurais em áreas consideradas regiões deprimidas, com o aumento das moradias nos últimos anos. Esses dados refutam as desculpas de muitos agentes de desenvolvimento local que afirmam não "valer a pena" investir nas famílias pobres porque elas "logo" vão embora.

Chambers (1995) tenta explicar essa indiferença ao entender que "a gente de fora" [que inclui toda a gama de profissionais do desenvolvimento rural e não apenas os extensionistas] muitas vezes é ignorante a respeito da pobreza, mas tem pouco interesse em suprir essa ignorância, em descobrir aquilo que não sabe e reconforta-se em esconder-se em determinados mitos.

¹Doutor em Extensão Rural - UFSM, professor Instituto Federal Farroupilha- Campus Santo Augusto- RS. E-mail: tarcisio.samborski@iffarroupilha.edu.br

²Doutor em Resource Management- Univ. of Edinburgh, professor Universidade Federal de Santa Maria-RS .E-mail: vicentesilveira@smail.ufsm.br

Aponta ainda que uma série de distorções contribui para evitar o contato com a pobreza, como: a) distorções espaciais, com a preferência por estradas asfaltadas e uma visão da “beira da estrada” e do núcleo central dos povoados; b) distorções devidas ao projeto, com visitas direcionadas para projetos em andamento, modelos bem sucedidos e com visibilidade; c) distorção inerente às pessoas contatadas (contato com elites, predomínio de relações machistas e preferência àqueles que são mais receptivos e/ou os mais ativos e presentes); d) distorções da estação climática mais favorável, quando a comodidade facilita o acesso, mas esconde as dificuldades e vulnerabilidades dos mais pobres; e) distorções diplomáticas, como a delicadeza e a timidez, afinal é má educação falar de pobreza; f) distorções profissionais, pois a atividade e a formação profissional direcionam os interesses e o público.

Independente da concordância ou não com as distorções apontadas pelo autor, o fato relevante é que elas implicavam uma condição de não reconhecimento e escamoteamento da pobreza rural que se deu também na Extensão Rural. E a existência da pobreza rural é marcada pela invisibilidade. Talvez o conceito de invisibilidade não seja o mais adequado, pois pressupõe uma condição de não aparecer, de não materialidade das famílias, de sua incapacidade de refletir ou absorver luz alguma. Considera-se que, se ele buscava dar um sentido de esquecimento, de abandono, acaba por colocar nas pessoas mais um aspecto negativo. Talvez correto fosse afirmar que há uma cegueira por parte dos outros, que levam a desconsideração dessas famílias na arena pública. É uma cegueira seletiva, diferente daquela expressa por Saramago (2001), pois não causa nenhuma angústia ou mal-estar em que não os vê. Se a invisibilidade é algo da ficção científica, que aguça nosso imaginário, pode-se então tornar o conceito de invisibilidade social mais interessante, pois a pobreza parece tão natural que é vista, mas não há estranhamento algum com ela. Diante disso e longe de tentar criar características do tipo quem “são”, “como vivem” e em que “condições” se encontram, mas sim dar uma concretude maior a essas existências, mostrando a quem estiver interessado algumas informações que permitam tornar as pálpebras mais permeáveis à luz que emanam, reuniu-se um conjunto de informações sobre as famílias atendidas na primeira fase da ação Inclusão Produtiva em oito municípios da Região Celeiro.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. METODOLOGIA

Os dados utilizados na pesquisa foram extraídos de relatórios e outros instrumentos relativos ao Programa Brasil Sem Miséria (BSM) e a ação de Inclusão Produtiva. Na sua maioria, são documentos de divulgação ampla, com disponibilidade de acesso na *Internet*, exceto os diagnósticos da situação das famílias que foram disponibilizados pela empresa EMATER/RS. Foram analisados 489 diagnósticos iniciais da situação das famílias

beneficiárias. Esses documentos continham informações derivadas da aplicação de um questionário, que era de preenchimento obrigatório pela entidade executora da ATER nas visitas iniciais à família selecionada pelo programa. Esse material, após a coleta, era lançado em um Sistema de Cadastro e Administração das Atividades de Assistência Técnica na Agricultura Familiar (SIGA – Livre) que possibilitava a geração de um relatório em arquivo no formato pdf. Entretanto, algumas falhas nesse processo não permitiram a geração do arquivo completo, fato que possibilitou o resgate de apenas 489 diagnósticos.

O universo de famílias atendidas era de 800 famílias na primeira fase; dessa forma, os diagnósticos representam uma amostra de 61% da população total. A análise foi feita de forma manual, lendo cada arquivo e anotando as informações que serão apresentadas. Outros instrumentos utilizados foram os boletins municipais, extraídos do portal do Programa Brasil Sem Miséria. Nesse sítio eletrônico disponibilizam-se dados sobre a execução em cada município, com um sistema de monitoramento dinâmico e informações atualizadas constantemente. A realização de entrevistas com técnicos e famílias beneficiárias em outra fase da pesquisa permitiu uma melhor interpretação dos dados e em certos momentos do artigo serão utilizadas essas informações para facilitar a interpretação ao leitor.

2.2. A REGIÃO DE REALIZAÇÃO DO ESTUDO

A Região Celeiro situa-se no Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, fazendo divisa com a Argentina através do Porto Soberbo e com o Estado de Santa Catarina em Barra do Guarita. Atualmente, a região apresenta uma população total de 142.326 habitantes, distribuída em 4.743,2 km² com uma densidade de 30 hab./km². Essa população apresenta uma taxa de analfabetismo de 12,28%, expectativa de vida de 71,02 anos e um PIB *per capita* (2007) de R\$ 10.014,00. É uma região que ainda mantinha, até os anos 80 do século passado, 67% da população residindo no campo; porém, em 2009, apenas 41,69% continuavam residindo no meio rural (BARBOSA, 2010). O IDESE³ da Região Celeiro é de 0,738, ocupando o antepenúltimo lugar entre os Coredes do RS (FEE- 2014).

É uma região que carrega as marcas e sinais de sua construção histórica, marcada pela dicotomia campo/floresta (ZARTH, 2002). Inicialmente, as matas eram ocupadas pelos caboclos e índios que exploravam a erva-mate e a região de campos nativos que apresentava criação de gado bovino e muare explorados por fazendeiros. Essa paisagem vai ser alterada a partir da colonização europeia. A criação da colônia de Ijuí e o avanço da infraestrutura de transportes permitiu que diversos projetos de colonização privada surgissem, ofertando terras para famílias das colônias velhas que “sobem” o Estado em busca de novas terras. Esse processo de colonização tardia não trará apenas famílias de colonos, ou seja, aquelas que irão adquirir colônias (uma fração de 25 hectares), mas junto com elas vem um enorme

³O IDESE é um índice sintético, inspirado no IDH, que abrange um conjunto amplo de indicadores sociais e econômicos, classificados em quatro blocos temáticos: educação; renda; saneamento e domicílios e saúde. Tem por objetivo mensurar e acompanhar o nível de desenvolvimento do Estado, de seus municípios e dos Coredes, informando a sociedade e orientando os governos (municipais e estadual) nas suas políticas socioeconômicas. O Idese varia de zero a um e, assim como o IDH, permite que se classifique o Estado, os municípios ou os Coredes em três níveis de desenvolvimento: baixo (índices até 0,499), médio (entre 0,500 e 0,799) ou alto (maiores ou iguais a 0,800)(FEE,2014).

contingente de trabalhadores sem-terra. Essas famílias vão trabalhar em forma de parceria (meeiros quando detinham instrumentos de trabalho e pela terça parte quando dispunham apenas da mão de obra), tentando acumular para adquirir um pedaço de terra.

Tampouco a região era pacificada em termos de conflitos agrários, como pode ser comprovado tanto pelos processos judiciais que os estancieiros moviam contra os camponeses como pela repressão e morte dos mateiros (ZARTH, 2002). Um caso exemplar é o dos ervais de Campo Novo, que em 1876, em petição dos moradores encaminhados à Câmara Municipal de Palmeira, explicava que nessas terras viviam “mais de três mil almas há anos” e o juiz comissionário iniciou medições para apropriação privada dessas terras que eram consideradas públicas. Esse processo chegou até o Imperador, mas os ervateiros acabaram expropriados, com um dos líderes, Luiz Minho, assassinado e sob acusações de que eram ligados a crenças sebastianistas⁴ (ZARTH, 2002).

Esse breve histórico tem a intenção de demonstrar que desde o início da ocupação há na região um contingente populacional que não dispunha de meios de produção ou foi expropriado daquilo que possuía e apresentava sérias desconfianças com o poder público, dada a condição de ser um Estado a serviço dos mais poderosos e que se utilizava da repressão ou de artifícios burocráticos para prejudicar os mais pobres.

Pode-se inferir que talvez grande parte da pobreza rural seja fruto desse processo de ocupação das terras e a história da ocupação regional apresenta sérios limites, seja pela exagerada ênfase nas famílias pioneiras e seu poder político ou pela ênfase na imigração europeia, omitindo a presença dos caboclos e indígenas. Interessa a este trabalho analisar um aspecto que, ao que indica a escassez de publicações sobre o tema no Brasil, não fazia parte do cotidiano dos estudos rurais: a persistência da pobreza extrema no meio rural. A região tem um percentual de população em condições de pobreza extrema de 7,49 %, o que representa mais de 2,5 vezes a média de população em pobreza extrema do Estado do Rio Grande do Sul, que é de 2,9 % da população (BRASIL, 2013a).

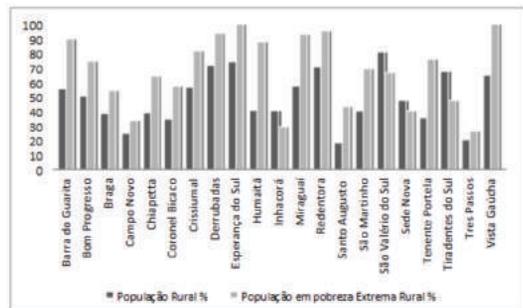
Tabela 1 - População cadastrada no CadÚnico e em Pobreza Extrema na Região Ceileiro-RS.

Município	Pop. Total	Cadastrados no CadÚnico	%	Pop. em pobreza extrema (PPE)	%
Barragem do Rio Negro	3520	1800	50,42	175	5,7
Braga	3972	2101	52,89	162	4,08
Campos Novos	3450	2000	58,26	161	4,67
Chapetão	4544	1971	43,38	155	3,41
Coronel Bicaco	7748	3900	50,21	149	1,92
Cristianópolis	1454	620	42,64	49	3,37
Derrubadas	3190	1870	58,62	147	4,61
Esperança do Sul	3272	1420	43,40	141	4,31
Humaitá	4818	1311	27,21	140	2,91
Inhacorá	2287	1412	61,83	132	5,77
Itapecuru	4850	2300	47,42	132	2,72
Redentora	18222	6400	35,12	129	0,71
Contorno na próxima página					
Continuação de tabela 1					
Município	Pop. Total	Cadastrados no CadÚnico	%	Pop. em pobreza extrema (PPE)	%
São Martinho	13900	6900	49,64	127	0,92
São Valério do Sul	5772	1740	30,14	129	2,24
Sede Nova	2847	1540	54,09	121	4,25
Tenente Portela	3811	1432	37,57	117	3,07
Três Passos	13719	8900	64,89	116	0,84
Viçosa Gauda	641	221	34,48	32	4,99
Totais	23968	11400	47,57	1154	4,82
Rio Grande do Sul					2,9%

Fonte: elaborada pelos autores a partir dados BRASIL 2013a

Apesar da forte atuação regional dos movimentos sociais na luta pela terra e na organização sindical, persistem muitos pobres no campo. Não se entenda aqui uma crítica à ação mais contestatória e reivindicatória; ao contrário, os resultados são consideráveis e certamente reduziram a pobreza. O que se quer afirmar é que, a despeito da pujança dos movimentos sociais na região após a democratização, há um grande número de pobres do campo que não foram atendidos por essas ações ou não quiseram delas participar, pelo menos ao ponto de melhorar as suas vidas. Certamente, há razões para as pessoas não apostarem seus projetos de vida na luta pela terra ou na migração, mesmo que permaneçam em condições de baixo retorno monetário de suas atividades. O gráfico a seguir, ao trazer a comparação entre os percentuais de população rural e o percentual da população em extrema pobreza que reside no meio rural, revela que há uma concentração da pobreza extrema nas zonas rurais nas cidades da Região.

Gráfico 1 - Percentuais da População rural e Pobreza extrema rural



Fonte: elaborado pelos autores a partir dos dados de BRASIL 2013a

2.3. O PROGRAMABRASIL SEM MISÉRIA

O Programa Brasil Sem Miséria (BSM) foi criado em 2011 pelo governo federal e significou a articulação em nível federativo de uma série de ações de redução da pobreza extrema. Além de articular iniciativas existentes, criou novas ações que supriam deficiências ou não atingiam determinado público. Um exemplo é o Brasil Carinhoso, que busca reduzir a pobreza entre crianças e adolescentes. Apontados como os mais vulneráveis, segundo estatísticas oficiais, esse grupo não dispunha de ações diretas entre aquelas já existentes.

Alicerçado em uma articulação forte entre União e municípios, com presença variável da esfera estadual, o programa tem mostrado um eficiente uso de ferramentas tecnológicas. Essa não é nenhuma novidade em termos de gestão pública, mesmo que na maior parte das iniciativas há limites no acompanhamento e no monitoramento das ações, funcionando mais como publicidade do que uma ferramenta de gestão. No caso do Brasil Sem Miséria, o

⁴O movimento sebastianista é baseado na crença portuguesa do retorno do Rei Sebastião, morto na África em Cruzada religiosa, mas transformado em mito pelos portugueses. Antônio Vieira utilizou-se desse mito e vaticinou que os ideais messiânicos marcariam o Brasil. O movimento de Canudos é o exemplo mais conhecido, mas várias foram os movimentos messiânicos no mundo rural brasileiro que podem ser consultados em Pereira de Queiroz (1977).

⁵O Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) foi criado em 2001 e desde então vem sendo aperfeiçoado enquanto o principal instrumento público nacional para o cadastramento e manutenção de informações atualizadas das famílias brasileiras com renda *per capita* inferior a R\$ 120. O cadastro, utilizado pelas três esferas de governo, pretende identificar potenciais beneficiários dos programas sociais, buscando proporcionar melhor focalização e evitar a sobreposição de programas a uma mesma família (MENEZES; SANTARELLI, s/d.)

sítio eletrônico <http://www.brasilsemiséria.gov.br/> é constantemente atualizado e apresenta dados de fácil acesso e disponibilizado para o público em geral.

Junto a esse aparato tecnológico, o sistema de cogestão vinculado ao retorno proporcional de recursos e o instrumento de busca ativa permitiu uma ótima execução do programa, com as metas atingidas antes do prazo definido. O programa é estruturado em três eixos: garantia de renda, inclusão produtiva e acesso aos serviços públicos (BRASIL, 2013a). Cada eixo tem um conjunto de ações, com uma articulação em rede dos serviços de proteção, contemplando um grande número de programas e ações.

A cobertura das ações nos municípios da região Celeiro-RS pode ser vista na Tabela 2. Nela foram tabuladas as informações existentes no boletim municipal disponibilizado no portal do Brasil Sem Miséria. A Tabela citada apresenta, além das ações que foram executadas em 2013 ou que possuíam início assegurado para o ano de 2014, o desempenho das principais condicionalidades que estão sujeitas as famílias que recebem transferências monetárias do Programa BSM e cuja responsabilidade de acompanhamento é dos órgãos municipais. Para facilitar a interpretação, colocou-se a média nacional em cada uma das condicionalidades. Não estão inclusos os dados na tabela, mas foram atingidas, em cada município, todas as metas estabelecidas na busca ativa. Esses dados demonstram a importância das prefeituras municipais na execução, o acerto que foi a forma de articulação em rede para o programa e esse mecanismo de busca das famílias em extrema pobreza, que é uma novidade nas ações sociais.

Tabela 2 - Ações do Programa Brasil Sem Miséria na Região Celeiro-RS

Município	Ações do Programa Brasil Sem Miséria executadas em 2013 no município	Principais condicionalidades	
		Freq. Escolar	Saúde
		Brasil = 85,84%	Brasil = 73,12%
Barra do Guarita	1,2,3,4,5,6,9	94,18 %	100%
Bom Progresso	1,2,3,4,9	88,00 %	90,20 %
Braga	1,2,3,4,5,6,7,8,9	92,16 %	86,85 %
Campo Novo	1,2,3,4,5,7,9	96,05 %	79,22 %
Chiapetta	1,2,3,4,5,7,9	84,34 %	90,51 %
Coronel Bicaco	1,2,3,4,6,8,9	79,39 %	95,02 %
Crissiumal	1,2,3,4,5,6,7,8,9	96,55 %	79,17 %
Derrubadas	1,2,3,4,5,6,8,9	91,73 %	91,37 %
Esperança do Sul	1,2,4,5,6,8,9	91,63 %	94,32 %
Humaitá	1,2,3,4,5,9	88,89 %	93,13 %
Inhacorá	1,2,4,5,9	93,57 %	97,07 %
Miraguaí	1,2,3,4,6,8,9	95,58 %	94,04 %
Redentora	1,2,3,4,5,6,7,8,9	93,72 %	51,32 %
Santo Augusto	1,2,3,4,5,7,8,9	96,22 %	89,93 %
São Martinho	1,2,3,4,5,9	96,99 %	80,70 %
São Valério	1,2,4,8,9	98,62 %	88,26 %
Sede Nova	1,2,3,4,7,9	95,39 %	83,06 %
Tenente Portela	1,2,3,4,5,6,7,8,9,10	90,14 %	82,49 %
Tiradentes do Sul	1,2,3,4,6,7,9	93,75 %	81,76 %
Três Passos	1,2,3,4,5,6,7,8,9,10	88,97 %	87,54 %
Vista Gaúcha	1,2,3,4,5,9	90,06 %	96,06 %

Ações: 1 – Busca Ativa, 2 – CRAS, 3 – Mais Educação, 4- Bolsa Família, 5- Brasil Carinhoso, 6 – Inclusão Produtiva, 7 – UBS nova ou reforma, 8- Pronatec, 9- Benefício de Proteção Continuada, 10 – CREAS

Fonte: Elaborada pelos autores a partir Boletins Municipais - Brasil Sem Miséria em Seu Município (12/2013) do Brasil (2014)

Observa-se que é variável a cobertura das ações e muitas delas dependiam da adesão e/ou formalização

de convênios que as prefeituras municipais não fizeram. A ação da Inclusão Produtiva, apresentada na Tabela 3, apresentou grande importância para a economia local. Desnecessário reafirmar a importância dessa complementação para as famílias assistidas, mas é interessante notar a expressiva participação desses recursos nos aportes financeiros para os municípios como pode ser observado na última coluna.

Tabela 3 - Inclusão produtiva e valores das transferências monetárias

Município	Inclusão Produtiva	Transferência de renda		% Transf. de renda em relação ao repasse municipal do FPM
		Bolsa Família - R\$	BPC - R\$	
Barra do Guarita	4 famílias	276.734,00	210.858,00	11,04
Bom Progresso	-	335.750,00	223.919,03	12,67
Braga	51 famílias	537.638,00	250.466,60	17,84
Campo Novo	-	856.704,00	875.420,16	39,20
Chiapetta	-	463.110,00	559.959,66	23,16
Coronel Bicaco	100 famílias	1.502.984,00	1.128.305,70	59,56
Crissiumal	100 famílias	1.039.560,00	1.388.294,63	32,97
Derrubadas	50 famílias	402.378,00	170.426,52	12,96
Esperança do Sul	100 famílias	401.822,00	262.482,92	15,04
Humaitá	-	212.070,00	627.673,49	19,01
Inhacorá	-	373.570,00	271.191,56	14,59
Miraguaí	50 famílias	679.974,00	655.276,96	30,22
Redentora	300 famílias	2.368.252,00	974.815,54	56,75
Santo Augusto	-	1.245.732,00	3.052.498,89	58,37
São Martinho	-	390.522,00	359.514,45	16,98
São Valério	-	460.236,00	93.300,00	12,53
Sede Nova	-	301.532,00	181.001,33	10,92
Tenente Portela	300 famílias	1.797.788,00	1.786.473,55	48,68
Tiradentes do Sul	50 famílias	557.330,00	1.463.360,74	45,74
Três Passos	50 famílias	1.676.448,00	3.152.125,66	46,84
Vista Gaúcha	-	264.182,00	205.508,80	10,63

Fonte: Elaborada pelos autores a partir Boletins Municipais - Brasil Sem Miséria em Seu Município (12/2013) do Brasil, 2014

No programa Brasil Sem Miséria, a questão da inclusão produtiva se divide em ações para o meio urbano e rural. A inserção produtiva para os pobres que residem no meio rural tem o objetivo de apoiar a produção através de um fomento financeiro, de distribuição de insumos e de assistência técnica, na infraestrutura com o programa Luz para Todos e Água para Todos e na comercialização através dos programas governamentais (Programa de Aquisição de Alimentos, Programa Nacional de Alimentação Escolar).

2.4. PERFIL DAS FAMÍLIAS ATENDIDAS PELO PROGRAMA INCLUSÃO PRODUTIVA NA REGIÃO CELEIRO DO RS

Nessa seção serão apresentadas as informações relativas ao número de pessoas residentes, a divisão entre sexo e idade desses beneficiários e posteriormente as condições de suas moradias e os indicadores sociais como mobília, acesso à energia, transporte e educação.

2.4.1. Densidade domiciliar

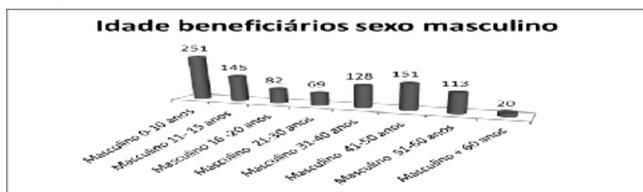
Os diagnósticos analisados revelaram que nesses 489 domicílios viviam 959 homens e 943 mulheres, com uma média de 3,88 pessoas por domicílio, um pouco acima do número médio de moradores por domicílio do Brasil, que é de 3,5 para a área rural, mas bem acima da média da região Sul, que fica em 3,2 pessoas na zona rural (MDA, 2011). Esse dado está de acordo com o Censo do IBGE de 2010, que indica que no Brasil rural há 7 724 883 famílias com duas ou mais pessoas, enquanto apenas 830.512 residências são unipessoais. Infelizmente, não foi possível determinar a existência de famílias conviventes, pois há um aumento de residências que são habitadas por

mais de uma família no Brasil. E tampouco havia informações sobre o número de dormitórios que permitiria gerar a densidade de moradores por dormitório, indicador de bem-estar utilizado pela pesquisa demográfica brasileira (IBGE,2010).

2.4.2. Idades dos beneficiários

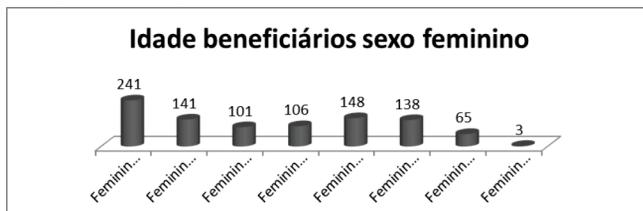
As pessoas foram divididas em oito intervalos de idade em cada sexo. A escolha das idades se deu entre 0 a 10, 11 a 15, 16 a 20, 21 a 30, 31 a 40, 41 a 50, 51 a 60 e mais de 60 anos. Esses intervalos diferem dos usualmente utilizados pela pesquisa demográfica, mas interessava a identificação de um público antes dos 10 anos, dos 11 aos 15 anos, que são considerados pela legislação como público infantil, mas muitas vezes são utilizados em atividades laborais e a faixa da adolescência entre 16 e 20, anos que seria aquela mais propensa à migração rural.

Gráfico 2 – Idade dos beneficiários da ação de Inclusão Produtiva na região Celeiro pertencentes ao sexo masculino.



Fonte: Elaborada pelos autores a partir dos diagnósticos elaborados pela ATER (EMATER/RS 2013).

Gráfico 3 – Idade dos beneficiários da ação de Inclusão Produtiva na região Celeiro pertencentes do sexo feminino.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos diagnósticos elaborados pela ATER (EMATER/RS 2013).

As pessoas que estavam nas faixas de idade entre zero e quinze anos representam 40,90 % da população, mas entre essas crianças, aquelas com idade até dez anos são mais de um quarto da população total (25,86%). Sabe-se que as crianças são as mais vulneráveis em uma situação de pobreza. Dentro do programa Brasil Sem Miséria há uma atenção especial a esse público com a ação Brasil Carinhoso. Também sobre eles incidem as condicionalidades como a frequência escolar e o acompanhamento de saúde. Esse esforço busca romper o ciclo da pobreza, fornecendo maiores capacidades às novas gerações, para que não reproduzam a condição atual em que se encontram seus genitores.

Outra faixa de idade que merece nossa atenção é aquela em que se encontram os jovens entre 16 e 30 anos. Há muita diferença em relação ao número de crianças. Tal fato pode ser explicado pelo número de casais com pouca idade, mas também indica que a juventude opta pela migração já no início da adolescência. Dentro dessa faixa, evidencia-se a predominância do sexo feminino, pois entre 16 e 20 anos há 23,17% mais mulheres e na faixa de 21 a 30 anos elas representam 46,37% a mais que os homens. É importante lembrar que os estudos apontam como um

dos desequilíbrios demográficos a saída da juventude, fato que os números corroboram, mas quando se refere ao gênero há uma inversão da tendência brasileira de masculinização do campo e de um maior êxodo feminino. A seletividade feminina e jovem do êxodo rural brasileiro nas últimas décadas (COSTA *et al.*, 2013) não se evidencia nessa população. A partir das informações coletadas, é possível afirmar que não são as mulheres que saem primeiro e sim os homens, em uma lógica inversa da tendência do campo brasileiro.

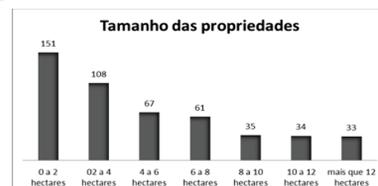
Observa-se que há um número reduzido de pessoas acima dos 60 anos. Esse fato está baseado em um dado econômico e não demográfico. A partir dessa idade, as pessoas conseguem usufruir dos benefícios da seguridade social (aposentadoria rural ou benefício de prestação continuada), fato que melhora a renda familiar e os leva a sair da condição de pobreza extrema. Uma residência em que apenas uma pessoa perceba a aposentadoria rural em uma família de 5 pessoas já supera o limite de renda *per capita* que possibilitava o enquadramento no programa. Poder-se-ia salientar aqui a importância de um programa de renda mínima como condição para erradicação da pobreza extrema.

2.4.3. Condições da posse da terra e tamanho das propriedades

Uma das questões mais importantes quando se enfoca a questão da produção agrícola é a forma de posse e o tamanho que as propriedades apresentam. Verifica-se que 45,19 % dos beneficiários se declaram proprietários das suas terras, mesmo que não detenham a titularidade de forma efetiva. Esse dado não é estranho, já que a regularização fundiária é um grande problema no Brasil e nessa região constitui uma das demandas prioritárias dos movimentos sociais. Muitas famílias apresentam documentos precários, como contratos de compra e venda ou outro tipo de documento resultado de transações baseadas na confiança, sem registros oficiais. Outros, proprietários, por questões de herança e partilha, não possuem ainda a escrituração do imóvel. Isso impede o acesso a algumas políticas públicas como, por exemplo, financiamento em algumas linhas do PRONAF. Existem ainda 35,78% das famílias vivendo na condição de posseiros, em terras devolutas ou de propriedades do Estado. Apenas 11,45% se declararam arrendatárias e 1,43% assumiram a condição de parceiras. Uma parcela de 6,14 % das famílias já foi beneficiada com programas de aquisição de terras como o Banco da Terra e o Crédito Fundiário.

Em relação ao tamanho das propriedades agrícolas, uma parcela de 13,7% possui mais de 10 hectares de extensão, sendo que a maioria (52,95 %) possui menos que quatro hectares, conforme mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 4 – Distribuição dos beneficiários da ação de Inclusão Produtiva na região Celeiro de acordo com o tamanho das propriedades



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos diagnósticos elaborados pela ATER (EMATER/RS 2013).

Infelizmente, não havia dados sobre a superfície de área útil dessas propriedades, informação importante para precisar a capacidade de produção da área, já que as condições de solo ou a existência de limites físicos ou legais reduzem a capacidade de cultivo.

2.4.4. Condições de moradia

As condições de moradia aqui expressas são os resultados do julgamento do técnico extensionista responsável pela elaboração do diagnóstico. Essa opinião é subjetiva, mas pode-se levar em consideração que o padrão de julgamento do que é uma boa moradia ainda seja abaixo daquilo que se convencionou ser uma “boa casa” no meio urbano. Feita essa ressalva, quase a metade das casas (42%) são consideradas regulares, com apenas 22% em ótimas condições. Em condições ruins são quase um quarto das casas (24%) e uma pequena fração (12%) foram consideradas péssimas.

Quando se analisa o material de construção das casas, é possível verificar que apenas 15% são feitas de alvenaria, 36% são mistas, compreendidas como aquelas que possuem o banheiro e a cozinha de alvenaria, com o restante do domicílio em madeira. Predominam as casas de madeira, com quase a metade das construções, mais precisamente 48%, utilizando esse tipo de material. A madeira era algo abundante nessa região de matas e foi o material mais comum de construção quando da ocupação inicial desse território. Hoje é um produto caro e as madeiras comercializadas são de reflorestamento e de qualidade inferior às madeiras nobres utilizadas anteriormente. Entretanto, muitas casas antigas são comercializadas “inteiras”, existindo ainda caminhões e pessoas que prestam serviços especializados nesse tipo de mudança. A construção de casas novas ou mesmo galpões, o abandono de propriedades e consequente desativação acaba tornando essa opção uma das mais baratas para muitos agricultores. Durante a realização das entrevistas, teve-se a oportunidade de visitar uma família que tinha adquirido uma casa assim e a estava reformando para morar.

É possível inferir que o acesso aos programas de habitação rural é precário, pois dentre os 15% que possuem casa de alvenaria, material mais utilizado no padrão construtivo desses programas, algumas são escolas rurais desativadas que foram cedidas para que as famílias morassem. Essa precariedade nas condições de moradia pode ser vista nos desejos de melhoria das famílias, pois 83 famílias colocaram que a melhoria na habitabilidade da casa era um dos seus anseios, ficando em quarta posição dentre os assuntos que foram apresentados. Sobre as famílias que viviam sob um teto de lona, durante a execução do programa a Secretaria de Assistência Social do município providenciou casas de madeira para eles; porém, até o momento que ingressaram no programa, viviam sob essas condições. Uma das boas iniciativas em termos de articulação de políticas públicas se deu na área de habitação rural no município de Crissiumal.

2.4.5. O saneamento básico das moradias

O saneamento básico é apontado como um dos grandes problemas para a melhoria do Índice do Desenvolvimento Humano do Brasil, principalmente por

elevar a mortalidade pré-natal e a infantil. O Brasil é um país que se encontra entre as dez maiores economias do planeta, mas cai para a 75ª posição no IDH mundial (PNUD, 2016).

A água é uma das maiores preocupações no saneamento, já que é utilizada como elemento importante para a manutenção das funções vitais e está diretamente ligada à higiene da casa e do indivíduo e pode ser uma fonte de contaminação de doenças ou parasitas. Possuir uma fonte de água potável e tratada é algo recente no meio rural. A situação dessas famílias reflete que o investimento dos últimos anos mostrou-se efetivo no acesso à água. Quase dois terços das famílias (62 %) possuem água proveniente de uma rede pública. Entenda-se por isso um poço perfurado com bombeamento elétrico, uma unidade de reservatório e sistema de distribuição por gravidade através de canos de policloreto de vinil (PVC). Esse dado está um pouco abaixo das estatísticas oficiais que indicam que no meio rural brasileiro há 68,8% dos domicílios com abastecimento por rede (MDA, 2011). As famílias restantes utilizam, em sua maioria, o poço escavado (31 %) e uma pequena parte (7%) só tem acesso à água de fonte, riacho ou similar. Já a situação da qualidade da água apresenta uma relação inversa, pois apenas 30% das famílias afirmam possuir água tratada e o restante consome água que não recebe nenhum tipo de tratamento. A gestão dessas redes está regulamentada pela lei federal nº 11.445/2007 e por leis municipais que definem como deve ser feita pelas prefeituras municipais e/ ou associações, existindo muitos conflitos e debilidades para manutenção e melhoria dos serviços.

Em relação direta com a qualidade da água encontram-se os esgotos, principalmente o destino dos dejetos como sanitários. Observa-se, no gráfico a seguir, que há sérios problemas nesse quesito, pois predominam as fossas negras, buracos cavados no chão com uma cobertura de madeira ou concreto que recebe sobre ela mais uma cobertura de terra, exceto nos casos de privadas, em que há apenas a “casinha” sobre o buraco. Em solos profundos, esse tipo de destino de dejetos até consegue alguma eficiência no tratamento e é melhor que deixá-los a céu aberto, mas em solos rasos, como é o caso da maioria dos solos (neossolos) em que se encontram essas famílias, há pouca eficiência no tratamento e grandes chances de contaminação de fontes de água. No Brasil rural, apenas 6,9% dos domicílios está ligado a alguma rede de tratamento de esgoto e outras 24,7% das casas possuem fossa séptica; nos restantes 68,4% predominam as fossas negras ou outros tipos de destino (MDA, 2011).

Gráfico 5 – Tipo de esgoto utilizados nas moradias dos beneficiários da ação de Inclusão Produtiva na região Celeiro



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos diagnósticos elaborados pela ATER (EMATER/RS 2013).

Outro item que está ligado ao anterior no aspecto de tratamento de dejetos é a existência de um local específico para a coleta dos dejetos humanos. Todas as moradias possuíam algum tipo de banheiro, sendo que a privada ainda está presente em 28% das residências. Outros 29% possuem um banheiro que fica na parte externa da casa. A colocação do banheiro na parte externa se dá por diversos motivos, geralmente de ordem estrutural, pois não é fácil fazer a ligação entre a madeira e a alvenaria do banheiro. Apenas 43% possuem um banheiro dentro da casa, fato que possibilita um maior conforto no uso e uma melhoria na saúde, já que permite evitar o frio e a umidade das estações mais frias, reduzindo problemas respiratórios, principalmente em crianças e pessoas idosas.

Nenhuma família possui acesso regular à coleta de lixo, sendo o destino mais comum o enterro e a queima. Durante a fase de observação, visitaram-se algumas propriedades em um município e o técnico responsável pela ATER chamou a atenção para melhoria na disposição do lixo, pois antes era “jogado pela janela”, ficando no pátio da residência e agora era recolhido e não ficava mais espalhado.

2.4.6. Indicadores sociais

Entre os diagnósticos analisados, apenas seis famílias não possuíam energia elétrica. Duas delas conseguiram o acesso ainda durante o ano de 2014, conforme informações do extensionista responsável pelo programa naquele município. Pode-se afirmar que a totalidade das famílias, atualmente, possui energia elétrica e ela é a principal fonte de energia. Além da eletricidade, a lenha ainda é uma fonte considerável de energia, pois apenas 4% das famílias não possui fogão à lenha. Esse tipo de fogão, além de utilizar uma fonte de energia de fácil obtenção nesses locais, possui ainda uma funcionalidade que auxilia muito no trabalho doméstico. Possibilita uma cocção lenta de produtos que exigem muito tempo de cozimento (feijão, mandioca em certos períodos, etc.) com baixo custo de energia se comparado com o fogão a gás e pode ser deixado, literalmente, em um fogo brando, permitindo que a pessoa realize trabalhos exteriores e retorne à cozinha para terminar o almoço que foi encaminhado antes de sair.

Outra fonte de energia é o gás butano, presente em 84% das residências analisadas, o que indica uma utilização conjunta entre fogão à lenha e o fogão a gás. O gás de cozinha foi um dos diversos vales distribuídos para as famílias pobres e incorporado com outros benefícios para compor o Bolsa-Família. Efetivamente, há uma relação entre nutrição e disponibilidade de energia para cocção e aquecimento dos alimentos, seja a partir da melhora na palatabilidade, na disponibilidade de nutrientes ou no aproveitamento de alimentos de qualidade inferior, como carnes mais duras e outros produtos que exigem um cozimento demorado para melhorar a mastigação e a digestão do alimento.

Dentre os bens duráveis mais comuns, a presença de geladeira é uma realidade em 91% das moradias e o congelador está presente em 72,8%. A geladeira se aproxima do percentual existente nos domicílios do RS, pois pelo último Censo, 98,33% dos

domicílios possuem geladeiras. Esses dois equipamentos, em tese, permitem a armazenagem e conservação de alimentos. A última pesquisa sobre insegurança alimentar do IBGE (IBGE, 2013) inferiu que não há uma relação entre segurança alimentar e presença de geladeiras, pois famílias em insegurança alimentar grave possuíam esse eletrodoméstico em suas casas. Entretanto, acredita-se que no meio rural a possibilidade de estocagem de carne (fruto de abate doméstico ou caça e pesca) e produtos perecíveis produzidos em quantidades maiores que o consumo, permite que se utilize essa presença como um indicativo de melhor alimentação. Caso seja feita a associação com o congelador -, pois ninguém deixa ligado um equipamento que tem considerável gasto de energia para não estocar nada e, em muitos casos, ele serve para resfriar o leite para comercialização, pode-se certamente esperar que esses equipamentos aumentem a possibilidade de uma alimentação melhor.

Uma presença que se intensificou nos lares brasileiros foi a dos televisores. Dados do Censo 2010 indicam que no Rio Grande do Sul 65% dos domicílios possuem televisor. Nas famílias em questão, o televisor está presente em 86% das casas, mas em 72% delas há uma antena parabólica acoplada ao aparelho. Outro eletrodoméstico que se destaca é a máquina de lavar roupas. Enquanto no Brasil rural apenas 16,1% (MDA, 2011) e no Rio Grande do Sul apenas 68,28% dos domicílios possuem esse equipamento, ele está presente em 82% das moradias diagnosticadas. Uma das razões para essa diferença talvez se deva à penosidade existente na atividade de lavar roupas nessa região, pois a elevada presença de argila exige muito esforço para retirada da sujeira nos tecidos. Alia-se a isso mais dois elementos: a) o tipo de atividade laboral mais comum, propensa ao contato intenso com poeiras, barros, óleos e graxas de máquinas e; b) o pagamento do Bolsa-Família no nome da mulher que permite a destinação dos recursos para atender necessidades que sejam dela e não do marido ou do companheiro.

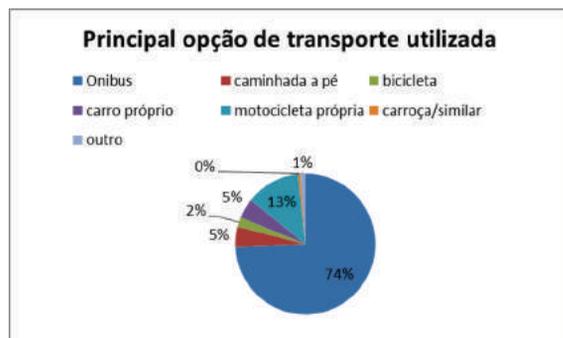
A comunicação é um elemento importante para essas famílias, tanto para o contato com parentes distantes, como no caso de emergências e necessidades com relativo grau de urgência. Poucos domicílios são localizados em vilas ou aglomerados rurais, apresentando um relativo grau de isolamento. Dentro dos equipamentos utilizados para se comunicar, o telefone celular é o mais comum no Brasil. No Rio Grande do Sul, o celular está presente em 91,05% dos domicílios (IBGE, 2010,). Na área rural, a cobertura do sinal apresenta muitas falhas, mas ainda assim é significativa a existência do aparelho em 82% das residências analisadas. Além da comunicação cotidiana, esse equipamento é importante para arrumar trabalho, pois muitas famílias possuem pessoas que prestam serviço como diaristas e o celular facilita o contato e as chances de localização no momento adequado.

Sobre o trabalho realizado fora da propriedade, os dados não serão apresentados. Há poucas famílias que afirmam realizar qualquer atividade externa, mas em contato com os técnicos responsáveis pela aplicação do diagnóstico há a admissão por parte deles que, por receio de algum corte no programa, esse tipo de renda informal não era declarada naquele momento pela família. Além da conferência feita com os extensionistas,

as entrevistas e visitas realizadas no trabalho de campo realizadas posteriormente na pesquisa deram a certeza de que os dados não conferem com a realidade, o que levou à desconsideração dos mesmos.

Outra informação importante que influencia no bem-estar e na empregabilidade é a modalidade principal de transporte. A opção de transporte mais utilizada pelas famílias pode ser vista no gráfico a seguir:

Gráfico 6 - Opções de transporte utilizada pelos beneficiários da ação de Inclusão Produtiva na região Celeiro.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos diagnósticos elaborados pela ATER (EMATER/RS 2013).

As poucas linhas de ônibus existentes e as motocicletas correspondem a quase 90% das opções de transporte utilizadas. Não há muita disponibilidade de linhas de ônibus em alguns municípios ou comunidades, indicando que a mobilidade é bem reduzida para algumas famílias. Esse fato, além das dificuldades óbvias no deslocamento, acaba retirando oportunidades de ocupação. Em uma das entrevistas, esteve-se em uma comunidade que apresentava grande número de famílias em situação de pobreza extrema, na qual muitos homens deslocam-se para trabalhar nos pomares de maçãs, deixando as esposas com os filhos durante boa parte do ano. Uma das entrevistadas lamentava que seu filho estivesse longe, quando poderia estar trabalhando em um frigorífico distante poucos quilômetros. Esse local precisa de trabalhadores e as pessoas da comunidade trabalharam durante um período, porém as condições de trafegabilidade da estrada fizeram o responsável pelo transporte desistir, pois elevava o custo de manutenção do ônibus, impedindo o acesso ao trabalho daqueles moradores.

A análise da educação e seu papel na redução da desigualdade no Programa Brasil Sem Miséria foi feita por Moll (2015) e demonstra melhorias no ensino ofertado, no rendimento escolar e maior acesso e permanência dessas pessoas na escola. Aparentemente, o cumprimento das condicionalidades por parte dessas famílias beneficiadas com o Bolsa-Família está garantindo a frequência escolar das crianças e jovens em idade escolar. Nenhuma família respondeu que as crianças estavam fora da escola e, como demonstrado acima, são altos os percentuais atingidos pelo monitoramento das condicionalidades, o que indica que realmente se está conseguindo a garantia de acesso e permanência dos mesmos na escola. Além dos condicionantes e da ajuda das transferências monetárias, investimentos no transporte escolar têm facilitado a frequência dos alunos que residem mais longe.

Se a população em idade escolar parece que está conseguindo ter seu direito à educação básica sendo cumprido, o mesmo não pode ser afirmado dos adultos

dessas famílias. Na população feminina, 79% apresenta apenas o fundamental incompleto, com apenas 9% tendo completado essa fase dos estudos. Havia ainda 6% das mulheres que se declaravam analfabetas. O ensino médio foi completado por 3% delas, sendo que a mesma percentagem tinha o ensino médio inconcluso. Um dado que talvez anime um pouco é que nesse universo de 943 pessoas, duas possuíam o ensino superior completo e entre os anseios manifestos 34 famílias colocaram a educação superior dos filhos como prioridade. Entre os homens, a situação piora um pouco mais, exceto na condição de analfabetismo, que atinge apenas 4% deles. A grande maioria (84%) tem apenas o fundamental incompleto, com 8% tendo completado essa fase da escolaridade. Os que afirmam ter concluído o ensino médio são apenas 2% e aqueles que cursaram parte do ensino médio apresentam a mesma percentagem.

Anteriormente já foram apresentados alguns dos anseios das famílias. Como as opções eram limitadas, muitos técnicos afirmam que não puderam expressar efetivamente qual eram os desejos das famílias e que esse enquadramento em algumas categorias perdeu a diversidade e certa concretude dos anseios. Através da contagem simples em todos os municípios, o anseio mais destacado é o aumento de renda da propriedade, com 130 respostas, seguido pelo aumento da produção da propriedade, com 98 afirmativas e o aumento da segurança alimentar, que preocupa 94 famílias. A melhoria das condições de habitabilidade já foi mencionada, mas ocupa o quarto lugar, seguida pelo desejo de educação para os filhos, a redução da penosidade e a conquista da aposentadoria rural.

Sobre a produção e equipamentos de trabalho, os dados eram muito escassos e não permitiram nenhuma sistematização.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A redução da população rural foi um fenômeno cuja magnitude acaba obscurecendo as condições em que vivem a população que fica, pois pode muitas vezes tratar como inevitável a migração para os centros urbanos, transformando-se em uma questão de tempo para que as pessoas abandonem o campo e partam para as cidades. Isso leva a uma certa negligência ou descaso para as exigências e urgências que as famílias rurais possuem, afinal, porque investir tempo e recursos que são escassos no atendimento dessas demandas se no curto ou médio prazo essas pessoas vão embora? Essa tendência de esvaziamento do campo leva à negligência das necessidades dos pobres do campo. A pobreza rural persiste e ainda cumpre a função de reserva de mão de obra para o capital. Essa constatação é possível de ser notada no aspecto de gênero, com maior presença feminina em determinadas faixas etárias. A migração temporária, principalmente dos homens, coloca o local de moradia e o apoio da família e da comunidade como um aspecto importante na reprodução dessas famílias. Além do trabalho sazonal, essas famílias também constituem uma reserva de mão de obra e são complementares aos sistemas de produção agrícolas locais que apresentam concentração sazonal das atividades.

A presença do Estado, através da Assistência Social, da Saúde e da Previdência Social tem uma

importância muito grande na vida das mesmas, o que leva a concluir que analisar o rural apenas a partir das ações setoriais, mais ligadas às pastas da Agricultura ou Desenvolvimento Rural oblitera as ações públicas com essa população pobre rural, fato que não pode ser desconsiderado por quem deseja estudar o desenvolvimento no campo. Além da mão de obra, principal recurso que possuem e que apresentam dificuldade de transacionar, pois possuem um saber prático para atividades que foram substituídas por maquinários, utilizam todos os recursos naturais disponíveis no entorno onde vivem, mas nem sempre de forma sustentável, o que coloca a questão ambiental como outro fator imperativo no trabalho com essas famílias.

Enfim, espera-se que o artigo consiga mostrar um pouco mais sobre a população pobre rural, que vive em aglomerados ou isolada, mas que geralmente são esquecidas pelos agentes do desenvolvimento local. O aumento do desemprego urbano pode ainda ampliar essa população, que não apresenta muita intenção de mudança, utilizando do trabalho sazonal ou outras formas precárias de inserção no mercado de trabalho para auferir um pouco de renda, de rendas não agrícolas e auxílios governamentais para continuar vivendo nesses lugares.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, F. R. [et al.]. Plano estratégico de desenvolvimento da região celeiro – RS. Ijuí : Ed. Unijui,2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Portal Brasil Sem Miséria. Disponível em: <<http://www.brasilsemisericia.gov.br/>>. Acesso em 06 ago.2013a.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. Boletins Municipais: O Programa Brasil Sem Miséria e seu município (boletins 12/2013). Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/idv/tela_uf_e_mun.php?ibge=43> Acesso em: 20 jan.2014.

CHAMBERS, R. Desenvolvimento rural: fazer dos últimos os primeiros. Luanda: ADRA, 1995.

COSTA, C. da; FROELICH, J. M.; CARPES, R. H.. Masculinização rural: uma abordagem a partir da regionalização por sistemas agrários no Rio Grande do Sul. Rev. bras. estud. popul., São Paulo, v. 30, n. 2, p. 465-483, Dec. 2013. Acesso em: 17 abril 2016.

DEDECCA,C. (org.) A nova cara da pobreza rural: desenvolvimento e a questão regional. Brasília: IICA, 2013.

EMATER/RS. Diagnósticos das famílias beneficiadas na primeira fase pela ação de Inclusão Produtiva na Região celeiro. Ano 2013. Documento interno disponibilizado pela empresa para os autores.

FEE- Fundação de Economia e Estatística. Tabela 8 - Idese e seus blocos por Coredes no Rio Grande do Sul — 2009. Disponível em <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_idese.php?ano=2009#coredes> acesso em 21/01/2014.

IBGE. Censo Demográfico 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

IBGE. PNAD 2013 - Segurança Alimentar. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

MENEZES, F.; SANTARELLI, M. Da estratégia fome zero ao Plano Brasil sem miséria: elementos da seguridade social no Brasil. IBASE, Rio de Janeiro, s/d. Disponível em: <<http://www.ibase.br/pt/wp-content/uploads/2013/02/proj-fomezero.pdf>>. Acesso em: 19 nov.2013

Ministério do Desenvolvimento Agrário. Estatísticas do Meio Rural 2010-2011. 4ª Ed.. Brasília, 2011

MOLL, J. Reflexões Acerca da Educação para a Superação da Extrema Pobreza: Desafios da Escola de Tempo Completo e de Formação Integral. O Brasil Sem Miséria, MDS, Brasília,2015.

PEREIRA DE QUEIROZ, M. I.. O messianismo no Brasil e no mundo. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2014). Ranking IDH Global 2014. Disponível em <<http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDH-Global-2014.aspx>> acesso em 20 de abril de 2016.

SARAMAGO,J. Ensaio sobre a cegueira. 19ª ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

ZARTH, P. A. Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do Século XIX. Ijuí: ed. Unijui, 2002.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E A SUSTENTABILIDADE NO SETOR INDUSTRIAL

Alexandre Chapoval Neto¹
 Jacieli Rost²
 Karine Raquel Reichert³
 Martinho Luis Kelm⁴

RESUMO

Com o surgimento dos impactos ambientais a humanidade mudou sua visão em relação à importância e necessidade de preservar o meio ambiente, identificando como problema da pesquisa qual é a percepção dos gestores em relação à legislação ambiental, responsabilidade socioambiental e a sustentabilidade. Diante disso, o estudo buscou identificar a percepção e as ações dos gestores das indústrias metal mecânica, moveleira e têxtil quanto à legislação ambiental, responsabilidade socioambiental e a sustentabilidade. Na metodologia utilizou-se a abordagem dedutiva, quantitativa e qualitativa. Como procedimentos, utilizaram-se três etapas sendo a primeira a pesquisa exploratória; logo após, uma pesquisa descritiva e um estudo de casos múltiplos. Para alcançar os objetivos do presente estudo foram utilizadas as técnicas de coleta e análise de dados. Para coletar os dados foram utilizadas as fontes secundárias e o questionário com vinte e uma questões fechadas e distribuídas a sessenta e sete indústrias cadastradas nas associações comerciais e industriais dos municípios de Horizontina, Santa Rosa e Três de Maio, durante o período de 13 de março a 25 de abril de 2014, do qual retornaram quarenta e quatro questionários. Para realizar a análise dos dados foi utilizado o *Software Excel*. Após a coleta dos dados, foi realizada a análise dos mesmos, identificando a percepção e as ações dos gestores das indústrias. Em relação à legislação, identificou-se que 43% conhecem apenas algumas leis. Como consequência, podem acarretar multas. Outro fator relevante identificado foi que 61% das indústrias não possuem certificação ambiental. Como principal motivo destacou-se a busca por informações, mas devido à burocracia não é viável. Os outros 39% que possuem certificação apontaram como principal motivo a exigência de mercado. Quanto à percepção perante a sustentabilidade 66% entendem como usar os recursos naturais sem agredir o meio ambiente. Quanto à responsabilidade socioambiental 95% consideram uma oportunidade e 73% acreditam que têm responsabilidade socioambiental. As ações praticadas pelas indústrias pesquisadas destacam-se plantar árvores, separação do lixo, reciclagem, utilização de lâmpadas econômicas e tecnologias menos poluentes. Após a análise, foram elencadas sugestões de ações a serem praticadas pelas indústrias que beneficiam o meio ambiente, cabendo a cada uma delas avaliar a utilização das mesmas.

Palavras-chave: Legislação ambiental. Sustentabilidade. Responsabilidade socioambiental.

ABSTRACT

Due to the emergence of the environmental impacts, humanity has changed their view of the importance and need to preserve the environment, identifying how the research problem what is the perception of managers as environmental legislation, liability and environmental sustainability. The study sought to identify the perceptions and actions of managers in the field of industrial metal mechanic, furniture and textiles as environmental legislation, liability and environmental sustainability. The methodology used the deductive, quantitative and qualitative approaches. As procedures, three stages with the first exploratory research were used; after this, a descriptive research and a study of multiple cases. To achieve the objectives of this study, data collection techniques and data analysis were used. To collect data secondary sources with twenty one closed questions and distributed to sixty-seven registered industries in commercial and industrial associations of Horizontina, Santa Rosa and Três de Maio, during the period of March 13 to April 25, 2014, which returned forty-four questionnaires. Excell Software was used to conduct the analysis of the data. After collecting the data, their analysis was performed, identifying the perceptions and actions of managers of industries. Regarding the legislation was identified that 43% know only a few laws and it can result in fines, another important factor was identified that 61% of the industries have no environmental certification, highlighted as the main reason to search for information, but due to bureaucracy is not feasible. The other 39% that are certified pointed as the main reason, the market requirement. Regarding the perception towards sustainability 66% of them understand how to use the natural resources without damaging the environment. Regarding environmental responsibility 95% of them consider an opportunity and 73% of them believe it has environmental responsibility. The actions taken by the surveyed industries include planting trees, waste separation, recycling, using energy saving bulbs and less polluting technologies. After analysis a list of suggestions were listed for actions to be applied by industries that benefit the environment, and each one of them to evaluate the use of the same.

Keywords: Environmental law. Sustainability. Environmental Responsibility.

1. INTRODUÇÃO

A industrialização foi um grande marco para a sociedade. Através dela surgiu a produção em massa e o aumento do consumo. Por vários anos os recursos

¹Bacharel em Administração, Professor do Curso de Bacharelado em Administração e Engenharia de Produção (SETREM), Mestre em Engenharia de Produção (UFSC), Doutorando em Desenvolvimento (UNIJUI), e-mail: chapoval_alex@yahoo.com.br
 Bacharela em Administração – E-mail: jacielirost@bol.com.br

²Bacharela em Administração – E-mail: Karine.reichert@yahoo.com.br

⁴Doutor em Engenharia de Produção (UFSC), Professor do Programa de Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional (UNIJUI), e-mail: martinho@unijui.edu.br

naturais foram usados como se fossem infinitos, mas o meio ambiente começou a dar sinais de que não estava mais suportando a exploração, surgindo vários problemas ambientais como poluição do ar, da água, aquecimento global, efeito estufa; isso era um sinal de que as atitudes perante o meio ambiente deveriam ser mudadas.

Atualmente, todas as empresas têm sido mais exigidas quanto à responsabilidade socioambiental perante o meio ambiente e a sociedade em que esta inserida. Há uma maior exigência da sociedade, dos bancos na hora da liberação do crédito, dos seus clientes e também na parte legal; todas visando diminuir ao máximo a quantidade de resíduos gerados pelas indústrias, diminuindo assim o impacto e a poluição que as mesmas causam ao meio ambiente; sendo assim, qual é a percepção dos gestores referente à mudança de visão e atitudes na área ambiental.

O presente artigo buscou analisar as indústrias de três municípios da região Fronteira Noroeste do RS, de diferentes segmentos, como metal mecânico, moveleiro e têxtil, em que foi diagnosticada a percepção dos gestores perante a responsabilidade socioambiental e a sustentabilidade no setor industrial.

2. METODOLOGIA

O presente artigo tem o objetivo de identificar as ações desenvolvidas e praticadas pelo setor industrial quanto à responsabilidade socioambiental e à sustentabilidade. Para alcançar o objetivo proposto foram utilizadas as abordagens dedutiva, qualitativa e quantitativa. Na abordagem dedutiva pesquisou-se o conhecimento geral em livros e *sites*, para um melhor entendimento sobre o assunto, depois definido que a pesquisa envolveria indústrias do setor metal mecânico, moveleiro e têxtil dos municípios de Horizontina, Santa Rosa e Três de Maio. Entrou-se em contato com as Associações Comerciais e Industriais de cada município, que passaram a relação das indústrias associadas. Com esta relação foi realizado contato telefônico ao gestor de cada indústria explicando o objetivo do estudo, pedindo a colaboração da indústria para participar da realização da pesquisa. Após o contato, disponibilizou-se o questionário via *e-mail* a cada indústria. Depois de aplicado o questionário, os resultados obtidos foram analisados, trazendo o conceito geral para a realidade particular da região em que a indústria está inserida.

Através da utilização da abordagem quantitativa, os resultados foram analisados através dos números. Na abordagem qualitativa, os questionários aplicados foram analisados trazendo os conhecimentos adquiridos no capítulo dois, adequando a teoria aos resultados adquiridos com o instrumento de pesquisa, realizando assim uma análise subjetiva auxiliando no entendimento do resultado obtido.

Os procedimentos utilizados foram a pesquisa exploratória, em que se pesquisou assuntos pertinentes para o desenvolvimento do trabalho, a pesquisa descritiva, cujos resultados foram descritos e interpretados sem a interferência dos pesquisadores, e o estudo de casos múltiplos em que foram analisadas diversas indústrias.

As técnicas utilizadas foram a coleta e análise de dados. Para coletar os dados da pesquisa foi utilizado o questionário com vinte e uma questões fechadas e as fontes secundárias. Para analisar os dados foi utilizado o *Software Excel*, no qual o resultado fica mais visível e compreensível.

A pesquisa foi aplicada às indústrias de três municípios, Horizontina, Santa Rosa, Três de Maio, cadastradas nas Associações Comerciais e Industriais de cada município, totalizando 67 indústrias divididas em metal mecânica, moveleira e têxtil. Aplicou-se o questionário entre os dias 13 de março a 25 de abril de 2014. Das 67 indústrias, 44 participaram da pesquisa.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1. MEIO AMBIENTE

De acordo com Albuquerque (2009), atualmente a sociedade está voltada para a recuperação e preservação do meio ambiente, com o objetivo de diminuir os impactos ambientais, pois se pensava que os recursos eram infinitos. A única preocupação era produzir, mas, com o passar dos anos, o planeta começou a dar sinais de que algo estava errado.

A exploração industrial do meio ambiente manteve-se sem contestação durante todo o século XIX e a maior parte do século XX. A visão equivocada de que os recursos naturais eram ilimitados e estavam a disposição do homem somente começou a ser questionada e exigiu maior reflexão da humanidade na década dos anos 70, quando os processos de deterioração ambiental e a possibilidade de esgotamento de determinados recursos naturais se tornaram mais evidentes. (DIAS, 2007, p. 7)

Para Barbieri (2007), o aumento da escala de produção tem sido um dos fatores que estimulou a exploração de recursos naturais em maiores quantidades, causando o estado de degradação ambiental que hoje se observa.

Para Sirvinskas (2012, p. 91) “o meio ambiente deve ser a preocupação central do homem, pois toda a agressão a ele poderá trazer consequências irreversíveis às presentes e futuras gerações.”

3.2. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Luiz, Gasparotte, Junior (2009, p. 141), destacam que “a responsabilidade socioambiental é um conjunto de ações que promovam o desenvolvimento em comprometimento com as questões relativas ao meio ambiente e as sociais”.

Conforme Garcia (2013), a empresa não deve renunciar de obter lucro para ser consciente e sustentável, pois é a partir deste recurso que a mesma poderá investir em ações de responsabilidade socioambiental, trazendo benefícios para a sociedade, tendo um diferencial e melhorando a sua imagem. Além disso, a responsabilidade perante o meio ambiente já tornou-se um diferencial competitivo, sendo um fator determinante na hora da compra do produto.

Apesar das dificuldades na solução dos problemas ambientais mundiais, devemos resolver os nossos por meio de medidas adequadas, realizando campanhas de conscientização de que o planeta Terra é nossa casa, por isso devemos protegê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. O futuro da humanidade está intimamente ligado à preservação do meio em que vivemos. (SIRVINSKAS, 2012, p. 92)

Do mesmo modo, Dias (2007) relata que as organizações estão mudando aos poucos, em busca de uma maior responsabilidade social, fazendo parte da comunidade em que estão inseridas.

As empresas estão cada vez mais desenvolvendo atividades de responsabilidade socioambiental, como normas e procedimentos de prevenção de riscos à saúde e segurança dos funcionários; processo de destinação adequada de resíduos; redução no consumo de insumos (energia, água, matérias-primas, produtos tóxicos); monitoramento e controle regular em possíveis impactos das atividades sobre o meio ambiente; programa de reutilização ou reciclagem de resíduos; coleta seletiva; inclusão da questão ambiental no planejamento estratégico do negócio; e ações de educação ambiental para os empregados. (DIAS, 2000 *apud* LUIZ, GASPLOTTE, JUNIOR, 2009.)

Além disso, Albuquerque (2009) enfatiza que as ações das empresas influenciam muito além do que apenas os sócios e acionistas, elas envolvem os colaboradores, clientes, fornecedores, enfim toda a sociedade em que está inserida.

Os benefícios da responsabilidade socioambiental é a melhora da imagem institucional, renovação do portfólio de produtos, produtividade aumentada, maior comprometimento dos funcionários e melhores relações de trabalho, criatividade e abertura para novos desafios, melhores relações com autoridades públicas, comunidades e grupos ambientalistas ativistas, acesso assegurado aos mercados externos, maior facilidade para cumprir os padrões ambientais. (BARBIERI, 2008, *APUD* LUIZ, GASPLOTTE, JUNIOR, 2009, p. 146)

3.3. SUSTENTABILIDADE

Segundo Albuquerque (2009, p. 20) “o conceito de sustentabilidade está ligado ao uso com racionalidade dos recursos da natureza, respeitando a capacidade dos ecossistemas e o compromisso com as gerações futuras.”

Há cinco fatores que influenciam a mudança de postura, voltando os negócios cada vez mais para as questões ambientais, como a necessidade de obediência às leis; eficácia em custos; a opinião pública; a crescente pressão dos movimentos ambientalistas e o pensamento a longo prazo. (Albuquerque, 2009, p. 24).

Garcia (2013, p. 47) ressalta que “uma organização que causa a partir de suas operações o mínimo de impacto

negativo sobre o meio ambiente é considerada uma empresa sustentável.”

De acordo com Albuquerque (2009), há alguns princípios que as empresas adotam ligadas à sustentabilidade, como prevenir a degradação e poluição para mais tarde não ter prejuízos, também avaliar quais as consequências no meio ambiente das suas atitudes, ser proativo, ter ações para buscar a sustentabilidade.

Para Fialho *et. al.*(2008), sustentabilidade é relacionada a algo que não se esgota, que poderá permanecer e ser utilizado por várias gerações, tendo assim uma forte ligação com a questão ambiental, pois os recursos naturais finitos devem ser preservados, satisfazendo as necessidades da atual sociedade e estando disponível para a próxima geração.

Da mesma forma, a Agenda 21 (CNUMAD 1996) define sustentabilidade ambiental.

A sustentabilidade ambiental está relacionada a padrões de consumo e de produção sustentáveis e uma maior eficiência no uso de energia para reduzir, ao mínimo, as pressões ambientais, o esgotamento dos recursos naturais e a poluição. Os governos, em conjunto com setor privado e a sociedade, devem atuar para reduzir a geração de resíduos e de produtos descartados, por meio da reciclagem, nos processos industriais e na introdução de novos produtos ambientalmente saudáveis. (Agenda21, CNUMAD, 1996.)

A busca pela sustentabilidade é um grande desafio da sociedade, pois os recursos naturais são finitos, é preciso a conscientização de todos para que os mesmos sejam utilizados para atender as necessidades e manterem-se disponíveis para as gerações futuras.

3.4. LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

Para Dias (2007, p.47). “a legislação ambiental, juntamente com as instituições ambientais e as atividades de controle de contaminação realizadas por estas em todos os níveis, limitam a liberdade da empresa para contaminar”.

Art. 225 da CF: Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (Artigo 225 da CF *apud* THOMÉ, 2013, p. 65)

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 traz no seu artigo 225, no capítulo VI, várias normas que devem ser cumpridas para garantir um meio ambiente ecologicamente equilibrado, responsabilizando o poder público de defendê-lo e preservá-lo.

A política e o Sistema Nacional do Meio Ambiente encontram-se disciplinados na lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Essa lei dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente e institui o Sistema Nacional do Meio Ambiente

(SISNAMA), seus fins e mecanismos de formação e aplicação e dá outras providências. Trata-se da lei ambiental mais importante depois da constituição federal. (SIRVINSKAS, 2012, p. 197)

A Lei 6.938 de 1981, Política Nacional do Meio Ambiente, tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental, visando assegurar no país as condições de desenvolvimento socioeconômico aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana.

Existem órgãos que ajudam a fiscalizar as ações efetuadas pelas empresas perante o meio ambiente, como o CONAMA, SISNAMA, e IBAMA.

Forato (2010) traz a Lei nº 7.347 de 24 de julho de 1985, que tem como objetivo responsabilizar a empresa pelos danos causados ao meio ambiente e ao consumidor. O Art. 6º da lei esclarece que qualquer cidadão poderá denunciar a empresa por danos que a mesma causou.

De acordo com Sirvinskas (2012), a lei n. 9.605/98, é a lei dos crimes ambientais, contendo 82 artigos, distribuídos em oito capítulos. Ela define penas de acordo com o impacto causado ao meio ambiente e à comunidade; as penas restritivas de direito podem ir desde prestação de serviços à comunidade, interdição temporária de direitos, suspensão parcial ou total de atividades, prestação pecuniária e recolhimento domiciliar.

A política Nacional dos resíduos sólidos, Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, é uma lei importantíssima no setor industrial. Ela estabelece qual o melhor destino dos resíduos para que o meio ambiente tenha o menor impacto possível.

3.5. IMPACTO AMBIENTAL

A avaliação dos impactos ambientais de um empreendimento é sempre uma atividade importante a qualquer projeto. Além da sustentabilidade ambiental, esse procedimento possibilita ao empreendedor mais garantias da não geração de passivos ambientais e atuações dos órgãos de fiscalização. (PIRES, TOZATO, 2010, p. 143)

Segundo Dias (2007), os impactos ambientais dependem do tipo de atividade de cada empresa. Umás podem causar mais danos ao meio ambiente do que outras; por isso é importante a fiscalização e a emissão do licenciamento ambiental, pois podem ocorrer danos irreversíveis ao meio ambiente.

A solução dos problemas ambientais, ou sua minimização, exige uma nova atitude dos empresários e administradores, que devem passar a considerar o meio ambiente em suas decisões e adotar concepções administrativas e tecnológicas que contribuam para ampliar a capacidade de suporte do planeta. (Barbieri, 2007, p. 113)

3.6. MARKETING VERDE

O *marketing* verde se relaciona com a perspectiva ecológica e social do

tripé da sustentabilidade (econômica, ecológica e social), já que evidencia as ações empresariais tanto em relação ao bem estar social como para a proteção do meio ambiente. (GARCIA 2013, p. 48)

Sendo assim, o *marketing* verde é o conjunto de ações que a empresa realiza no sentido de divulgar suas iniciativas sustentáveis.

Segundo Garcia (2013), a busca dos consumidores por produtos ecológicos vem crescendo, optando pela compra de empresas que são socialmente responsáveis, que se preocupam com o bem estar social e com a segurança ambiental, minimizando os riscos ambientais futuros.

A sociedade vem demandando das empresas uma atitude de maior responsabilidade e transparência. Pesquisas de opinião no Brasil e no mundo têm atribuído à classe empresarial baixas taxas de credibilidade, em comparação com outros fatores sociais. Um bom exemplo é a pesquisa conduzida no Brasil pelo Instituto Superior de Estudos da Religião (Iser), que desde 1992 monitora o crescimento da consciência ambiental no país, com o objetivo de oferecer subsídios para políticas públicas que visam fortalecer a noção e a prática do desenvolvimento sustentável. Na edição da pesquisa de 2006, só 11% dos entrevistados revelaram uma percepção positiva da atuação dos empresários na defesa do meio ambiente. Cinquenta e sete por cento tem uma avaliação negativa e este é o mais alto índice na comparação com os demais grupos e instituições sociais. (ALMEIDA, 2007, p. 93)

De acordo com Almeida (2007), a área de *Marketing* atua com os intangíveis da empresa, como a marca e a reputação. Em alguns casos, os intangíveis chegam a representar 90% do valor da empresa, e apenas 10% são de ativos tradicionais como imóvel e equipamentos. A partir desses dados percebe-se a importância desta área, pois as atitudes que a empresa opta em seguir poderá influenciar na sua imagem perante a sociedade, e, conseqüentemente, mudar o valor do patrimônio da empresa. Quando ocorrerem erros, a empresa precisa assumir publicamente, divulgando suas ações de controle e preservação, pois uma atitude proativa, honesta e transparente cria mais credibilidade da empresa perante a sociedade.

Sendo assim, as empresas não devem apenas procurar corrigir os erros nos processos de produção, mas também devem planejar para que os mesmos não aconteçam mais, buscando a sustentabilidade.

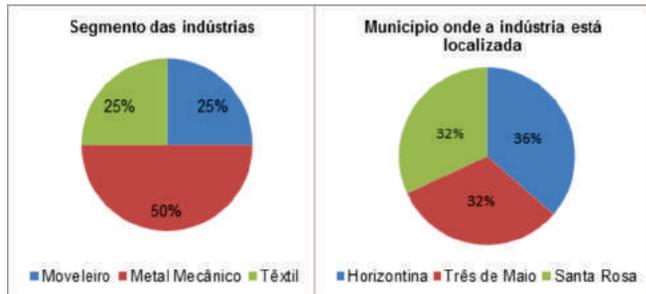
4. APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

As análises foram realizadas a partir dos dados coletados através da aplicação de um questionário contendo vinte e uma questões fechadas, com o objetivo de diagnosticar a percepção dos gestores em relação à responsabilidade socioambiental e à sustentabilidade no setor industrial dos municípios de Horizontina, Santa Rosa e Três de Maio.

O questionário foi distribuído para um total de sessenta e sete indústrias, entre os dias 13 de março a 25 de abril de 2014, sendo que deste total, vinte e três indústrias não participaram da pesquisa; portanto, a análise será em cima das quarenta e quatro indústrias que responderam o questionário.

4.1. APRESENTAÇÃO DAS INDÚSTRIAS

Figura 1: Segmento das indústrias e localização



Para o presente estudo foi selecionado três segmentos de indústrias, sendo eles, moveleiro, metal mecânico e têxtil, cadastradas nas Associações Comerciais e Industriais dos municípios de Horizontina, Santa Rosa e Três de Maio. Conforme a figura, das indústrias pesquisadas 50% pertencem ao setor metal mecânico, 25% o setor moveleiro e 25% o setor têxtil.

Os municípios participantes estão localizados na Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul. De acordo com a figura, das indústrias pesquisadas 36% localizam-se no município de Horizontina, 32% no município de Três de Maio e 32% no município de Santa Rosa.

O Rio Grande do Sul representa 6% do PIB Nacional, sendo que o PIB per capita do Estado é maior do que a média Nacional. De acordo com a Fundação de Economia e Estatística (FEE) o município de Horizontina foi fundado em 1954, possui uma população de 18.461 habitantes, tendo um PIB per capita de R\$ 41.517.

O município de Santa Rosa foi fundado em 1931, possui uma população de 69.316 habitantes, tendo um PIB per capita de R\$ 23.677. O município de Três de Maio foi fundado em 1954, possui uma população de 23.707 habitantes, tendo um PIB per capita de R\$ 19.695. O Estado possui um PIB per capita de R\$ 26.141, e a Fronteira Noroeste um PIB per capita de R\$ 22.519.

Figura 2: Tempo de atuação em anos



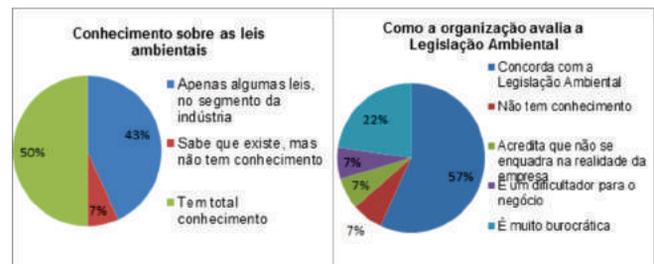
De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010 a idade média das empresas no Brasil é de 9,7 anos. Comparando os dados da figura 2 com os dados do IBGE, percebe-se que as indústrias pesquisadas estão acima da média Nacional, sendo que 60% das indústrias possuem mais que 16 anos de mercado. Este fato mostra que são empresas experientes, com um bom conhecimento sobre o mercado.

Portanto, pode-se perceber que as indústrias participantes são empresas veteranas, que possuem uma estabilidade, já conquistaram o seu espaço, o seu *Market share*.

Percebe-se também que 20% das indústrias possuem até cinco anos de mercado, este fato revela que o setor vem se desenvolvendo e que novas empresas também estão buscando o seu espaço no mercado.

4.2. LEGISLAÇÃO

Figura 3: Legislação Ambiental



A legislação ambiental, de acordo com Dias (2007), tem o objetivo de limitar a poluição da empresa perante o meio ambiente; para isso, existem órgãos que fiscalizam as ações praticadas pelas mesmas. Dependendo do porte da empresa, ela é fiscalizada por órgãos Federais, Estaduais e Municipais.

É dever das empresas cumprir o que rege na legislação. Das indústrias pesquisadas, 50% tem total conhecimento do que a legislação exige, conforme mostra a figura 8. Este é um ponto importante para as indústrias, pois as mesmas conhecendo a legislação poderão evitar futuros problemas com a fiscalização.

Além disso, das indústrias pesquisadas 43% conhecem apenas algumas leis no segmento da indústria, isto é preocupante, pois as consequências do desconhecimento da legislação poderá acarretar em multas e penalidades para a empresa.

Conforme a figura 3, 57% das indústrias participantes concordam com a legislação ambiental, considerando que o objetivo da legislação é limitar a poluição causada ao meio ambiente, tendo base legal. Portanto, é essencial que a empresa conheça a legislação para poder atendê-la, ajudando a diminuir os danos causados ao meio ambiente.

Além disso, nota-se que 22% das indústrias consideram a legislação muito burocrática, levando em conta que a mesma é ampla existindo diversas etapas a serem cumpridas, que além da Constituição Federal, existem acordos, normas, decretos que as empresas devem seguir, sendo que a legislação sofre seguidamente alterações, e as empresas precisam estar atentas a essas mudanças que podem ser exigidas legalmente.

A figura 3 ainda revela um dado preocupante, que 7% das indústrias pesquisadas não possuem conhecimento sobre a legislação ambiental, este desconhecimento pode acarretar o não cumprimento da legislação, gerando à empresa penalidades significativas.

Além disso, 7% acreditam que a legislação seja um dificultador para os negócios, também 7% das indústrias pesquisadas apontam que a legislação não se enquadra na realidade da empresa.

4.3. SUSTENTABILIDADE

Figura 4: Sustentabilidade



Na Figura 4, das indústrias participantes 66% entendem sustentabilidade como sendo usar os recursos naturais, sem agredir o meio ambiente. Este fato mostra que as indústrias estão conscientes que para alcançar a sustentabilidade devem utilizar os recursos naturais causando o mínimo de impacto possível, e preservando-os para as gerações futuras.

Além disso, 15% entendem como sustentabilidade preservar o meio ambiente, e 12% entendem como reaproveitar tudo o que for possível, este entendimento também é correto, pois também é uma ação em busca da sustentabilidade.

Na figura 4 percebe-se que 73% das indústrias participantes avaliam a sustentabilidade como uma oportunidade de crescimento, pois a sustentabilidade torna-se uma oportunidade de crescimento, pois o consumidor busca cada vez mais empresas que preservam os recursos naturais, para que os mesmos permaneçam para as próximas gerações, sendo consideradas sustentáveis.

Figura 5: Avaliação da sustentabilidade



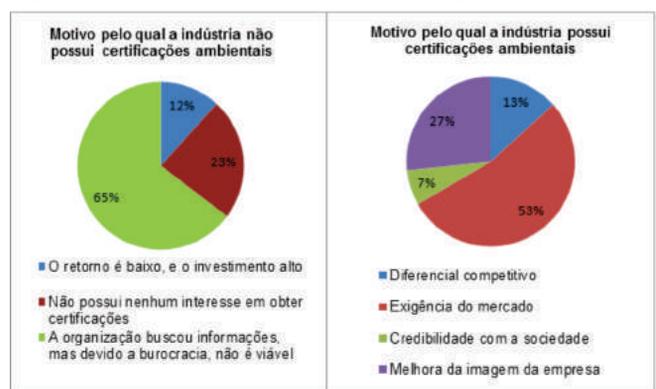
As certificações ambientais são certificados que as empresas adquirem quando realizam atividades específicas que a certificação exige. A figura 14 mostra que ainda muitas indústrias não possuem certificações ambientais, pois para adquirir o mesmo deve-se ter um planejamento, demandando muitas vezes um tempo maior para se adaptar ao processo.

As certificações são concedidas por órgãos como a FEPAM, e no caso de ISO é feita por organizações independentes credenciadas pela *International Standart Organization*, que emitem o certificado.

Um participante da indústria têxtil relatou que [...na minha indústria não possuímos nenhuma certificação ambiental, mas nos preocupamos com o meio ambiente, realizando a correta separação do lixo, os retalhos de tecidos são destinados à prefeitura do município e a mesma realiza o destino correto; além disso, temos um trabalho voluntário, latinhas são juntadas e são destinadas para uma empresa responsável pela destinação correta. O dinheiro arrecado é destinado a confraternizações entre os funcionários...]. Este relato mostra que mesmo sem certificações ambientais há uma preocupação com as questões socioambientais.

Este fato também vem de encontro com Albuquerque (2009) que destaca que a exigência de mercado, pressão da sociedade e a regulamentação ambiental são fatores que estão motivando as indústrias a envolver as questões ambientais no modelo de gestão.

Figura 6: Motivos por possuir ou não certificações ambientais



Conforme a figura 6, das indústrias participantes 65% apontam que o principal motivo de não possuir certificações ambientais é que devido à burocracia, não é viável. Este é um indicador preocupante, pois as certificações ambientais estão se tornando pré-requisitos para determinados nichos de mercado.

Além disso, as empresas que possuem uma certificação demonstram a seus clientes e à sociedade que estão agindo corretamente nas questões ambientais.

Outro fator a ser levado em conta é que as indústrias buscaram informações necessárias para obter a certificação, mas, devido à burocracia, não foi viável para sua empresa. Isto revela que as indústrias tiveram o interesse de possuir uma certificação ambiental, mas muitas vezes pelo desconhecimento e falta de informação das normas a serem seguidas, e também considerando que para obter a certificação existem etapas a serem seguidas, com isso acabam sendo consideradas burocráticas e não viáveis.

Através da figura 6, percebe-se que a exigência do mercado é o principal fator pela busca de certificações ambientais, pois 53% das indústrias participantes apontaram este como principal motivo por possuir a certificação.

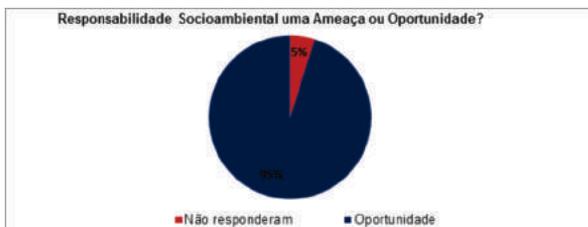
A indústria que possui uma certificação comprova que a mesma está agindo corretamente com a questão ambiental, conforme as normas estabelecidas para a obtenção da mesma; além disso, a certificação está se tornando um diferencial competitivo.

As empresas estão sendo mais exigidas em relação à questão ambiental, conforme ressalta Albuquerque (2009), destaca que a exigência de mercado, pressão da sociedade e a regulamentação ambiental são fatores que estão motivando as indústrias a envolver as questões ambientais no modelo de gestão. Então, o envolvimento da questão ambiental em muitos setores torna-se uma exigência de mercado, e a certificação ambiental é um pré-requisito para entrar em um nicho de mercado.

Além disso, 27% das indústrias apontam como motivo de ter certificações ambientais a melhora da sua imagem perante a sociedade, e cada vez mais buscam-se empresas que estão comprometidas com o meio ambiente e com a sociedade em que estão inseridas. Este fato também é relatado por Amaral (2005), que cita um estudo recente na Universidade de Harvard, mostrando que 76% dos consumidores preferem marcas envolvidas em algum tipo de ação social.

4.4. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

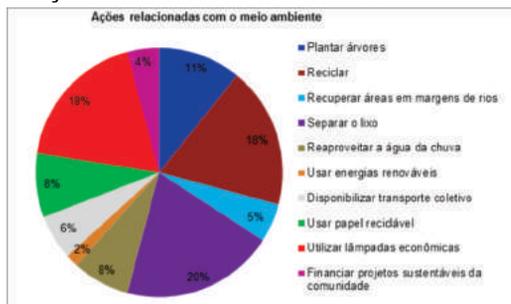
Figura 7: Avaliação da responsabilidade socioambiental



Responsabilidade socioambiental conforme Luiz, Gasparotte, Junior (2009) é o comprometimento das indústrias com as questões ambientais e sociais. É essencial que as mesmas estejam cientes da importância e da influência que têm perante a sociedade e o meio ambiente.

Das indústrias participantes 95% consideram a responsabilidade socioambiental como uma oportunidade. Este é um fato importante, pois mostra que elas estão começando a envolver a questão ambiental na gestão da empresa, considerando a mesma como uma oportunidade.

Figura 8: Ações relacionadas com o meio ambiente



De acordo com a figura 8, das indústrias pesquisadas 66% possuem ou patrocinam alguma ação relacionada com o meio ambiente. São dez ações listadas, baseadas em autores como Dias (2007) que elenca ações que “vão além das medidas legais”.

Conforme a figura 8, todas as ações estão sendo praticadas, destacando-se com 20% a separação do lixo, que é uma ação simples, mas muito importante, pois

através da separação correta do lixo, o mesmo pode ser reciclado, ou descartado da maneira correta. A reciclagem, com 18%, considerada uma ação importante para a preservação do meio ambiente. Outra ação também com 18% é o uso de lâmpadas econômicas, esta é uma ação que diminui o consumo de energia, ajudando a preservação do meio ambiente e também na diminuição de custos para a empresa. Em seguida, a ação de plantar árvores, com 11%, é uma ação extremamente importante para a preservação do planeta, pois as árvores trazem diversos benefícios ao meio ambiente.

Como exemplo da ação da correta separação do lixo, cita-se a AMANCO BRASIL, que tem o Programa de Coleta Seletiva, com o objetivo de conscientizar os colaboradores a prática dos três “Rs”, que são reduzir, reutilizar e reciclar. A Amanco possui coletores de resíduos identificados com cada tipo de material, passando também por auditorias para avaliar os resultados, o alcance de metas.

Figura 9: Ações praticadas relacionadas com sustentabilidade



Para buscar a sustentabilidade, as indústrias realizam ações, conforme a figura, a ação que mais se destaca com 35%, é o uso de tecnologias menos poluentes, em que se utiliza a tecnologia para diminuir o impacto causado ao meio ambiente. Utilizando máquinas mais precisas, diminuindo o tempo e utilizando combustíveis menos poluentes.

Além disso, a reciclagem é praticada por 32% das indústrias pesquisadas; são pequenas ações, mas que fazem a diferença. Outras ações praticadas pelas indústrias são a economia de água, com 18%, a reutilização do papel, com 12%, e o uso de energias renováveis com 3%. São ações importantes para a preservação do meio ambiente.

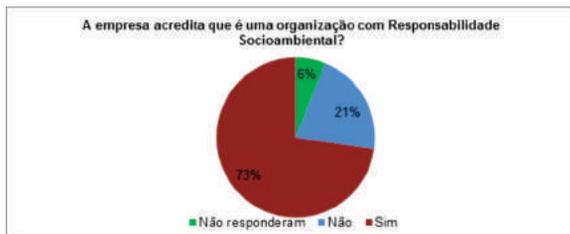
Figura 10: Ações que a empresa adotaria quanto a Responsabilidade Socioambiental



Conforme a figura 10 são ações que as empresas adotariam, entre elas se destaca com 27% a compra de matéria-prima com certificação, este fator está se tornando uma exigência de mercado. Outra ação a ser adotada seria a destinação adequada dos resíduos, com 23% das indústrias. E também com 23% se destaca a redução no consumo de insumos, como água e energia.

São ações que diminuem o impacto causado ao meio ambiente e também gera um custo a menos para a indústria que adota o reuso da água, já praticado por diversas organizações, como a PETROBRAS que em 2012 superou os 23 bilhões de litros, e a SANOFI, que teve uma economia de 3,4 milhões de litros por ano. Já o SANTANDER utiliza descarga a vácuo, torneiras com controle de vazão e captação de água da chuva, para a redução do consumo de água.

Figura 11: Responsabilidade Socioambiental



Conforme a figura 11 percebe-se que 73% das indústrias pesquisadas consideram-se uma organização com responsabilidade socioambiental. Este é um fator importante, pois demonstra que as mesmas estão buscando e praticando ações para o bem estar da sociedade em que estão inseridas e também para a preservação do meio ambiente.

Este indicador só tende a crescer, pois, como relata Dias (2007), as organizações estão mudando aos poucos, em busca de uma maior responsabilidade social, fazendo parte da comunidade que está inserida, ajudando no desenvolvimento da mesma.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o surgimento dos impactos ambientais, a sociedade passou a ver o meio ambiente com outros olhos, mudando suas atitudes e praticando novas ações para preservar e recuperar o meio ambiente. Para isso ocorreram diversos encontros, acordos, conferências e estudos, conforme mostrou o capítulo dois, todos com o objetivo de diminuir a geração de resíduos e consequentemente o impacto ambiental, buscando o desenvolvimento sustentável e a responsabilidade socioambiental.

Diante disso, o estudo identificou como problema "qual a percepção dos gestores das indústrias metal mecânica, moveleira e têxtil quanto à legislação ambiental, responsabilidade socioambiental e à sustentabilidade?", o resultado do problema está evidenciado nas figuras do capítulo três, que foram gerados através da pesquisa aplicada às indústrias cadastradas nas Associações Comerciais e Industriais dos municípios de Horizontina, Santa Rosa e Três de Maio.

Analisando os objetivos geral e específicos do estudo, percebe-se que todos foram alcançados no decorrer do desenvolvimento do trabalho. Sendo que o objetivo geral foi definido: como identificar a percepção e as ações dos gestores das indústrias metal mecânica, moveleira e têxtil quanto à legislação ambiental, à responsabilidade socioambiental e à sustentabilidade? Este objetivo foi alcançado através da aplicação do questionário e a geração dos gráficos apresentados no capítulo três.

Após a coleta dos dados, foi realizada a análise dos mesmos, identificando a percepção e as ações dos gestores das indústrias, atingindo os objetivos propostos. Em relação ao entendimento da legislação ambiental identificou-se que 43% conhecem apenas algumas leis; como consequência, poderão acarretar multas. Outro fator relevante identificado foi que 61% das indústrias não possuem certificação ambiental. Como principal motivo, destacou-se a busca por informações, mas devido à burocracia não é viável. Os outros 39% que possuem certificação apontaram como principal motivo a exigência de mercado.

Quanto à percepção perante a sustentabilidade 66% entendem como usar os recursos naturais sem agredir o meio ambiente. Todos precisam ter a consciência que o homem deve estar em harmonia com o meio ambiente, percebe-se que as indústrias já estão realizando ações e mudando suas atitudes.

A busca pela sustentabilidade é um grande desafio da sociedade, pois os recursos naturais são finitos, é preciso a conscientização de todos para que os mesmos sejam utilizados para atender às necessidades e manterem-se disponíveis para as gerações futuras.

Quanto à responsabilidade socioambiental 95% das indústrias pesquisadas consideram uma oportunidade e 73% acreditam que têm responsabilidade socioambiental. As indústrias precisam estar cientes da influência que as mesmas têm perante o meio ambiente e a sociedade em que estão inseridas, que todas as suas ações afetam a comunidade e o meio ambiente.

As ações praticadas pelas indústrias pesquisadas destacam-se em plantar árvores, separação do lixo, reciclagem, utilização de lâmpadas econômicas e tecnologias menos poluentes. Após a análise, foram elencadas sugestões de ações a serem praticadas pelas indústrias que beneficiam o meio ambiente, cabendo a cada uma delas avaliar a utilização das mesmas.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, José de Lima. 2009. **Gestão Ambiental e Responsabilidade Social**. São Paulo: Atlas. ISBN: 978 85 224 5772 4
- ALMEIDA, Fernando, 2007. **Os desafios da sustentabilidade**. Rio de Janeiro, Elsevier. ISBN: 9788535226775.
- BARBIERI, José Carlos, 2007. **Gestão Ambiental Empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. São Paulo: Saraiva. ISBN: 978 85 02 06448 5
- DIAS, Reinaldo, 2007. **Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. São Paulo: Atlas. ISBN 978-85-224-4269-0
- FIALHO, Francisco Antonio Pereira, *et. al*, 2008. **Gestão da Sustentabilidade na Era do Conhecimento**. Florianópolis: Visual Books. ISBN: 978 85 75022245.
- FORATO, Cleverson. 2010. **Auditoria de certificação ambiental**. São Paulo: Pearson Prentice Hall. ISBN: 9788576056515.

GARCIA, Régis. 2013. **Contabilidade Social e Ambiental**. São Paulo: Pearson education do Brasil. ISBN: 9788581439358.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. 2007. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas. ISBN: 85 224 4015 8

LOVATO, Adalberto. 2013. **Metodologia da Pesquisa**. Três de Maio: SETREM. ISBN: 978 85 99020 05 0

LUIZ, Leliana Aparecida Casagrande; GASPAROTTE, Valquíria; JUNIOR, Wilson Geidelis. 2009. **Economia e Responsabilidade Socioambiental**.

PINHEIRO, José Mauricio dos Santos. 2010. **Da iniciação científica ao TCC**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna Ltda. ISBN: 978 85 7393 890 6

PIRES, Ewerton de Oliveira; TOZATO, Heloisa de Camargo. 2010. **Avaliação do impacto ambiental e licenciamento**. São Paulo: Pearson Prentice Hall. ISBN: 9788576056508.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. 2012. **Manual de Direito Ambiental**. São Paulo: Saraiva. ISBN: 978 85 02 13368 6.

THOMÉ, Romeu, 2013. **Manual do Direito Ambiental**. Salvador: Jus Podivn. ISBN 857761 682.

POLÍTICAS DE ATENÇÃO À SAÚDE DO ÍNDIO NO BRASIL

Carine Eloise Prestes Zimmermann¹
 Ederson Nadir Pires Dornelles²
 Daniela Signori³
 Débora Pedroso⁴

RESUMO

As políticas públicas de saúde no Brasil para população indígena têm sofrido modificações ao longo dos anos, e tais mudanças têm ocorrido para adequarem-se aos contextos políticos, econômicos e sociais. O objetivo deste estudo foi conhecer as políticas públicas existentes para saúde da população indígena no Brasil no período de 1910 a 2010. Trata-se de um estudo de revisão de literatura abordando a evolução da política de atenção à saúde do índio no território brasileiro. A partir de 1999, a responsabilidade pela provisão de serviços de saúde aos povos indígenas passou para a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), a qual concretizou a implantação de um serviço de saúde voltado para os povos indígenas, estruturado em distritos, vinculados ao Sistema Único de Saúde. A partir deste cenário o poder público tenta atuar e ofertar serviços de saúde adequados aos povos indígenas. Entretanto, há carência de dados e atividades de pesquisas científicas e que possam auxiliar nas políticas públicas beneficentes a estes povos.

Palavras-chave: Políticas Públicas de Saúde. Saúde de Populações Indígenas. Serviços de Saúde.

1. INTRODUÇÃO

As políticas públicas são conjuntos de programas elaborados pelo Estado ou entidades políticas, com o objetivo de assegurar direitos e benefícios às mais variadas populações, cobrando ações dos governos em prol das pessoas mais carentes e necessitadas, como é o caso do público indígena (CARDOSO, 2014).

As políticas públicas de saúde no Brasil para população indígena têm sofrido modificações ao longo dos anos e tais mudanças têm ocorrido para adequarem-se aos contextos políticos, econômicos e sociais. O cuidado ao índio teve origem durante o período colonial, no qual os missionários acolhiam e realizavam a atenção à saúde dos povos indígenas espalhados pelo Brasil (GARNELO; SAMPAIO, 2003). Apenas durante o século XX a Igreja deixou de ser o único órgão responsável pelos cuidados aos indígenas e o poder público passou a gerenciar diretamente a atenção dispensada aos indígenas brasileiros, sendo criado o SPI (Serviço de Proteção aos Índios), tendo como finalidade executar a política indigenista no Brasil (GARNELO, 2012).

ABSTRACT

Public health policies in Brazil for the indigenous population have undergone changes over the years, and such changes have occurred in order to adapt to the political, economic and social contexts. The objective of this study was to know the existing public policies for health of the indigenous population in Brazil from 1910 to 2010. This is a literature review study addressing the evolution of the Indian health care policy in the Brazilian territory. Since 1999, responsibility for the provision of health services to indigenous peoples has been transferred to the National Health Foundation (FUNASA), which has implemented a health service for indigenous peoples, structured in districts, linked to the System Health. From this scenario, the public power tries to act and offer adequate health services to the indigenous peoples. However, there is a shortage of scientific research data and activities that may assist these peoples in the public policies that benefit them.

Keywords: Public health policy. Health of Indigenous People. Health Services.

Em decorrência da extinção do SPI, em 1967, devido a sua infuncionalidade, foi então criada em pleno período da ditadura militar a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), órgão do governo federal que passou a executar a política indigenista em todo o território nacional (LIMA, 2002; BERNARDES, 2011). Apenas no ano de 1973 foi elaborada uma legislação específica para os indígenas no Brasil, o “Estatuto do Índio”, ainda em vigor, que surgiu devido à pressão internacional relacionada aos direitos indígenas no país (POVOS INDÍGENAS NO BRASIL, 2006).

O principal marco regulatório da saúde indígena atual brasileira foi a Constituição Federal de 1988 (CF/88), que acabou sendo responsável pela idealização e implantação em nível nacional do Sistema Único de Saúde (SUS), visando o acesso à saúde universal para todos os cidadãos (BRASIL, 1988). Para atender ao artigo 196 da CF/88, que garante a saúde como um direito de todos e dever do estado, no início da década de 90, um conjunto de decretos da presidência da república acabou reformulando e retirando da FUNAI algumas de suas atribuições; dentre elas, a área da saúde, que passou a ser competência do Ministério da Saúde, o qual

¹Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Farmacologia – Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: carine_zimmermann@yahoo.com.br

²Mestre em Direito pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI -RS. Integrante do grupo de pesquisa Direitos de Minorias, Movimentos Sociais e Políticas Públicas, do(a) Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Pesquisador da área indígena, com publicações relacionados ao tema. E-mail: ederdor@yahoo.com.br.

³Acadêmica do Curso de Biomedicina – Instituto Cenecista de Ensino Superior de Santo Ângelo. E-mail: danielasignori@gmail.com

⁴Doutora em Ciências Biológicas III – Universidade Federal de Pelotas. Docente do Curso de Biomedicina IESA-CNEC. E-mail: pedrosodebora@yahoo.com.br

já apresentava a responsabilidade de gerir a saúde para o restante da população. Por intermédio da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) foi implementada, em nível nacional, a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI), articulado com o SUS, integrante da Política Nacional de Saúde, regulamentada pelo Decreto nº 3.156, de 27 de agosto de 1999, a qual abrangeu sobre as condições de assistência à saúde dos povos indígenas (BRASIL, 1999; OLIVEIRA, 2005; SANTOS *et al.*, 2008; BASTOS *et al.*, 2011).

Atualmente, a saúde indígena é um dos principais focos do SUS, garantindo os direitos e o acesso desses povos aos serviços de saúde. Este estudo faz parte de uma ampla pesquisa que está sendo desenvolvida por este grupo, como consequência da carência de dados e atividades de pesquisas científicas que explorem este segmento da sociedade e que acrescentem as discussões sobre a saúde dos povos indígenas.

Portanto, o objetivo deste estudo foi realizar uma revisão da literatura a fim de conhecer a evolução das políticas públicas existentes para a saúde da população indígena no Brasil.

2. METODOLOGIA

Foram definidas as bases de dados PubMed, Bireme, Scielo, Scopus e Web of Science para identificação dos artigos. Os termos utilizados na busca foram delimitados a partir das palavras chaves presentes em artigos adequados ao tema, lidos previamente de forma não sistemática. Os descritores utilizados em conjunto para identificação dos artigos foram: Políticas Públicas de Saúde, Saúde de Populações Indígenas, Serviços de Saúde. A busca não se restringiu a artigos publicados em português. A abrangência dos periódicos consultados ocorreu no período de 1910 a 2010 e buscou as políticas públicas existentes para saúde da população indígena no Brasil. Na última etapa, realizou-se uma leitura dos títulos e resumos de todos os artigos selecionados a fim de identificar os trabalhos que abordavam o tema objetivo da revisão, mesmo que de forma secundária, e ainda respeitavam os seguintes critérios de inclusão: 1) Políticas Públicas de Saúde. 2) Saúde de Populações Indígenas. 3) Saúde Indígena. 4) Serviços de Saúde. Foram excluídos estudos publicados sob a forma de editoriais e entrevistas, como também aqueles que incluíam outras políticas públicas. Artigos que não atenderam a algum dos critérios propostos foram excluídos das análises posteriores.

Foram encontrados 619 artigos potencialmente relevantes, considerando a definição das bases de dados e os descritores. Após a leitura dos títulos e resumos dos artigos, 352 artigos foram excluídos com base nos critérios apresentados, sendo que: 1) 189 eram estudos demográficos; 2) 76 artigos não avaliaram como ocorre o acesso aos serviços de saúde indígena e 3) 87 artigos eram estudos que abordavam fatores sociais.

Na última etapa, os 267 artigos selecionados como relevantes para o objetivo deste trabalho foram analisados na íntegra. A partir dessa análise, 250 artigos foram excluídos, sendo que: 17 artigos eram estudos que tratavam do funcionamento dos conselhos e gestão

participativa na saúde, 108 artigos avaliaram os impactos da saúde e no sistema único de saúde e 115 eram estudos de ações de cursos da saúde. Finalmente, a revisão foi realizada com base em 17 artigos.

3. DESENVOLVIMENTO

3.1. POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE DO ÍNDIO

A atenção à saúde indígena teve origem durante o período colonial no século XIX, em que os índios eram acolhidos principalmente pelos missionários das igrejas, que realizavam o atendimento e a assistência à saúde de muitos povos indígenas espalhados pelo Brasil (GARNELO; SAMPAIO, 2003). Durante o século XX o poder público passou a gerenciar diretamente a atenção dispensada aos indígenas brasileiros, sendo criado o SPI, pelo Decreto n.º 8.072 de 20 de junho de 1910, no governo de Hermes da Fonseca. Tendo como finalidade executar a política indigenista no Brasil, protegendo os índios e assegurando a implementação de uma estratégia de ocupação territorial do país. Com isso, a Igreja, que antes tinha a hegemonia quanto ao trabalho e à proteção dos índios, acabou dando lugar também à proteção do Estado, o que tirou o monopólio da Igreja com relação aos indígenas, fato este que perdurava desde o descobrimento do Brasil (GARNELO, 2012).

O SPI como organização teve uma atuação bastante precária e descontínua, sem conseguir cumprir com os objetivos a que foi criado durante todo o período de sua existência, culminando em 1967, com a extinção do órgão pelo governo devido à ineficiência dos serviços prestados, bem como aos diversos tipos de corrupções nele encontrados. Em decorrência da extinção do SPI, foi então criada, em pleno período da ditadura militar, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), órgão do governo federal que passou a executar a política indigenista em todo o território nacional (BERNARDES, 2011). Ambos os órgãos tinham como atribuições a prestação de assistência aos povos indígenas nos mais diversos campos da vida social como saúde, educação e outros. Entretanto, tais instituições jamais chegaram a cumprir plenamente com suas atribuições.

Como não existia realmente uma legislação regulamentada que assegurasse garantias concretas aos indígenas, diversas ações que buscavam benefícios plenos a esses povos não tinham do poder público, por exemplo, guarida. No campo da saúde acabou-se enfrentando a falta de suporte técnico e principalmente financeiro para o desenvolvimento de ações públicas que garantissem ações voltadas à saúde indígena. Este fato causou, juntamente com outras, restrições e inadequações da política indigenista, um forte descontentamento por parte das representatividades indígenas do país. Esse cenário carecia de uma legislação nacional que possibilitasse ao indígena certas garantias e que colocassem os órgãos governamentais sob uma responsabilidade legal e cumprimento dessa legislação em prol dos indígenas brasileiros. No entanto, apenas no ano de 1973 foi elaborada uma legislação específica para os indígenas no Brasil. Tratava-se da lei 6.001 de 19 de dezembro de 1973, chamada "Estatuto do Índio", ainda em vigor. Essa legislação resultou não do bom senso e da sensibilidade dos governantes brasileiros da época com relação aos índios, mas sim de

uma preocupação do governo com sua imagem no exterior, mediante pressão internacional sofrida, considerando que estavam ocorrendo diversas denúncias sobre violações dos direitos humanos dos índios no país (SOUZA; SCATENA; SANTOS, 2007).

Outro marco para a constituição das políticas públicas de saúde indígena no Brasil foi a I Conferência Nacional de Proteção à Saúde do índio, realizada no ano de 1986, ocasião em que se discutiu e deliberou em torno da implementação de um modelo diferenciado para a saúde indígena. Este modelo foi baseado no respeito à organização social e política, aos costumes e às tradições dos diversos povos indígenas; um modelo que garantia aos índios o direito universal e integral à saúde, participação indígena nas políticas de saúde, assim como a criação de uma agência de saúde específica para assuntos indígenas (SOUZA; SCATENA; SANTOS, 2007).

Finalmente, a partir da Constituição Brasileira de 1988, uma visão diferenciada passou a fazer parte da legislação brasileira, influenciada por intelectuais estudiosos das relações indígenas. O cenário indígena e, conseqüentemente, os direitos reservados a eles sofreu uma significativa transformação, vindo a ser inserido no texto constitucional um capítulo dedicado aos indígenas, o qual garantiu legalmente direitos fundamentais, antes inexistentes. Isso passou a ser um dos mais recentes avanços existentes até o momento, em termos de legislação nacional relativo à população indígena. Este capítulo, assim como outros, considerou o princípio da dignidade da pessoa humana, consagrado como fundamento da República Federativa do Brasil e que costura e unifica todo o sistema pátrio de direitos fundamentais, o que acabou refletindo positivamente em todo o contexto constitucional e, conseqüentemente, na Política Indígena Nacional (CONFALONIERI, 1989). A CF/1988 define, em seu artigo 196, a saúde como um direito de todos e dever do Estado, também reconhece os índios como sujeitos de direito e garante atenção integral e específica à saúde.

Para atender ao artigo 196 da CF/88, no início da década de 90 um conjunto de decretos da presidência da república acabou reformulando e retirando da FUNAI algumas de suas atribuições; dentre elas, a área da saúde, que passou a ser competência do Ministério da Saúde, o qual já apresentava a responsabilidade de gerir a saúde para o restante da população. Por intermédio da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) foi implementada em nível nacional a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI), articulada com o SUS, integrante da Política Nacional de Saúde, regulamentada pelo Decreto nº 3.156, de 27 de agosto de 1999, a qual dispõe sobre as condições de assistência à saúde dos povos indígenas (SANTOS *et al.*, 2008). Inexistia, até então, uma política setorial no SUS que atendesse à diversidade dos povos indígenas, o que comprometia o acesso adequado desses às ações de saúde (BASTOS *et al.*, 2011).

O SUS, vinculado ao Ministério da Saúde, não possuía estrutura nem experiência com relação ao acesso e compromisso com as comunidades indígenas, já que, por possuírem características específicas e bem peculiares, não tinham no SUS respaldo e atenção individualizada para que suas reais necessidades fossem

atendidas. Como a legislação preconizava a ideia de um único sistema de saúde, acabou vingando a proposta de criar um subsistema do SUS, garantindo a vinculação hierárquica entre essas instâncias. Em 1999, através da Lei nº 9.836, foram então criados os Subsistemas de Atenção à Saúde Indígena (SASI), balizados no princípio da descentralização, hierarquização e regionalização, tendo sido instalados pelo Decreto nº 3.156 os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI), por todo o território nacional (GARNELO, 2012; LANGDON; DIEHL, 2007). Uma síntese da evolução das políticas de saúde para os indígenas no Brasil, desde o período colonial até os anos 2010 pode ser visualizada na Figura 1.

O Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, sob a gestão da Fundação Nacional de Saúde e do Ministério da Saúde, foi criado a partir da Lei nº. 9.836/99, conhecida como Lei Arouca (CHAVES; CARDOSO; ALMEIDA, 2006). Esta lei é mais um marco regulatório da atenção à vida das populações indígenas do Brasil, já que contemplou alguns dispositivos fundamentais para a proteção do índio, evitando qualquer tipo de discriminação e garantiu um atendimento universalizado e socializado (COHN, 2005). A Lei Arouca também dispõe sobre as garantias de atendimento médico, de acordo com suas necessidades e em qualquer nível da atenção à saúde. Além disso, garante a participação indígena nos colegiados relativos à saúde, existentes em todos os níveis federados, formulando, acompanhando e avaliando as políticas de saúde, no Conselho Nacional de Saúde (CNS), Conselhos Estaduais e Municipais. Desta forma, propõe um modelo participativo de cogestão do Estado, da sociedade civil, dos conselhos gestores e convênios com ONGs, demonstrando a importância da participação dos indígenas na defesa de seus interesses e nas possíveis estratégias e ações das políticas públicas (GOHN, 2003).

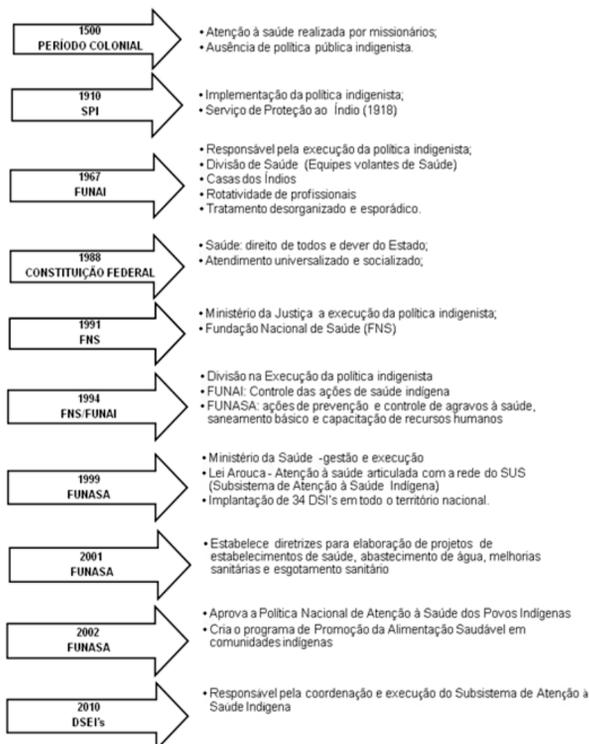
As políticas públicas devem estar pautadas na relevância da necessidade e da realidade local, de acordo com as especificidades da cultura dos povos indígenas: nutrição, habitação, meio ambiente, demarcação de terras, educação sanitária e integração institucional. A partir da regulamentação dessa lei, o atendimento relacionado à saúde dos índios brasileiros foi universalizado e socializado, pois garantiu assim que essa parcela da população brasileira fosse assistida de forma mais efetiva, modificando a atenção dispensada aos mesmos.

3.2. ORGANIZAÇÃO DA SAÚDE INDÍGENA NO BRASIL

Neste contexto, a FUNASA, estabeleceu através do SASI, unidades operacionais que são os DSEIs, que passaram a ser o modelo central da gestão da saúde indígena (GARNELO; SAMPAIO, 2005). Os DSEIs se configuram numa rede de serviços implantada nas terras indígenas para oferecer um conjunto de ações de saúde necessárias à atenção básica, articulados com a rede do SUS, para referência e contra referência com participação do usuário e controle social. Ao DSEI compete atuar em ações que contemplam promoção, proteção e recuperação da saúde do índio. O saneamento é um ponto essencial para a promoção e prevenção de doenças nas populações indígenas, levar às áreas indígenas serviços de água, esgotamento sanitário, coleta, remoção e destino final do lixo para eliminar os possíveis agravos e riscos são ações desenvolvidas pelos

DSEIs. As atividades implementadas pelos DSEIs são coordenadas pelo Departamento de Saúde Indígena (DESAI), que é o órgão responsável pela gestão central do Subsistema de Saúde Indígena (LANGDON; DIEHL, 2007). O histórico das políticas públicas de atenção à saúde do índio foi ilustrado na Figura 1.

Figura 1 – Histórico das Políticas de Atenção à Saúde do Índio.

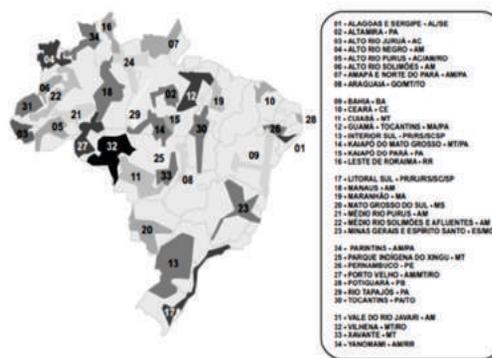


Em todo o território nacional foram implantados 34 DSEIs, alocados por critérios territoriais, tendo como base a ocupação geográfica das comunidades indígenas (Figura 2). Essa implantação resultou em distritos cuja base territorial não coincide com limites de estados e municípios. O que ocorre com os índios residentes no Estado do Rio Grande do Sul que são atendidos pelos distritos sanitários cujas sedes estão localizadas nos Estados do Paraná e Santa Catarina. O DSEI Litoral Sul, com sede em Curitiba, assiste às comunidades indígenas da etnia Guarani do litoral dos estados do Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP), Paraná (PR), Santa Catarina (SC) e Rio Grande do Sul (RS). Os municípios atendidos no Rio Grande do Sul são: Cachoeira do Sul, Camaquã, Maquiné, Mariana Pimentel, Palmares do Sul, Porto Alegre, Rio Grande, Riozinho, São Francisco de Assis, São Francisco de Paula, São Miguel das Missões, Santo Antonio da Patrulha, Sentinela do Sul, Tapes, Torres e Viamão. O DSEI Interior Sul, com sede em Chapecó, assiste às comunidades indígenas da etnia predominantemente Kaingang, havendo também Guarani, Xokleng, Krenak e Terena do interior dos estados de SP, PR, SC e RS. Dos 65 municípios atendidos, 16 pertencem ao estado do Rio Grande do Sul, os municípios atendidos são: Salto do Jacuí, Cacique Doble, Charrua, Erebango, Muliterno, Iraí, Nonoai, Liberato Salzano, Ronda Alta, Redentora, Água Santa, São Valentin, Tenente Portela, São Valério do Sul, Santa Maria e Passo Fundo (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013).

O DSEI deve ser entendido como uma base territorial e populacional que está articulado com a rede do SUS (Figura 3), a constituição da rede de serviço leva

em conta a estrutura de serviços já existentes nas terras indígenas, a qual pode ser adequada e ampliada de acordo com as necessidades de cada local (BASTOS *et al.*, 2011; CARDOSO, 2014; MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2015). As operacionalizações das ações da saúde são efetuadas por meio de unidades de saúde nas comunidades indígenas, polos-base em territórios indígenas que devem comportar as Equipes Multidisciplinares de Saúde indígena (EMSI's), e as Casas de Saúde Indígena (CASAI's) (CARDOSO, 2014). As equipes Multidisciplinares de Saúde indígena (EMSI's) são compostas basicamente por médicos, odontólogos, enfermeiros, auxiliares e técnicos de enfermagem, agentes de saúde e agentes indígenas de saneamento, sendo o número, a qualificação e o perfil dos profissionais determinado em conformidade com o planejamento de atividades, levando em consideração fatores como: quantidade de habitantes, condições de acesso, perfil epidemiológico e necessidades específicas para controle de endemias (CRUZ; COELHO, 2012). A localização dos DSEI's no Brasil pode ser visualizada na Figura 2.

Figura 2 – Localização Espacial dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas no Brasil.



Fonte: MINISTÉRIO DA SAÚDE (2015c).

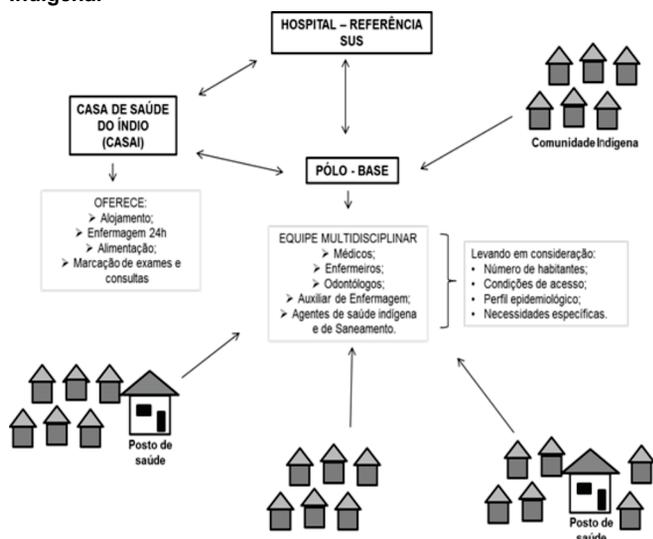
O Agente Indígena de Saúde (AIS) é um membro da aldeia capacitado pela FUNASA para prestar assistência à saúde aos demais integrantes de sua própria aldeia (DIEHL; LANGDON; SCOPEL, 2012). O polo-base tem como principal missão a promoção de saúde das aldeias por meio de assistência aos casos não solucionados nos postos de saúde. Caso a estrutura oferecida pelos polos-base não seja suficiente devido à complexidade de certos casos, o paciente é repassado então para os serviços de referência para atenção à saúde de média e alta complexidade na rede de serviços já existentes do SUS que atende a população brasileira em geral (HOKERBERG; DUCHIADÉ; BARCELLOS, 2001). A Casa de Apoio à Saúde Indígena (CASAI) é um estabelecimento localizado em municípios estratégicos, inclusive nas capitais dos estados. Sua atribuição é receber o índio que vem referenciado de sua aldeia em busca de assistência na rede do SUS. A figura 3 esquematiza esta descrição. Desde o início do subsistema, os serviços de saúde nas terras indígenas têm sido executados através de convênios com municípios e/ou ONGs, caracterizando a terceirização do subsistema (GARNELO; SAMPAIO, 2003).

A FUNASA atuou efetivamente no campo da saúde indígena até o início de 2011, sendo substituída quando se completou a transferência de responsabilidade

para então Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), órgão criado pela lei nº 12.314/2010 e Decreto nº 7.336/10 como resposta às reivindicações indígenas, em busca da implementação de um novo modelo de gestão e atenção no âmbito do SUS (SANTOS *et al.*, 2008). A SESAI passou a ter a responsabilidade, bem como as atribuições de coordenar a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. Organizou-se em três grandes áreas. (I) Departamento de Gestão da Saúde Indígena. (II) Departamento de Atenção à Saúde Indígena. (III) Distritos Sanitários Especiais Indígenas. Contemplando ainda, entre suas responsabilidades, ações de saneamento básico e ambiental das áreas indígenas, como a preservação das fontes de água limpa, construção de poços ou captação à distância nas comunidades sem água potável; construção de sistemas de saneamento, destinação final ao lixo e controle de poluição de nascentes, sempre visando à melhoria das condições de vida dos povos indígenas brasileiros (VARGAS, 2010).

Segundo dados do Ministério da Saúde (2015), em toda a rede existem 751 postos de saúde nas cinco regiões geográficas, situados nas mais de 4,2 mil aldeias indígenas existentes no país. Os postos de saúde são construídos de acordo com a necessidade de cada região; neles são executados os serviços de atenção básica à saúde, como o acompanhamento de crianças e gestantes, imunização, acompanhamento de pacientes crônicos e doenças que ocorrem com frequência (LANGDON; DIEHL, 2007). Ações que já refletiram no índice de mortalidade infantil, o qual apresentou uma queda nos últimos anos de 40,55% demonstrando com isso a efetividade da política de proteção à saúde dos índios brasileiros implantada ultimamente (BASTA; ORELLANA; ARANTES, 2012). A estrutura organizacional dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas pode ser visualizada na Figura 3.

Figura 3 – Estrutura organizacional do Distrito Sanitário Especial Indígena.



No ano de 2013, na V Conferência Nacional de Saúde Indígena, foi anunciado que essa população também passaria a contar com o programa mais médico do governo federal, com a finalidade de atuarem exclusivamente na assistência de comunidades indígenas, na prestação de serviços de atenção básica nas Unidades Básicas de Saúde Indígena em aldeias das regiões mais remotas do país (MINISTÉRIO DA

SAÚDE, 2015). Antes dos Mais Médicos, os 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas contavam com 247 médicos; com o programa, foram alocados 335 médicos atuando nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas na Amazônia Legal e região Oeste do país, onde se concentra a maioria da população indígena e os indicadores de saúde são mais preocupantes.

A alocação destes profissionais para atender à saúde dos indígenas vem ao encontro das necessidades e problemas de saúde enfrentados, como a anemia, por exemplo, que se constitui grave problema nutricional nas populações indígenas, afetando, sobretudo, crianças e mulheres em idade reprodutiva. E provavelmente relacionada à ingestão insuficiente de determinados nutrientes, como o ferro, como também deve estar associada à presença de parasitoses endêmicas, como a ancilostomose e a malária (COIMBRAJR; SANTOS; ESCOBAR, 2005).

Como não existe um sistema de informação atualizado e eficaz, acaba sendo impossível ter uma análise detalhada acerca da epidemiologia das doenças presentes nestas comunidades, como as infecciosas, parasitárias e carências, as quais são as principais responsáveis pela morbimortalidade nas populações indígenas. Neste contexto, também ficam limitadas as tentativas de avaliação de programas de controle das principais endemias, até mesmo os dados de cobertura vacinais são de difícil obtenção (VARGAS, 2010).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, tem-se um panorama geral sobre o melhoramento das políticas de saúde para a população indígena no Brasil, a qual esteve relacionada às articulações com processos de mudanças sociais, econômicas e ambientais. Observa-se, a partir de 1910, a criação das primeiras leis protegendo os índios e assegurando a implementação de uma estratégia de ocupação territorial do país. Posteriormente, tem-se o surgimento da Fundação Nacional do Índio; entretanto, assim como a SPI, falhou nas suas atribuições.

Então, instiga-se a importância de ser firmada uma “aliança” entre pesquisadores epidemiologistas, lideranças indígenas e profissionais dos serviços de saúde para que juntos atuem em prol da melhoria das condições de saúde das comunidades indígenas, através de intervenções, com foco na educação em saúde baseada nos costumes destes. Para tanto, também é relevante que membros destas comunidades sejam estimulados a estudar e buscar formação nas áreas que possam ajudar o melhoramento de suas comunidades, pois se sabe que há resistência por parte das lideranças indígenas de que pessoas de fora da sua comunidade entrem em sua comunidade.

REFERÊNCIAS

BASTA, P. C.; ORELLANA, J. D. Y.; ARANTES, R. Perfil epidemiológico dos povos indígenas no Brasil: notas sobre agravos selecionados. In: GARNELO, L; PONTES, A. L. Saúde Indígena: uma introdução ao Tema. **MEC-SECADI**, v. 32, n. 2, p. 60-107, 2012.

BASTOS, G. A. N. *et al.* Utilization of medical services in the public health system in the Southern Brazil. **Revista**

de **Saúde Pública**, v. 45, n. 3, p. 475-484, 2011.

BERNARDES, A. G. Saúde Indígena e Políticas Públicas: alteridade e estado de exceção. **Comunicação, Saúde e Educação**, v. 15, n. 4, p. 153-164, 2011.

CARDOSO, M. D. Saúde e povos indígenas no Brasil: notas sobre alguns temas equivocados na política atual. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 30, n. 4, p. 860-866, 2014.

CHAVES, M. B. G.; CARDOSO, A. M.; ALMEIDA, C. Implementação da política de saúde indígena no Polo-base Angra dos Reis, Rio de Janeiro, Brasil: entraves e perspectivas. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 22, n. 4, p. 295-305, 2006.

COHN, A. O SUS e o Direito à Saúde: Universalização e Focalização nas Políticas de Saúde. In: LIMA, N. T.; GERSHMAN, S.; EDLER, F. C. (Org.). Saúde e democracia: história e perspectivas do SUS. **RJ Fiocruz**, v. 15, n. 3, p. 385-405, 2005.

COIMBRA, J. R. C. E. A.; SANTOS, R. V.; ESCOBAR, A. L. **Epidemiologia e saúde dos povos indígenas no Brasil** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; Rio de Janeiro: ABRASCO, 2005.

CONFALONIERI, E. U. C. O sistema Único de Saúde e as Populações Indígenas: Por uma integração diferenciada. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 5, n. 2, p. 441-450, 1989.

CRUZ, K. R.; COELHO, E. M. B. A Saúde Indigenista e os Desafios da Participação Indígena. **Saúde e Sociedade**, v. 21, n. 6, p. 185-198, 2012.

DIHEL, E. E.; LANGDON, E. J.; SCOPEL, R. P. D. Contribuição dos agentes indígenas de saúde na atenção diferenciada à saúde dos povos indígenas brasileiros. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 15, n. 9, p. 819-831, 2012.

GARNELO, L. Política de Saúde Indígena no Brasil: notas sobre as tendências atuais do processo de implantação do subsistema de atenção à saúde. Em Garnelo e Pontes (Org.). Saúde Indígena: uma introdução ao tema. **Brasília: Mec/Secadi/Unicef**, v. 1, n. 2, p. 234-346, 2012.

GARNELO, L.; SAMPAIO, S. Bases socioculturais do controle social em saúde indígena: problemas e questões na Região Norte do Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 19, n. 8, p. 11-7, 2003.

GARNELO, L.; SAMPAIO, S. Organizações indígenas e distritalização sanitária: os riscos de “fazer ver” e “fazer crer” nas políticas de saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 21, n. 4, p. 1217-1223, 2005.

GOHN, M. G. Conselhos Gestores e Participação Sociopolítica. **Cortez**, v. 84, n. 2, p. 234-342, 2003.

HOKERBERG, Y.; DUCHIADE, M. P.; BARCELLOS, C. Organização e qualidade da assistência à saúde dos índios Kaingang do Rio Grande do Sul, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 8, n. 4, p. 261-272, 2001.

LANGDON, E. J.; DIEHL, E. E. Participação e Autonomia nos Espaços Interculturais de Saúde Indígena: reflexões a partir do sul do Brasil. **Saúde e Sociedade**, v. 16, n. 2, p. 19-36, 2007.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Brasil. Secretaria especial de Saúde Indígena. Relatório de gestão do exercício de 2013. BRASIL, 2013.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Fundação Nacional de Saúde. **Distritos Sanitários Especiais Indígenas**. Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/secretarias/secretaria-sesai/mais-sobre-sesai/9540-destaques>. Acesso em: 15 abr. 2015a.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Mais médicos contribui para melhorar atendimento aos povos indígenas**. Disponível em: <http://www.brasil.gov/saude/2015/07>. Acesso em: 15 ago. 2015b.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Localização Espacial dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas no Brasil**. Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/secretarias/secretaria-sesai/mais-sobre-sesai/9540-destaques>. Acesso em: 04 maio 2015c.

SANTOS, R. V. *et al.* Saúde dos Povos Indígenas e Políticas Públicas no Brasil. In: Giovanella et al. Políticas e Sistema de Saúde no Brasil. **RJ Fiocruz**, v. 14, n. 6, p. 1035-1056, 2008.

SOUZA, M. C.; SCATENA, J. H. G.; SANTOS, R. V. O Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena (SIASI) criação, estrutura e funcionamento. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 23, n. 4, p. 853-861, 2007.

VARGAS, I. D. Secretaria Especial de Atenção à Saúde Indígena: desafios. **Boletim do Instituto de Saúde**, v. 129, n. 2, p. 167-171, 2010.

ENTRE OLIGARQUIAS E POVO: A EDUCAÇÃO BRASILEIRA A PARTIR DO MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA DE 1932 AOS DIAS ATUAIS

Maria Carolina Magalhães Santos¹

RESUMO

O presente artigo foi desenvolvido com as reflexões durante o componente Sociedade Brasileira e Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação Nas Ciências, e teve como temática central um estudo da Educação Brasileira em sua perspectiva ligada à historicidade dos períodos durante a República Brasileira. Como recorte temporal, usamos o período entre o fenômeno Tenentista de 1930, e início do Governo Provisório de Getúlio Vargas, seguindo uma perspectiva e uma análise mais aprofundada do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932, que, além de atual, mostra-se importante para a reflexão dos fenômenos atuais. Após a abertura do artigo com o Manifesto, seguimos a história da educação por um ponto de vista da historicidade da República Brasileira. O objetivo do trabalho foi apresentar uma perspectiva da história da educação no país e ainda refletir sobre as reformas atuais do ensino. Para conclusão do mesmo, colocamos em jogo alguns elementos para a reflexão do fenômeno educativo na atualidade.

Palavras-chave: História da Educação. Manifesto dos Pioneiros. Educação.

INTRODUÇÃO

O presente artigo foi desenvolvido após os estudos realizados no componente Sociedade Brasileira e Educação ministrado no Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências (Mestrado e Doutorado). O trabalho tem como temática central a ideologia do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova datado em 1932 e as possíveis relações com o sistema educativo em suas conjunturas atuais.

Como objetivo para a investigação, pretende analisar o documento do Manifesto e verificar de que formas ele ainda se torna contemporâneo mesmo que datado em um período no qual a democracia era quase nula no país e o ensino voltado para as classes mais favorecidas da sociedade. Através do estudo do Manifesto, faremos uma linha sequencial de tempo percorrendo a Educação, embasados nas colocações de Dermeval Saviani em História das ideias pedagógicas no Brasil.

Este trabalho vem se justificando na necessidade de nós, enquanto educadores, pararmos e fazermos algumas reflexões acerca dos sistemas que vêm se mostrando nos processos educativos do Brasil na atualidade; fazendo reflexões sobre se estas temáticas não se mostraram totalmente contraditórias no passado e como elas vêm nos sendo apresentadas atualmente.

ABSTRACT

The present article was developed with the reflections during the component Brazilian Society and Education in the Program of Post-Graduation in Education in the Sciences, and had as central theme a study of the Brazilian Education in its perspective linked to the historicity of the periods during the Brazilian Republic. As a temporal cut, we used the period between the Tenentista phenomenon of 1930 and the beginning of the Getúlio Vargas Interim Government, following a perspective and a more detailed analysis of the Manifesto of the New Education Pioneers of 1932, which, besides being present, is important for the reflection of current phenomena. After opening the article with the Manifesto, we follow the history of education from a point of view of the historicity of the Brazilian Republic. The objective of this work was to present a perspective on the history of education in the country, and to reflect on current education reforms. To conclude it, we put at stake some elements for the reflection of the educational phenomenon in the present time.

Keywords: History of Education. Manifest of the Pioneers. Education.

DESENVOLVIMENTO

Durante cinco séculos o Brasil vem se constituindo por uma visão europeia quanto a estado e civilização, mas, conforme a historiografia nos mostra e podemos perceber, esta história deve ser analisada desde muito antes da chegada dos europeus na América e, principalmente, no Brasil.

Para aprofundarmos esta análise, precisamos perceber que a história é muito além do que o simples passado. Estudar história significa estudar as ações dos homens dentro de um determinado espaço e tempo. Neste propósito, perceberemos que, em perspectivas marxistas e da Escola dos Annales, a história de um povo ou civilização vem junto com suas lutas e características mais profundas da sociedade, sendo um deles o propósito da educação.

A educação formal no Brasil tem marco inicial durante o período colonial, tendo em vista a educação com os Jesuítas a partir de 1549, entre os quais estavam presentes os objetivos de difusão da religião Cristã (lendo-se aqui a dominância Católica, uma vez que as Escolas com Confissão Luterana chegam ao Brasil com os primeiros imigrantes Alemães).

Porém, durante toda a história de Brasil, a educação foi pensada para alguns, estes alguns que

¹Aluna do Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Educação nas Ciências da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). Professora de História da rede Privada de Ensino. mariacarolina1617@yahoo.com.br

supostamente representam um todo. Este todo pode ser incluído em apenas uma palavra, a educação no Brasil foi por muito tempo feita para as Elites. A educação por muito não se pensou diferente, quem teria acesso à educação eram as camadas mais ricas da sociedade, em quaisquer dos níveis (cabendo aqui, desde o Primário até a Graduação).

Em ramos atuais de nossa sociedade, e levando em conta a direção das conjunturas atuais de ameaça aos sistemas educacionais atuais, é cabível a nós, interessados na educação, repensarmos os processos que nos levaram a esta perspectiva que hoje temos do acesso à educação, de uma educação para todos e de um momento nos quais estes se tornam novamente para as elites.

Neste artigo, pretendo fazer uma análise do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova datado em 1932, para depois por meio dos pensadores ao longo dos estudos na temática, construirmos uma linha das formas que a educação vem sendo desenvolvida e discutida ao longo da república brasileira; sobre a luta acerca da mesma hoje, e ainda sobre como podemos vê-la na atualidade, através da análise dos documentos de possíveis Reformas Educacionais. Pretendemos fazer a análise sobre a realidade escolar dos anos passados comparando-a com a análise da realidade atual, em perspectivas de acesso ao Ensino de qualidade, seja público ou privado, políticas públicas sobre a educação e financiamento educativo no ensino básico e superior.

O Manifesto dos Pioneiros teve por objetivo a divulgação de uma escola laica, livre e, ao meu ver, libertadora. A ideia de um ensino público de qualidade, dando acesso a todos dentro de um mesmo espaço e tempo sempre foi o alvo do Manifesto. Observando na contemporaneidade, a escola que os intelectuais da época almejavam, ainda é nosso objetivo das pesquisas dos fenômenos educativos.

Acima de tudo isto, o documento coloca em parte o governo como responsável direto da educação, assunto que na época foi extremamente discutido. O intrigante é que estamos pensando e discutindo os meados da década de 1930; todavia, estamos em 2016/2017, ano em que foram congelados os gastos com a Educação pelos próximos 20 anos. Uma vez que,

ora, se a educação está intimamente vinculada à filosofia de cada época, que lhe define o caráter, rasgando sempre novas perspectivas ao pensamento pedagógico, a educação nova não pode deixar de ser uma reação categórica, intencional e sistemática contra a velha estrutura do serviço educacional, artificial e verbalista, montada para uma concepção vencida (AZEVEDO, 2006 p. 191).

Assim, iremos fazer uma retrospectiva histórica, vinda dos anos anteriores ao Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, seguindo para a realidade atual das escolas.

Nos anos de 1920 houve uma disputa muito grande relativa ao governo do país. De um lado, o Movimento do Tenentismo, que crescia e espalhava-se pelo país mostrando a força de organizações como a Coluna Preste. De outro lado, os antigos políticos tradicionais, pedindo pela permanência de um governo centralizado nas oligarquias paulistas e mineiras da época. Finalizando este período histórico, em 1930 é instaurado o Governo Provisório, que se tornaria o primeiro da conhecida Era Vargas.²

Logo depois de empossado, em novembro de 1930, uma das primeiras medidas do governo provisório foi criar o Ministério da Educação e Saúde Pública. Para ocupar a nova pasta foi indicado Francisco Campos, integrante do movimento da Escola Nova que havia dirigido, juntamente com Mário Casasanta, a reforma da instrução pública em Minas Gerais em 1927-1928. (SAVIANI, 2008, p. 195).

As primeiras medidas, aponta-nos Saviani (2008), ficaram conhecidas como "Reforma Francisco Campos"; entre estas medidas iniciais encontravam-se a Criação dos Decretos 19.850, 19.851 e 19.852³, todos datados em 11 de abril de 1931. Logo após isto, em 18 de abril de 1931, o decreto 18.890 dispôs sobre a organização do Ensino Secundário, que foi seguido pelos Decretos de 30 de abril de 1931, números 19.941 (estabeleceu o Ensino Religioso nas escolas) e 20.158 (organizou o Ensino Comercial, regulamentou a profissão de Contador). Um ano depois, em 14 de abril de 1932 o decreto 21.241 consolidou as disposições acerca da disposição do Ensino Secundário.

Pode-se perceber que estas medidas tomadas pelo governo passam a tratar sobre a ideia da Educação Nova e elencando a mesma como uma questão nacional. Mostra-se, ainda, a influência do Ensino Católico no país, com o Decreto 19.941; fato este que no mesmo período influenciou, aqui no Rio Grande do Sul, por exemplo, a instalação de Escolas ligadas diretamente à Igreja Católica, regidas por padres e freiras.

Por outro lado, a aliança com a Igreja Católica compreende-se também pelo fato de que Francisco Campos vinha aliando-se com o pensamento autoritário na esteira das elaborações de Alberto Torres, Azevedo Amaral e Oliveira Vianna. Tal tendência estava em expansão, encontrando guarida nos líderes intelectuais católicos, entre os 'tenentes' e nos positivistas históricos do Rio Grande do Sul. (SAVIANI, 2008 p. 197).

Ainda no contexto dos anos 30, outro personagem extremamente importante para a sociedade da época foi Fernando de Azevedo, um dos principais (se não o principal) divulgador da Escola Nova no Brasil, e redator do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Para ele, o

²A Era Vargas é o período que engloba os anos de 1930 com a instituição do Governo Provisório, até o ano de 1945, que marca final da ditadura conhecida como Estado Novo. Em todos estes anos a presidência do país permaneceu nas mãos de Getúlio Vargas, deste, a origem do nome do período.

³Decretaram respectivamente a Criação do Conselho Nacional de Educação; Organização do Ensino Superior no Brasil adotando o regime Universitário e a Organização da Universidade do Rio de Janeiro (Saviani, 2008 p. 195 - 196).

escolanovismo envolveria uma escola única, escola do trabalho e escola como comunidade; assim, para Azevedo, a escola é posta principalmente por seu aspecto social.

Torna-se impossível entrar em nosso próximo assunto, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, sem citar também Anísio Teixeira, baiano, militante e idealista de uma educação livre, integral e de acesso garantido aos jovens. É outro dos personagens principais deste período e da criação do Documento que traria muitas reflexões à comunidade escolar até a atualidade.

O Manifesto dos pioneiros: um apelo por mudanças

O 'Manifesto', elaborado por Fernando Azevedo e assinado por 26 educadores brasileiros, líderes do movimento de 'renovação educacional', inicia-se estabelecendo uma relação dialética que deve existir entre educação e desenvolvimento, colocando aquela, porém numa situação de primazia no que respeita aos problemas nacionais (ROMANELLI, 2001p.145)

O documento acima citado (Manifesto), surgiu a partir de ideias que por muito foram debatidas. Para compreender este, precisamos analisar que anteriormente, em 1924, foi criada a ABE (Associação Brasileira de Educação), e, “Embora na origem o grupo tivesse a intenção de organizar um 'partido do ensino', a ABE firmou-se como órgão público, destinado a congregar todos os interessados na causa da educação” (SAVIANI, 2008 p. 229). Após alguns anos com muitos descontentamentos e discussões com o governo, no ano de 1931, em uma carta citada na obra *História das ideias pedagógicas no Brasil*, Saviani nos remete ao fato de que Fernando Azevedo mostra-se indignado com as medidas adotadas no período, permitindo-se a ser o redator de um “Manifesto”.

Este documento, ponto central do início de nossas discussões, segundo Pagni (2000), teria nascido da ausência de uma política e de uma filosofia de educação por parte do governo, além da dificuldade e incapacidade dos educadores da época para formular tais propostas e apresentar as mesmas ao governo.

Em análise histórica, a questão educativa sempre foi um fenômeno no qual as elites do país estiveram interessadas e envolvidas. Sabe-se, e arrisco aqui colocar, que sempre se soube que a educação é libertadora. O ato de aprender leva o aluno a pensar e tornar-se crítico de alguma forma, o que para uma elite é sempre uma preocupação constante.

O período histórico anterior ao Manifesto é o da República Velha, em que as oligarquias cafeeiras dominavam o cenário econômico do país; uma universalização do ensino, sem ser vinculado aos valores tradicionais, demonstraria uma grande perda da população que vivia subordinada a esses grupos. Com a evolução do pensamento, a mão de se tornaria mais cara e escassa, pois as pessoas mais humildes poderiam ter acesso ao estudo, que anteriormente era um privilégio das elites.

O Manifesto vem a ser criado com dois destinatários diretos, o Povo e o Governo, destinatários estes que já começam sua leitura com uma premissa que mostra os reais motivos do documento e de que forma ele vem a contribuir para a República Brasileira, uma vez que,

Na hierarquia dos problemas nacionais, nenhum sobreleva em importância e gravidade ao da educação. Nem mesmo os de caráter econômico lhe podem disputar a primazia nos planos de reconstrução nacional. Pois, se a evolução orgânica do sistema cultural de um país depende de suas condições econômicas, é impossível desenvolver as forças econômicas ou de produção, sem o preparo intensivo das forças culturais e o desenvolvimento das aptidões à invenção e à iniciativa que são os fatores fundamentais do acréscimo de riqueza de uma sociedade (AZEVEDO, 2006 p.188).

Dividido em temáticas, com o objetivo de sempre retomar a questão educativa da época, o documento nos mostra questionamentos sobre as práticas diárias dos educadores e ainda práticas que devem ser incentivadas pelo governo. No trecho que trata de um Movimento de renovação educacional, pode-se perceber que as ideias reformadoras que existem dentro deste documento estão muito além de seu tempo, sendo que o que foi defendido na época ainda são preocupações da atualidade, nos contextos de reformas engessadoras do ensino.

Sobre uma eminente Reforma Educacional da época, Azevedo (2006) coloca-nos em reflexão mostrando-nos que: “Em cada uma das reformas anteriores, em que impressiona vivamente a falta de uma visão global do problema educativo, a força inspiradora ou a energia estimulante mudou apenas de forma, dando soluções diferentes aos problemas particulares” (p. 188). Ou seja, as reformas apenas apontavam os problemas educativos, mas nunca se pensou em uma formação global, que envolvessem todas as áreas do conhecimento e pensamentos baseados em uma complexidade voltada para uma formação muito mais humana do que meramente acadêmica.

O Manifesto trouxe à tona a responsabilização do Estado em face de uma educação que se tornaria um sistema Laico, essencialmente pública, em que houvesse a oportunidade de uma universalização do ensino, ou seja, que as pessoas pudessem ter uma visão de que todos poderiam ter acesso ao sistema escolar.

Gosto de pensar que, para além disto, a educação que uma vez é um sistema público, mostra-se como tal além de suas formas de sustentação financeira (se for financiada pela iniciativa pública ou privada), mas sim de forma que o sistema é aberto para todos os públicos, sendo que, para Masschelein, 2014 p. 109-110, escola é um espaço aberto, democrático para a divisão e compartilhamento de ideias e informações. Para além disto, a escola vem a ser um espaço democrático para a formação da cidadania.

Mesmo que o objetivo do documento era realmente debater sobre a educação pública vinda a ser financiada pelos Governos, mas a ideia de uma educação livre, por um espaço de compartilhamento, com esta ideia de libertação da Educação Básica, faz-me cada vez mais entender que ele vem a englobar os conceitos de educação pública.

Como já citamos anteriormente, a Igreja era uma grande responsável pela educação. Um dos pontos essenciais do Manifesto é a laicidade da educação, a obrigatoriedade do Ensino e a Coeducação, que vêm a ser “princípios em que assenta a escola unificada e que decorrem tanto da subordinação à finalidade biológica da educação de todos os fins particulares e parciais” (AZEVEDO 2006 p. 193).

Explica-se que a laicidade dentro do ensino coloca o ambiente escolar muito acima e além das diferenças religiosas, alheio de dogmas e torna o ensino respeitador indiferente das crenças e opções de cada indivíduo e de suas famílias. Arisco-me aqui dizer que ainda existem escolas que precisam tornar-se laicas, que ainda existem alguns valores religiosos (não que não sejam importantes), porém que precisam trabalhar com questões que envolvam as mais diversas religiões. Fenômeno este que poderia ser também adepto aos órgãos de instância Federal, nos quais sabe-se que se prega o laicismo, porém projetos mostram do contrário.

O Manifesto, em suas mais diversas instâncias⁴, trouxe temáticas que até os dias atuais nos fazem refletir sobre a participação do Estado perante o fenômeno educativo; isto se comprova uma vez que com o tempo, o Estado torna-se mais responsável pela garantia da Educação, porém somos barrados, em torno de 80 anos depois deste documento por reformas que se tornam totalmente autoritárias com o regime educacional.

As reformas trazidas pelo manifesto pregavam essencialmente um Plano de Reconstrução Educacional,

Criticando o sistema educacional então vigente, de uma estrutura dual, já que se dividia em dois subsistemas – o ensino primário e profissional, para os pobres, e o ensino secundário e superior, para os ricos – O manifesto acaba propondo a substituição desse sistema por outro, de estrutura unificada (ROMANELLI, 2001 p. 149).

Pode-se assim entender que o Manifesto vem trazer algumas mudanças imediatas e outras mais tardias para a Educação brasileira, tendo essencialmente um teor histórico de muita valia para o período, sendo que

Naturalmente, desde que aceitamos que a sociedade brasileira, após 1930, iniciou a liquidação da velha ordem oligárquica, sem no entanto eliminá-la totalmente; desde que concordemos com que o poder passou a ser estruturado e as lideranças manipuladas de forma que acomodavam velhas e novas posições; enfim, desde que admitamos que o regime que se estabeleceu à base do compromisso tácito entre o novo e o velho, é incontestável que, na estrutura então vigente do sistema educacional, o movimento renovar representava a nova ordem de coisas e a oposição ao tradicional. (Romanelli, 2001 p. 151).

A estrutura formada a partir de 1930 rompia com as oligarquias cafeeiras, mas não com o controle das elites no poder, uma vez que os governos sucessivos de Getúlio Vargas vieram mostrar o controle das elites no Poder.

Anos pós Manifesto

Nos primeiros anos, as lutas ideológicas trazidas pelo Manifesto renderam várias discussões nacionais sobre a temática e a primeira reação trazida na história republicana de nosso país foi que na Constituição de 1934, criada no Governo Constitucional de Getúlio Vargas, colocava algumas questões a serem debatidas. As disputas entre o movimento conservador, da escola tradicional e o movimento do escolanovismo, tiveram relações visivelmente estabelecidas tanto na Constituição de 34, quando na “Polaca”, Constituição de 1937.

A Constituição de 1934, em seu capítulo II – Da Educação e da Cultura – representa, em sua quase totalidade, uma vitória do movimento renovador, salvo no seu artigo 153, que, como já assinalamos, instituiu o ensino religioso facultativo, favorecendo os interesses verbalizados pelos representantes da Igreja Católica. Excetuando-se isso, quase todo o texto constitucional, no capítulo referente à educação denuncia uma influência bastante pronunciada do “Manifesto”. Assim, o é, por exemplo o artigo 148, que afirma ser a educação um direito de todos e dever dos poderes públicos proporcioná-la, concomitantemente com a família (ROMANELLI, 2001 p. 151-152).

As ideias no período entre 1932 e 1947 tornam-se um grande equilíbrio entre a educação sendo pensada através da Pedagogia Tradicional e a Pedagogia da Escola Nova. Este equilíbrio mostrou-se tenso durante todo este período. Por horas percebiam-se claramente as intenções e práticas tradicionais no ensino, como a própria questão do Ensino Religioso, anteriormente citada.

Na constituição de 1937 houve algumas mudanças. Como já comentamos anteriormente, a Educação acompanha um processo histórico. O processo o qual a República vinha passando foi o Golpe de Estado que deu início ao Estado Novo.

Na Polaca (1937), a redação do texto estava bem diferente da Constituição de 34, retirando um pouco da responsabilidade do Estado com a garantia da Educação e do acesso a todos da mesma; para Romanelli, 2001, “preferiu antes a fórmula suave de tratar do problema, proclamando a liberdade da iniciativa individual e de associações ou pessoas coletivas públicas ou particulares”.

Porém, próprio Fernando Azevedo faz uma das relações mais importantes desta Constituição, que é a questão do Ensino Profissional destinado às Classes menos favorecidas. O que na época pode pouco

⁴O documento vai além da educação básica, tratando do ensino Superior também, e principalmente da universalidade do Ensino Superior, o que não entramos em detalhes nesse, uma vez que a intenção do presente artigo é tratar da Educação Básica no período entre 1930 e 2016.

perceber-se que este era um ato de controle às classes mais pobres da sociedade, que a partir disto tornam-se “eternos” empregados, trabalhando em áreas técnicas para os grandes patrões.

Anos de Populismo no Brasil

O ano de 1945 marca uma grande mudança na República do Brasil e ainda de grandes agitações mundiais. O “clima de ‘caça às bruxas’ estimulado pela Guerra Fria” (SAVIANI, 2008 p. 281) justificam a iminente ameaça Comunista. Este cenário favorece os pensamentos de que todas as ideias difundidas pelo Manifesto de 13 anos antes era extremamente comunista.

Para dar a sustentação aos governos que se iniciaram, com características Populistas, o Governo Dutra forma uma aliança com a UDN (União Democrática Nacional, partido com ideologias do liberalismo clássico). Com a indicação de Clemente Martini para a pasta da Educação, alguns dos pressupostos do Manifesto são retomados, mas, acima de tudo, inicia-se um anteprojeto de uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Este primeiro contato com uma lei que definiria os rumos da educação de forma única foi debatido e dividido entre conservadores e escolanovistas, mesmo que as o segundo grupo possuía um maior número e participação nos mesmos.

Nos anos seguintes há um conflito entre as Escolas Públicas (de financiamento público) e as Escolas Particulares. As escolas Particulares, que ainda eram a grande maioria de estabelecimentos, possuíam cunho religioso. Em nossa região, por exemplo, em Três de Maio⁵, neste período existiam duas grandes escolas, O Colégio Dom Hermeto, de confissão católica, era uma escola para meninas, que possuía duas características centrais, a educação Católica e o Curso Normal (Magistério); O Colégio Centenário (Atual Sociedade Educacional Três de Maio – SETREM), escola de confissão Luterana, que buscava atender aos alunos filhos de imigrantes Alemães.

Quanto a escolas públicas, existia apenas uma na cidade, o Grupo Escolar Três de Maio, que se mantinha um grupo público educacional, que atualmente é o Instituto Estadual de Educação Cardeal Pacelli, que mesmo assim, sendo público, possuía identificação com a Religião Católica (o que se percebe alguns anos depois quando se torna Ginásio Pio XII, em homenagem ao Papa Pio XII).

Observando os fatos, percebe-se que mesmo na história de pequenos educandários, em pequenos municípios, já era posto em pauta a rivalidade entre os educandários públicos e particulares, o que dirá em grandes centros urbanos em que ainda existiam os adventos das universidades.

A partir da reação das instituições privadas e do apoio governamental a elas, é recriado o Manifesto, trazendo como aspecto principal uma temática de “Mais uma vez convocados”, em que se percebe de novo a temática da obrigatoriedade e de defesa da Escola Pública.

Neste contexto do período, para Saviani 2008, ainda entra uma terceira corrente de pensamento, que fugia dos ideais tradicionais da educação, pensados pelo setor privado, mas que também não englobava as ideias liberais de que a função educacional seria formar cidadãos autônomos. Esta linha liderada por Florestan Fernandes vinha colocando a Escola pensando e compreendendo a realidade social na qual o indivíduo está inserido, em tendências extremamente socialistas.

Efetivamente, o esforço empreendido por Florestan Fernandes contribuiu de forma importante para que a discussão sobre a LDB chegasse às massas e aos sindicatos operários. [...] o conflito escola particular *versus* escola pública empolgou a opinião pública. Entraram em cena os mais variados tipos de organização que compõem a sociedade civil. A Igreja mobilizou todos os seus quadros na defesa da posição que correspondia aos interesses privatistas. A imprensa movimentou-se, posicionando-se alguns órgãos a favor da escola pública e outros da escola privada. (SAVIANI, 2008 p. 292).

Com todas estas movimentações, o novo manifesto, dos Mais uma vez convocados, vem para a difusão cada vez maior da pedagogia nova. A partir do desenvolvimento e explosão da Pedagogia Nova no Brasil, ocorre uma renovação mesmo nas instituições Católicas. Inicia-se assim um período breve de “calmaria” na história da educação do Brasil.

Crise da Pedagogia Nova

No ano de 1961 é aprovada a Lei número 4.024⁶, conhecida como nossa primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) que por sua vez entrou em vigor no ano de 1962.

Na vigência da lei, a primeira tomada foi a instalação do Conselho Federal de Educação (CFE), o que ocorreu em fevereiro de 1962. Para a composição do órgão contou-se com com a ‘clarividência de Anísio Teixeira’, conforme depoimento de Newton Sucupira. Também foi Anísio quem cuidou, ainda em 1962, da elaboração do Plano Nacional de Educação previsto no parágrafo 2º do artigo 92 da LDB. O Plano por ele proposto foi aprovado pelo CFE em 12 de setembro de 1962 e homologado pelo ministro Darcy Ribeiro em 21 do mesmo mês. (SAVIANI, 2008 p.305)

Ainda, o documento trazia a questão de obrigatoriedade do Estado com a educação, uma vez que, “Pelo mencionado artigo 92, a LDB elevou para 12% a obrigação mínima dos recursos federais para o ensino” (SAVIANI, 2008 p.306), o que antes, eram apenas garantidos 10% via Constituição Federal. Longe da porcentagem ideal, era um crescimento para o qual podia-se evoluir em tempo hábil.

Como já refletimos, as questões centrais da educação estavam na discussão entre público e privado,

⁵Cidade do Interior do Estado do Rio Grande do Sul, localizada na região Noroeste.

⁶Lei nº 4.024/61 do dia 20 de dezembro de 1961.

quando na verdade o que viria para jogo no cenário da época era a finalidade da educação. Com a explosão da industrialização, o nacionalismo, a direita em crescimento constante no país, e o próprio Golpe Civil-Militar de 1964, as ideias pedagógicas passam da Pedagogia Nova para a Pedagogia Tecnícista.

A Pedagogia tecnícista, que tinha como objetivo formar profissionais capacitados para exercer funções específicas, que foi o mesmo que congelar as potencialidades do jovem para as demais áreas do conhecimento, uma vez que muitas destas não se tornavam valoráveis na época.

Um claro exemplo é no período da Ditadura Civil-Militar iniciada em 1964; é a retirada do Ensino de História e Geografia⁷ das escolas para colocar em seu lugar OSPB (Organização Social e Política do Brasil), e a famosa Educação Moral e Cívica, nas quais, muitas vezes o educando era privado da compreensão dos fenômenos políticos e sociais pelos quais o país passava, afinal, o controle das massas, o terrorismo de Estado, fazia com que os Governos Militares temessem uma revolução dentro do país.

Claro que o período se mostrou preocupante para vários setores e pensadores no cenário nacional. A partir deste, nomes de prestígio até os dias atuais, como Paulo Freire, entram em constante atuação.

Paulo Freire e a Pedagogia da Libertação vêm com uma ideia de uma escola que quebre alguns padrões, a famosa Curvatura da Vara, uma pedagogia que se equilibraria entre a Pedagogia Nova, totalmente livre, e a Pedagogia Tecnícista, extremamente fechada, para uma pedagogia neste entremeio, que se colocasse como um meio entre os interesses dos educandos. Uma pedagogia democrática.

Com o fechamento cada vez maior do Regime Militar, e o início do período conhecido como Anos de Chumbo no país, mais uma vez uma pedagogia rígida. Uma pedagogia doutrinadora, extremamente produtivista, que provavelmente marcou a escolarização das gerações que hoje encontram-se no fim de sua vida profissional, os quais foram ensinados de que devem “crescer, arrumar bons empregos, ter uma boa casa e se aposentar”.

Com o advento do regime militar, o lema positivista 'Ordem e Progresso' inscrito na bandeira do Brasil metamorfoseou-se em 'segurança e desenvolvimento'. Guiando-se por este lema, o grande objetivo perseguido pelo governo dito revolucionário era o desenvolvimento econômico com segurança. Diante desse objetivo, a baixa produtividade do sistema de ensino, identificada no reduzido índice de atendimento da população em idade escolar e nos altos índices de evasão e repetência, era considerada um entrave que necessitava ser removido. A adoção de um modelo econômico associado-dependente, a um tempo consequência e reforço da presença de

empresas internacionais, estreitou os laços do Brasil com os Estados Unidos. Com as entradas dessas empresas, importava-se também o modelo organizacional que as presidia. E a demanda de preparação de mão-de-obra para essas mesmas empresas associada à meta de elevação geral da produtividade do sistema escolar levou à adoção daquele sistema organizacional no campo da educação. (SAVIANI, 2008 p. 367-369).

Precisamos de uma longa citação para compreender que a evolução da influência Norte-americana no Brasil durante o período militar foi de enorme representação e, com a mesma, o sistema tecnícista veio para intensificar os processos para apoiar os setores privados e a evolução capitalista dentro do Brasil. Todos os ideais vistos como comunistas, voltados para a formação social de um país são postos em segundo plano.

A Pedagogia tecnícista, segundo Saviani (2008, p.381), tinha como princípios “racionalidade, eficiência e produtividade, a pedagogia tecnícista advoga a reordenação do processo educativo de maneira que o torne objetivo e operacional”. Em outras palavras, busca por um modo semelhante ao desenvolvido durante as Revoluções Industriais, formar “máquinas” potentes de trabalhadores.

Pedagogias Críticas entre os anos 80 e 90

Com a crise do Militarismo e início da Redemocratização do Brasil, as Pedagogias críticas entram em discussão. Tratando-se de teorias que vinham a criticar ferrenhamente as metodologias extremamente capitalistas, como assinala Saviani, nem sempre serviam como Pedagogias. Teorias pedagógicas não necessariamente são Pedagogias ou mesmo didáticas.

A partir dos anos 60, ocorre um grande desenvolvimento das organizações Sindicais de todos os Graus de Ensino, nos quais professores começam a se envolver e participar ativamente das questões do campo Educativo.

A década de 1980 foi caracterizada, também, por significativa ampliação da produção acadêmico-científica, amplamente divulgada por cerca de sessenta revistas de educação surgidas nesse período e por grande quantidade de livros. As principais editoras criaram coleções de educação, abrindo-se, inclusive, editoras especializadas na área. (SAVIANI, 2008 p. 407)

Sendo assim, pelo avanço das informações relacionadas à área, os anos 80 e 90 começam a tornar o acesso da teoria da educação muito mais facilitados para os professores e futuros licenciados. Estas obras até a atualidade são usadas nos cursos de Licenciatura para buscar referenciais.

Com a redemocratização a partir de 1985, novas teorias pedagógicas aparecem em cenário, uma vez que o Brasil começa a se tornar livre dos aspectos

⁷O Ensino de História e Geografia só volta a tornar-se obrigatório via lei, a partir de 1994 com a LDB 9.394/96, que até hoje está em vigor. Garantia esta que vem sendo ameaçada por Reformas introduzidas pela Medida Provisória 746/2016, proposta pelo Governo Federal que torna o ensino de ambas e de vários outros componentes como optativos no Ensino Médio.

ideológicos de extrema direita. A pedagogia da Educação Popular, Pedagogia da prática, Crítico-social dos conteúdos, e a histórico-crítica mostram-se cada vez mais teorias voltadas para uma educação sem amarras, sem mordanças que tornam o indivíduo um ser Pensante dos problemas sociais existentes ao se redor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Faremos aqui um corte em nossa linha histórica, que vem desde os anos de 1930, neste trabalho desenvolvido. Entre os anos de 1990 e 2010, vivemos a geração dos alunos do Construtivismo⁸, teoria que infelizmente foi interpretada erroneamente pelos educadores da época, que pensaram em um professor que apenas “observa” o aluno, deixando-o aprender por conta própria, conforme suas vontades. Após estes anos, quando se percebeu a interpretação diferenciada da teoria, foram aproveitadas as práticas boas do período, e tentam-se corrigir os erros. Felizmente, foram mais acertos que erros.

O que se torna intrigante é que finalmente parecíamos ter chegado a partir de 2010 em anos de “paz” para o sistema educacional. Mesmo que o sistema precisasse de muitas melhorias, cada vez mais, as pesquisas no campo educacional voltam-se para a prática diária. Professores em formações continuadas, pensando e repensando como melhorar as práticas asseguradas pela LDB 9.394/96 (que por sinal, foi uma grande evolução para nós, garantindo uma escola pública de qualidade para todos).

Porém, nossa pátria que hoje auto intitulada educadora promove a partir de um Governo voltado para Medidas Provisórias, semelhante ao que ocorreu em 1930, projetos que intituam professores, educadores, especialistas em suas áreas de atuação como “doutrinadores”.

Criada em 2016, a Medida Provisória 746, que foi aprovada em Fevereiro de 2017, também conhecida como MP do Ensino Médio, coloca em risco uma educação voltada para os valores complexos da aprendizagem, tornando apenas obrigatório o Ensino de Matemática, Língua Portuguesa e Língua Inglesa, e automaticamente tornando as demais disciplinas optativas, e ainda, retomando as raízes que há pouco citamos do Ensino Técnico, com uma opção de Ensino Técnico (para que o jovem saia do Ensino Médio pronto para trabalhar sem que vivencie o ambiente acadêmico da Universidade).

Para além, o congelamento de gastos com os setores da Educação, Saúde e Assistência Social pelos próximos 20 anos, deixam no esquecimento toda a luta dos nossos Pioneiros da Educação Nova pela obrigatoriedade do Estado com o nosso sistema educacional.

O Manifesto, objeto inicial de nossa discussão, volta à tona. Talvez nós, educadores brasileiros da atualidade, que em todos os custos tentam “amordaçar”, seremos responsáveis pela mudança. O sistema brasileiro educacional vive uma crise sim, precisa mudar

sim, porém não para formas arcaicas que tornam nosso sistema educacional cada vez mais privado, mais um sistema para as grandes elites do país. Talvez nós, educadores da atualidade, seremos responsáveis por uma educação finalmente para todos, com uma luz de esperança no final.

REFERÊNCIAS

MARQUES, Mario O, **Educação/Interlocução, aprendizagem/reconstrução de saberes**, Editora Unijuí, Ijuí, 1996.

MASSCHELEIN, Jan e SIMONS, Maarten. **A pedagogia, a democracia, a escola**. Editora Autêntica, Belo Horizonte, 2014

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira, **História da Educação no Brasil**. 26ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

SAVIANI, Dermeval, **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. 2ª ed. Campinas: Editora Autores Associados, 2008.

SCHÖNARDIE, Paulo A, PILLAT, Líbera R.B, SILVA, Sidinei Pithan da, (Organizadores) **Sociedade Brasileira e Educação: olhares interpretativos**. Ijuí: Editora Unijuí, 2016.

⁸Teoria criada por Jean Piaget, que explica a aprendizagem do educando através de Estágios, conforme a criança vai tornando-se adolescente, e depois adulto, vai aprendendo conforme suas convivências e experiências, tornando-se eterno ativo da aprendizagem.

LER, PARA QUÊ? O CONCEITO DE LEITURA E AS NOVAS REALIDADES CULTURAIS DO LEITOR

Maurício Ferrari¹
Ilse Maria da Rosa Vivian²

RESUMO

O presente trabalho tem como tema a leitura, considerando o contexto atual de inúmeras tecnologias que modificaram as realidades culturais do leitor que chega à escola. Pretende-se, ao longo deste estudo, refletir sobre as novas noções de leitura a partir da realidade cultural encontrada hoje, cujas práticas abrangem distintas concepções do que é ler. Faz-se necessário destacar que repensar as noções sobre leitura e seus fundamentos é compromisso do futuro professor de Língua Portuguesa e de Literaturas. Enquanto professores e/ou estudiosos da área, temos o compromisso com o desenvolvimento integral do homem, sobretudo no que se refere às abordagens adotadas para pensar em estratégias que visem à formação de um leitor afeito à pluralidade de universos de leitura. Objetiva-se, por fim, apresentar nosso estudo acerca do conceito de leitura, partindo do pressuposto de que as práticas de leitura na escola devem ser pertinentes para a formação de todos os perfis de leitores.

Palavras-chave: Formação do leitor. Tecnologia. Leitura.

1. INTRODUÇÃO

Fazendo um comparativo, ao longo dos últimos anos, percebemos profundas transformações no modo como recebíamos e produzíamos as mais diversas informações. Também, é perceptível que, como outrora, os saberes da humanidade eram repassados oralmente; hoje, a era digital, na qual estamos inseridos, leva-nos a novas formas de acesso a esse tal conhecimento, que vão muito além do que dizemos e/ou escrevemos. Com a chegada do novo milênio, temos, inevitavelmente, a “explosão” da comunicação informatizada, que, obrigatoriamente, ocasiona mudanças nos modos de emitir e receber conhecimento. Isso tudo influencia, no modo como produzimos e consumimos Literatura. Outrossim e, em consequência disso, temos, principalmente, em nossas salas de aula, “leitores” conectados a uma rede e que, inevitavelmente, passaram a ter acesso a outro espaço de leitura, oriundo de um momento denominado cibercultura, definido por Lévy (2000) como: “o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço”, em que novos conhecimentos são gerados.

Por estarmos vivendo em tempos tecnológicos e virtuais, tal como o século XXI é hoje, permeado por imagens eletrônicas e/ou virtuais, a prática da leitura encontra-se, cada vez mais unida à tecnologia, tornando-se impossível desassociar a produção literária

ABSTRACT

This work has reading as its theme and it considers the current context of many technologies that modify cultural realities of the reader who goes to school. We aim to discuss the new concepts of reading considering the cultural reality we face nowadays, in which arrive many new conceptions of what reading is. We highlight that rethinking notions of reading and its fundamentals is a commitment of a Portuguese Language and Literature student, who will become a teacher one day. While teachers and/or researchers of this area, we have the commitment with the integral development of men, mainly regarding to approach we will adopt to think in strategies on the aim of the formation of a reader, one that must be opened to the plurality of the reading universe. Last, we aim to present our study regarding the concept of reading, considering that reading practices in school must be pertinent to the formation of all kinds of readers.

Keywords: Formation of readers. Technologies. Reading.

atual das mídias digitais. Como consequência disso, algumas mudanças significativas nas produções literárias atuais ocorrem, exigindo, dessa forma, um novo público leitor que seja e/ou se torne capaz de circular e, principalmente, que saiba lidar livremente, com isso. Todavia, e em virtude disso, no atual cenário, comprova-se cada vez mais, que a formação de leitores *não* pode e nem consegue se distanciar dos inúmeros suportes midiáticos, como também das distintas linguagens, oriundas da nova era, uma vez que estimular o gosto pela prática leitora exige de nós, professores, a união da Literatura com tais suportes tecnológicos.

Pensando em refletir e, justamente, discutir a formação de leitores num contexto digital, tal averiguação colocará em debate o ato de ler em “tempos modernos” e de cibercultura, comprovando que a cultura digital, na qual estamos inseridos, impõe-nos uma nova maneira de ler, diferente daquela que estamos e/ou estávamos habituados a fazer até o momento.

2. LER, PARA QUÊ?

A pergunta que intitula esse capítulo, geralmente, é a mesma que muitos alunos se fazem, quando são desafiados pelo professor, a ler um livro. Tampouco, se nos perguntarmos o que é leitura, ou ainda, como formar um leitor, veremos que ambas as respostas não são tão simples quanto aparentam ser e, ainda, ocasionarão muitos diversos questionamentos. O que sabemos, porém, é que não é de hoje que ouvimos falar em leitura. Pelo contrário, há tempos essa questão vem sendo discutida, gerando, assim, muitas contribuições; porém, até então, ainda não se chegou a um consenso sobre o assunto.

¹Acadêmico do Curso de Letras- Língua Portuguesa da URI/FW. E-mail: mauricio_ferrari96@hotmail.com

²Professora dos Cursos de Graduação e Mestrado em Letras da URI/FW. E-mail: ilsevian@hotmail.com

O mais comum ainda hoje, por incrível que pareça, é associarmos a ideia de leitura apenas a livros, jornais e/ou revistas, esquecendo-nos de que o conceito de leitura abrange muito mais que isso. A prova disso é o tanto que lemos no decorrer de um dia, sem abrimos um livro, ou jornal, ou revista sequer. Isso comprova que não existe apenas uma única maneira de se ler. Pelo contrário, existem infinitas maneiras de se ler e, por conseguinte, do que se ler.

Lemos placas e *outdoors* e suas apelativas frases para vender; lemos o palavrão da senhora que ia estacionar e perdeu a vaga no estacionamento; lemos situações no trânsito e percebemos que devemos mudar o itinerário para evitar engarrafamento; lemos a expressão do senhor que nos atende no mercado quase em hora de fechar o estabelecimento; lemos o rosto do pedinte; lemos a tela do caixa eletrônico do banco; lemos a criança que esperneia e grita na rua porque não foi atendida; lemos o discurso político e suas nuances de poder; lemos a cena da novela e trocamos de canal.

Atentemos para o fato de que as leituras do cotidiano quase sempre impelem o leitor a uma atitude, seja qual for, ou seja, a leitura nos move. Se não lêssemos tudo isso no dia-a-dia, não seria possível ler livros, jornais ou revistas. Mas, hoje, o leitor lê mais que isso, lê mundos virtuais, interage pela leitura e escrita a todo instante, compartilha pensamentos de maneira instantânea e influencia outros a pensar e escrever. Portanto, com as novas tecnologias, espaço em que a leitura e a escrita ganham extrema rapidez, apresentando novos sentidos e funções, é urgente refletirmos a relevância da leitura para a construção pessoal e social. Ainda há outra questão que norteia os estudos sobre leitura. O hábito da leitura, muitas vezes, é associado à obrigação e não ao prazer. Como afirma Bloom (2001):

[...] hoje em dia, a maneira como lemos depende, em parte, da distância em que nos encontramos das universidades, onde a leitura não é ensinada como algo que proporciona prazer, isto é, segundo os significados mais profundos da estética do prazer. (BLOOM, 2001, p. 16)

Em outras palavras, a leitura deveria despertar, em primeiro lugar, o prazer pelo conhecimento. Necessita-se perceber a leitura como um desafio interessante. Para que isso se concretize, de fato, o leitor precisa apropriar-se do objeto lido, o texto, para, verdadeiramente, tornarem-se um só e, assim, como resultado dessa união, a leitura acontecer. Barthes nos indica as qualidades de dois tipos de textos, a partir dos efeitos despertados no leitor:

texto de prazer é aquele que contenta, enche, dá euforia; aquele que vem da cultura, não rompe com ela, está ligado a uma prática confortável da leitura. Texto de fruição é aquele que põe em estado de perda, aquele que desconforta, faz as bases históricas, culturais, psicológicas, do leitor, a consistência de seus gastos, de seus valores e de suas lembranças, faz entrar em crise sua relação com a linguagem. (BARTHES, 1996, p.20-21)

Assim, o texto prazeroso é aquele que desperta

em seus leitores inúmeros sentimentos, sensações e aguça-o para novas leituras. Pode-se concluir, ainda, que o texto só é vivenciado por um leitor que se dispõe a estar em constante construção. Assim, deve-se possibilitar uma relação entre texto e leitor que favoreça a dinâmica entre ambos.

Estamos formando nas escolas alunos de leitura e não alunos leitores. Também, e, se quisermos verdadeiramente, formar leitores, em tempos de avanços tecnológicos como o nosso, não devemos estimular o hábito da leitura em nossas crianças, mas sim o gosto por ela; do contrário, nossos alunos jamais lerão por iniciativa e vontade própria.

Todavia, será que ainda é possível ler na escola? A pergunta em questão pode soar estranha em nossos ouvidos; afinal, por que colocar, em questão, justamente a leitura em um ambiente cuja missão sempre foi e será aquela de ensinar a ler e escrever?

Nossos velhos e “conhecidos” períodos de leitura, por exemplo, que até hoje se fazem presentes na maioria das escolas, cuja prática é dedicar um período semanal para a leitura são, na maioria das vezes, perda de tempo, uma vez que o aluno não lê, porque não se sente motivado para isso; e o que é pior e inaceitável: o professor também não o faz. Atitude esta que, ao invés de cativar leitores, acaba por distanciá-los ainda mais de boas leituras.

O mais comum ainda, quando falamos em *formar leitores*, é alguns professores ensinarem a ler da maneira como eles aprenderam, anos atrás. O que precisa ser levado em conta, por nossos docentes, no momento de formar leitores é que os alunos de hoje não são os mesmos de tempos atrás. Nossos estudantes são crianças e jovens imersos na cultura digital do século XXI. São pessoas conectadas e que têm acesso a infinitas informações e que, acima de tudo, necessitam de novos modos de ver o que há para ler e para onde isso pode projetá-lo.

Outrossim, e como já sabemos, se a leitura deve ser vista como uma prática social, torna-se fundamental que o professor seja um leitor assíduo, pois um professor leitor gosta de conhecer e sente prazer pela leitura. Acima de tudo, incentiva tal prática, estimulando seus alunos para lerem diferentes tipos de textos.

No que tange à importância de um professor ser leitor assíduo e eficiente, Marisa Lajolo (1982) afirma que,

se a relação do professor com o texto não tiver um significado, se ele não for um bom leitor, são grandes as chances de que ele seja um mau professor. E, à semelhança do que ocorre com ele, são igualmente grandes os riscos de que o texto não apresente significado nenhum para os alunos, mesmo que eles respondam satisfatoriamente a todas as questões propostas. (LAJOLO, 1982, p. 53)

O professor que lê aumenta, significativamente, as chances de cativar seus alunos para tal prática, tornando-os, também, bons leitores. Porém, para pensarmos no que se considera leitura hoje, é preciso investigar sobre a leitura e suas práticas no passado. Segundo Teresa Colomer (2007),

[...] a leitura literária não teve uma presença consistente na percepção das atividades escolares, a julgar por diferentes rastros da memória social perpetuada através dos tempos [...] podemos observar que o aprendizado a que aludem são extraordinariamente limitados e estáveis: aprender a ler e escrever no seu sentido mais básico de decodificação, memorização das tabuadas de multiplicar e dos nomes, a geografia, espalhados pelo mapa pendurado na parede da sala de aula, ou a leitura em voz alta de textos religiosos e patrióticos. (COLOMER, 2007, p. 17)

A prática leitora, ainda na primeira metade do século XX, tinha como função doutrinar e/ou, em termos mais simples, “adestrar” o aluno. Este não questionava nem refletia sobre o que lia. Lourenço Filho (1959), afirma que, “[...] ler por ler, nada significa. A leitura é um meio, um instrumento e nenhum instrumento vale por si só, mas pelo bom emprego que dele chegemos a fazer”. Há décadas, alguns teóricos mostram que a prática da leitura deveria proporcionar prazer ao leitor. Por conseguinte, sabe-se que ler mecanicamente não produz significado algum para o aluno.

Porém, em muitos contextos escolares, essa prática leitora ainda continua a ser desenvolvida. Parece que alguns docentes não querem que o aluno se torne um ser crítico e capaz de pensar por si próprio sem ser influenciado. Devemos, como professores, fazer com que os discentes leiam e o façam da melhor maneira possível.

Por outro lado, o interesse por leitura não deveria se apenas dos profissionais que lidam com a língua. Conforme Regina Zilberman (1991),

sempre que se mencionam leitura e seus problemas [...] quem levanta a cabeça e fica atento é o Titular de Comunicação e Expressão ou Língua Portuguesa. Competência nunca questionada, mas ao mesmo tempo limitadora: as questões de leitura, literatura e ensino deveriam interessar a todos, mas às acusações devidas às dificuldades encontradas quem responde é ele, e é a ele então que via de regra acabamos por nos dirigir. (ZILBERMAN, 1991, p. 112)

As questões que envolvem leitura eram vistas exclusivamente como de responsabilidade do professor de Língua e Literatura. Diferente do que é hoje? Nem sempre. Há muitos casos em que essa mesma visão, medíocre, vem sendo repetida, diariamente. Ora, formar leitores é, ou pelo menos deveria ser, um trabalho conjunto entre todos os professores, independentemente da sua área de atuação.

3. TÁ, MAS AFINAL, O QUE É ENTÃO LEITURA?

Torna-se fundamental esclarecer que quando nos referimos à leitura, nos referimos ao seu sentido mais amplo e abrangente. Ao longo do tempo, passamos a entender a leitura como uma prática fundamental para o crescimento do ser humano, tanto de sua perspectiva pessoal como social; uma atividade que nos enriquece e, ainda, nos transforma, fornecendo-nos prazer e

ajudando-nos a interagir com os outros e, principalmente, com o mundo que nos cerca. Além disso, a leitura nos possibilita, ainda, construir imensuráveis sentidos, proporcionando-nos diversão, entretenimento, informação e conhecimento. Porém, a questão é, ainda, muito discutível e demanda ampla reflexão para que nos aprofundemos. Conforme Lucia Santaella (2014),

a leitura não é um ato univalente e seu conceito está longe de ser monolítico. Por mais simples que seja o texto que se apresenta à leitura, o ato de ler sempre cria uma situação de perplexidade que só aumenta quanto mais complexo é o texto. Ler é, de todo modo, uma forma específica de busca, demanda, investigação, quando o leitor tem de lidar não apenas com o texto em si, mas também com suas próprias e potencialmente diversas respostas ou limitações de seu repertório em relação ao texto e ao mundo que é projetado nele e por ele. (SANTAELLA, 2014, p. 95-96)

Assim como afirma Santaella, o ato de ler é extremamente complexo e torna-se ainda mais complicad de acordo com o nível de construção textual. Nessa situação estão implicadas, conforme a autora, não só a complexidade do texto, mas as capacidades do leitor. A leitura, assim, demanda, de acordo com Leffa (1996), elaborações prévias à leitura, as quais são ativas no decorrer do ato de ler:

[...] a leitura é basicamente um processo de representação. Como esse processo envolve o sentido da visão, ler é, na sua essência, olhar para uma coisa e ver outra. A leitura não se dá por acesso direto à realidade, mas por intermediação de outros elementos da realidade. Nessa triangulação da leitura o elemento intermediário funciona como um espelho; mostra um segmento do mundo que normalmente nada tem a ver com sua própria consistência física. Ler é, portanto, reconhecer o mundo através de espelhos. Como esses espelhos oferecem imagens fragmentadas do mundo, a verdadeira leitura só é possível quando se tem um conhecimento prévio desse mundo. (LEFFA, 1996, p. 10)

Leffa atenta para o fato de que a leitura é representação. Portanto, a leitura, obrigatoriamente, exige do leitor a construção de imagens, ou seja, a ação do imaginário. E não estamos nos restringindo, aqui, à leitura de textos literários, mas nos referimos a quaisquer tipos de textos. Ao ler, colocamos em ação todo nosso conhecimento anterior e, ainda, devemos projetar imagens para elaborar o material lido.

Ao lermos um texto, seja ele verbal ou não verbal, devemos sempre fazer correlações com o conhecido, para, dessa forma, conseguirmos olhar o desconhecido e extrairmos dele algum significado. Em outras palavras, retiramos daquilo que está em linguagem diante de nossos olhos, algo que se encontra encoberto, conseguindo, desse modo, tanto preencher os espaços deixados pelo autor do texto, como projetar novas ideias. Porém, ainda é muito comum, na maioria das vezes, quando se fala em leitura, termos em nossa mente uma visão restrita do que seria *ler*.

Contudo e, como declara Marisa Lajolo, em sua obra *Literatura: leitores e leitura*, “[...] não há mágica capaz de transformar em leitores quem, por qualquer razão, não pode ou não está afim” (LAJOLO, 2001, p.14). Ou seja, de nada adianta insistir para o aluno ler, se este não estiver disposto e, por vezes, maduro para tal finalidade. A verdadeira leitura acontece, de fato, quando nos sentimos estimulados para fazê-la. Estímulo esse, proveniente de alguém que temos como modelo a ser seguido; sejam nossos pais, amigos e/ou professores.

Segundo Smith (p. 214-215), “o significado da palavra 'leitura', em todos os sentidos, depende de tudo que está ocorrendo, não somente do que está sendo lido, mas de um porquê de um determinado estar lendo”, ou seja, para ler de fato, e não apenas decodificar, cabe ao aluno conseguir relacionar os conhecimentos que ele já possui com o que está sendo lido e, assim, construir sentidos.

Maria Helena Martins (1984) nos esclarece bem, quando considera a leitura um processo de contato de linguagens, em que leitor e texto, cada um, tem sua condição histórica:

seria preciso então, considerar a leitura como um processo de compreensão de expressões formais e simbólicas, não importando por meio de que linguagem. Assim, o ato de ler se refere tanto a algo escrito quanto a outros tipos de expressão do fazer humano, caracterizando-se também, como acontecimento histórico e estabelecendo uma relação igualmente histórica entre o leitor e o que é lido. (MARTINS, 1984, p. 30)

A leitura, nesse sentido, apresenta nova dimensão. Além de suas possibilidades formais e estéticas, ela apresenta enorme coeficiente histórico. Seja qual for o texto a que estamos expostos, esse é composto de um discurso, ou seja, apresenta sua carga enunciativa, é enunciado por alguém e este alguém tem uma história. Dessa forma, colocam-se em diálogo historicidades distintas, o que leva o leitor a posicionar-se a partir do lugar em que se enuncia, dando significado ao texto lido.

A consciência do professor sobre o carácter de historicidades que carrega a leitura ajuda-o na hora de selecionar um texto para ser lido em aula ou em casa pelo aluno. Assim, torna-se necessário e, portanto, fundamental voltar nossa atenção à história do sujeito (aluno), bem como o contexto em que esse sujeito irá lê-lo. Logo, *qualquer* texto oferecido ao aluno deve ter fortes significados a serem alcançados no contexto em que se insere. E este deve ser levado a compreender essas razões, caso não consiga fazê-lo sozinho.

Vale observarmos, para refletirmos sobre o conceito de leitura, o sentido que este assume na escola por ocasião da aplicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa (Brasil, 1998: 69-70). Esses documentos que norteiam não só aula do professor de Língua Portuguesa e de Literatura, mas também o que se pensa sobre leitura na escola, dizem o seguinte:

a leitura é o processo no qual o leitor realiza um trabalho ativo de compreensão e interpretação do

texto, a partir de seus objetivos, de seu conhecimento sobre o assunto, sobre o autor, de tudo que sabe sobre a linguagem etc. Não se trata de extrair informação, decodificando letra por letra, palavra por palavra. Trata-se de uma atividade que implica estratégias de seleção, antecipação, inferência e verificação, sem as quais não é possível proficiência. É o uso desses procedimentos que possibilita controlar o que vai sendo lido, permitindo tomar decisões diante de dificuldades de compreensão, avançar na busca de esclarecimentos, validar no texto suposições feitas. (BRASIL, 1998: 69-70)

O conceito de leitura apresentado anteriormente pelos Parâmetros Curriculares, revela que esse se associa à abordagem dialógica, firmando-se também por meio do posicionamento crítico diante do objeto lido; posicionamento este que demonstra a capacidade de reflexão acerca do que foi lido. Entretanto, o trecho não esclarece o que se entende por *texto*. Também não indica procedimentos ou modos de abordagem do texto que direcionem a prática crítica e plural do texto.

Além disso, quando observamos esses documentos que embasam o trabalho escolar, vemos que não dão conta de abarcar o novo perfil do leitor, imerso às tecnologias, embora levem em conta uma concepção de leitura que propõe um diálogo entre autor/texto/leitor, considerando tal prática como um exercício de produção de sentidos. Sobre isso, Cosson (2014) afirma que:

[...] ler consiste em produzir sentidos por meio de um diálogo, um diálogo que travamos com o passado enquanto experiência do outro, experiência que compartilhamos e pela qual nos inserimos em determinada comunidade de leitores. Entendida dessa forma, a leitura é uma competência individual e social, um processo de produção de sentidos que envolve quatro elementos: o leitor, o autor, o texto e o contexto. (COSSON, 2014, p. 36)

Segundo Martins (1984, p. 07), existe uma relação entre o ato de ler e a escrita, de modo que “o leitor é visto como um decodificador da letra”. Mas a autora considera que a leitura só acontece, efetivamente, “quando começamos a estabelecer relações entre as experiências e a tentar resolver os problemas que se nos apresentam aí então estamos procedendo a leituras, as quais nos habilitam basicamente a ler tudo e qualquer coisa” (MARTINS, 1984, p. 17).

4. A LEITURA E A REALIDADE CULTURAL DO LEITOR DE HOJE

Observando os leitores de hoje, dos livros impressos aos *e-books*, sendo lidos nos *tablets*, nos celulares ou nos computadores. Só temos uma certeza: jovens e crianças brasileiras têm em mãos uma exorbitante variedade de textos, nos mais diferentes formatos. Nesses materiais, diferentes linguagens se encontram interligadas formando um amplo texto. Sabemos também que, atualmente, a leitura feita por crianças e, principalmente, jovens acontece de uma maneira dessemelhante àquela

que muitos de nós aprendemos ou líamos outrora. Isso porque foi se formando, ao longo dos tempos, uma geração que vive no mundo globalizado e que, por conseguinte, encontra-se inserida naquilo que conhecemos e/ou denominamos *era digital*.

Posto isso, precisamos admitir que, uma vez inseridos na cultura digital, os novos leitores têm de conviver com um novo tipo de linguagem; linguagem essa que demanda leitores totalmente capazes de interagir com as novas mídias e que, ainda, sejam capazes de percorrer o ciberespaço, e de maneira constante. Conforme Lúcia Santaella,

dentre esses preconceitos [dos leitores formados no passado], bastante corrente é aquele que concebe a leitura como sendo exclusivamente a leitura de letras do código alfabético cujo protótipo está na leitura de livros, a saber, leitura linear, de seqüências fixas, com princípio e fim determinados e clara noção de unidade das partes em relação ao todo. Se nos fixarmos nessa ideia, de fato, seremos irremediavelmente levados a concluir sobre a decadência e a degradação dos leitores, uma ladainha que, aliás, já teve início com meios de comunicação em massa. (SANTAELLA, 2004, p. 173).

Faz-se necessário destacar que esse novo leitor, denominado por alguns teóricos de leitor contemporâneo, tem um novo jeito de ler, justamente por causa da sua exposição constante e do imediatismo que caracteriza o mundo globalizado. Em virtude disso, o que temos, hoje, em nossas salas de aula, por exemplo, é um leitor que se tornou impaciente, exigindo do professor textos totalmente objetivos e que não demandem deles pesquisa ou conhecimento prévio acerca do assunto. Tais textos, segundo o que querem, devem ser breves e, acima de tudo, seu conteúdo deve ser claro no “correr” da(s) página(s).

Esse tipo de leitura, que chamamos de funcional, tem efeito apenas imediato, serve ao discente para obter informações desejadas; nada mais que isso. Em suma, raramente esses leitores apressados veem a leitura como fonte de prazer. É possível que se sintam atraídos quando a leitura recria situações que se aproximam das suas vivências. A impressão que temos, diante de tais leitores, é que necessitam que os textos apresentem linguagem coloquial e, portanto, menos complexa. Por outro lado, o leitor atual é muito mais dinâmico e participativo do que o leitor de antigamente, o chamado leitor passivo.

Quando pensamos em cibercultura, recorremos às definições de Pierre Lévy (2000, p. 17) para tais termos: “conjunto de técnicas (materiais e intelectuais) de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o ciberespaço”. O termo ciberespaço, também na definição de Lévy, significa “novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores”.

Ainda, através do ciberespaço é que textos, vídeos e músicas circulam e podem ser acessados por qualquer pessoa, se conectada à *internet*. Também, em sua obra, o autor faz questão de lembrar ao leitor que

ciberespaço especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e, por conseguinte, alimentam esse universo. Lévy baseia-se na metáfora do “dilúvio informacional”, como um próximo dilúvio, que não terá fim. Portanto, e como esse “dilúvio da informação” não terá fim, só nos resta aprender a nos adaptar a esse contexto cibercultural.

Lúcia Santaella (2014) afirma que, por mais que não tenhamos um consenso sobre o sentido a ser dado ao termo ciberespaço, há um acordo entre ambos os autores que tal palavra, em seu sentido maior, refere-se a um sistema de comunicação eletrônica capaz de reunir pessoas e computadores, numa relação dialógica.

De acordo com Heidrun e Karl (p. 8, 2002) “a realidade da *internet* impõe o maior desafio para a cultura do livro e para as formas tradicionais de produção literária”. Isso porque, através do avanço frenético das mídias e do advento da *internet*, diminuiu-se, por exemplo, a impressão de tais materiais e, por conseguinte, parece que esta literatura impressa vai ficando cada vez mais esquecida ou vai se perdendo em meio a tantas tecnologias. A questão, porém, não é contrapor essas duas ferramentas, livro impresso e digital, até porque, ambas as formas devem se complementar para que atendam às diferentes predileções de cada leitor.

Eco (1996, p. 4), em uma de suas leituras de tendência tecnológica em que atualmente se insere a literatura, explicita que:

Hoje há hipertextos. Em um livro tem-se que ler da esquerda para a direita (ou da direita para a esquerda, ou de cima para baixo, de acordo com diferentes culturas) em uma forma linear. Pode-se saltar páginas, pode-se - já alcançada a página 300 - voltar para checar ou reler algo na página 10 - porém isso implica em trabalho, digo, trabalho físico. Ao contrário, um hipertexto é uma rede multidimensional onde cada ponto ou nó pode, potencialmente, ligar-se a outro. (ECO, 1996, p. 4)

Em outras palavras, por mais que possamos ter novos paradigmas de produção literária em face da teoria do hipertexto, o que não deixa de ter a sua validade, devido aos múltiplos elementos e/ou ferramentas que limitam o texto, evidencia-se, também, o papel desempenhado pelas tecnologias favorecendo o texto literário na exploração de novos espaços textuais, nunca vistos anteriormente.

Mas, se pararmos para refletir, será que ainda é possível formar leitores no século XXI? Não restam dúvidas: os questionamentos acerca da leitura e formação de leitores são muitos. O que se sabe, até então, é que a maioria desses questionamentos não apresenta uma resposta pronta, única e objetiva. Além disso, para falarmos de leitura e formação de leitores, hoje, precisamos levar em conta, além dos materiais impressos - livros - os incontáveis suportes digitais, como ferramentas para despertar o gosto pela prática da leitura. Inevitavelmente a leitura realizada, hoje, pela maioria dos jovens, acontece em meio às telas: de computador, celulares, *tablets*, cinemas e etc.

Percebe-se, por um lado, a desilusão daqueles que veem uma “escassez” e/ou esquecimento com relação à prática tradicional de leitura e, por conseguinte, veem apenas na leitura literária uma saída. Esses admitem até o “fim do livro”, uma vez que as novas mídias estariam tomando o tempo que poderia ser dedicado ao ato de ler. Em contraponto a isso, há aqueles que entendem que, com o advento das mídias, surgirão novos cenários para a leitura e, dessa forma, naturalmente devemos estar preparados para interagirmos com os mais diversos suportes digitais. A verdade é que a leitura realizada em meio a esses materiais digitais é um caminho possível de levar nossos alunos ao universo da literatura.

No “universo tecnológico”, nossos leitores são instigados por essas novas formas de se ler um texto, que acontece em plataformas digitais. A escola, como instituição formadora dos sujeitos, necessita, mais do que nunca, propiciar esses novos suportes de leitura aos alunos e, mais do que isso, preparar nossos docentes para trabalhar com a leitura a partir dos novos suportes. Nossos professores, entendendo a importância que o mundo virtual desempenha, hoje, e continuará a desempenhar na formação de leitores, precisam pensar em estratégias que transponham a barreira *virtual*, inserindo os alunos no universo da leitura.

As redes sociais, atualmente, por exemplo, tornaram-se mecanismos possíveis de serem usados para a leitura, uma vez que seus usuários têm contato direto com a prática da escrita. Se a leitura feita nesses meios for bem pensada e planejada pelos professores, por que esse suporte não pode vir a tornar-se um auxílio para a leitura de obras literárias?

E o futuro da leitura? Somente acontecerá em meios eletrônicos ou os suportes físicos, impressos, como livros, jornais, revistas e etc., resistirão ao tempo e a esse novo público, cada vez mais numeroso? Roger Chartier (2002, p. 116) declara que “o novo suporte do escrito não significa o fim do livro ou a morte do leitor. O contrário, talvez”. Isto é, esse tipo de leitura é mais um auxílio para formarmos leitores e, portanto, não pode ser encarada como o fim dos materiais impressos. Independentemente do tipo de suporte que venha a ser utilizado, o que interessa é se a leitura será estimulada em nossos jovens ou não.

Vale salientar, porém, que as importantes revoluções da tecnologia e, principalmente, o surgimento da cibercultura, como também dos livros eletrônicos e/ou *e-books*, acarretaram efeitos irreversíveis nos modos de se ler e, mais do que isso, no comportamento do leitor contemporâneo. Hoje, o atual leitor se depara com infinitas possibilidades de leitura, inconcebíveis décadas atrás. Isso porque, com o advento constante das ferramentas tecnológicas, surgem, no atual contexto, infinitas ferramentas que condizem à leitura, bem como aos modos de se ler. Perpassando entre leituras impressas e digitais, o leitor contemporâneo move-se por meio de diferentes linguagens, a ponto de relacionar-se adequadamente com estes diversos materiais de leitura, oriundos do atual momento em que estamos vivendo.

Destacando a atual produção literária no meio eletrônico, por exemplo, nota-se que os “simplórios” suportes de leitura afetam, inevitavelmente, os modos

de se ler. Pensando nisso, declara Roger Chartier (1999) que concebe a revolução do livro eletrônico como uma revolução tanto nas estruturas de suporte material do escrito como nas maneiras de ler.

Enquanto o leitor de um livro impresso, por exemplo, pode manuseá-lo, folheá-lo, sentir a textura do papel, riscá-lo, entre outras coisas, o leitor de um material eletrônico se distancia, em parte, do seu objeto de leitura. Confirmando o que fora citado acima, Chartier (1999), ainda ratifica que a tela estabelece um distanciamento entre leitor e texto, visto que

a inscrição do texto na tela cria uma distribuição, uma organização, uma estruturação do texto que não é de modo algum a mesma com a qual se defrontava o leitor do livro em rolo da Antiguidade ou o leitor medieval, moderno e contemporâneo do livro manuscrito ou impresso, onde o texto é organizado a partir de sua estrutura em cadernos, folhas e páginas (CHARTIER, 1999, p.13).

Portanto, todo texto inscrito em telas, exige, obrigatoriamente, mudanças de comportamento, não só no momento em que se lê, por parte do leitor, como também de seu criador, o autor, uma vez que, no processo de criação, passa a ter, também, um certo distanciamento do texto que produz.

Mas, e o que falamos de cibercultura, ciberespaço, leitura e a possível relação entre eles? Como se sabe, tanto o ciberespaço, quanto a cibercultura tornaram-se temas recorrentes para muitos. Ambos propiciam ao leitor novos suportes e espaços para a prática leitora, uma vez que colocam nas mãos deste uma vasta estrutura que possibilita ao leitor atual produzir, ler, interagir, modificar, reconstruir, associar e relacionar os mais variados tipos de textos nas mais diversas formas.

No entanto, Lévy (2000, p. 159) afirma que a cibercultura traz uma mutação da relação com o saber. Para este autor, “o ciberespaço suporta tecnologias intelectuais que amplificam, exteriorizam e modificam numerosas funções cognitivas humanas”, como a memória, que “se encontra tão objetivada em dispositivos automáticos, tão separada do corpo dos indivíduos ou dos hábitos coletivos que nos perguntamos se a própria noção de memória ainda é pertinente” (Lévy, 1993, p. 118); como a imaginação, que se enriquece com as simulações; como a percepção, que se amplifica com os sensores digitais, as realidades virtuais.

Ora, evidentemente, compreende-se o ciberespaço como um local habitado por leitores imersivos e/ou virtuais e, com isso, nitidamente, pode-se traçar um provável perfil leitor deste século. Um leitor que está a todo tempo pronto para agir sobre novas informações e que, por conseguinte, circula por várias dimensões de conteúdos, que pode ter uma leitura que não tem fim, que entrecruza dados, lê intertextos, relaciona a outros textos e, sobretudo, produz muitos textos no dia a dia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de tudo o que fora exposto até o momento, percebe-se a importância da escola como instituição que precisa dialogar com essas novas formas de leitura. É

urgente que se abra ao mundo tecnológico em que nos encontramos inseridos. Outrossim e, após as leituras e as reflexões, constatamos que não existe uma fórmula pronta e/ou perfeita, que seja capaz de, simultaneamente, instigar e construir leitores. Pelo contrário, o trabalho é contínuo e árduo.

Todavia, no que tange à perspectiva da cibercultura, por exemplo, que nos remete e instiga a novas formas de ler, como possibilidade de acesso a incontáveis textos, unidos a imagens, sons e etc., torna-se uma grande aliada para nós, docentes, no desenvolvimento dos processos de leitura. Porém, e sem sombra de dúvidas, esse novo universo exige novas formas de ler, que devem ser consideradas como a partir do contexto tecnológico e, por conseguinte, da cibercultura.

A ação do professor continua e continuará cada vez mais sendo primordial: o docente permanecerá sendo o agente que inspira, orientando o aluno na construção seletiva do saber. A avalanche de informações demanda que as capacidades do leitor imerso nessa nova era contemporânea e cibercultural sejam cada vez mais apuradas. Formarmos leitores, hoje, exige de nós docentes, acima de tudo, condições favoráveis, não só no que diz respeito aos inúmeros recursos que nos são disponibilizados atualmente, mas, principalmente, com o uso que fazemos deles nas práticas de leitura.

REFERÊNCIAS

BARTHES, Roland. **O prazer do texto**. 6º ed. São Paulo. Ed. Perspectiva, 1996.

BLOOM, Harold. **Como e por que ler**. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2001.

BRASIL. Secretaria de Ensino Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: língua portuguesa**. Brasília: MEC, 1998.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. Trad. Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Unesp/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

CHARTIER, Roger. **Os desafios da escrita**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

COLOMER, Teresa. **Andar entre livros: a leitura literária na escola**. Trad. Laura Sandroni. São Paulo: Global, 2007.

COSSON, Rildo. **Círculos de leitura e letramento literário**. São Paulo: Contexto, 2014.

COUTINHO, Afrânio. **Introdução à Literatura no Brasil**. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

EAGLETON, Terry. **Teoria da literatura: uma introdução**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ECO, U. **Da Internet a Gutenberg**. Trad. de João Bosco da Mota Alves. New York: Columbia University, nov. 1996. (Palestra proferida em: The Italian Academy for Advanced Studies in America). Disponível em: <<http://migre.me/51hlc>>. Acesso em: 24 de nov. 2016.

FILHO, Lourenço. M. B. **Pedrinho**. 8ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1959.

LAJOLO, Marisa. O texto em sala de aula. In ZILBERMAN, Regina (org). **Leitura em crise na escola**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

LAJOLO, Marisa. **Literatura: leitores e leitura**. São Paulo. Ed. Moderna, 2001.

LEFFA, Vilson J. **Aspectos da leitura**. Porto Alegre. Ed. Sagra, 1996.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência**. São Paulo: Editora 34, 1993.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: ed. 34, 2000

LÉVY, Pierre. **O que é o virtual?** Trad. Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 2003.

MARTINS, Maria Helena. **O que é leitura**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

OLINTO, Heidrun Krieger, SCHOLLHAMMER, Karl Erig (orgs). **Literatura e mídia**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2002.

SMITH, Frank. **Compreendendo a leitura: uma análise psicolinguística da leitura e do aprender a ler**. 3. ed. Porto Alegre, Artes Médicas, 1991.

SANTAELLA, Lucia. **Navegar no ciberespaço: o perfil do leitor imersivo**. São Paulo: Paullus, 2004.

SANTAELLA, Lucia. O papel da Leitura face ao patrimônio cultural. In: ROSING, Tania M. K (org.) **Literatura e identidade na era da mobilidade**. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2014.

ZILBERMAN, R. **A leitura e o ensino da literatura**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1991.

O DESENVOLVIMENTO DO TUMOR CEREBRAL EM UM PACIENTE DE MEIA IDADE. PAPEL DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NO PROCESSO DO CUIDADO

Aline Teichmann¹
Darlene Aline Konzen²
Fernanda Engeroff³
Lisete Sander Kunzler⁴

RESUMO

Os tumores cerebrais, apesar de não apresentarem grande incidência na população, relacionado aos demais tipos de tumores, trazem consigo risco aumentado de mortalidade e morbidade angustiantes tanto ao paciente quanto aos familiares. A qualidade de vida em pacientes sobreviventes à referida patologia geralmente é insuficiente, devido às sequelas originadas pelo mesmo. O diagnóstico precoce é essencial para o melhor prognóstico da doença, podendo diminuir as sequelas e alterações físicas no paciente. Desta forma, buscou-se, de forma intencional, através desta pesquisa, nas Práticas Clínicas realizado em um hospital de médio porte do Noroeste Gaúcho, pelo Componente Curricular Fundamentos de Enfermagem, abordar a patologia do tumor cerebral através de um estudo de caso. Com o objetivo de conhecer a patologia de forma aprofundada e promover a interdisciplinaridade dos componentes curriculares do 4º período do curso de Bacharelado em Enfermagem, desenvolvido na Sociedade Educacional Três de Maio – SETREM. O estudo compõe um breve referencial teórico acerca do tema proposto, dando ênfase na estruturação da Sistematização do Processo de Enfermagem, visando integrar os diferentes componentes curriculares do curso. A coleta de dados foi realizada mediante autorização da familiar e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido conforme resolução Nº 466/2012. Nesta pesquisa conclui-se que o cuidado de enfermagem ao paciente portador de tumor cerebral é essencial, com enfoque na humanização e com o processo de enfermagem bem estruturado e implementado, torna a qualidade de assistência satisfatória e benéfica, proporcionando ao paciente e ao familiar segurança e confiança do atendimento prestado.

Palavras-chave: Doença Cerebral. Saúde do Adulto. Pesquisa Interdisciplinar.

1. INTRODUÇÃO

Apesar do grande avanço da medicina nos últimos anos, a neoplasia do encéfalo ainda apresenta prognósticos ruins. Além de poder ser confundida com diferentes patologias, por apresentar quadro sintomatológico inespecífico, a demora pela procura por atendimento médico ainda é um dos empecilhos para que se obtenha um prognóstico melhor. Fatores como:

ABSTRACT

Brain tumors, despite not having a high incidence in the population, related to the other types of tumors, bring with them an increased risk of mortality and morbidity distressing both to the patient and to the relatives. The quality of life in patients surviving the aforementioned pathology is generally insufficient, due to the sequels caused by it. Early diagnosis is essential for better prognosis of the disease, and may reduce the sequels and physical changes in the patient. In this way, through this research, the Nursing Fundamentals Curricular Component was investigated in a Clinical Practice conducted in a medium-sized hospital in Noroeste Gaucho, addressing the pathology of the brain tumor through a case study. In order to know the pathology in depth and to promote the interdisciplinarity of the curricular components of the 4th period of the Bachelor of Nursing course, developed in the Educational Society Três de Maio - SETREM. The study composes a brief theoretical reference about the proposed theme, emphasizing the structuring of the Nursing Process Systematization, aiming to integrate the different curricular components of the course. Data collection was performed with the consent of the family member and the signing of the Free and Informed Consent Form according to resolution No. 466/2012. This study concludes that nursing care for patients with brain tumors is essential with a focus on humanization and with the well-structured and implemented nursing process, makes the quality of care satisfactory and beneficial, providing the patient and family safety and trust of the service rendered.

Keywords: Cerebral Disease. Adult Health. Interdisciplinary Research.

genética, influências exógenas, exposições a agentes tóxicos e exposições ocupacionais, podem estar ligados ao surgimento de tumores (VECHT, 2006).

Segundo Vecht (2006) o tumor cerebral, assim como as demais formas de tumores, tem grande significância e importância na área da saúde, desde sua detecção, até o tratamento curativo ou paliativo, necessitando, assim, de maior conhecimento e preparo das diversas áreas da saúde.

O sistema de saúde precisa se preparar, criar ações de detecção precoce de novos casos, programar estratégias de prevenção, quando estas são possíveis, e estabelecer relações de confiança entre o profissional de

¹Acadêmica do Bacharelado em Enfermagem/ Sociedade Educacional Três de Maio – SETREM. Email:alineteichmann@hotmail.com

²Acadêmica do Bacharelado em Enfermagem/ Sociedade Educacional Três de Maio – SETREM. Email: darlenealineke@hotmail.com

³Acadêmica do Bacharelado em Enfermagem/ Sociedade Educacional Três de Maio – SETREM. Email:ferenf12@outlook.com

⁴Enfermeira Docente do Bacharelado de Enfermagem/ Sociedade Educacional Três de Maio – SETREM. Email:mstkunzler@brturbo.com.br

saúde e o indivíduo para garantir a qualidade do processo de aconselhamento e a adesão ao tratamento e ao serviço.

Tendo em vista estes pontos sobre os tumores, este trabalho interdisciplinar tem por objetivo pesquisar um referencial bibliográfico acerca da patologia, bem como analisar dados presentes no prontuário do paciente participante deste estudo. Tem como objetivo principal, um maior aprofundamento teórico acerca da referida patologia, além de possibilitar uma visão mais ampla sobre o tema abordado, contribuindo na construção da pesquisa em enfermagem.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Para Minayo (2007), a pesquisa é entendida como sendo uma atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação.

Através do trabalho interdisciplinar do quarto semestre, com o tema intencionalmente escolhido durante estágio do presente semestre, a proposta de formulação e apresentação do mesmo aborda a interdisciplinaridade dos seguintes componentes curriculares: Fundamentos em Enfermagem, Farmacologia, Pesquisa em enfermagem, Patologia e Epidemiologia.

Foram pesquisadas as informações pertinentes à referida patologia, feito entrevista e análise do prontuário, sendo que, a partir destes dados puderam ser interpretadas tais informações e elaborada a Sistematização do Processo de Enfermagem, abrangendo para isto, as etapas que o compõem. Também foram utilizados materiais didáticos, utilização de protocolos técnicos e artigos científicos disponíveis em *sites* oficiais da *internet* e outros materiais de apoio para obtenção de informações sobre o tema abordado.

O presente trabalho se caracteriza como sendo de cunho qualitativo, do tipo Estudo de Caso, sendo realizado em um hospital da região noroeste do estado do Rio Grande do Sul.

Segundo Minayo (2007), a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Preocupa-se, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. O estudo de caso envolve o estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos de maneira que se permita o seu amplo e detalhado conhecimento.

Frente a estes preceitos, a coleta de dados foi feita através de entrevista semiestruturada e análise do prontuário do paciente, sob os quais se pode implementar a Sistematização da Assistência em Enfermagem (SAE), que se baseia no Processo de Enfermagem, constituído por: Histórico, Diagnósticos de Enfermagem, Planejamento dos Resultados, Prescrição de Enfermagem e Avaliação. A entrevista foi direcionada à esposa do paciente, enquanto informante do pesquisado.

A coleta de dados foi realizada mediante autorização prévia da informante, levando em conta o nível de inconsciência do pesquisado, sendo que a mesma assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

(APÊNDICE A), conforme resolução Nº 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde, a qual leva em consideração os aspectos éticos e legais devidos aos participantes das pesquisas científicas envolvendo seres humanos.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1. INDICADORES RELACIONADOS ÀS NEOPLASIAS DE ENCÉFALO

Segundo Vecht (2006), os tumores cerebrais são relativamente raros, tendo incidência entre 2 e 10 para cada 100.000 habitantes, com maior prevalência em homens jovens, entre 20 e 39 anos, apresentando alta frequência em países como: Suécia, Nova Zelândia e Israel.

Segundo Brasil (2011), a presença de agentes cancerígenos não está totalmente relacionada ao desenvolvimento dos tumores. Quando o tumor é maligno, pode causar danos no indivíduo, estando ligado a fatores que determinarão o dano causado como: a velocidade do crescimento tumoral, o órgão em que está localizado, os fatores constitucionais de cada pessoa e fatores ambientais. Portanto, quando o indivíduo se expõe ao fator de risco, pode ocorrer o desenvolvimento do tumor maligno, além do surgimento das primeiras manifestações clínicas.

Sabendo-se da utilidade para medir a importância da situação problema, os indicadores epidemiológicos, quando comparados periodicamente, funcionam como método avaliativo do impacto que determinadas ações são capazes de ocasionar nos problemas de saúde. (ROUQUARIOL, 1999).

Frente à análise de dados epidemiológicos obtidos através de fonte do DATASUS (BRASIL, 2013), referente à neoplasia de encéfalo no Rio Grande do Sul, pode ser observado que, em relação à proporção de mortes gerais no RS, as mortes por neoplasia do encéfalo mantiveram-se semelhantes quando comparado em períodos distintos. Utilizaram-se como parâmetro de comparação os anos de 1996 e 2011. A mortalidade proporcional por câncer de encéfalo, quando comparado ao total de óbitos por neoplasias apresentou o coeficiente de 3,03%.

Relacionando os coeficientes de mortalidade por neoplasia de encéfalo pôde-se observar que houve aumento significativo, apresentando em 1996 o coeficiente de 3,6 óbitos para cada 100.000 habitantes, aumentando em 2011, para o coeficiente de 5,5 óbitos para cada 100.000 habitantes.

No Rio Grande do Sul, as neoplasias representam a 3ª maior causa de mortalidade, com tendência de aumento nos últimos anos (BRASIL, 2013).

Segundo Tanurre (2010), o Processo de Enfermagem (PE), é um método que favorece a prestação do cuidado de modo organizado, utilizando-se, para isto, de uma teoria de enfermagem, sob a qual é implementada tal processo, que estabelece etapas a serem seguidas como: investigação, diagnóstico de enfermagem, planejamento, implementação, avaliação.

Conforme a mesma autora, o processo de investigação consiste na coleta de informações referentes ao estado de saúde do indivíduo, da família e da comunidade,

com o propósito de identificar as necessidades, os problemas, as preocupações e as reações humanas destes, obtidos através de dados objetivos e subjetivos.

Seguindo a descrição da mesma autora, através dos Diagnósticos de Enfermagem ocorre a análise e interpretação dos dados coletados durante o processo de investigação. Baseiam-se tanto nos problemas reais quanto nos potenciais, devendo ser listados em ordem de prioridade.

Constituindo a terceira etapa do Processo, o planejamento da assistência constitui-se de um plano de ações visando alcançar resultados em relação a um diagnóstico de Enfermagem. (Tanurre, 2010).

Em continuação com o Processo de Enfermagem, a autora relata como sendo as fases de prescrição e avaliação, os processos de execução da proposta inicial e o acompanhamento das respostas do paciente aos cuidados prescritos, se originaram resultados positivos ou negativos.

3.1.1. Conceitos:

Para o Dicionário de Termos Médicos, Enfermagem e Radiologia (2010): Tumor é o mesmo que neoplasia benigna ou maligna. Termo genérico que indica o crescimento anormal de células no organismo.

Segundo Cohen (2002) por uma série de razões, o crescimento padrão das células e tecido pode ser interrompido por uma repentina formação de células sem nenhum propósito aparente no corpo. Qualquer crescimento anormal de células é chamado de tumor.

3.2. TUMORES DO SISTEMA NERVOSO CENTRAL

Segundo Vecht (2006), a indução de tumores do Sistema Nervoso Central pode estar ligada a fatores genéticos, influências exógenas, radiação ionizante, exposição a agentes tóxicos, exposições ocupacionais, como: por substâncias presentes no ambiente de trabalho (asbesto, arsênio, benzeno, sílica, radiação, agrotóxico, poeira de madeira e de couro e fumaça do tabaco).

Conforme o autor, os sinais e sintomas geralmente são abruptos, com quadros convulsivos em mais de 25% dos pacientes, acompanhados de quadros de epilepsia, além de ataxia, disartria, hidrocefalia obstrutiva e compressão direta do tronco cerebral, podendo ocorrer também o aumento da pressão intracraniana, devido ao sangramento do tumor.

Dependendo de sua localização, podem apresentar diferentes sinais e sintomas, como no caso dos tumores da região temporal, que podem levar a hemianopsia e afasia. O autor ainda descreve que o paciente pode apresentar como sintomas e sinais da pressão intracraniana aumentada, cefaleia, náuseas e vômitos, sendo que, se não tratados os sintomas iniciais, pode ocorrer o agravamento do quadro, levando à perda da consciência e coma. (VECHT, 2006).

O diagnóstico do tumor cerebral é realizado através de exames por imagem como: tomografia computadorizada, na qual pode ser observada de modo confiável os contornos de tumores cerebrais localizados em ambos os hemisférios; e através da ressonância magnética,

com a qual se delinham de forma precisa lesões no cérebro. A partir destes exames por imagem, podem-se obter informações sobre o grau de malignidade e podem ser diferenciadas lesões benignas de malignas. (VECHT, 2006).

O tratamento consiste em três principais formas: quimioterapia, radioterapia e cirurgia. A quimioterapia é a forma de tratamento sistêmico do câncer que usa medicamentos denominados quimioterápicos, administrados em intervalos regulares, tendo por finalidade a redução de tumores avançados. É indicado pós-tratamento cirúrgico curativo, visando à cura do paciente, sendo indicada também para a palição de sinais e sintomas que comprometam a capacidade funcional do paciente. (BRASIL, 2011).

Conforme informações do Brasil (2008), desde o final do século XIX, pacientes com tumores são tratados com radiação ionizante, a qual foi descoberta através dos raios-X e da radioatividade, com o objetivo de alcançar um índice terapêutico favorável, levando as células malignas a perderem a sua clonogenicidade e, ao mesmo tempo, preservando os tecidos normais.

A radioterapia é um método de tratamento local ou locoregional, utilizando equipamentos e técnicas para irradiar áreas do organismo humano. Diferencia-se em radioterapia curativa (visa à cura do paciente), pré-operatória (para redução do tumor), pós-operatória (esterilização de focos do tumor), paliativa (tratamento local do tumor), antiálgica (redução da dor), anti-hemorrágica (controle dos sangramentos), (BRASIL, 2008).

Após o uso de radioterapia e quimioterapia para tumores cerebrais podem surgir efeitos da toxicidade no sistema nervoso, levando à atrofia cerebral e disfunção neurológica. A cirurgia neuro-oncológica é realizada para a ressecção ampla do tumor ou pode ser realizada para a realização de biopsia. (VECHT, 2006).

Para Vecht (2006), o edema cerebral costuma acompanhar os tumores do cérebro e é responsável em grande parte pelo surgimento de sintomas neurológicos. A dexametasona é um glicocorticoide utilizado para combater o edema cerebral de origem vascular e na redução da taxa de fluxo transcápsular de água e albumina para o tecido Peri tumoral, resultando na redução da permeabilidade da barreira sangue-liquor. O manitol pode ser utilizado para combater a hipertensão intracraniana aguda, por ser um diurético osmótico. O glicerol também é indicado para controle da hipertensão intracraniana quando os esteroides não são tolerados ou se tornam insuficientes. As convulsões epiléticas parciais são frequentes em pacientes com tumores cerebrais; por isso é indicado o uso de anticonvulsivantes como a Fenitoína.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Através da proposta da presente pesquisa, pôde-se identificar a interdisciplinaridade entre os componentes curriculares do 4º semestre do curso Bacharelado em Enfermagem. Sabendo-se da grande importância no aprendizado de cada componente, houve a inter-relação entre teoria e prática através da correlação destes com o estudo de caso Tumor Cerebral.

4.1. FUNDAMENTOS EM ENFERMAGEM

Embasado na busca pela visão integral das necessidades no cuidado do ser humano, o componente curricular de Fundamentos em Enfermagem traz para a visão acadêmica a necessidade da obtenção do conhecimento científico agregado ao olhar clínico reflexivo, proporcionando a capacidade de execução de medidas básicas do cuidado ao paciente, visando atenção integral ao Processo de Enfermagem. Baseados nestes critérios obtiveram-se as informações referentes ao estudo de caso em questão, necessárias a este processo.

O pesquisado atende pelo nome com iniciais E. E. F tem 50 anos, é de etnia alemã, sua religião é evangélica, sendo natural de Três de Maio – RS. Seu estado civil é casado e sua profissão e ocupação sempre foi agricultor. Conforme informações fornecidas da informante, referente ao histórico pessoal e familiar, o paciente referia como queixa principal “dor de cabeça” com muita frequência e intensidade, presente desde o ano de 2012, tendo se tornado mais intensa no início de 2013. Procurou atendimento médico em janeiro de 2013 no hospital do município residente, para investigar a causa decorrente da dor.

A informante afirma que o paciente ultimamente não estava dormindo bem. Não é portador de Diabetes, somente possui Hipertensão Arterial (HAS), da qual faz uso de medicamento anti-hipertensivo (Enalapril) e diurético (Hidroclorotiazida). Não é tabagista e ingeria bebida alcoólica apenas socialmente. Não tinha realizado nenhuma cirurgia até o presente momento. Fazia três refeições por dia, às vezes lanche na meia tarde, ingeria bastante água e gostava de tomar chimarrão. Relatou também que os principais “hobbies” do paciente eram jogar bocha, realizar e participar de jantares na sua casa e na de amigos.

Segundo a informante, o paciente teve a oportunidade de conhecer a esposa nos bailes que frequentava, o que resultou em união conjugal, a qual perdura a mais ou menos 30 anos. O paciente costumava sair com a esposa para jantares na casa de amigos e também recebia amigos na sua residência para confraternizações. Participava dos cultos aos domingos. Não tem filhos por circunstâncias pessoais da esposa, conforme relato. Reside atualmente em Santa Lúcia, Manchinha – Três de Maio/RS.

Paciente reside em moradia própria, de alvenaria, composta por oito cômodos, possui energia elétrica e água encanada (há três anos), possui um automóvel, nove hectares de terra, pertencendo à classe média, conforme relatos da informante.

Seguindo com as informações, em janeiro de 2013, o paciente procurou atendimento médico, no HSVP, sem sucesso em encontrar o diagnóstico correto. Então foi encaminhado ao hospital do município de Passo Fundo onde, a partir dos exames realizados, constatou-se diagnóstico de tumor na região temporal direita do crânio. Logo depois, foi submetido a uma cirurgia de craniotomia no Hospital de Passo Fundo, no dia 08 do mesmo mês. De fevereiro a setembro, o paciente realizou 30 sessões de Radioterapia, durante todos os dias da semana, inclusive no final de semana.

Em conjunto com as sessões de radioterapia, começou a perder os movimentos do lado esquerdo do corpo. No mês de março realizou uma nova Ressonância Magnética, iniciando o tratamento com a realização de duas sessões de quimioterapia, de oito em oito semanas. Quando realizou a 1ª quimioterapia, também apresentou alterações no lado emocional.

Devido à dificuldade em movimentar o lado esquerdo do corpo e, por estar debilitado, segundo relato, o paciente procurou atendimento médico no hospital da sua cidade. Posteriormente foi internado no HSVP em Três de Maio- RS, no mês de setembro, tendo como 1º diagnóstico médico: hemiparesia esquerda, trauma cerebral, pós-operatório de craniotomia, com sessões de radioterapia realizadas e uma sessão de quimioterapia, sendo que a próxima estava marcada para dia 6 de novembro.

Na unidade hospitalar, a equipe de enfermagem verificou os sinais vitais do paciente e, segundo dados do prontuário, o mesmo apresentou: pressão arterial: 120/80 mmHg, pulso: 84 bpm; temperatura: 38°C; frequência respiratória: 24rpm; teste de HGT: 114 mg/dl e Glasgow: 3.

Com a realização do exame físico envolvendo a auscultação, percussão e palpação do paciente de ordem cefalocaudal, percebeu-se que o mesmo estava inconsciente, desorientado no tempo e espaço, com rubor na face, ausência de abertura ocular, pupilas anisocóricas, couro cabeludo com presença de cicatriz cirúrgica em região temporal direita e acuidade auditiva diminuída.

Apresentava cabelos pretos, pele íntegra, com presença de Petéquias e alguns hematomas no pescoço e em MMSS, com nariz íntegro, sem secreção e sem desvio de septo, orelhas sem lesões e com boa higiene, sem resposta verbal, boca com lesões em lábio inferior, língua edemaciada, presença de prótese dentária para dentição superior, não faz uso de óculos, unhas médias e aparentemente limpas. Pescoço sem gânglios palpáveis.

Ainda ao exame físico, o tórax apresentava-se simétrico, ausculta pulmonar com presença de sibilos, tosse com secreção viscosa e leve dispneia. No momento fazendo uso contínuo de O₂ a 3l/min por óculos nasal. Presença de hematomas na região torácica apresentava abdômen normal, sem dores à palpação com ruídos hidroaéreos presentes. Seu aparelho cardiovascular mantinha pulsos periféricos rítmicos cheios e normocárdicos. No aparelho geniturinário, que é característico do sexo masculino, mantinha micção espontânea, em bom volume e coloração escura presente em fralda.

Observou-se que o paciente era acamado, possuía acesso venoso em membro superior direito por cateter. Fazia uso de dieta por Sonda Nasoenteral mais líquidos para alimentação em narina esquerda, infundindo 1.600cal, a quatro vezes por dia. Apresentava evacuações presentes e normais em fralda.

4.1.1. Diagnósticos de Enfermagem

Para elaboração dos diagnósticos, seguiu-se o livro de Diagnósticos de Enfermagem da NANDA- Definições e classificação 2007-2008.

Quadro 1- Relação entre diagnósticos e cuidados de enfermagem referente ao estudo de caso sobre Tumor Cerebral.

Diagnósticos de Enfermagem	Cuidados de Enfermagem
Déficit no autocuidado para alimentação relacionada ao quadro neurológico evidenciado pelo coma.	Manter cabeceira elevada durante a realização de dietas; realizar ausculta para verificação de posicionamento da sonda <u>nasoenteral</u> .
Déficit no autocuidado para banho/higiene/higiene íntima, relacionado ao quadro clínico, evidenciado pela imobilidade física.	Realizar banho de leito 1x dia, SN; Realizar higiene íntima durante banho de leito 1x dia, a cada troca de fraldas, SN.
Comunicação verbal prejudicada, relacionada ao estado neurológico, evidenciado pela ausência de comunicação.	Manter comunicação verbal sempre que realizar procedimentos no paciente. Orientar familiares quanto a estímulos verbais com o paciente.
Risco de constipação relacionada ao quadro de imobilidade no leito.	Observar aceitação da dieta instalada; comunicar nutricionista sobre alterações na aceitação da dieta, realizar massagens na região abdominal.
Deglutição prejudicada relacionada ao estado neurológico evidenciado pelo uso de sonda <u>nasoentérica</u> .	Administrar 40 ml de água destilada antes e após a infusão de dieta ou medicação.
Desobstrução ineficaz das vias aéreas relacionada ao quadro de imobilidade física evidenciada pela incapacidade de realizar a higienização das vias aéreas.	Realizar aspiração das vias aéreas SN. Trocar óculos nasal 1x dia. Trocar extensor e umidificador de O2 1x dia.
Risco de síndrome do desuso relacionado ao quadro de imobilidade e ao nível de consciência alterado.	Realizar movimentos ativos no leito, durante banho e durante mudanças de decúbito.
Risco de infecção relacionada ao uso de sonda <u>nasoenteral</u> e acesso venoso.	Realizar troca de sonda <u>nasoenteral</u> a cada 6 meses. Realizar troca de acesso venoso 7/7 dias. Realizar troca do equipo a cada 3 dias. Observar sinais <u>flogísticos</u> .
Integridade da pele prejudicada relacionada ao quadro clínico, evidenciado pela presença de úlcera de pressão na região do lobo da orelha direita e hiperemia na região sacral.	Realizar mudança de decúbito a cada 2h. Utilizar coxins nas proeminências ósseas. Manter uso de colchão piramidal. Realizar massagens de conforto, utilizar óleo <u>Dersane</u> e hidratantes corporais.
Risco de integridade da pele prejudicada relacionada ao quadro de imobilidade física.	Observar sinais <u>flogísticos</u> . Hidratar a pele durante realização de banho e trocas de fraldas.
Interação social prejudicada relacionada ao isolamento terapêutico evidenciado pela incapacidade de socialização.	Propiciar momentos de interação social, com familiares e amigos.
Mobilidade física prejudicada relacionada ao estado neurológico evidenciado pela imobilidade no leito.	Solicitar acompanhamento fisioterápico.
Mucosa oral prejudicada relacionada ao quadro clínico evidenciada pela desidratação.	Realizar higiene oral 4 x dia. Umidificar lábios com água destilada ± gases.
Risco de baixa autoestima situacional relacionado a prejuízo funcional.	Realizar estímulos de relacionados à autoimagem como: tricotomia facial, corte das unhas e couro cabeludo SN.
Risco de dignidade humana comprometida relacionada à perda de controle sobre as funções corporais.	Evitar situações constrangedoras durante banho e higiene íntima. Utilizar biombos, manter porta sempre fechada e bater na mesma para entrar no quarto.
Risco de religiosidade prejudicada relacionada ao quadro de hospitalização.	Solicitar a visita semanal ou quando possível do pastor da comunidade, para dar a bênção e fazer orações junto da família.
Padrão respiratório ineficaz relacionado à doença neuromuscular, evidenciado pela dispneia.	Manter cabeceira elevada. Verificar <u>Oximetria</u> quando presença de dispneia; solicitar fisioterapia respiratória.
Risco de desequilíbrio na temperatura corporal relacionado à inatividade.	Manter paciente aquecido no leito. Verificar sinais vitais 3x dia.
Termorregulação ineficaz relacionado à disfunção evidenciado pelo quadro de hipertermia.	Realizar compressas frias na região frontal do crânio, embaixo das axilas, sobre punho, SN.

Após serem listados os diagnósticos e intervenções de enfermagem, são avaliados os resultados para ver a eficácia da intervenção e estratégias adotadas pela Enfermagem. Devido ao referido paciente continuar internado e ao seu quadro não apresentar cura, o cuidados de Enfermagem visam minimizar o sofrimento durante este período, servindo como intervenção de ordem paliativa e não curativa.

4.1.2. Farmacologia

Sendo um dos pilares da formação acadêmica na área de enfermagem, a farmacologia visa desenvolver o conhecimento dos grupos farmacológicos, efeitos terapêuticos, efeitos adversos, interações medicamentosas, os processos de absorção, distribuição e eliminação, dentre outras etapas. Com o intuito de abranger este componente, serão apresentados os fármacos utilizados pelo paciente durante o período de internação, além dos quais fazia uso contínuo, para controle da hipertensão arterial e da diurese.

Para a elaboração do quadro a seguir, utilizou-se o Índice Terapêutico Médico (2008-2009), composto por bulas de medicamentos, a partir do nome genérico (sal-princípio ativo) e o Guia de Remédios 2010/2011 com informações essenciais para atender às prescrições do dia a dia.

Quadro 2. Medicamentos utilizados por paciente de Estudo de caso durante período de internação

Medicamentos	Fenitoina (Idantal)	Dexametasona (Decadron)	Manitol	Ranitidina (Antak)	Ceftriaxona (Rocefin)
Características	Antiepilético	Redução de edema cerebral	Redução de edema cerebral e pressão intracraniana	Antifúngico	Antibiótico
Efeito esperado					
Vias de administração	VO, EV	VO, IM, Cutânea, Ocular, EV	EV	VO, EV	EV, IM
Meia Vida	2 h	190 min	1 h	3 h	1-4h
Dose terapêutica	100mg, 5 ml/ampola	VO: 0,5mg, 6,75mg, 4mg; EV: 1mg/ml, 2mg/ml, 4mg/ml	Frascos de 250 ml e 500 ml	VO: 75mg, 100mg, 150mg; EV: 75mg/5 ml, 50mg	Frasco-ampola 250mg, 500mg, 1g
Dose máxima	Adultos: VO: 600mg; EV: 2500mg; Crianças: VO: 300mg	8mg	50 ml, 75 ml	VO: 150mg/dia; EV: 50mg/dia	2g/dia
Sinais de toxicidade	Hepatotoxicidade	Raramente possui efeito tóxico	Digitálicos	Hepatotoxicidade	Nefrotóxico
Cuidados na administração	Doença hepática, pacientes obesos, gestantes, lactantes	Amanentação	Gestação, lactação, amônia, desidratação	Alergia, crianças menores de 1 mês de idade, gestantes e lactantes	Diluir com outros antibióticos no mesmo frasco ou seringa
Interações	Ácido fólico, amoxicilina, cimetidina, fluoxetina, omeprazol	Ácido fólico, antiácidos, paracetamol, insulina.	Nenhuma significativa	Antibiótico, Diazepam, Varfarina, AAS.	AAS, Hepatena, Soluções contendo Cálcio, Probenecida
Medicamento	Dipirona (Novalgin)	Diazepam (Valium)	Enalapril (Gaspril)	Hidroclorotiazida (Clorana)	
Características	Antitérmico e analgésico	Sedativo	Anti-hipertensivo	Diurético	
Efeito esperado					
Vias de Administração	EV, IM, VO, Retal.	EV, IM, VO.	VO, EV	VO	
Meia vida	7h	3-8h	4 - 6 h	5 - 15 h	
Dose terapêutica	VO 320mg, 500mg; EV: 1ml, 2ml, 5ml	VO: 5mg, 10mg; EV: 10mg/2 ml	2,5mg, 5mg, 10mg, 20mg; frasco ampola contm: 10	25mg, 50mg	
Dose máxima	500mg - 1g/dia	VO: 5 - 15mg/dia; EV: 2 - 20mg/dia.	20mg/dia	50mg	
Sinais de toxicidade	Nefrototoxicidade	Depressão respiratória	Distúrbio renal ou hepática	Distúrbio hepática	
Cuidados na administração	Crianças menores de 3 meses	Crianças com menos de 3 meses e com menos de 5 kg, reação alérgica	Gestação, crianças menores de 6 meses, apneia	Gestação e lactação	
Interações	Ciclosporina, Clorpromacina	Cimetidina, Fluoxetina, Digoxina, Fenobarbital	AINES, Alapurinol, Antiácidos, Digoxina, Lito e Diuréticos.	AINES, Alopurinol, Lito.	

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tumor cerebral, além de ser de difícil diagnóstico, também desencadeia sintomas mais intensos no paciente, levando a alterações emocionais e perda de função física. Portanto, é importante o papel da equipe multiprofissional no acompanhamento desta patologia. Cada qual da equipe multiprofissional tem a função de minimizar os efeitos que podem prejudicar a qualidade de vida do indivíduo hospitalizado. É fundamental o papel humanizado da equipe de enfermagem em relação aos cuidados para com o paciente, pois as ações e atitudes executadas demonstram a qualidade na assistência do atendimento.

Percebeu-se que a familiar do pesquisado tentava manter-se forte e prestativa para o mesmo, sempre disposta, com um olhar de esperança, fé e muito carinho e afeto demonstrado para ele. A mesma não media esforços para poder ajudar no que fosse necessário, pelo simples fato de estar ao lado dele nos momentos mais difíceis da enfermidade. Teve muitos momentos que ela derramou lágrimas em silêncio e sozinha, e que foram percebidas pela equipe de enfermagem. Por isso, um ponto de relevância a ser observado é do oferecimento de apoio aos familiares e orientações sobre as medidas de conforto que podem ser oferecidas ao paciente naqueles momentos tensos e solitários para o doente.

O processo de enfermagem bem estruturado e implementado, torna a qualidade de assistência satisfatória e benéfica, proporcionando ao paciente e ao familiar segurança e confiança do atendimento prestado. Conclui-se que o ser humano não é imortal e que as patologias que envolvem malignidade não escolhem a quem causar doença. Porém, existem fatores predisponentes envolvidos na hemodinâmica do organismo humano criando assim, a necessidade de se estar preparado para os desafios que a vida oferece e como proceder nas dificuldades apresentadas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Informática do SUS- DATASUS. **Mortalidade geral. 2013**. Disponível em: WWW.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0203. Data de acesso: 30/10/2013.

BRASIL. Ministério da Saúde, Instituto Nacional do Câncer- 2011. **ABC do Câncer- o que é o câncer – a nomenclatura dos tumores- magnitude do problema – a mortalidade por câncer no Brasil- ações de controle- causas externas- diagnostico e tratamento**. Rio de Janeiro. pp. 29, pp: 43, pp. 55, pp. 67-69. ISBN 978-85-7318-187-6.

BRASIL. Ministério da Saúde, Instituto Nacional de Câncer- INCA. 2008. **Ações de Enfermagem para Controle do Câncer**. 3ª Ed: Instituto Nacional de Câncer-INCA. Rio de Janeiro. pp. 377-387. ISBN 41962.

COHEN, Barbara. J.; WOOD, Dana. L. 2002. **O corpo humano na saúde e na doença**. 1ª edição. Ed: Manole, Barueri – São Paulo. ISBN: 85-204-1236-X.

Dicionário de Especialidades Farmacêuticas 2005/06 - JORNAL BRASILEIRO DE MEDICINA, Editora de publicações científicas LTDA.

Dicionário de termos médicos, enfermagem e radiologia. 2010. 4ª edição. Ed: Rideel, São Paulo – SP. ISBN: 978853391512-1.

Diagnósticos de Enfermagem da NANDA- **Definições e classificação 2007-2008**- Ed: Artmed, 2008, São Paulo.

Guia de remédios 2010/2011. 2010. 10ª edição. Ed: Escala, Passo Fundo – RS. ISBN: 975-85-8646-13-5.

Índice terapêutico médico: ITM, 2008/2009. 2008 ed: E PUB, Petrópolis, Rio de Janeiro. ISBN: 978-85-87098-80-1

MINAYO, M. C. S. 2007. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 18º edição. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.

ROUQUARIOL, M.Z.; ALMEIDA FILHO, N. 1999. **Epidemiologia e saúde**. Rio de Janeiro: Medsi.

TANNURE, Meire. C.; PINHEIRO, Ana. M., 2010. **SAE- Sistematização da Assistência de Enfermagem: Guia Prático**. 2ª Ed.: Guanabara Koogan. Rio de Janeiro. ISBN 978-85-277-1635-2.

VCHT, Charles. J. 2006. **Tumores do Sistema Nervoso Central**. Cap.28, pp.633-648. ISBN 27300.

FADIGA DE PACIENTES EM TRATAMENTO QUIMIOTERÁPICO: CONHECIMENTO E MANEJO DA ENFERMAGEM ONCOLÓGICA

Greice Klein da Silva¹
Mirian Herath Rascovetzki²

RESUMO

A fadiga em pacientes em tratamento quimioterápico é definida muitas vezes como uma persistente e subjetiva sensação de forte cansaço de difícil alívio, diminuindo a qualidade de vida do paciente. Deste cenário surgiu o problema de pesquisa: quais são as principais manifestações de fadiga apresentadas por pacientes submetidos à quimioterapia? Então, o objetivo geral do trabalho foi analisar as características do esgotamento do paciente submetido à quimioterapia e analisar os principais métodos para interferir na fadiga. Trata-se de um estudo de revisão integrativa da literatura, sendo o levantamento bibliográfico realizado através de periódicos nacionais, dos últimos dez anos, com os descritores enfermagem, fadiga, neoplasias, oncologia, quimioterapia. Os resultados das pesquisas apontaram cerca de 8.958 artigos com os descritores citados, sendo selecionados 15 que atenderam aos critérios. A grande diferença entre a fadiga fisiológica e a fadiga oncológica é a demora na recuperação. Estratégias que visam manter ou aumentar os níveis de energia nos pacientes também estão descritos, tais como caminhos de aspectos farmacológicos e não farmacológicos. A fadiga tem poder impactante na vida do paciente, levando-o à falta de ânimo, desinteresse, infelicidade, irritação e depressão. A lacuna do conhecimento do enfermeiro sobre a fadiga ainda é grande, sendo necessária a atenção da enfermagem oncológica frente ao assunto. Os objetivos da pesquisa foram alcançados, pois foram percebidas as reais manifestações da fadiga e as interferências frente ao problema. O estudo foi de grande valia, pois a enfermagem se faz presente em todo o processo do tratamento.

Palavras-Chave: Enfermagem. Fadiga. Quimioterapia.

1. INTRODUÇÃO

O ser humano, dentre várias características, tem uma em especial: as limitações de suas forças e energias, manifestas por esgotamento após períodos de injúrias. Após um dia exaustivo de atividades físicas, por exemplo, o organismo necessita de algumas horas de sono de boa qualidade para se restabelecer. Nesta perspectiva, o presente estudo busca abordar um fator muito importante de esgotamento de energias do ser humano – a quimioterapia; assunto até este momento pouco abordado, apesar de sua extrema relevância.

O enfermeiro e a equipe de enfermagem devem estar sempre munidos de informações que rodeiam este

ABSTRACT

Fatigue in patients undergoing chemotherapy is often defined as a persistent and subjective sensation of heavy fatigue that is difficult to alleviate, reducing the patient's quality of life. From this scenario came the research problem: what are the main manifestations of fatigue presented by patients undergoing chemotherapy? Therefore, the objective of the study was to analyze the characteristics of the exhaustion of the patient submitted to chemotherapy and to analyze the main methods to interfere in the fatigue. This is an integrative review of the literature, being the bibliographical survey carried out through national journals of the last ten years, with the descriptors nursing, fatigue, neoplasms, oncology, chemotherapy. The results of the surveys pointed out about 8,958 articles with the mentioned descriptors, being selected 15 ones that met the criteria. The major difference between physiological fatigue and oncologic fatigue is delayed recovery. Strategies aimed at maintaining or increasing energy levels in patients are also described, such as pathways of pharmacological and non-pharmacological aspects. Fatigue has impacting power in the patient's life, leading to lack of mood, disinterest, unhappiness, irritation, and depression. The nurse's knowledge gap on fatigue is still great, and the oncological nursing attention is needed. The objectives of the research were achieved, as the real manifestations of fatigue and interference with the problem were perceived. The study was of great value, because nursing is present throughout the treatment process

Keywords: Nursing. Fatigue. Chemotherapy.

assunto, pois como sendo o câncer que é a segunda doença que mais causa mortes, perdendo apenas para as doenças do trato circulatório, existem muitos questionamentos por parte dos pacientes. E um destes questionamentos é, porque estou me sentindo assim? Por que não consigo desenvolver minhas tarefas como antigamente? A resposta para estas perguntas norteiam o assunto fadiga, que faz com que uma pessoa não consiga por muitas vezes controlar o que está sentindo; seja um sentimento de impotência ou de angústia, por exemplo.

Por este motivo, necessita-se deste olhar da enfermagem para a fadiga e também a importância de um guia para identificar manejos que venham facilitar o planejamento da assistência, para melhor observação, interpretação e resolução dos sintomas nestes pacientes e que certamente fará a diferença no tratamento.

¹Acadêmica do Bacharelado de Enfermagem – Sociedade Educacional Três de Maio – SETREM, e-mail: ggrei@hotmail.com

²Professora Orientadora, Especialista e Licenciada em Enfermagem, Docente do curso de Bacharelado de Enfermagem – SETREM e-mail: mirian_rascova@yahoo.com.br

Deste cenário surgiu o problema de pesquisa: Quais são as principais manifestações de fadiga apresentadas por pacientes submetidos à quimioterapia?

Então, o objetivo geral deste trabalho é analisar as características do esgotamento do paciente submetido à quimioterapia. Identificar os principais métodos para interferir na fadiga.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. ATRIBUIÇÕES LEGAIS NA SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM

O Conselho Federal de Enfermagem (COFEN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, e pelo Regimento da Autarquia, aprovado pela Resolução COFEN nº 242, de 31 de agosto de 2000; que diz:

Art. 1º O Processo de Enfermagem deve ser realizado, de modo deliberado e sistemático, em todos os ambientes, públicos ou privados, em que ocorre o cuidado profissional de Enfermagem.

§ 2º Quando realizado em instituições prestadoras de serviços ambulatoriais de saúde, domicílios, escolas, associações comunitárias, entre outros, o Processo de Saúde de Enfermagem corresponde ao usualmente denominado nesses ambientes como Consulta de Enfermagem.

É um processo de extrema importância para a identificação da fadiga: são cinco etapas a serem cumpridas para um bom processo.

2.1.1. O que diz a NANDA sobre a fadiga

Segundo a classificação diagnóstica da NANDA (*North American Nursing Diagnosis Association*, 2014, p. 287) no domínio 4, sendo um diagnóstico de enfermagem com a característica definidora: “[...] uma sensação opressiva e sustentada de exaustão e de capacidade diminuída para realizar trabalho físico e mental no nível habitual”. Os fatores relacionados são Ambientais (barulho, luzes, temperatura e umidade), Fisiológicos (anemia, condição física debilitada, desnutrição, esforço físico aumentado, estado de doença, gravidez e privação de sono), Psicológicos (ansiedade, depressão, estilo de vida enfadonho e estresse) e Situacionais (eventos negativos na vida e ocupação).

2.1.2. Nursing Outcomes Classification (NOC) e a fadiga

Já na classificação dos resultados de enfermagem NOC (*Nursing Outcomes Classification*, 2010, p. 773), traz que a fadiga é uma sensação sustentada e avassaladora de exaustão e redução da capacidade de trabalho físico e mental no nível normal. Trazendo consigo os seguintes resultados sugeridos: concentração, conservação de energia, energia psicomotora, estado nutricional, resistência, tolerância à atividade, bem estar pessoal, equilíbrio do humor, mobilidade, ansiedade, nível de depressão, nível de dor, nível de estresse, de glicemia, qualidade de vida, repouso e sono.

2.2. APRESENTAÇÕES DA EXAUSTÃO NO CID-10

A fadiga relacionada ao câncer é apresentada como a diminuição de energia e progressiva necessidade de descansar, desproporcional a qualquer mudança recente no

nível de atividade que venha ocorrendo todos os dias durante um período de duas semanas no último mês, associada ao pelo menos cinco dos seguintes sintomas ou queixas: fraqueza, diminuição da concentração ou atenção, insônia ou sono excessivo, sono não confortador, necessidade de esforço para vencer a inatividade, dificuldade para executar tarefas diárias, problema de memória recente, dificuldade no cumprimento de funções, sintomas que não sejam consequentes à depressão ou ao delírio (Torres, M. R. 2006, p.18 *apud* Organização Mundial da Saúde).

2.3. CONHECIMENTO E AÇÕES DO ENFERMEIRO SOBRE A FADIGA

Segundo Krishnasamy (2001), a fadiga pode ser classificada em seis dimensões: temporal, sensorial, cognitiva e mental, afetiva e emocional, comportamental e conduta e psicológica.

Em um estudo realizado em Porto Alegre no hospital de Clínicas, com enfermeiros de vários turnos, e diversas unidades (fechada, aberta), foram abordados com as perguntas a seguir:

2.3.1. Termos Mais Lembrados Quando Se Fala em fadiga

Segundo Torres (2006), como base do conhecimento perguntou-se aos entrevistados os termos que lembravam ao ouvirem falar em fadiga do paciente com câncer. “[...] O termo que primeiro é lembrado pelos entrevistados é o que eles mais associam à fadiga do paciente com câncer.”

Quadro 1- As Três Palavras Referidas pelos Enfermeiros

Palavras	Freq. 1	Freq. 2	Freq. 3	Total (n=234)	% sobre o total
Cansaço	30	13	7	49	20,94
Desânimo	2	7	6	15	6,41
Depressão	4	5	5	14	5,98
Sofrimento	5	5	3	13	5,56
Dor	6	7	0	13	5,56
Desesperança	3	4	4	11	4,70
Tristeza	3	4	3	10	4,27
Inapetência	1	7	1	9	3,85
Dispnéia	3	4	2	9	3,85
Estado nutricional	2	0	4	6	2,56
Prostração	2	1	2	5	2,14
Ansiedade	2	0	3	5	2,14
Outros	15	21	38	75	31,05
Total	78	78	78	234	100

Fonte: Torres (2006). Porto Alegre, janeiro-março, 2006.

Tendo em vista estudos como o de Knowles *et al* (2000), os enfermeiros definiam fadiga principalmente como cansaço (62%), letargia (45%), fraqueza (32%), efeitos psicológicos (32%) e falta de energia (24%).

Quando comparados, observa-se resultados parecidos, ambos lembram de cansaço.

2.3.2. Manejo da Fadiga Relacionada ao Câncer Perante os Enfermeiros

Quadro 2 – Enfermeiros que trabalham com Paciente com Diagnóstico de Câncer

Formas de Manejo	Total	% sobre o total de termos
Conversa	22	30,9
Auxílio da equipe e multidisciplinaridade	14	19,7
Atividade Física e relaxamento	11	15,5
Incentivo à recreação e lazer	10	14,1
Motivação, fé e pensamento positivo	9	12,8
Presença da Família	5	7,0
Total	71	100

Fonte: Torres (2006). Porto Alegre, janeiro-março, 2006.

Para Torres (2006), observando a tabela, e consecutivamente resultado da pesquisa, a maior parte das práticas tem enfoque comportamental e de conforto. Faltando medidas compatíveis com os sintomas físicos e de depressão.

Observa-se que na totalidade a fadiga não é muito conhecida, principalmente por alguns aspectos pelos enfermeiros. Observou-se também o desconhecimento da fadiga e tratamento farmacológico, ou certas dificuldades em diferenciação.

2.3.3. Sinais e Sintomas, e Fatores Relacionados à Fadiga

Quadro 3- Sinais e Sintomas de Fadiga Relacionada ao Câncer segundo Enfermeiros que Trabalham com Pacientes com Diagnóstico de Câncer

Sinais e Sintomas	Total	% sobre o total de termos
Cansaço	47	17,9
Inapetência	21	8,0
Desânimo	19	7,2
Prostração	15	5,7
Depressão	14	5,3
Fraqueza	14	5,3
Desmotivação	12	4,6
Diminuição da atividade	11	4,2
Apatia	9	3,4
Anemia	9	3,4
Desesperança	9	3,4
Ansiedade	8	3,0
Pessimismo	7	2,9
Isolamento	2	0,8
Insônia	2	0,8
Mau-humor	2	0,8
Total	262	100

Fonte: Torres (2006). Porto Alegre, janeiro-março, 2006.

Para Torres (2006), novamente foi citado o termo cansaço, assim como referenciado a inapetência e o desânimo.

Para Knowles *et al.* (2000), também verificou como sintomas mais frequentes, letargia (37%), apetite reduzido (36%), cansaço (30%), desinteresse (27%), mudança de humor (26%), depressão (25%), falta de energia (21%).

2.4. APRESENTAÇÃO DOS DADOS

Foi subdividido em três categorias: Aspectos subjetivos à fadiga, alterações físicas, emocionais, psicossociais decorrentes da fadiga e o manejo com a fadiga e os cuidados de enfermagem.

Os artigos utilizados são dos últimos 10 anos. Pela falta de artigos recentes, sendo dois artigos do ano de 2006, quatro artigos do ano de 2009, um artigo do ano de 2010, 2011, 2012 e 2013, quatro artigos do ano 2014 e um artigo dos anos de 2015.

Foram encontrados dois artigos na Revista da Associação Médica do Brasil, dois artigos na Revista Gaúcha de Enfermagem, dois artigos na Revista Rene, dois artigos na Acta Paulista de Enfermagem, um artigo na Revista da Escola de Enfermagem da USP, um artigo na Revista Eletrônica de Enfermagem, um artigo na Revista Brasileira de Medicina do Esporte, um artigo na Revista Latino-Americana de Enfermagem, um artigo na Revista da Associação Médica Brasileira, um artigo na Revista Brasileira de Cancerologia e um artigo na Revista Saúde e Sociedade.

O quadro exemplificado (Apêndice) exhibe peculiaridades da amostragem para a construção do estudo.

2.4.1. Aspectos Subjetivos à Fadiga

Evidências de que a fadiga está relacionada ao tratamento e é multifatorial e consecutivamente muito complexa, sendo por muitas vezes subnotificada pelos profissionais da saúde, tais como enfermeiros. A subjetividade do paciente quando relatados os sintomas que fazem com que o diagnóstico seja confundido, dificultando a enfermagem realizar as intervenções necessárias, tornando o trabalho da enfermagem oncológica um verdadeiro desafio (A7, A8, A9 e A10).

A fadiga em pacientes com câncer pode ser definida como uma persistente e subjetiva sensação de cansaço relacionado à doença ou ao tratamento que interfere no desempenho das atividades usuais (BONASSA, 2012).

Como se observou nos artigos descritos, eles alertam sobre a fadiga ser de difícil discernimento, subjetiva e podendo muitas vezes ser confundida por outros sintomas, sendo ignorado em alguns momentos do tratamento.

Dentre vários sintomas relatados por pacientes, a fadiga é a primeira a ser citada por pacientes. É uma das principais causas pela qual muitas pessoas são afastadas ou não de atividades, e estatisticamente a fadiga, a náusea, a dor, o emocional, a insônia, o desempenho de papel estão presentes neste afastamento (A1, A3, A4, A5, A12 e A13).

A fadiga obtém a maior média quando o assunto é o sintoma mais importante relacionado a sua doença oncológica e tratamento. Mesmo em meio a vários tipos de neoplasias, a fadiga lidera, sendo um sintoma prevalente em pacientes em tratamento quimioterápico (A1, A3, A4, A5, A12 e A13).

A fadiga é apontada pela maioria dos pacientes (41%) como o efeito colateral que mais os incomoda, seguida de longe pela náusea (12%) e alopecia (8%) (BONASSA, 2012).

Sobretudo, nota-se que a fadiga perante vários estudos é a mais citada, estando em primeiro lugar em vários artigos. Mesmo que apareçam vários outros sintomas, a fadiga está fortemente presente em pacientes em tratamento quimioterápico, sendo um sintoma trivial (A1, A3, A4, A5, A12 e A13).

Percebe-se que tanto na literatura de Bonassa (2014), quanto em artigos citados anteriormente, a fadiga relacionada ao câncer é amplamente vista nos casos de pessoas em tratamento quimioterápico, que causam grandes desgastes pelo fato do aumento da toxicidade no organismo, e estas são combinadas em protocolos para o tratamento do câncer.

2.4.2. Alterações Físicas, Emocionais, Psicossociais Decorrentes Da Fadiga

Perante os artigos (A6, A10, A11, A12 e A13), a fadiga de pacientes com neoplasias tem sido apontada como um sintoma de alta prevalência em pacientes em tratamento.

Os pacientes com câncer frequentemente reportam que a fadiga começa com tratamento ou, ainda, durante o estressante processo de

diagnóstico, continua durante todo o curso de intervenções terapêuticas e decai com o término do tratamento (BONASSA, 2012, p. 419).

Estudos relatam e evidenciam pacientes que apresentam a fadiga, o responsável seria o tratamento quimioterápico. E em muitos casos a avaliação da fadiga tem auxiliado para reconhecimento dos efeitos adversos das medicações (A7, A13).

Padrões de fadiga durante o curso do tratamento variam de acordo com a terapêutica empregada. Com a quimioterapia endovenosa os níveis de fadiga elevam-se rapidamente, atingindo um estado máximo de 48 a 72 horas após e, retornando aos níveis próximos ao basal, após três semanas, com um pico de incidência menor ocorrendo nos dias dez a 14 (BONASSA, 2012, p. 419).

Não se pode atribuir a fadiga somente ao tratamento, mas sim a um conjunto de fatores correlacionados à fadiga (TORRES, 2006).

A fadiga do paciente com câncer vem ganhando destaque progressivo, pois está diretamente relacionado ao crescimento de protocolos mais agressivos e de tratamentos combinados que inevitavelmente potencializam efeitos tóxicos e um controle mais efetivo de sintomas importantes como náuseas, os vômitos e a dor (BONASSA, 2012, p. 419).

Pode-se pensar que a fadiga de pacientes em tratamento quimioterápico pode reduzir a qualidade de vida ou não. Os autores dos artigos A3 e A5 referem que pacientes em tratamento quimioterápico, portadores de fadiga, passam por diversas mudanças na vida durante o tratamento, porém não sentiram mudanças na percepção da qualidade de vida.

É debilitante por comprometer as atividades da vida diária, e ocasionar prejuízos à qualidade de vida (PIMENTA; MOTA, 2002).

Diferente da fadiga fisiológica, que se resolve com sono e o descanso, a fadiga do paciente oncológico frequentemente resiste ao sono e ao descanso, é de magnitude e persistência superior, causa maior interferência nas atividades diárias e maior impacto em qualidade de vida (BONASSA, 2012, p. 418).

Diversos estudos relatam que é de fundamental importância a compreensão da fadiga, pela sua influência no bem estar físico, social e mental, tal como a implementação de medidas para efetivar melhorias na qualidade de vida do paciente, que aumente a capacidade funcional diária (A9, A11 e 15).

Portanto, os achados dos efeitos negativos na qualidade de vida de pacientes com fadiga oncológica foram maiores dos que diziam que pacientes não sentiam maiores impactos.

O afastamento das atividades de vida diária se faz presente para a maioria dos pacientes em tratamento quimioterápico. Fazendo com que esses permaneçam

longe dos seus afazeres. Mesmo os que insistem em produzir apresentam incapacidades em consequência do tratamento, e que quanto mais avançada a doença, mais difícil se torna conciliar trabalho e tratamento, provavelmente decorrente dos efeitos colaterais tais como fadiga e náuseas (A1, A7, A13 e A15).

O cansaço extremo causa graves impactos na vida diária, tornando a fadiga como o principal sintoma que interfira negativamente em sua qualidade de vida, causando irritações e tristezas por suas limitações, depressões, modificando estilo de vida para a realização de tarefas (A1, A2, A4, A6, A13, A14 e A15).

A fadiga em pacientes com câncer pode ser definida como uma persistente e subjetiva sensação de cansaço relacionado à doença ou ao seu tratamento que interfere no desempenho das atividades usuais (BONASSA, 2012).

Enfim, a fadiga relacionada ao câncer prejudica na qualidade de vida, dificulta os afazeres que antes eram normais e muitas vezes feitos despercebidamente.

Porém, verifica-se que a maioria das pessoas que sofrem da fadiga relacionada ao câncer, encontram maneiras para desviar deste mal, como por exemplo sentar para realizar as atividades, solicitar auxílio aos familiares, como apoio físico ou emocional. Observam por si mesmos que dar "tempo ao tempo" é o melhor a ser feito.

Observa-se o forte impacto no viver destas pessoas, que anteriormente à presença da doença viviam como queriam, sem serem privadas e que, a partir da doença, muitas são as mudanças.

Muito importante observar a dificuldade, os obstáculos dos pacientes portadores de fadiga oncológica em aliviar e suavizar o sintoma da fadiga. Muitos artigos citaram que dormir quando se está exausto, ter uma crença/religião/fé, rezar, realizar exercícios físicos e aprender técnicas de relaxamento são eficazes. Outros dizem que se devem realizar técnicas para reestruturação cognitiva. Também referem que na fadiga oncológica, não tem o que ser feito, que apenas a morte ajudaria a passar este sintoma (A6, A12, A13, A14 e A15).

Estas estratégias podem ser resumidas em organização do tempo de descanso/sono, nutrição, uso de terapias complementares, atividades de lazer, e educação/aconselhamento (PIMENTA; MOTA, 2002).

Deve-se propor o descanso em primeiro lugar, orientando que as atividades funcionais não devem mudar a não ser que o paciente não se sinta mais possibilitado de realizar tais atividades antes realizadas, ressaltando que é importante dormir, mas que deve realizar suas atividades com mais cautela, evitando esforços físicos pesados tal como musculação.

2.4.3. O Manejo Com A Fadiga E Os Cuidados De Enfermagem

A enfermagem poderá qualificar a assistência, juntamente com programas de educação e prevenção, já avaliando no primeiro contato com o paciente que iniciará a quimioterapia, educações continuadas entre equipe, identificando, diagnosticando, planejando e avaliando as necessidades reais e desenvolvendo estratégias de cuidado individual para cada paciente (A3, A6, A9 e A15).

Muitos médicos e enfermeiros não avaliam a fadiga porque desconhecem tratamentos efetivos ou não percebem sua importância em qualidade de vida e desempenho funcional. Conclusão: a fadiga em pacientes com câncer é sub-reportada, subdiagnosticada e subtratada (BONASSA, 2012, p. 419).

Para os artigos A3, A6, A9 e A15, a enfermagem se depara frente a muitas situações estressantes e traumáticas tendo em vista a imprevisibilidade necessitando de monitorizações.

O trabalho da enfermagem é de fundamental importância, pois se faz presente desde que o paciente inicia o tratamento, até o final deste. A enfermagem obtém o maior contato com estes, e por esse motivo o olhar auxilia para a melhora na qualidade de vida de pacientes oncológicos durante o tratamento.

A enfermagem oncológica necessita adquirir conhecimento técnico e científico específico e essencial para a prática das atividades em pacientes fadigados, observando principalmente a imprevisibilidade e na supervisão dos eventos adversos comumente em pacientes desde o primeiro dia de quimioterapia (A2, A6, A7, A9, A10, A11, A12, A13, A14 e A15).

Necessita-se a avaliação correta dos sintomas da fadiga, sendo necessário a estes pacientes serem assistidos na integralidade, necessitando a enfermagem buscar equilíbrio nas funções físicas, emocionais e sociais. Observar o manejo adequado dos medicamentos quimioterápicos, com a atenção voltada à qualidade de vida independentemente da terapêutica (A2, A6, A7, A9, A10, A11, A12, A13, A14 e A15).

A atenção se faz necessária, pois estar atento a cada sinal e sintoma, faz com que a característica definidora seja observada com precisão, no qual muitas vezes é subnotada e ressaltada a dificuldade do enfermeiro associá-la ao diagnóstico de enfermagem fadiga. O impedimento do diagnóstico se faz a partir de que a característica definidora aparece muitas vezes nos prontuários, porém a interpretação deficiente dificulta as intervenções. (A9)

A maior exigência é a técnica de avaliação do estado de saúde da pessoa, adotando a partir disso diagnósticos de enfermagem, com avaliações multidisciplinares e individuais.

Na abordagem sobre a fadiga, e com um atendimento excelente é possível estimular os pacientes a relatar a fadiga caso os sintam.

Deve-se direcionar a assistência de enfermagem perante a necessidade de cada pessoa fadigada, escolher as intervenções e logo após realizar os cuidados escolhidos para cada necessidade (A2, A6, A7, A9, A10, A11, A12, A13, A14 e A15).

Muito deve ser feito para se observar a fadiga no seu âmbito real, principalmente pela evolução de enfermagem, partindo da sistematização da assistência de enfermagem (A7, A9 e A11).

Faz-se necessária a investigação da fadiga logo que é feito diagnóstico da doença, em cada visita, identificando causas tratáveis e fatores que contribuam para a manifestação desse sintoma (A7, A9 e A11).

A abordagem inicial deve ser feita através de um questionário, abordagem ampla com orientações sobre a fadiga, passando por anamnese e exame físico, considerando as limitações de cada paciente, juntamente com um plano terapêutico individual. Devendo ser simples e rápida, válida e confiável.

Deve-se realizar um histórico detalhado e um exame físico, como parte da fase inicial de avaliação (BONASSA, 2012).

O histórico deve incluir uma avaliação detalhada da fadiga, sua intensidade e padrões, duração e alterações ao longo do dia, fatores associados que intensifiquem ou aliviam e interferência causada nas atividades diárias (BONASSA, 2012).

Existem dois caminhos a ser seguido sobre os aspectos farmacológicos e não farmacológicos como relatado nos artigos A10 e A11.

Pacientes com fadiga de nível moderado ou grave devem beneficiar-se do tratamento farmacológico, e os que não sofrem destes níveis de fadiga devem usufruir de medidas não farmacológicas, podendo ser usadas desde o início do tratamento de forma a amenizar possíveis sintomas de fadiga (A10 e A11).

O manejo da fadiga é um desafio e as formas de controle incluem o uso de terapias farmacológicas e não farmacológicas (PIMENTA, 2002).

Assim, os enfermeiros têm um papel importante no manejo da fadiga dos pacientes com câncer, pois podem atuar no tratamento farmacológico e não farmacológico, oferecendo atenção integral ao paciente, ouvindo seus anseios, dúvidas, motivações, desmotivações, atividades diárias, atividades de sono, repouso e lazer. A partir destas observações, é possível identificar a fadiga do paciente, bem como sua intensidade e procurar o manejo adequado a cada um (TORRES, 2006, p.67).

Para o artigo A11, o tratamento farmacológico tem se mostrado promissor, que utilizam psicoestimulantes, como metilfenidato, dexmetilfenidato, modanafil, e agentes estimuladores de eritropoetina, orientando também o uso de corticoides.

Intervenções farmacológicas incluem a administração de eritropoetina alfa para tratamento da anemia. [...] antidepressivos aos pacientes com depressão e reposição hormonal aos portadores de hipotireoidismo. Há muitos anos os corticosteroides vêm sendo empregados aos pacientes com câncer avançado, pois aumentam a sensação de bem-estar e os níveis de energia. O uso de psicoestimulantes é mais recente e mais limitado. [...] o metilfenidato é efetivo na redução de sonolência induzida pelos opióides,

depressão aguda e disfunções cognitivas em pacientes sob tratamento paliativo. [...] corticosteróides também podem ser empregados, como a dexametasona (4mg/dia VO) ou prednisona (5 a 15mg/dia VO). Além de produzir uma sensação de bem-estar e, em alguns pacientes, um senso de euforia, os corticoides também são estimulantes de apetite. Quando a anorexia está presente e pode estar envolvida na etiologia e manutenção da fadiga, outra alternativa além dos corticosteroides é o acetato de magesrol, suspensão oral. [...] outra droga útil em pacientes inapetentes é a metoclopramida: recomenda-se 10mg VO antes das refeições para melhorar o esvaziamento gástrico. [...] um estudo mostrou que cápsulas contendo uma quantidade padronizada de extrato de guaraná ajudou a diminuir o cansaço [...] (BONASSA, 2012, p. 421).

O mesmo artigo A11, diz também que o tratamento não farmacológico é promissor, pois auxilia de várias formas, utilizando tratamentos cognitivo comportamentais, exercícios físicos e terapias do sono.

Intervenções não farmacológicas no tratamento da fadiga associada ao câncer são notáveis em sua eficiência, segurança e, em geral, baixo custo. E tratamentos não farmacológicos fazem o paciente usufruir de alterações em padrões de atividades e descanso, como por exemplo exercícios, terapia de sono, técnicas de conservação de energia e programas de suporte psicossocial e estratégias de enfrentamento para reduzir o estresse (BONASSA, 2012).

Um protocolo de exercícios, como treinamento de resistência foi benéfico para o aumento da força muscular e para a redução da fadiga em pacientes com câncer de mama (A8).

Conservação de energia são intervenções que utilizam a gestão planejada das fontes de energia pessoal para prevenir a depleção.

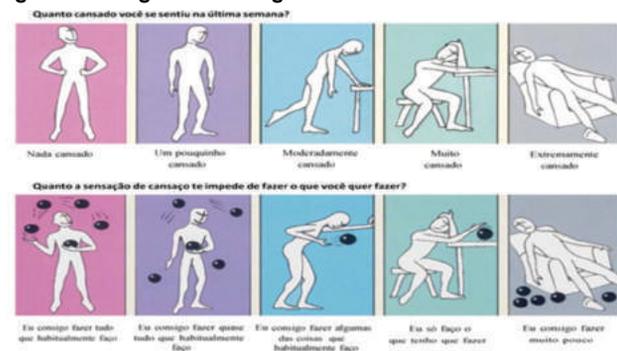
No que se trata de sono e descanso e conservação de energia, Bonassa (2012), traz que pacientes com câncer descansam mais, porém o padrão de sono é caracterizado por inúmeras interrupções, podendo acontecer de hora em hora.

Percebe-se nestes artigos que se a fadiga leve é identificada deve-se orientar as estratégias para minimizá-la como já descrito acima. Quando apresenta a fadiga moderada à severa deve se incluir avaliação detalhada sobre a doença, o tratamento, alterações como dor, alterações emocionais, distúrbio do sono, anemia, deficiência nutricional e redução de atividades.

O Pictograma de Fadiga é uma escala ordinal composta por duas questões graduadas em 5 ilustrações legendadas que avaliam a intensidade (nada cansado, um pouquinho cansado, moderadamente cansado, muito cansado e extremamente cansado) e o impacto da fadiga (eu consigo fazer tudo que habitualmente faço, eu consigo fazer quase tudo que habitualmente faço, eu consigo fazer algumas das coisas que habitualmente faço, eu só faço o que tenho que fazer e eu consigo fazer muito pouco) (A7).

Mesmo anunciando que o pictograma é um método simples, foi encontrado muita dificuldade em obter os valores das figuras para que pudesse fazer um nivelamento e após o gerenciamento.

Figura 1: Pictograma da fadiga



Fonte: Fitch et al; 2009.

É sugerido o pictograma da fadiga, um instrumento de auto-relato, pois é a melhor maneira de avaliar sintomas subjetivos. Eles permitem que o paciente analise suas sensações e sentimentos com menor interferência externa (BONASSA, 2012).

Outro método para a avaliação é a escala de fadiga de Piper, que é um instrumento multidimensional para a avaliação da fadiga. Esta escala possui 22 itens distribuídos em três dimensões: comportamental, afetiva, e sensorial/psicológica. Cada dimensão recebe uma pontuação que varia de zero a dez, o ponto de corte é o escore 4, ou igual/inferior a quatro, sem fadiga, e superior a quatro, com fadiga (A13).

A Sistematização da Assistência de Enfermagem é o método que mais aparece entre os artigos, sendo que é referida nos artigos A2, A3, A4, A6, A9, A10, A14 e A15.

A (o) enfermeira (o) é responsável por um atendimento único e multidimensional, ressaltando a importância da atenção às características definidoras nas evoluções, para que o diagnóstico seja realizado de forma correta e as intervenções implementadas. Existe muita dificuldade neste âmbito, porém grande expectativa de que sejam adequadas as necessidades particulares de cada pessoa, rastreando desde o primeiro dia de tratamento suas necessidades, educando e prevenindo quanto ao assunto fadiga (A2, A3, A4, A6, A9, A10, A14 e A15).

A equipe de enfermagem brasileira utiliza os critérios diagnósticos de fadiga propostos pela NANDA. A partir da avaliação física e anamnese do paciente, o enfermeiro avalia a presença de características definidoras que asseguram o diagnóstico (BONASSA, 2012).

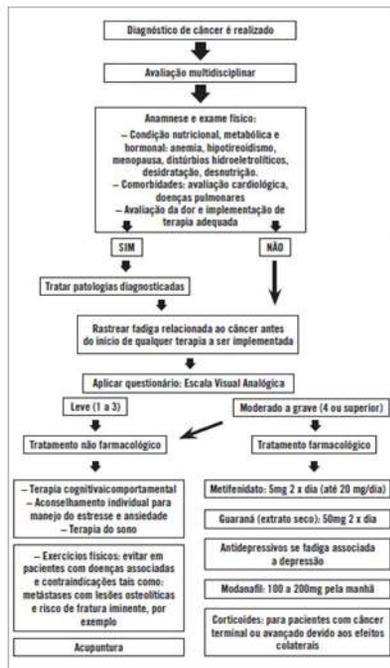
Uma escala da fadiga é uma das opções de diagnosticá-la, mensurada de 0 a 10, em que 1 a 3 são considerados níveis leves, 4 a 6 moderados, e 7 a 10 severos (BONASSA, 2012 e 2005).

Em consequência da complexidade dos sintomas, uma avaliação cuidadosa é vital para planejar intervenções apropriadas (TORRES, 2006).

Observa-se que o manejo da fadiga deve ser feita pela enfermagem na forma que o profissional decidir, se decidir pela forma mais rápida existe o pictograma, se existe a possibilidade de mais tempo, pode utilizar a escala de fadiga de Piper, e principalmente pode utilizar a Sistematização de Enfermagem, que é simples, rápida e detecta rapidamente o problema em vista.

Já o artigo A11 *apud* Mock. V; *et al*; 2007, nos traz uma medida padronizada para a averiguação da fadiga.

Figura 2: Organograma para o diagnóstico e tratamento da Fadiga Relacionada ao Câncer



Fonte: Giglio *et al*; *apud* Mock 2007.

Este algoritmo exemplificado no quadro anterior, quando escolhido auxilia no manejo, sendo possível utilizar o exemplo da escala da dor, questionando ao paciente qual o valor que ele denomina sua fadiga. E então seguindo o esquema do quadro. Desta forma excluem-se causas reversíveis e tratáveis de fadiga, como anemia, hipotireoidismo, dor.

2.5. METODOLOGIA DE PESQUISA

Trata-se de um estudo bibliográfico, que segundo Gil (2002), é desenvolvido com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos e tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito.

O método de abordagem da pesquisa é revisão integrativa sobre fadiga de pacientes em tratamento quimioterápico - conhecimento e manejo da enfermagem oncológica.

O trabalho foi desenvolvido exclusivamente a partir de fontes bibliográficas.

2.5.1. Formulação Do Problema

Para Mendes; Silveira; Galvão (2008) o processo de elaboração da revisão integrativa se inicia com a

definição de um problema e a formulação de uma hipótese ou questão de pesquisa que apresente relevância para a saúde e enfermagem.

Quais são as principais manifestações de fadiga apresentadas por pacientes submetidos à quimioterapia?

2.5.2. Coleta De Dados

Seguindo o raciocínio de Mendes; Silveira; Galvão (2008) após a escolha do tema pelo revisor e a formulação da questão de pesquisa, inicia-se a busca nas bases de dados para identificação dos estudos que serão incluídos na revisão. A *internet* é uma ferramenta importante nesta busca, pois as bases de dados possuem acesso eletrônico. A seleção dos estudos para a avaliação crítica é fundamental, a fim de se obter a validade interna da revisão.

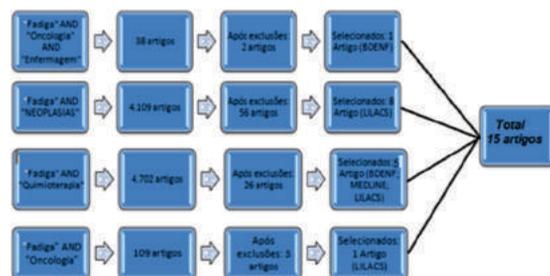
Observa-se também a importância da representatividade da amostra, sendo necessária a verdade sobre a produção desta. Para o levantamento dos artigos realizou-se uma busca nas bases de dados LILACS, BDNF e MEDLINE a partir da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), tendo os seguintes descritores: "Enfermagem fadiga; neoplasias; oncologia e quimioterapia".

Os critérios de inclusão para a seleção dos artigos foram: artigos nacionais, idioma em português, publicados na íntegra, nos referidos bancos de dados nos últimos 10 anos e de livre acesso. Para a exclusão os critérios foram: teses, documento de projetos e monografias. Dos 8.958 artigos encontrados após critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados 87 artigos. Permaneceram somente 15 artigos que condizem com o tema e os objetivos da pesquisa.

Figura 3- Descritores do artigo



Figura 4- Organização para seleção dos artigos



2.6. DEFINIÇÃO DAS INFORMAÇÕES

O revisor tem como objetivo, nesta etapa, de organizar e sumarizar as informações de maneira concisa, formando um banco de dados de fácil acesso e manejo. Geralmente as informações devem abranger a amostra do estudo (sujeitos), os objetivos, a metodologia empregada, resultados e as principais conclusões de cada estudo. Mendes; Silveira; Galvão (2008).

Para acontecer a ordem das informações dos 15 artigos selecionados, foi elaborado um instrumento de organização de dados, no qual consta a enumeração dos artigos, procedência, título do artigo, metodologia, objetivo de pesquisa e ano da publicação.

2.6.1. Avaliação Dos Estudos

Mendes; Silveira; Galvão (2008), diz que esta etapa é equivalente à análise dos dados em uma pesquisa convencional, na qual há o emprego de ferramentas apropriadas. Para garantir a validade da revisão, os estudos selecionados devem ser analisados detalhadamente.

Após a revisão detalhada, e escolha dos artigos, serão realizadas leituras para análise e interpretação textual, separando por tópicos, palavras chave.

Durante a análise dos artigos da pesquisa citados, foram identificados por códigos, iniciando com a letra A e após, pelo número do artigo.

2.6.2. Interpretação Dos Resultados

Mendes; Silveira; Galvão (2008) diz que esta etapa corresponde à fase de discussão dos principais resultados na pesquisa convencional.

Será realizada a discussão e reflexão dos dados à luz do referencial teórico utilizado. Devido à ampla revisão conduzida, é possível identificar fatores que afetam a política e os cuidados de enfermagem (prática clínica).

2.6.3. Apresentação Da Revisão Integrativa

Nesta etapa, conforme Mendes; Silveira; Galvão (2008), a revisão integrativa deve incluir informações suficientes que permitam ao leitor avaliar a pertinência dos procedimentos empregados na elaboração da revisão, os aspectos relativos ao tópico abordado e o detalhamento dos estudos incluídos. Será apresentada no formato de TCC e de manuscrito.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve a finalidade de analisar as características do esgotamento do paciente submetido à quimioterapia, bem como identificar as características da fadiga, analisar o conhecimento do profissional enfermeiro em relação a isto e identificar os principais fatores que possam interferir na mesma.

Os objetivos propostos foram alcançados quando aponta-se que a fadiga é um sintoma que leva ao estresse profundo, que limita tanto paciente em relatar, como a enfermagem em distinguir. Observa-se que este extremo cansaço em pacientes em tratamento quimioterápico é de grande prevalência, atingindo pacientes no início, meio e fim do tratamento.

Muitas vezes não comentado para a equipe o que estas pessoas em tratamento estão sentindo, por essa razão os profissionais devem estar presentes, questionar, observar desde o primeiro contato com o adoecido, para identificar reações normais ou anormais durante o tratamento deste.

A mudança na qualidade de vida acontece e é muito percebida durante o tratamento. Algumas pessoas conseguem ou ao menos tentam levar a vida de forma normal, porém é notória a dificuldade na demora da recuperação e a volta às atividades. O cansaço extremo assume um lugar significativo na vida da pessoa adoecida incapacitando-a aos afazeres mais simples, desencadeando o desespero, a tristeza, a depressão e até mesmo a desistência do tratamento.

Torna-se importante oportunizar ao paciente o direito de escolha quanto aos métodos que possam amenizar os sinais da fadiga. Como este sintoma geralmente perpassa o tratamento, não é justo que o paciente o suporte como sendo algo corriqueiro da situação. Os trabalhadores de saúde têm o dever de propor tecnologias que possam amenizar este sofrimento e os médicos que acompanham estes pacientes têm a responsabilidade moral e técnica de ajudar os pacientes dentro de sua capacidade física. Se esta tecnologia requer o uso de medicamentos que hoje se sabe que possam ser úteis, por que não dispor dos mesmos neste período?

Realiza-se uma reflexão sobre a difícil interpretação de alguns métodos de identificação da fadiga, percebe-se a grande dificuldade de encontrar artigos que evidenciem as formas corretas de compreensão desta pelos enfermeiros, ou até mesmo que orientem o profissional qual o método que deve seguir, como por exemplo a escala de Piper. Necessita-se de mais estudos em volta deste tema. Os métodos utilizados para a mensuração da fadiga foram inicialmente de difícil compreensão, exigindo muita concentração para poder ser utilizado.

Desta maneira, observa-se a dificuldade de exemplificações mais claras em artigos sobre medicações; apenas Bonassa esclareceu sobre as dúvidas.

Consegue-se identificar as características de um paciente fadigado, percebe-se também que o conhecimento por parte dos enfermeiros, mesmo após tantos anos de pesquisa e estudo sobre esse tema, ainda é baixo, necessitando de mais atenção e ação dos trabalhadores que atuam nesta área, pela importância do assunto e por tudo o que pode acometer no paciente.

Pode-se perceber que sem o enfermeiro a trajetória destes pacientes em tratamento é muito árdua e difícil, tem-se em posse um grande poder de observação, atenção e ação, sendo necessária a disseminação destes conhecimentos.

O término deste trabalho deixa uma reflexão frente ao assunto abordado, as horas dispensadas na construção do mesmo não podem ficar da margem de algumas pessoas, é preciso disseminar entre colegas enfermeiros que é possível contribuir para o bem estar e até mesmo na sobrevivência de pessoas adoecidas, que necessitam destes cuidados amenizadores.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, V. *et al.* 2014. **Qualidade de vida relacionada à saúde de pacientes com câncer em quimioterapia.** Revista Rene. São Paulo. ISSN: 0080-6234

BONASSA, M; SANTANA, T. R. **Enfermagem em terapêutica oncológica.** 3. Ed. Rio de Janeiro:

- Atheneu, 2005. p. 203-213. CDD-610.73698
- BONASSA, M.; GATO, M. I. R. 2012. **Terapêutica oncológica para enfermeiros e farmacêuticos**. São Paulo: Editora Atheneu. ISBN 978-85-388-0284-6
- BOWER, E.J. *et al.* 2014. **ASCO guideline para o manejo de fadiga em pacientes oncológicos**. in Manual de Oncologia Clínica no Brasil. Acesso em: 25/05/2016. Disponível em: <<http://jco.ascopubs.org/content/early/2014/04/09/JCO.2013.53.4495.full.pdf+html>>
- BULECHEK, G.M. *et al.* 2014. **NIC -Nursing Interventions Classification**. 5 ed. Rio de Janeiro: Editora Mosby. ISBN 978-85-352-3442-8
- CARDOSO, B. C. *et al.* 2006. **Registro do diagnóstico de enfermagem fadiga em prontuários de pacientes oncológicos**. Acta paulista de Enfermagem. São Paulo. Junho. ISSN: 1982-0194
- CEOLIM, M. F.; SCHLOSSER, M. C. 2014. **Fadiga em idosos em tratamento quimioterápico**. Revista Brasileira de Enfermagem. Brasília. Agosto. ISSN: 0034-7167
- COFEN. 2009. **Lei nº 358/2009**, de 12 de julho- Acesso em 29/05/2016. Disponível em: <http://mt.corens.portalcofen.gov.br/resolucao-cofen-3582009_726.html>
- ERCOLE, F. F. 2016. **Revisão integrativa versus revisão sistemática**. In Revista Mineira de enfermagem. V.18.1. Minas Gerais. ISSN: 2316-9389
- GIGLIO, D. A. *et al.* 2011. **Fadiga relacionada ao câncer: uma revisão**. Acesso em: 04/05. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ramb/v57n2/v57n2a21.pdf>>
- GIGLIO, D. A. *et al.* 2011. **Fadiga relacionada ao câncer: uma revisão**. Revista da Associação Médica Brasileira. Acesso em: 20/08/2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ramb/v57n2/v57n2a21.pdf>>
- GIGLIO, D. A. *et al.* 2011. *apud* MOCK V, 2007. **Fadiga relacionada ao câncer: uma revisão- Cancer- related fatigue**. Acesso em: 14/11. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ramb/v57n2/v57n2a21.pdf>>
- GIL, A. C. 1999. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas.
- GORINI, M. I.C; SILVEIRA, C. C. 2009. **Concepções do portador de leucemia mielóide aguda frente à fadiga**. Revista Gaúcha de Enfermagem. Porto Alegre. Março. ISSN: 0102-6933
- GOZZO, T. O. *et al.* 2012. **Prevalência de depressão e fadiga em um grupo de mulheres com câncer de mama**. Revista Eletrônica de Enfermagem. Acesso em: 20/08/2016. Disponível em: <https://www.fen.ufg.br/fen_revista/v14/n3/pdf/v14n3a09.pdf>
- HACKNEY, A. C. *et al.* 2006. **Efeitos do treinamento de resistência na força muscular e níveis de fadiga em pacientes com câncer de mama**. Revista Brasileira de Medicina do Esporte. Acesso em: 20/08/2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbme/v12n3/v12n3a09>>
- HERDMAN, H. T. *et al.* 2012- 2014. **Diagnósticos de enfermagem da NANDA Internacional: definições e classificação**. Porto Alegre: Editora Artmed. ISBN 978-85-65852-10-4
- INCA. 2016. **O que é o câncer?** Acesso em: 05/06/2016. Disponível em: <http://www1.inca.gov.br/conteudo_view.asp?id=3222016>
- KALINKE, L. P. *et al.* 2015 **Os domínios afetados na qualidade de vida de mulheres com neoplasia mamária**. Revista Gaúcha de Enfermagem. Porto Alegre. Junho. ISSN: 1983-1447
- KOLANKIEWICZ, A. C. *et al.* 2014. **Qualidade de vida de mulheres tratadas por câncer do colo de útero**. Revista Rene. Rio Grande do Sul. Fevereiro. DOI: 10.15253/2175-6783.2014000100015
- KNOWLES, G. *et al. apud* TORRES, M. R. 2006. **Fadiga do paciente com câncer- conhecimentos dos enfermeiros**. Acesso em: 08/04/2016. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/8230/000571783.pdf?sequence=1>>
- KRISHNASAMY, M. *apud* TORRES, M. R. 2006. **Fadiga do paciente com câncer- conhecimentos dos enfermeiros**. Acesso em: 08/04/2016. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/8230/000571783.pdf?sequence=1>>
- MARCONI, M. de A; LAKATOS, E. M. 2008. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisa e elaboração, análise e interpretação de dados**. 7 ed. São Paulo: Atlas. ISBN 9788522451524.
- MARTINS, J. & BICUDO, M. A. V. **A pesquisa em enfermagem: notas de ordem histórica e metodológica**. In Saúde e sociedade 77-88. Acesso em: 28/04. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v5n2/06.pdf>>
- MENDES, K. D. S; SILVEIRA, R. C de C.P.; GALVÃO, C. M. 2008. **Revisão Integrativa: método de pesquisa para incorporação de evidências na saúde e na Enfermagem**. Acessado em: 04/09/2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tce/v17n4/18.pdf>>
- MENEZES, M. F; CAMARGO, T. C. 2006. **A fadiga relacionada ao câncer como temática na enfermagem oncológica**. Revista Latino-Americana de Enfermagem. Ribeirão Preto. Junho. ISSN: 1518-8345
- MINAYO, M. C. de S. *et al.* 2004. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8 ed. São Paulo: Hucitec. ISBN 8527101815.
- MINAYO, M. C. de S. 2001. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis, RJ: Vozes. Acesso em 04/09/2016. Disponível em: <http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/minayo__2001.pdf>
- MOORHEAD, S. *et al.* 2010. **Nursing outcomes classification (NOC)- Classificação dos resultados**

de enfermagem-2010. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora Mosby. ISBN 978-85-352-343-5

MUNARETTO, T. B. J. 2016. **Síndrome da fadiga oncológica.** Acesso em: 20/04/2016. Disponível em: <<http://www.oncoguia.org.br/conteudo/sindrome-da-fadiga-oncologica/8462/897/>>

PACHON, P. T. S. C. *et al.* 2009. **Desempenho profissional ou doméstico das pacientes em quimioterapia para câncer de mama.** Revista da Associação Médica do Brasil. Acesso em: 16/08/2016 Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ramb/v55n2/19.pdf>>

PATRÃO, I; LEAL, I; DEEP, N. C. 2014. **Avaliação de intervenção cognitivo-comportamental em gestão do stress em pacientes com fadiga oncológica, em radioterapia.** Saúde e Sociedade. Acesso em: 20/08/2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v23n1/0104-1290-sausoc-23-01-00293.pdf>>

PEREIRA; M. G. 2013. **A seção de discussão de um artigo científico.** Acesso em 11/09/2016. Disponível em: <<http://scielo.iec.pa.gov.br/pdf/ess/v22n3/v22n3a20.pdf>>

PIMENTA, MATTOS, A. C. **Fadiga em pacientes com câncer avançado: conceito, avaliação e intervenção.** In Revista Brasileira de Cancerologia, 2002, 48(4): 577-583. Acesso em: 05/05/2016. Disponível em: <http://www.inca.gov.br/rbc/n_48/v04/pdf/revisao3.pdf>

PIMENTA, C. A. M. *et al.* 2009. **Pictograma de Fadiga: uma alternativa para avaliação da intensidade e impacto da fadiga.** Revista da Escola de Enfermagem da USP. São Paulo. Dezembro. ISSN: 0080-6234

POLIT, D.; BECK, C. T; HUNGLER, B. P. 2004. **Fundamentos de Pesquisa em Enfermagem.** 5 ed. Porto Alegre: Artmed.

PRADO, C. R; CARDOSO, R. C. 2013. **Fadiga em pacientes com câncer de pulmão: uma revisão sistemática de literatura.** Revista Brasileira de Cancerologia. Acesso em: 19/08/2016. Disponível em: http://www.inca.gov.br/rbc/n_59/v04/pdf/12-revisao-literatura-fadiga-em-pacientes-com-cancer-pulmao-uma-revisao-sistemica-de-literatura.pdf

RODRIGUES, S. E. **Sistematização da assistência de enfermagem na obstetrícia- uma revisão integrativa.** In Trabalho de conclusão de curso. p. 14, 2015.

SAUER, J.L. **A pesquisa em enfermagem: notas de ordem histórica e metodológica.** In Saúde e sociedade 77-88. Acesso em: 28/04. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v5n2/06.pdf>

SAWADA, N. O. *et al.* 2009. **Qualidade de vida de pacientes com câncer colorretal em terapia adjuvante.** Acta Paulista de Enfermagem. Acesso em: 20/08/2016. São Paulo. ISSN: 1982-0194

TAVARES de SOUZA. *et al.* 2010. **Revisão integrativa: o que é e como fazer.** Acesso em: 15/04/2016. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/eins/v8n1/pt_1679-4508-eins-8-1-0102.pdf

TORRES, M. R. 2006. **Fadiga do paciente com câncer-conhecimentos dos enfermeiros.** Acesso em:

08/04/2016. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/8230/000571783.pdf?sequence=1>

TRENDALL, J. *apud* TORRES, M. R. 2006. **Fadiga do paciente com câncer- conhecimentos dos enfermeiros.** Acesso em: 08/04/2016. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/8230/000571783.pdf?sequence=1>

Amostra de artigos levantados a partir da base de dados BVS

Nº do Artigo	Procedência/ Período/ Local	Título	Autores	Tipo de pesquisa/ metodologia	Objetivo da pesquisa
A1	MEDLINE Revista da Associação Médica do Brasil, 2009	Desempenho profissional ou doméstico das pacientes em quimioterapia para câncer de mama	PACHON, P. T. S. C.; TIRAPITO, P.; VIEIRA, M. C.; HERBST, L. G.; TREVISAN, L. L. B.; MUNHOZES, D. A.; GIULIO, A. D.; FILHO, F.; MARTINS, L. C.	Estudo Transversal	Analisar os aspectos epidemiológicos, clínicos, desempenho profissional e doméstico nas pacientes com câncer de mama em tratamento quimioterápico.
A2	MEDLINE Revista Brasileira de Enfermagem, 2015	Os domínios afetados na qualidade de vida de mulheres com neoplasia mamária	KALINKE, L. P.; GUIMARÃES, P. R. B.; GALDINO, C.; CASTRO, G. C.; JACOWSKO, M.; GARCIA, S. N.	Estudo Observacional	Investigar a qualidade de vida das mulheres com neoplasia mamária, submetidas à quimioterapia, nos domínios física, psicológica e espiritual.
A3	LILACS Revista Bras, 2014.	Qualidade de vida de mulheres tratadas por câncer do colo de útero	ROLANIEWICZ, A. C. B.; GOMES, J. S.; SOUZA, M. M.; ROSANELLI, C. L. S. P.; LORO, M. M.; DALLABRIDA, A.	Pesquisa Transversal Descritiva	Avaliar a qualidade de vida de mulheres com câncer do colo uterino.
A4	LILACS Acta Paulista de Enfermagem, 2009.	Qualidade de vida de pacientes com câncer colorretal em terapia adjuvante	SAWADA, N. O.; NICOLUSSI, A. C.	Estudo Transversal	Avaliar a qualidade de vida, identificar os domínios afetados nos pacientes com câncer colorretal, caracterizar os dados sociodemográficos, clínicos e terapêuticos e correlacioná-los aos domínios de qualidade de vida.
A5	SCIEP Revista Bras, 2014.	Qualidade de vida relacionada à saúde de pacientes com câncer em quimioterapia	ANDRADE, V. DE PAULA, J. M.; CARDOZO, F. M. C.; SAWADA, N. O.; NICOLUSSI, A. C.	Estudo Transversal	Avaliar a qualidade de vida relacionada à saúde em pacientes com câncer em quimioterapia.
A6	LILACS Revista Brasileira de Enfermagem, 2012.	Prevalência de depressão e fadiga em um grupo de mulheres com câncer de mama	GOZZO, T. O.; ALMEIDA, A. M.; SAMPÃO, S. A. L.; SOARES, C. R.; MAGALHÃES, P. A. P.; PANDEBANCIO, S. M.	Estudo Transversal	Identificar e avaliar a ocorrência de sintomas depressivos e fadiga entre mulheres com até um ano de tratamento, com radioterapia ou quimioterapia para o câncer de mama.
A7	SCIEP Revista da Escola de Enfermagem da USP, 2009.	Pictograma de Fadiga: uma alternativa para avaliação da intensidade e impacto da fadiga	FITCH, M. I.; PIMENTA, C. A. M.; MOTA, D. D. C. F.	Estudo Exploratório Descritivo	O objetivo foi validar o Pictogram para uso no Brasil.
A8	LILACS Revista Brasileira de Medicina do Esporte, 2006.	Efeitos do tratamento de resistência na força muscular e níveis de fadiga em pacientes com câncer de mama	HADJOPY, A. C.; KORK, D.; SHELDS, E.; BARFOOT, D.; DENNEY, C.; BOTTARO, M.; SATTAGLIHI, C.	Estudo Descritivo Avaliativo	Examinar os efeitos de um programa de prescrição de exercícios físicos individualizado, com ênfase no treinamento resistido, na força muscular e nos níveis de fadiga em pacientes em tratamento.
A9	LILACS Acta Paulista de Enfermagem, 2010.	Registro do diagnóstico de enfermagem fadiga em prontuários de pacientes oncológicos	CARDOSO, B. C.; ERGOLE, J.P.; CHAVES, L.B.; SILVA, P.O.; GORINI, M. I. P. C.	Estudo Transversal Retrospectivo	Identificar o registro de diagnóstico de enfermagem fadiga, as características definidas e as intervenções de enfermagem.
A10	MEDLINE Revista Latino-Americana de Enfermagem, 2006.	A fadiga relacionada ao câncer como temática na enfermagem oncológica	MENEZES, M. F. B.; CAMARGO, T. C.	Revisão Bibliográfica	Objetiva buscar como a produção científica de enfermagem oncológica tem abordado a fadiga
A11	LILACS Revista da Associação Médica Brasileira, 2011.	Fadiga relacionada ao câncer: uma revisão	CAMPOS, M. P. O.; HASSAN, B. J.; REICHELHART, R.; GIULIO, A.	Revisão Bibliográfica	Realizar uma revisão sobre a fadiga relacionada ao câncer
A12	LILACS Revista Brasileira de Cancerologia, 2013.	Fadiga em pacientes com câncer de pulmão: uma revisão sistemática de literatura	PRADO, C. M. M. R.; CARDOSO, R. C.	Pesquisa Descritiva	Sintetizar os principais resultados de pesquisas e analisar concorrentemente evidências relativas à identificação da fadiga como sintoma adverso associado ao câncer de pulmão na produção científica nacional e internacional dos últimos cinco anos.
A13	MEDLINE Revista Brasileira de Enfermagem, 2014.	Fadiga em idosos em tratamento quimioterápico	CEOLIM, M. F.; SCHLOSSER, M. C. T.	Pesquisa de Delineamento Transversal	Identificar a presença e intensidade da fadiga em 140 idosos com diagnóstico de câncer, em tratamento quimioterápico ambulatorial.
A14	LILACS Saúde e Sociedade, 2014.	Avaliação de intervenção cognitivo-comportamental em gestão do stress em pacientes com fadiga oncológica em radioterapia.	PATRÃO, I; LEAL, I; DEEP, N. C.	Pesquisa Descritiva	Apresentar resultados relativos a padrões de regulação emocional, percepção e avaliação com suporte social após intervenções cognitivas, comportamentais em gestão do stress em pacientes em radioterapia com fadiga oncológica.
A15	LILACS Revista Gaúcha de Enfermagem, 2009.	Concepções do portador de leucemia miélogênica aguda frente à fadiga	GORINI, M. I. P. C.; SILVEIRA, C. C.	Estudo Exploratório Descritivo	Conhecer as concepções do paciente portador de leucemia miélogênica aguda frente aos sintomas da fadiga e suas repercussões em seu cotidiano, bem como as ações realizadas para minimizar a fadiga.

SEXUALIDADE NA ADOLESCÊNCIA: UMA INTERFACE COM A SAÚDE

Berthiéli Aparecida Menegat¹
 Vera Beatriz Pinto Zimmermann Weber²
 Gilberto Souto Caramão³

RESUMO

O presente estudo parte do interesse em orientar os adolescentes quanto à necessidade de exercer sua sexualidade com saúde e responsabilidade. Trata-se de uma pesquisa de abordagem quantitativa do tipo descritiva e exploratória, desenvolvida em uma escola do município de Três de Maio, no Noroeste gaúcho, sendo realizada no segundo semestre letivo do ano de 2013. Participaram desta pesquisa estudantes do 9º ano do ensino fundamental e 2º ano do ensino médio com faixas etárias variadas entre 14 e 16 anos. Realizou-se uma oficina de abordagem aos temas: higiene, métodos contraceptivos e Infecções Sexualmente Transmissíveis, para um total de 125 estudantes. Para a coleta de dados foi realizado um questionário com sete questões fechadas e de múltipla escolha nas quais utilizou-se a Escala Likert e obteve-se retorno de 78 estudantes, respeitando os pressupostos da Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde (CNS/MS). A análise dos dados foi feita através da análise percentual simples, as questões apresentadas por meio de textualização e gráficos executados com auxílio do programa de software Microsoft Office Excel® 2010. De posse destas, evidenciou-se que os adolescentes em geral sentem-se livres em falar amplamente sobre sexualidade e possuem consciência da importância do uso de métodos contraceptivos, mesmo não conhecendo suas diversidades antes da oficina de esclarecimentos. A importância deste estudo vincula-se ainda ao trabalho multiprofissional que envolve a prática de Enfermagem na Educação em Saúde.

Palavras-chave: Sexualidade. Adolescência. Educação em Saúde.

1. INTRODUÇÃO

Para Ramos (2001), a saúde se faz no cotidiano da escola, do trabalho, em casa e nos seus entornos. Constitui o resultado dos cuidados que a pessoa tem consigo mesma, com os outros e com o ambiente. Desse modo, a escola pode se tornar espaço de promoção da saúde, favorecendo um ambiente seguro e de apoio.

A sexualidade, muitas vezes, é abordada em sala de aula somente nas questões biológicas e, quando

ABSTRACT

The present study is based on the interest in advising adolescents about the need to exercise their sexuality with health and responsibility. This is a quantitative research of the descriptive and exploratory type, developed in a school in Três de Maio, in the northeast of the state of Rio Grande do Sul, and is carried out in the second semester of the year 2013. Participated in this research students of the 9th year of Elementary School and second year of High school with ages varying between 14 and 16 years. A workshop on topics such as hygiene, contraceptive methods and Sexually Transmitted Infections was carried out for a total of 125 students. For the data collection, a questionnaire was carried out with seven closed and multiple choice questions in which the Likert scale was used and a return of 78 students was obtained, respecting the assumptions of Resolution 466/12 of the National Health Council / Ministry Of Health (CNS / MS). The analysis of the data was done through the simple percentage analysis, the questions presented through textualization and graphics executed with the help of the software program Microsoft Office Excel® 2010. In possession of these, it was evidenced that adolescents in general feel free. In speaking widely about sexuality and are aware of the importance of using contraceptive methods, even though they do not know their diversity before the clarification workshop. The importance of this study is also linked to the multiprofessional work that involves the practice of Nursing in Health Education.

Keywords: Sexuality. Youth. Health Education.

as dúvidas ou comportamentos dos estudantes fogem desse contexto, o professor, muitas vezes, não sabe como agir, ou não está preparado para enfrentar tal situação (FRITZEN *et al.* 2012).

A adolescência é um período marcado por vulnerabilidades, uma vez que é uma etapa da vida marcada por conflitos em âmbito social, psicológico e físico. A descoberta do prazer sexual muitas vezes se dá nessa época, quando há a necessidade de ações de Educação em Saúde para orientar esses adolescentes sobre os riscos de contaminação com infecções sexualmente transmissíveis (BESERRA *et al.* 2008).

Para o Ministério da Saúde (2006 *apud* Beserra *et al.* 2008, p. 526), a estratégia básica para o controle da

¹Acadêmica do curso de Bacharelado em Enfermagem (SETREM); Avenida Senador Alberto Pasqualini, nº 1268 – Sol Nascente – Três de Maio – RS/BR; e-mail: bmenegat@hotmail.com.

²Licenciada em Ciências Físicas e Biológicas e Biologia (IEDB); Psicopedagoga (URI); Mestre em Educação nas Ciências (UNIJUÍ), professora dos Cursos de Pedagogia/Enfermagem (SETREM). CNPq: Educação em Saúde Coletiva.(SETREM); Rua Emílio Tesche, nº 553 – Três de Maio – RS/BR; e-mail: veraweber@setrem.com.br.

³Bacharel e Licenciado em Enfermagem (UNIFRA), Psicopedagogo (UNIFRA). CNPq: Educação Especial: Interação e Inclusão Social (UFSM) e Educação em Saúde Coletiva (SETREM); Rua Avaí, nº 900 – Centro – Três de Maio – RS/BR; e-mail: gilberto@setrem.com.br.

transmissão das Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) é a prevenção pelos meios que permitam práticas educativas que focalizem os riscos de uma relação sexual desprotegida, a mudança no comportamento e a adoção do preservativo.

Nesse contexto, conforme as autoras anteriormente citadas, a sexualidade é um aspecto importante de ser analisado, pois a percepção desse tema é formulada a partir de experiências cotidianas desses jovens. Dá-se aí a importância do profissional Enfermeiro poder exercer seus conhecimentos na área da Educação em Saúde, através de um trabalho multiprofissional com professores (as) de escolas, de forma a incentivar os jovens a uma reflexão crítica da sua realidade.

Ainda, segundo Beserra *et al.* (2008, p. 523), “é fundamental que a Enfermagem insira a Educação em Saúde em todos os âmbitos da juventude, educando para uma maior qualidade de vida.”

A problemática da pesquisa baseou-se no saber dos estudantes quanto ao conhecimento já existente sobre a temática sexualidade na adolescência em relação à saúde e a realidade de cada um para com o que foi tratado. Assim, o problema de pesquisa em questão é: os adolescentes conhecem a importância da proteção durante o relacionamento sexual e os problemas a que estão expostos?

O objetivo geral para pesquisa por sua vez foi traçado como: orientar os adolescentes quanto à necessidade de exercer sua sexualidade na adolescência com saúde e responsabilidade.

A relevância desta pesquisa engloba a dualidade do profissional pedagogo e o profissional de Enfermagem para com a saúde dos adolescentes, de forma a trazer através da Educação em Saúde conhecimento em relação à sexualidade e à prevenção dos mais diversos problemas causados pela não proteção durante o ato sexual, esclarecendo ainda as dúvidas pertinentes dos estudantes que muitas vezes não se sentem à vontade de esclarecê-las com os familiares ou pessoas mais próximas.

É neste momento que se enfatiza a responsabilidade do profissional Enfermeiro na contribuição para a formação de opinião destes jovens no ambiente escolar, focando na promoção à saúde e prevenção de doenças e agravos.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. METODOLOGIA DE PESQUISA

Neste estudo, buscou-se uma metodologia voltada à análise do tema proposto, primando, principalmente, pela conscientização através da abordagem da temática da sexualidade na adolescência, na qual foi desenvolvida, no primeiro momento, uma oficina visando aspectos temáticos de higiene pessoal, prevenção de ISTs e métodos contraceptivos, através da apresentação com *slides* com informações e imagens, manipulação de modelos lúdicos sintéticos (camisinha feminina e masculina, DIU, pílula do dia seguinte, entre outros), em que foi dada a oportunidade aos estudantes de tirarem suas dúvidas de

forma aberta ao público presente e de forma fechada por meio de um “saca dúvidas” com perguntas anônimas por escrito que eram colocadas em uma urna.

Logo, a referida pesquisa é um estudo do tipo quantitativo, de cunho descritivo e exploratório. Para Polit; Beck; Hungler (2004, p. 40) “a descrição quantitativa envolve a predominância, a incidência, o tamanho e os atributos mensuráveis de um fenômeno.”

Para Gil (2008), a pesquisa descritiva visa expor as características de determinada população ou fenômeno ou ainda, o estabelecimento de relações entre variáveis. O autor ressalta que em relação à pesquisa exploratória, esta é definida por constituir a primeira etapa de uma investigação mais ampla, tendo como objetivo proporcionar uma visão geral acerca de determinado fato.

O estudo realizou-se em uma escola de Ensino Fundamental e Médio na cidade de Três de Maio, no Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. A amostra da população foi formada por cerca de 78 estudantes, de um total de 125 estudantes que participaram da oficina, estes pertencentes ao 9º ano do ensino fundamental e 2º ano do ensino médio dos turnos matutino e vespertino da escola, na faixa etária aproximada de 14 a 16 anos de idade.

Os dados foram coletados em meados de dezembro de 2013, posterior a referida oficina envolvendo o tema. A coleta foi realizada em um segundo momento, através de um questionário envolvendo sete questões fechadas e de múltipla escolha que faziam referência aos temas abordados na oficina e que foram aplicadas de forma igual aos participantes, em que seis destas questões respeitam a Escala Likert; sendo assim, foram feitas afirmações e os entrevistados escolheram entre um intervalo de 1 a 5 níveis de concordância ou não.

Para Scarpi (2011), a principal funcionalidade da Escala Likert com relação ao entrevistado é buscar identificar sua concordância com uma tal afirmação; assim, os entrevistados são obrigados a marcar uma alternativa que mais se aproxima da sua atitude ou opinião com relação à afirmação tratada.

A partir disto, realizou-se a análise dos dados da pesquisa, através da análise percentual simples, de modo a utilizar textualização e gráficos realizados com auxílio do programa de *software Microsoft Office Excel®* 2010.

Os materiais com as informações obtidas para realização da pesquisa incluíam um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que foram entregues aos responsáveis dos participantes atendendo, assim, às exigências preconizadas à Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde (CNS/MS), que visa princípios bioéticos, tais como autonomia, não malevolência, justiça e equidade, assegurando os direitos e deveres que dizem respeito aos participantes da pesquisa, à comunidade científica e ao Estado (BRASIL, 2012).

Trabalhar com o universo adolescente é sempre um desafio, pois nesta fase da vida estão envolvidos muitos tabus, incertezas e medos. É importante que vários tópicos com relação à adolescência sejam vencidos, e a

função da Enfermagem é propor reflexões e mudanças. Afinal, cabe ao profissional Enfermeiro (a), como agente do cuidado, cuidar e ensinar aos outros a se cuidarem.

2.2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Para Foucault (2001, p. 10 *apud* Fritzen *et al.* 2012, p. 59) a sexualidade ainda é um tabu:

[...] isso seria próprio da repressão e é o que a distingue das interdições mantidas pela simples lei penal: a repressão funciona como condenação ao desaparecimento, mas também como injunção ao silêncio, afirmação de inexistência, conseqüentemente, constatação de que, em tudo isso, não há nada para dizer, nem para ver, nem para saber.

Não é raro se deparar com interdições a projetos nas áreas da saúde sexual, nas escolas, devido ao temor de que informações deste gênero possam estimular o início precoce da vida sexual de estudantes. Ou ainda, mesmo sendo garantido pela legislação, adolescentes se deparam com uma série de obstáculos que dificultam a possibilidade de serem atendidos nos serviços de saúde quando desacompanhados pelos pais ou responsáveis (ARRUDA *et al.* 2010, p. 10).

Para os autores anteriormente citados, estas interdições são apenas alguns dos exemplos do que se passa no cotidiano de adolescentes quando buscam por informações ou acesso aos insumos de prevenção. Para Arruda *et al.* (2010, p. 11): “os desafios para se garantir o respeito aos direitos sexuais e aos direitos reprodutivos de adolescentes e jovens em nosso país ainda são muitos.”

Segundo Marques *et al.* (2003) a saúde de jovens é influenciada pelas transformações que ocorrem na adolescência e estendendo-se a outros fenômenos relacionados à sexualidade. O adolescente em geral está exposto a riscos, como iniciação sexual precoce, gravidez indesejada, ISTs, acrescidos de questões socioeconômicas e dificuldade de relacionamento com a família e outros vínculos. Tais fenômenos carecem de atuação específica a esta população.

Conforme Carvalho; Merighi (2006) a assistência à saúde dos adolescentes é um dos grandes desafios da atualidade. Apesar do grande progresso social, científico e cultural das últimas décadas, o tema gravidez na adolescência e sexualidade precoce, por exemplo, são ainda de difícil discussão entre os adolescentes, seus pais/responsáveis e toda a sociedade.

Arruda *et al.* (2010, p. 12) afirma que não é possível superar estes desafios sem desconstruir e reconstruir certos aspectos de nossa cultura e sociedade que deixam os adolescentes mais vulneráveis aos agravos de saúde ou a situações de violência devido a questões como a falta de informações qualificadas, a dificuldade de acessar os serviços de saúde e as normas rígidas de gênero que ainda persistem na sociedade.

Para os mesmos autores, a educação em sexualidade é uma forma de trabalhar a saúde sexual e a saúde reprodutiva em termos mais abrangentes,

propiciando um aprendizado não só na aquisição de conteúdos, mas também incluindo o questionamento de atitudes e o desenvolvimento de habilidades para a tomada de decisão, comunicação, negociação e redução de riscos em relação à infecção pelo HIV (Vírus da Imunodeficiência Humana) e outras ISTs. Parte de uma abordagem apropriada para este ciclo de vida é fornecendo informações cientificamente corretas, realistas e sem pré-julgamentos.

Sobre a sexualidade na adolescência, Vicente (2011) afirma que o profissional Enfermeiro (a) deve favorecer um plano saudável e envolver o jovem como um indivíduo no seu ambiente físico, social, econômico e político, como também nas suas relações com as redes de suporte social, desempenhando o autocuidado e ações positivas para lidar com a sexualidade e a realização do sexo seguro.

Bessera (2008, p. 526) afirma que a atuação do Enfermeiro para com o adolescente é algo que está além de aprimorar a escuta ou realizar um plano de assistência, é preciso haver a criação de um vínculo, dando oportunidade ao acesso de atividades educativas, tendo em vista o desenvolvimento de atitudes e habilidades, a atribuição de valores sociais e conhecimento crítico.

Como alternativa ao enfrentamento de tabus e orientações destinadas à sexualidade do adolescente, surge o Programa Saúde na Escola (PSE) que visa à integração e articulação permanente da educação e da saúde, proporcionando melhoria da qualidade de vida da população brasileira.

O PSE tem como objetivo contribuir para a formação integral dos estudantes por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e jovens da rede pública de ensino (BRASIL, 2011).

É através desse programa que surge a oportunidade de o profissional Enfermeiro (a) atuar nas escolas como forma de prevenção e promoção à saúde, implementando atividades que visam a melhoria das ações educativas e dando reconhecimento ao papel do profissional neste contexto.

2.3. RESULTADOS

Como mencionado, para obter os resultados desta pesquisa foram realizados dois momentos, o primeiro como forma de informação e estímulo à reflexão e o segundo momento como forma de analisar os conhecimentos ressignificados a partir da oficina inicial.

No primeiro momento houve a realização da oficina de esclarecimentos, no qual foram apresentados conteúdo específicos sobre ISTs, higiene pessoal e métodos contraceptivos; as informações foram trazidas de modo atrativo com imagens, histórias verídicas como exemplificação, objetos lúdicos e “saca dúvidas” como finalização.

Participaram da oficina 125 estudantes com idade entre 14 e 16 anos, pertencentes ao 9º ano do ensino fundamental e 2º ano do ensino médio;

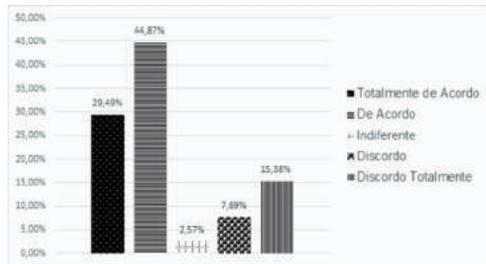
entretanto, apenas 78 destes participaram do segundo momento, respondendo assim à pesquisa, após consentimento dos pais e/ou responsáveis.

Esta pesquisa continha um questionário com sete questões fechadas e de múltipla escolha, das quais seis destas embasaram-se na escala Likert; sendo assim, foram feitas afirmações e os entrevistados deveriam escolher entre um intervalo de 1 a 5 níveis de concordância ou não. A partir disto, realizou-se a tabulação dos dados da pesquisa.

A escala Likert, segundo Thomas *et al.* (2012), é uma escala de até 5 ou até 7 pontos com intervalos iguais entre eles, para poder avaliar grau de concordância ou não sobre afirmações.

Ao serem indagados subjetivamente sobre a afirmação de se sentirem à vontade para falar sobre sexualidade com seus familiares (Gráfico 1), cerca de 44,87% responderam que estavam de acordo com a afirmativa e 29,49% responderam que estavam totalmente de acordo, ou seja, a maioria dos entrevistados se sentem à vontade para falar com seus pais ou responsáveis sobre esse assunto, sem constrangimento ou medo. Em contrapartida, 7,69% e 15,38% respectivamente discordaram e discordaram totalmente com este fato. O restante (2,57%) acha indiferente falar ou não abertamente com seus familiares sobre este assunto.

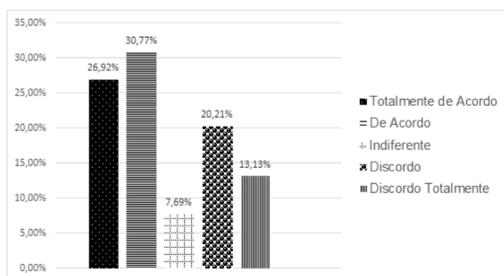
Gráfico 01: discussão sobre sexualidade adolescente-familiar.



Este resultado demonstra-se positivo já que a maioria não se sente intimidado para falar sobre sexualidade com seus pais e/ou responsáveis, o que rebate alguns dos tabus mencionados por Foulcalt (2001), muito embora eles ainda existam.

Em segundo plano, afirmou-se aos estudantes: “você se sente à vontade para falar sobre sexualidade com seus colegas de classe”. Observou-se que 30,77% concordaram com a afirmação e 26,92% concordaram totalmente em ficar à vontade para discussão de tal assunto com seus colegas de classe. Muito embora, não concordaram e discordaram totalmente um total de 33,34% dos entrevistados. O restante (7,69%) acha indiferente falar ou não abertamente com seus colegas sobre o tema e 1,28% não respondeu à questão.

Gráfico 02: discussão sobre sexualidade adolescente-colegas de classe



Em suma, a maioria dos estudantes não vê problemas em falar amplamente sobre sexualidade com a família e os colegas, ainda com algumas discordâncias, presentes em maior parte pelos estudantes do 9º ano do ensino fundamental; sendo assim, os estudantes do 9º ano sentem maior dificuldade em conversar sobre a temática.

Segundo Louro (2004) é preciso romper com os costumes moralistas tramados pela cultura social, desmascarando a dicotomia cada vez mais presente na construção da identidade sexual das crianças e dos adolescentes. Deste modo, acredita-se que a maior dificuldade de se expressar pelos alunos do 9º ano seja pelo motivo de estes ainda estarem em uma fase transitória de pré-adolescência e entendendo aos poucos suas mudanças físicas, e simultaneamente, amadurecendo psicologicamente.

Foi ainda questionado aos entrevistados sobre sua vida sexual ativa ou não (tabela 01), em que mais da metade (53,85%) destes já possuíam vida sexual ativa comparado a 38,46% de outros que ainda não tiveram relação sexual. É importante destacar que cerca de 7,69% dos entrevistados não se sentiram à vontade para responder tal questão.

Tabela 01: vida sexual ativa dos estudantes entre 14 e 16 anos de idade

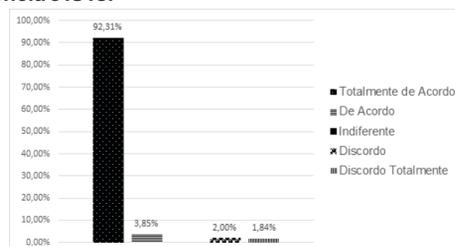
Variável	%
Vida sexual ativa:	
Sim	53,85
Não	38,46

Embora a maior parte dos estudantes com vida sexual ativa serem do 2º ano do ensino médio, com idade média de 16 anos, este assunto deve ser debatido anterior à pré-adolescência, ainda quando criança, para um melhor entendimento e preparo destes jovens, para que eles possam ter uma opinião formada a respeito deste assunto e possam entender reflexões e debater causas, assim como afirma Arruda *et al.* (2010, p. 17):

[...] porque a perspectiva da educação em sexualidade contempla, além de discussões sobre saúde sexual, o debate e a reflexão acerca de direitos sexuais e das responsabilidades neles implicadas, bem como dos processos sociais mais abrangentes de estigmatização e discriminação.

Afirmou-se, por seguinte, sobre a preocupação destes estudantes com relação à gravidez na adolescência e o conhecimento de doenças transmitidas durante o ato sexual (gráfico 04). Significativamente 92,31% dos estudantes acreditam ser este um tema preocupante para o indivíduo em si e a população em geral. 3,85 concordaram com esta preocupação, em contra partida 2,00% discordaram e 1,84 discordaram totalmente e acreditam ser algo indiferente.

Gráfico 03: interesse e preocupação sobre gravidez na adolescência e ISTs.

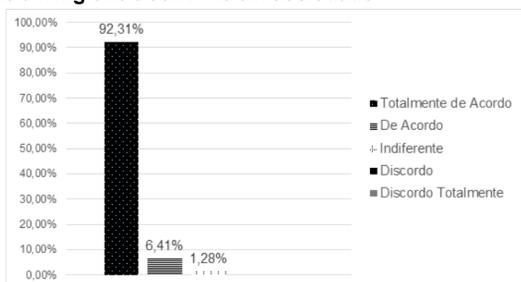


Essa preocupação por maioria dos entrevistados demonstra-se de fato importante, já que a gravidez na adolescência é hoje considerada um problema social relevante, que como Diniz (2010) afirma, pode estar relacionado à falta de abordagem acerca de assuntos como sexualidade:

[...] a perda de valores da família e das relações interpessoais entre pais e filhos, a falta de abordagem acerca de assuntos acerca da sexualidade e da contracepção, tão presentes na atual sociedade, contribui para uma gravidez precoce, pois leva o adolescente a associar tal fato a uma perspectiva de vida melhor (p. 29).

Já em relação à influência dos hábitos de higiene no convívio em sociedade (gráfico 05), 92,31% dos estudantes acreditam ser este um fator que influencia no dia-a-dia em sociedade, concordando totalmente com a afirmação, 6,41% concordaram e 1,28% dos entrevistados acredita ser indiferente.

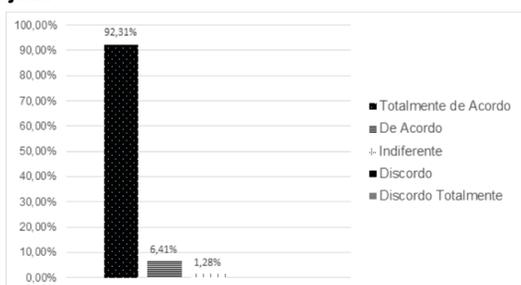
Gráfico 04: higiene e convívio em sociedade



Para Remor *et al.* (2009) as práticas de higiene exercem forte influência no modo como os pais procedem a higiene de seus filhos, relacionando ao convívio familiar. As autoras ainda ressaltam a necessidade de que os profissionais de saúde compreendam a realidade socioeconômica e cultural em que as famílias mantêm suas práticas de higiene, buscando estratégias para maximizar os resultados das ações de educação para a saúde.

Sobre a seguinte afirmação: “O uso de preservativo nas relações sexuais eventuais e/ou com parceiros fixos previne as ISTs e gravidez indesejada”, 92,31% dos estudantes estavam totalmente de acordo com a afirmação referida, 6,41% concordaram e 1,28% acredita ser indiferente.

Gráfico 05: uso de preservativo como prevenção à ISTs e gravidez indesejada



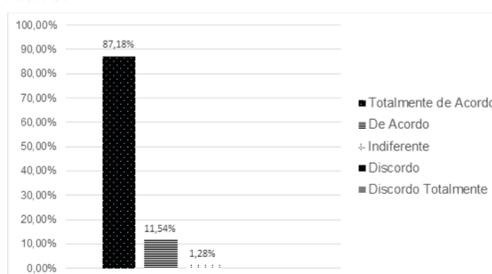
Conforme o Ministério da Saúde (2006 *apud* Bessera *et al.* 2008, p. 523) a estratégia básica para o controle da transmissão das ISTs é a prevenção pelos

meios que permitam atividades educativas que focalizem os riscos inerentes a uma relação sexual desprotegida, à mudança no comportamento e à adoção do preservativo.

Dá-se aí a importância do profissional Enfermeiro quanto à orientação através de ações de Educação em Saúde, que propiciam o jovem expor suas dúvidas e conhecer os meios de prevenção e suas eficácias.

Sobre a afirmação de que os métodos anticoncepcionais mais conhecidos são a pílula anticoncepcional e o preservativo (gráfico 07), 87,18% concordaram totalmente com essa afirmação e 11,54% concordaram com o mesmo, enquanto que 1,28% acredita ser indiferente.

Gráfico 06: compreensão sobre pílula anticoncepcional e preservativo.



Logo, percebe-se que os estudantes em geral possuem conhecimento e consciência da importância não só do uso de métodos contraceptivos, mas de suas consequências de não uso, como as ISTs e a gravidez precoce. Tendo-se assim um resultado positivo em relação à oficina de esclarecimentos realizada anterior à pesquisa, demonstrando que o estudo em si atingiu seu principal objetivo: orientar os adolescentes quanto à necessidade de exercer sua sexualidade na adolescência com saúde e responsabilidade.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através desta pesquisa tornou-se possível identificar por meio da atividade educativa em saúde com os adolescentes, suas percepções acerca da sexualidade, esclarecendo pertinentes dúvidas sobre o tema e criando um vínculo possível à orientação quanto à importância da prevenção durante o ato sexual e os métodos contraceptivos. Acredita-se que com a orientação e o conhecimento correto deste público alvo evitam-se problemas como a gravidez precoce e a aquisição de ISTs, que são atualmente um desafio social.

Em relação aos profissionais de saúde, destaca-se a importância de estes estarem preparados para servir de instrumento à atuação nas medidas preventivas e conscientes à sexualidade na adolescência, minimizando assim os possíveis danos à saúde humana, física e mental. Nesse contexto, a Enfermagem preocupa-se com as ações de Educação em Saúde, podendo executar técnicas de ensinamento diferenciadas para trabalhar com os jovens em diferentes setores e segmentos sociais objetivando minimizar riscos e implementar orientações.

A Enfermagem possui um amplo papel na educação e este papel vai desde a prevenção ao tratamento, como forma de orientação e prática. Como sugestão às problemáticas, acredita-se que a

implementação adequada do Programa Saúde na Escola traria resultados satisfatórios, de forma a executar atividades que visam a melhoria em ações de Educação em Saúde na sexualidade do adolescente, trazendo ainda reconhecimento ao papel do profissional Enfermeiro (a) neste contexto.

REFERÊNCIAS

- ARRUDA, S.; RICARDO, C.; NASCIMENTO, M.; FONSECA, V. 2010. **Um guia para atenção de adolescentes, jovens e educação em sexualidade**. Fundação Ford: Rio de Janeiro.
- BESERRA, E.P.; PINHEIRO, P.N.C.; BARROSO, M.G.T. 2008. **Ação educativa do Enfermeiro na prevenção de doenças sexualmente transmissíveis: uma investigação a partir das adolescentes**. Revista de Enfermagem Escola Anna Nery. Ano 2008, v. 12, n. 03. pp 522-528.
- BRASIL. 2012. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Ética em pesquisa. **Resolução Nº 466/12**. Normas para pesquisa envolvendo seres humanos. Brasília: 2012.
- BRASIL. 2011. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Passo a passo PSE**. Departamento de Atenção Básica. Instrutivo PSE / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica – Brasília: Ministério da Saúde, 2011.
- CARVALHO, G.; MERIGHI, M. A. B. 2006. **Gravidez que problema é esse?** Ed. Paulus. São Paulo: SP.
- DINIZ, N. C. 2010. **Gravidez na adolescência: um desafio social**. Trabalho de Conclusão de Curso: Campos Gerais (MG).
- FOUCAULT, Michel. 2001. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 14 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- FRITZEN, C.K.; ZUCATTO, G.C.; WEBER, V.B.P.Z. 2012. **Sexualidade nos anos iniciais do ensino fundamental e educação infantil**. Revista SETREM. Ano XI, n. 20. Três de Maio: SETREM. Jan/Jun. pp. 57-62. ISSN 1678/1252.
- GIL, A. C. 2008. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas.
- LOURO, G.L. 2004. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós estruturalista**. 7 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.
- MARQUES, M.F.C.; VIEIRA, N.F.C.; BARROSO, M.G.T. 2003. **Adolescência no contexto da escola e da família: uma reflexão**. Revista Família, Saúde, Desenvolvimento. V. 5, n. 02, pp.141-146.
- Ministério da Saúde. 2006. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST e Aids. **Manual de Bolso das Doenças Sexualmente Transmissíveis**. Brasília: DF.
- POLIT, D; BECK, C. T.; HUNGLER, B. P. 2004. **Fundamentos de Pesquisa em Enfermagem**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed.
- RAMOS, F.R.S. 2001. **Bases para uma resignificação do trabalho de enfermagem junto ao adolescente**. Associação Brasileira de Enfermagem (ABEN). Projeto Acolher. Adolscer: compreender, atuar, acolher. Brasília: DF, pp.183-93.
- REMOR, C.B.; OJEDA, B.S.; PEDRO, V.L.; GERHARDT, L.M. 2009. **Percepções e conhecimentos das mães em relação às práticas de higiene de seus filhos**. Rev. De Enferm. Esc. Anna Nery, V. 4, n. 13, pp. 786-792.
- SCARPI, Marinho Jorge. 2011. **Administração em Saúde: Autogestão de consultórios e clínicas**. São Paulo: Bookman.
- THOMAS, Jerry R.; NELSON, Jack K.; SILVERMAN, Stephen J. 2012. **Métodos de pesquisa em atividade física**. São Paulo: Artmed.
- VICENTE, J. 2011. **Sexualidade na adolescência: o papel do enfermeiro como educador e orientador**. [blog]. Acesso em 29/06/2017 às 22h23min. Disponível em:<<http://www.seliguenaenfermagem.com.br/2015/08/sexualidade-na-adolescencia-o-papel-do.html>>



Rede SINODAL
de Educação
IECLB

Educação Básica

Creche
Pré-escola
Ensino Fundamental
Ensino Médio
Centro de Idiomas

Cursos Técnicos

Agropecuária
Comunicação Visual
Design de Móveis
Enfermagem
Informática
Manutenção Automotiva
Vendas

Faculdade Três de Maio

Administração
Agronomia
Design de Moda
Enfermagem
Engenharia de Produção
Laticínios
Pedagogia
Psicologia
Redes de Computadores
Sistemas de Informação

Extensão, Pesquisa e Pós-graduação

Nas áreas de Agropecuária,
Design, Educação, Engenharias,
Gestão, Psicologia, Saúde e
Tecnologia da Informação

Campus SETREM

Av. Santa Rosa, 2405 - Três de Maio - RS - CEP: 98910-000

Unidade Três de Maio

Av. Avai, 370 - Três de Maio - RS - CEP: 98910-000

Unidade São Paulo

Rua Tereza Verzeri, 789 - Três de Maio - RS - CEP: 98910-000

 (55) 3535 4600

www.setrem.com.br | setrem@setrem.com.br